



“ONDE PLANTA O PINUS NÃO DÁ MAIS NADA”:

**DEGRADAÇÃO DA NATUREZA E DO TRABALHO NO CONTESTADO E A
NECESSIDADE DA REUNIFICAÇÃO HOMEM/MULHER-NATUREZA (TERRA-
TRABALHO)**

Diane Daniela Gemelli

Presidente Prudente, 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CENTRO DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA DO TRABALHO

Diane Daniela Gemelli

“ONDE PLANTA O PINUS NÃO DÁ MAIS NADA”:
DEGRADAÇÃO DA NATUREZA E DO TRABALHO NO CONTESTADO E
A NECESSIDADE DA REUNIFICAÇÃO HOMEM/MULHER-NATUREZA
(TERRA-TRABALHO)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - Área de Concentração "Produção do Espaço Geográfico" - da FCT/UNESP, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

Esta pesquisa não contou com financiamento.

Presidente Prudente, 2018.

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação - Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação - UNESP, Campus de Presidente Prudente

Gemelli, Diane Daniela.
G286o “*Onde planta o Pinus não dá mais nada*”: degradação da natureza e do trabalho no Contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-trabalho) / Diane Daniela Gemelli. Presidente Prudente: [s.n.] - 2018
266 f. : il.

Orientador: Marcelo Dornelis Carvalho
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018
Inclui bibliografia

1. Contestado. 2. Calmon. 3. Caboclos e Caboclas. 4. Degradação da natureza e do trabalho. 5. Monocultivo de Pinus I. Carvalho, Marcelo Dornelis. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

Alessandra Kuba Oshiro Assunção
CRB-8/9013

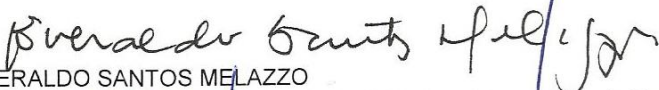
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: "Onde planta o pinus não dá mais nada": degradação da natureza e do trabalho no contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-trabalho)

AUTORA: DIANE DANIELA GEMELLI

ORIENTADOR: MARCELO DORNELIS CARVALHAL


Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. EVERALDO SANTOS MELAZZO
Departamento de Planejamento / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/UNESP


Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Prof. Dr. NILSON CESAR FRAGA
Geociências / Universidade Estadual de Londrina


Profa. Dra. FERNANDA KEIKO IKUTA
Geografia / Unicentro


Prof. Dr. RICARDO PIRES DE PAULA
Departamento de Geografia / FCT/UNESP

Presidente Prudente, 27 de abril de 2018

Dedicatória

Aos trabalhadores e às trabalhadoras que lutaram e lutam para construir uma sociedade livre
das amarras do capital.

Aos meus pais, Idalina e Albino, que com muito trabalho e sofrimento lutaram para que eu
minha irmã estudássemos.

Agradecimentos

Este caminho não foi trilhado sozinha, por isso sou grata....

Ao povo trabalhador, homens e mulheres que desde o primeiro dia de aula na escola multisseriada no interior do município de Videira, possibilitaram, por meio da existência da educação pública que eu chegasse até aqui.

Aos caboclos e às caboclas do Contestado, trabalhadores e trabalhadoras que com seus ensinamentos permitiram que este trabalho pudesse ser construído.

Ao Professor Marcelo Dornelis Carvalhal que me acompanha desde a graduação na UNIOESTE, sou grata por tantas descobertas e possibilidades proporcionadas pela Geografia, em especial, pelo CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho.

Ao Silas, meu companheiro de vida e de sonhos, por me acompanhar, incentivar e acreditar em mim quando parecia ser mais fácil desistir.

À minha irmã Léia, por compartilhar os mesmos ideais emancipatórios da educação pública e da Geografia.

À Larissa e ao Thiago, por me emprestarem a casa durante as viagens para Presidente Prudente e, principalmente, pela amizade e companheirismo que levaremos para outras lutas da vida.

Ao João Batista e à Jayne, pela valiosa contribuição nos trabalhos de campo em Calmon.

Aos professores do Colegiado de Geografia da Unespar – *campus* de União da Vitória pela parceria que me permitiu viajar para cumprir os créditos e demais atividades vinculadas à pós-graduação e pela concessão do afastamento ao longo do ano de 2017.

Ao professor Carlos Alberto Feliciano, pelas contribuições no exame de qualificação. Ao professor Nilson César Fraga que esteve nas bancas de qualificação e de defesa, aos professores Ricardo Pires de Paula, Antonio Thomaz Junior, Everaldo Santos Melazzo e à professora Fernanda Keiko Ikuta pelo diálogo qualificado na banca de defesa.

Aos amigos e às amigas, companheiros e companheiras das mesmas angústias e propósitos. Sem citar nomes sou grata a todos vocês que não me deixam andar só.

Epígrafe

Latinoamérica

Calle 13

Soy América Latina, un pueblo sin piernas, pero que camina
de mi cuello
No puedes comprar el sol
No puedes comprar la lluvia
(Vamos caminando)
No riso e no amor
(Vamos caminando)
No pranto e na dor
(Vamos dibujando el camino)
No puedes comprar mi vida
(Vamos caminando)
La tierra no se vende

Vamos caminando
Aquí se respira lucha
Vamos caminando
Yo canto porque se escucha
Vamos dibujando el camino
(Vozes de um só coração)
Vamos caminando
Aquí estamos de pie
¡Que viva la América!
No puedes comprar mi vida

Reis do Agronegócio

Chico César

Com dor eu vejo cenas de horror tão fortes
Tal como eu vejo com amor a fonte linda
E além do monte o pôr-do-sol porque por sorte
Vocês não destruíram o horizonte... Ainda

**“ONDE PLANTA O PINUS NÃO DÁ MAIS NADA”:
DEGRADAÇÃO DA NATUREZA E DO TRABALHO NO CONTESTADO E A
NECESSIDADE DA REUNIFICAÇÃO HOMEM/MULHER-NATUREZA (TERRA-
TRABALHO)**

Resumo

A tese parte da totalidade concreta do Território Contestado para fazer uma leitura da degradação da natureza e do trabalho, enquanto um fenômeno decorrente da expansão geográfica do capital que tem como marco espaço-temporal a complexidade de elementos que envolvem a Guerra do Contestado (1912-1916), precedido pela territorialização das monoculturas de florestas artificiais, sobretudo o *Pinus*. Compreendemos que a degradação da natureza e do trabalho é resultante da mercadificação da natureza e do nivelamento ao trabalho abstrato, e que apresenta expressões territoriais, tais como: concentração de terras, negação ao trabalho e o agravamento das condições econômicas e sociais, como aquelas constatadas, sobretudo no município de Calmon/SC. Para o desenvolvimento desta pesquisa entrevistamos trabalhadores do *Pinus* e trabalhadoras negadas pelo *Pinus* e pudemos compreender os significados e desdobramentos da monocultura para aqueles e aquelas que dispõem apenas da força de trabalho para reproduzirem-se socialmente. Contudo, essa tese defende que a degradação da natureza e do trabalho, por meio da madeira mercadificada, representa um elemento/fenômeno do movimento sociometabólico da expansão geográfica do capital no Território Contestado e, diante disso, propõe a urgência da reunificação homem/mulher-natureza, por meio da terra-trabalho, enquanto condição ontológica e concreta de existência social e superação da racionalidade econômica capitalista.

Palavras-chave: Contestado; Calmon; caboclos e caboclas; degradação da natureza e do trabalho; monocultivo de *Pinus*.

NATURE AND WORKING DEGRADATION AT THE CONTESTADO AND THE REUNIFICATION NECESSITY MEN/WOMEN-NATURE (LAND-WORKING)

Abstract

The thesis comes from the concrete totality of the Contestado Territory in order to make the Reading of the nature and working degradation, while a phenomenon resulting from the geographical expansion of capital that has as a space-time framework the complexity of elements which involve the Contestado War (1912-1916), preceded by the monoculture territorialization of artificial forests, above all, the pine. It is understandable that the nature and working degradation is a result of the nature merchandising and the abstract working which features territorial expressions like: land concentration, working refusal and the aggravation of economical and social conditions, like the ones detected, above all, in Calmon/Sc. To the development of this research, it was interviewed pine workers and refused workers and it was possible to detect the meanings and the monoculture unfolding to the ones that have only the labor force to reproduce in social terms. Nevertheless, this thesis argues that the nature and working degradation, through the marketed wood represents an element/phenomenon of the sociometabolic movement of geographical expansion of capital at the Contestado Territory, and, on this, proposes the urgency of reunification men/women-nature through the land-working, as an ontological and concrete condition of social existence and overcoming of the capitalist economical rationality.

Key-words: Contestado; Calmon; “caboclos and caboclas”; nature and working degradation; pine monoculture.

DEGRADACIÓN DE LA NATURALEZA Y DEL TRABAJO EN EL CONTESTADO Y LA NECESIDAD DE LA REUNIFICACIÓN HOMBRE/MUJER-NATURALEZA (TERRA-TRABAJO)

Resumen

La tesis parte de la totalidad concreta del Territorio Contestado para hacer una lectura de la degradación de la naturaleza y del trabajo, mientras que un fenómeno resultante de la expansión geográfica del capital que tiene como marco espacio-temporal la complejidad de elementos que envuelven la Guerra del Contestado (1912-1916), precedido por la territorialización de los monocultivos de bosques artificiales, sobre todo el pino. Comprendemos que la degradación de la naturaleza y del trabajo es consecuencia de la mercadería de la naturaleza y de la nivelación al trabajo abstracto, y que presenta expresiones territoriales, tales como: concentración de tierras, negación al trabajo y el agravamiento de las condiciones económicas y sociales, como aquellas constatadas, sobre todo en el municipio de Calmon/SC. Para el desarrollo de esta investigación entrevistamos trabajadores del pino y trabajadoras negadas por el pino y pudimos constatar los significados y desdoblamientos del monocultivo para aquellos y aquellas que disponen sólo de la fuerza de trabajo para reproducirse socialmente. Sin embargo, esta tesis defiende que la degradación de la naturaleza y del trabajo, por medio de la madera mercadificada, representa un elemento/fenómeno del movimiento sociometabólico de la expansión geográfica del capital en el Territorio Contestado y, ante ello, propone la urgencia de la reunificación hombre/mujer- naturaleza, por medio de la tierra-trabajo, como condición ontológica y concreta de existencia social y superación de la racionalidad económica capitalista.

Palabras clave: Contestado; Calmon; caboclos y caboclas; degradación de la naturaleza y del trabajo; monocultivo de pino.

Lista de Siglas

AFA – Agro Florestal Aliança
ALL – América Latina Logística
APP's – Áreas de Preservação Permanente.
APL – Arranjo Produtivo Local
ATER – Assistência Técnica Rural
BRF – *Brasil Foods*
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CDL – Câmara de Dirigentes e Lojistas de União da Vitória
COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EEB – Escola de Educação Básica
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EUA – Estados Unidos da América
FAFIUV – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória
FALAL – Falta de Alternativas
IBDF – Instituto Brasileiro de Defesa Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM's – Índices de Desenvolvimento Humano Municipais
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INP – Instituto Nacional do Pinho
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCG – Instituto de Terras Cartografia e Geociências
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PBF – Programa Bolsa Família
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSC – Partido Social Cristão
RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais

STF – Supremo Tribunal Federal

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Lista de Figuras

Figura 1: A estrutura da tese: o devir do Território Contestado e o concreto pensado	27
Figura 2: Participação do <i>Pinus</i> e eucalipto (em hectares) por estado brasileiro (2014).....	40
Figura 3: Antigas estações e vilas ferroviárias em Porto União/SC.....	82
Figura 4: Estado do Paraná (1896)	85
Figura 5: Bilhete encontrado quando do ataque à Lumber em Calmon-SC e atualmente escrito em pilares na chegada à cidade.....	117
Figura 6: Monocultivo de <i>Pinus</i> no Contestado	164
Figura 7: A terra ocupada pelo monocultivo de <i>Pinus</i> em União da Vitória - PR	166
Figura 8: Diferentes áreas de monocultivo de <i>Pinus</i>	169
Figura 9: Área com <i>Pinus</i> e madeira em Bituruna/PR	170
Figura 10: Marcas urbanas do <i>Pinus</i> e da indústria da madeira em Calmon, Santa Cecília e Três Barras.....	171
Figura 11: Local de moradia de alguns dos trabalhadores entrevistados em Calmon.....	212
Figura 12: Plantio e corte de <i>Pinus</i> na Fazenda Jangada em Calmon	232
Figura 13: Facção de costura em Calmon	233
Figura 14: Animais e horta de uma trabalhadora em Calmon.....	246
Figura 15: Horta de um trabalhador em Calmon	248
Figura 16: Local da antiga estação Presidente Pena.....	249

Lista de Mapas

Mapa 1: Território Contestado: área de estudo	35
Mapa 2: IDHM no Território Contestado.....	49
Mapa 3: Principais Municípios, Vilas e Estações Ferroviárias (1912).....	113
Mapa 4: Arranjo Produtivo Local da Madeira e das Esquadrias de Porto União da Vitória..	146

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Quantidade de lenha e de madeira de <i>Pinus</i> (m ³) produzida – Brasil – Paraná e Santa Catarina (2016).....	41
Gráfico 2: Calmon: Área plantada com soja, milho, feijão e batata-inglesa (1993-2016).....	47

Lista de Quadros

Quadro 1: Estrutura fundiária em Calmon, Santa Cecília e Três Barras, 2006	44
Quadro 2: Mandamentos da Natureza	103
Quadro 3: Informações gerais dos trabalhadores e das trabalhadoras entrevistados/as em Calmon.....	209

Lista de Tabelas

Tabela 1: Participação do Paraná, Santa Catarina e do Contestado em relação ao monocultivo de <i>Pinus</i> (hectares) – 2014, 2015 e 2016.....	40
Tabela 2: População: Calmon, Santa Cecília e Três Barras (1991 – 2000 – 2010).....	46
Tabela 3: Indicadores de vulnerabilidade à pobreza em alguns municípios do Contestado.....	51
Tabela 4: Indicadores de pobres e extremamente pobres em alguns municípios do Contestado.....	52
Tabela 5: Taxa de mortalidade infantil e analfabetismo (2010).....	53
Tabela 6: Trabalhadores ocupados por setor em Calmon (2010-2016).....	55
Tabela 7: Relação de trabalhadores admitidos e desligados e as causas de desligamento no setor agropecuário: Calmon (2014-2015).....	56

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO: DEGRADAÇÃO DA NATUREZA E DO TRABALHO NO CONTESTADO.....	25
1.1 A tese!	26
1.2 O cenário da pesquisa	36
1.3 O roteiro da tese.....	57
1.4 Os caminhos metodológicos	69
CAPÍTULO II - NOS TRILHOS DO TREM: A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL NO TERRITÓRIO CONTESTADO	78
2.1 Guerra do Contestado: a questão de limites.....	83
2.2 Guerra do Contestado: da estrada de ferro à exploração madeireira	87
2.3 A religiosidade no Contestado: os monges passaram/estiveram/estão naquelas terras ..	99
2.4 A bravura cabocla: os caboclos e as caboclas são arrancados da terra! Eclode a Guerra do Contestado.....	107
2.5 O “Sertão” Contestado.....	120
CAPÍTULO III - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: O MONOCULTIVO DE <i>PINUS</i> E A IMPOSIÇÃO DE UM MODO DE PENSAR/CONCEBER/SER A NATUREZA, O HOMEM E A MULHER.....	124
3.1 A natureza, o homem/a mulher separados(as) e objetificados(as).....	127
3.2 O espaço geográfico e a unidade homem/mulher-natureza	136
3.3 Desenvolvimento/reprodução do capital no Contestado: o monocultivo de <i>Pinus</i> e a implantação de um modelo de desenvolvimento (a falta de alternativas!?)	145
3.4 A monocultura como modo de pensar: o <i>Pinus</i> forjado na natureza	157
CAPÍTULO IV - O TRABALHO NA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DO TRABALHO NO CONTESTADO.....	173
4.1 De onde partimos: reflexão sobre trabalho	174
4.2 O modo de vida caboclo: o trabalho enquanto valor de uso e as mediações de primeira ordem entre a humanidade e a natureza	184
4.3 O trabalho degradante na <i>Lumber</i> : as mediações alienantes de segunda ordem do sistema do capital.....	190
CAPÍTULO V - <i>CALMON É SÓ O PINUS E MAIS NADA, ISSO SÓ PRESTA PRA EMPRESA: SIGNIFICADOS E DESDOBRAMENTOS DO MONOCULTIVO DE PINUS</i>	200
5.1 Caboclos/as, trabalhadores/as, desempregados/as, sem terra e sem trabalho: a condição de proletariado e a noção de alargamento da classe trabalhadora.....	201
5.2 Quem são os trabalhadores do <i>Pinus</i> e as trabalhadoras negadas pelo <i>Pinus</i> em Calmon?	

5.3 <i>Era um sofrimento, tinha que tá se escondendo: memórias da Guerra e do Pós-Guerra do Contestado em Calmon</i>	221
5.4 <i>O município nosso é pobre, é só sofrimento, é só Pinus, olha aí ó: o Pinus e a pobreza em Calmon</i>	226
5.5 <i>Tem tanta mulher desempregada: a condição das mulheres trabalhadoras em Calmon</i>	234
5.6 <i>Aqui era de muita água, hoje tem muito lugar sofrido, é só tirar o Pinus e plantá outro de novo, aquela coisa dá, mas mantimento não dá: relatos das implicações do Pinus em Calmon</i>	241
5.7 <i>Eu gostaria de ter um pedaço de terra: a população cabocla e o desejo da terra para a vida, para o trabalho e para a felicidade</i>	244
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CONTESTADO PERMANECE, A NEGAÇÃO AO <i>PINUS</i>	251
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	258



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Romaria da Terra do Contestado, Timbó Grande, 2015.

A bandeira da coragem e da rebeldia continua a sacudir o Contestado. Um século de lutas, resistência e negação à degradação da natureza e do trabalho.

APRESENTAÇÃO

[...] é preciso fazer uma escolha, correr riscos e adotar atitudes críticas. Porque, sem tais posturas, a ciência poderá esmagar-nos sob o peso de seus sucessos e de seus benefícios. (JAPIASSU, 1975, p. 35).

Os porquês da pesquisa

A motivação e decisão em realizar essa pesquisa são atribuídas à nossa prática docente no curso de Licenciatura em Geografia da UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná *campus* União da Vitória.

Em novembro de 2013 assumi concurso público como professora efetiva. Juntamente com o início da carreira docente havia sido aprovada no processo de seleção para o doutoramento, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Universidade Estadual Paulista, em Presidente Prudente/SP.

Naquele momento a preocupação que nos movia, em termos da pesquisa da tese, estava centrada no avanço de inquietações oriundas da conclusão do mestrado. Tínhamos como proposta compreender a expansão do capital avícola no Brasil, para novos territórios de acumulação, sobretudo nos estados de Goiás e Mato Grosso, bem como os desdobramentos aos trabalhadores.

Pesquisa que se tonava inviável ou penosa em demasia dada a necessidade em conciliar o trabalho na universidade, o cumprimento dos créditos junto ao Programa de Pós-Graduação e as necessidades da pesquisa de doutoramento, sobretudo em relação a inevitabilidade da realização de trabalhos de campo no Centro-Oeste do país (Rio Verde/GO e Lucas do Rio Verde/MT).

Nesse ínterim, iniciada as aulas no doutorado e com a condição de professora na UNESPAR, era preciso encaminhar um projeto à Divisão de Pesquisa na Universidade para a concessão do regime de trabalho de dedicação exclusiva.

Entendendo que a pesquisa a ser desenvolvida deveria contribuir com a produção do conhecimento no espaço em que estava inserida, de início, causava inquietação a configuração espacial marcada pelo plantio de *Pinus*. De igual modo, nos causava estranheza o fato de não existir na universidade uma discussão teórico-acadêmica no sentido de entender possíveis significados e desdobramentos desta atividade econômica. Junto a isso, buscávamos com a

proposição da pesquisa fomentar a inserção dos alunos e alunas, no que se refere às preocupações de suas pesquisas individuais. Além de causar o desconforto, em alguns, no sentido de vislumbrarem a possibilidade da leitura geográfica, mediada pela nossa perspectiva de análise em torno dos conflitos que se expressam na sociedade de classes, por meio da dinâmica territorial do capital e do trabalho que denota na arrumação dos lugares.

Assim, propusemos o desenvolvimento da pesquisa intitulada “Dinâmica geográfica do trabalho e a expansão do capital: o monocultivo de *Pinus* e seus desdobramentos no Sudeste do Paraná e Norte Catarinense”, com vigência de dois anos (2014-2016) e que foi fundamental para o início de nossas discussões ao descortinar os processos que se estabeleciam/estabelecem na região.

Soma-se a realização da pesquisa, o compartilhar de nossos anseios com alunos e alunas em termos de seus projetos de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso. As contribuições em sala de aula foram fundamentais, à medida que nos colocaram questões para o desvelar das relações contraditórias que se instituíram/instituem na conformação do espaço geográfico, bem como fomentando o redesenho do projeto de tese.

Nesse contexto emaranhado de mudanças, projetos e redefinições fomos construindo novas apreensões de pesquisa, sem, contudo, nos desvencilharmos da Geografia do Trabalho. A mudança de lugar social nos provocava a desvelar a indústria da madeira, de forma ampla e o monocultivo de *Pinus*, de modo específico, expressos espacialmente no Território Contestado, na relação intrínseca entre degradação da natureza e do trabalho, entendida como inevitável sob o modo de produção capitalista e com algumas particularidades no contexto da dinâmica territorial do capital e do trabalho no Contestado.

De tal modo, ao enveredarmo-nos naquelas terras passamos por um processo de (re)fazer e de (re)conhecimento, enquanto professora de geografia, doutoranda e pessoa, afinal, estávamos e estamos no Contestado, território do qual fazíamos e fazemos parte antes mesmo de estar lá na referida inserção espaço-temporal. Assim, escrevi, do ponto de vista político-administrativo do território paranaense de União da Vitória, porém ao entender o território marcado e formado por complexas relações sociais e de poder, escrevi, de Porto União da Vitória, terra do Contestado.

Isso porque sou filha daquela terra, sou fruto da formação daquele Território Contestado. Nascida em Videira, município catarinense que se insere no processo de limpeza étnica com a vinda de imigrantes, sobretudo italianos, outrora estabelecidos no Rio Grande do Sul. Bisneta de imigrantes, neta paterna de descendentes de italianos que vindos de Guaporé/RS

estabeleceram-se em Videira, no que é hoje o distrito de Anta Gorda. Bisneta materna, de bisavó italiana e bisavô alemão, que se fixaram em Pinheiro Preto nas proximidades da ferrovia e das terras concedidas à *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*¹.

Morei até cinco anos de idade no distrito de Anta Gorda, pertencente ao município de Videira. Depois, mudei-me com meus pais e minha irmã para a localidade denominada de Linha Pasqual (pertencente a partir de 1997 à Iomerê, então distrito de Videira). Buscando reproduzirem-se enquanto camponeses, meus pais migram em 1997, para Catanduvas, município do Paraná, por onde também passou o Monge João Maria. A partir de então, se constituía minha formação no ensino fundamental e médio, graduação em Geografia na UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Marechal Cândido Rondon e o retorno ao Contestado por meio de aulas e trabalhos de campo. Lembro-me, que durante a realização de uma atividade, em 2006, no município de Calmon/SC, era presenteada com um boneco vestido com camisa xadrez, blusa de estopa, calça branca, chinelo, carregando um bocó e com barba grisalha, era o Monge João Maria feito por crianças carentes do referido município em projeto desenvolvido no contra turno escolar.

Em 2011 concluí o mestrado em Geografia também pela UNIOESTE, porém agora no *campus* de Francisco Beltrão. Quando da conclusão do mestrado uma amiga nos informou da abertura de edital de concurso público para a contratação de professor efetivo, na então FAFIUV – Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória², inscrevi-me no concurso e em outubro de 2011 havia sido aprovada.

A partir de então começava um longo processo à espera da nomeação, afinal estávamos apenas no início do primeiro mandato do desgoverno de Beto Richa, um dos governadores mais desastrosos para os serviços públicos e, portanto, para a educação no estado do Paraná. De modo que eu e outros colegas aprovados no referido concurso, fomos nomeados e empossados apenas em novembro de 2013.

Enfim, regressava para casa, estava de volta ao Contestado, agora em Porto União da Vitória, as cidades gêmeas (Porto União/SC e União da Vitória/PR) separadas em 1916 (pelo rio Iguaçu, pelos trilhos da ferrovia e pela estrada carroçável para Palmas), quando do Acordo de Limites envolvendo o litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina.

¹ Empresa que recebeu a concessão de terras marginais à ferrovia, responsável pela expulsão dos caboclos e das caboclas, exploração madeireira e pilhagem do território.

² Em 2013, juntamente com outras seis faculdades isoladas do Paraná tornou-se *campus* da mais recente universidade estadual paranaense, a UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná.

Ao chegar naquelas terras de imediato chamava atenção os elementos da estrutura espacial que compõe a paisagem geográfica. Referimo-nos, desde os morros e vales, muitos destes tomados pela monocultura de *Pinus*, à dinâmica das cidades, em geral pequenas, com elementos que facilmente não as identificam enquanto espaços urbanizados, à população, que em muitos municípios ainda vive predominantemente no campo, este, marcado pela combinação de pequenas propriedades e pelo trabalho da família camponesa, à existência de grandes propriedades que não foge a lógica brasileira, mas que assume algumas particularidades no contexto da formação do Território Contestado.

Dentre esses elementos que configuram a dinâmica espacial do Contestado, é praticamente impossível não se impressionar com a presença da monocultura de *Pinus*, que se mostra aparente e ostensiva, seja no campo ou mesmo nas cidades que compreendem os municípios do Contestado.

Trata-se do *Pinus* e sua expressão nas florestas artificiais, áreas contíguas de um único tipo de vegetação que formam mosaicos dos mais diversos tamanhos. Desde árvores plantadas há pouco tempo, em fase de crescimento, prontas para o corte, sendo cortadas ou com o corte concluído. Neste último caso, sobram os restos daquilo que não é vantajoso economicamente, ficando no local da antiga plantação as marcas, “tocos” dos troncos, restos de galhos e folhas que se misturam ao solo, além de toras já cortadas à beira das estradas rurais à espera de transporte. O vai e vem dos caminhões, seja nas estradas vicinais, nas rodovias e mesmo nas cidades. Os efeitos do transporte, sobretudo nas estradas rurais, buracos, áreas que se tornam intransitáveis para pequenos veículos e que impossibilitam/dificultam o transporte de outros tipos de produção que não sejam as toras de madeira.

Do mesmo modo, é perceptível nas cidades a presença da madeira, enquanto alicerce econômico. Algumas são cercadas por áreas de plantio de *Pinus* e por madeireiras, serrarias, marcenarias, fábricas de papel e celulose, de papel higiênico, de portas, janelas, compensados, enfim, atividades econômicas que têm como matéria prima a madeira e/ou a celulose.

Se a combinação de tais elementos, num primeiro momento, já nos chamava atenção no sentido de uma leitura geográfica alinhada aos significados e desdobramentos do *Pinus* no que tange a natureza e ao trabalho, tal intencionalidade foi adquirindo contornos com nosso aprendizado em sala de aula, sobretudo por meio das contribuições dos alunos e alunas do curso de Geografia, nas aulas de disciplinas como; Geografia Econômica, Geografia Política, Geografia Agrária e Geografia da População.

De tal modo, é preciso ponderar as contribuições daqueles e daquelas que muito nos ajudaram em pensar teoricamente tal problema de pesquisa. Primeiramente, é preciso considerar que a maior parte do corpo discente é formado por alunos e alunas que concluíram o ensino médio e na sequência, ou com intervalo de poucos anos, ingressaram na universidade. Portanto, são jovens com menos de vinte anos e/ou, em geral, com pouco mais disso.

Assinalamos também, que a grande maioria dos alunos e das alunas nasceu e/ou mora em algum município do Contestado, isso faz, com que para eles a existência da dinâmica econômica por meio do monocultivo de *Pinus* se apresente como algo “normal”, “naturalizado” e necessário. Muitos têm relação direta com alguma atividade econômica proveniente da madeira, seja no campo ou nas cidades. São trabalhadores, filhos e filhas de trabalhadores daquilo que se colocou como potencialidade econômica naquelas terras.

Aqueles e aquelas que fogem desse perfil de idade, em geral, vivenciaram o período da extração da mata nativa, sobretudo da araucária e, via de regra, também têm vinculação com a madeira enquanto garantia de emprego. Os pais, destes e destas, trabalharam em madeireiras, muitas das quais encerraram suas atividades com a pilhagem da floresta nativa, outras, migraram para o plantio de *Pinus*, de modo que muitos “coronéis” do passado, na atualidade, possuem grandes extensões de terra tomadas pelo *Pinus*.

Tais alunos e alunas também nos provocam na reflexão sobre o constructo estabelecido em torno dos significados da madeira e seu lugar enquanto condição econômica, política, social, ambiental e epistêmica. Estes e estas, por vezes relatam com nostalgia a dinâmica das cidades à época de “ouro” da extração da araucária, com muitos empregos, com famílias inteiras que viveram e criaram seus filhos e filhas “graças” à exploração madeireira, à efervescência do comércio, ao considerável fluxo de pessoas etc.

Tais contribuições nos estimularam provocações e reflexões. A primeira, de que a exploração madeireira, via dominação e degradação da natureza e do trabalho dá o tom das atividades econômicas no Contestado, seja, por meio do que representou a Floresta das Araucárias e/ou do que significa o *Pinus* atualmente, e uma segunda, que vincula-se à primeira, de que não existe outra possibilidade, por meio da imposição de um modo de pensar, no que se diz respeito à dinâmica econômica e de configuração espacial, que não transcenda o universo da cadeia produtiva madeireira.

Pode parecer num primeiro momento uma análise fatalista, mas essas contribuições trazidas por aqueles e aquelas que são filhos e filhas do Contestado, nos fazem entender o monocultivo de *Pinus* por dentro da reflexão teórica de um projeto de desenvolvimento

econômico-social-político-cultural-ambiental alicerçado na reprodução do capital, na mercadificação da natureza, na negação da diversidade, no controle social e, portanto, na degradação da natureza e do trabalho.

É preciso registrar que de modo algum nos referimos aos nossos alunos e às alunas enquanto incapazes de pensar e refletir sobre a realidade posta, pelo contrário, em nossas aulas muitas foram as contribuições no sentido da compreensão de para quê e para quem serve a exploração madeireira.

Até porque, a aula é um espaço em disputa no sentido dos entendimentos, posicionamentos e leituras trazidas por alunos e alunas. E, é nessa diversidade de compreensões que nos chamou atenção aquelas que se referiam a madeira e ao *Pinus*, enquanto inevitáveis. Por meio disso, entendemos que o monocultivo de *Pinus* territorializou-se alicerçado num projeto de desenvolvimento das relações de produção capitalistas, sustentado por um discurso hegemônico que leva ao controle social através do convencimento de que é bom e importante a todos e à todas, criando e solidificando a instauração de uma “verdade”.

É no desvelar da complexidade estabelecida que esta pesquisa busca contribuir com o avanço da leitura geográfica sobre o Contestado, a partir do entendimento do trabalho, enquanto categoria fundante para a compreensão do mundo que está aí e para a construção de outro mundo possível, bem como para elucidar o mundo vivido há um século por caboclos e caboclas. A pesquisa também procura compreender a natureza/terra como condição central para a reprodução da sociedade do capital e, dialeticamente, para o estabelecimento de outra sociedade que liberte e dê sentido à vida e, portanto, ao trabalho.

Nesse contexto, estamos e somos parte do Contestado que segue em luta, por trabalho digno, por terra para a existência, por território para a reprodução social, por educação e saúde de qualidade e pela autonomia dos povos.



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2017.

Monocultivo de *Pinus* e as toras enfileiradas após o corte em Calmon/SC

Os plantios de *Pinus*, [...], ocuparam o espaço das matas dos pinhais, das centenárias araucárias usadas como pontos de referência dos rebeldes e seus descendentes. (NOSSA; JÚNIOR, 2012, *on-line*).

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO: DEGRADAÇÃO DA NATUREZA E DO TRABALHO NO CONTESTADO

1.1 A tese!

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso (MARX, 1982, p. 14).

A tese parte da totalidade concreta do Território Contestado para fazer uma análise da degradação da natureza e do trabalho, enquanto premissa da (com)formação territorial do Contestado. Para o desenvolvimento desta pesquisa verticalizamos nossas preocupações, no tempo presente, com o intuito de entender os conteúdos, significados e desdobramentos do monocultivo de *Pinus* e da indústria da madeira.

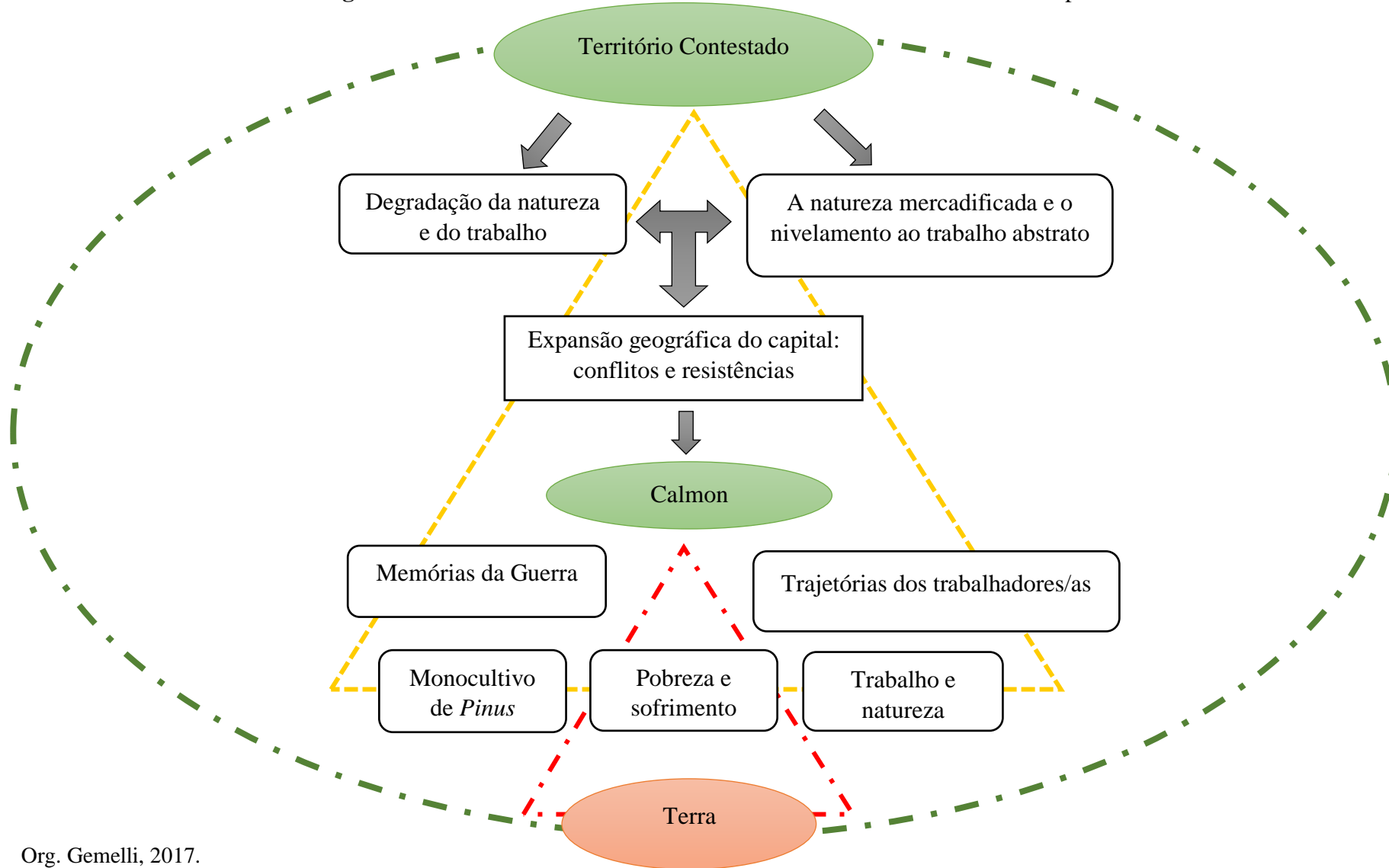
Todavia, compreender a realidade posta sem dedilhar as determinações da universalidade-particularidade-singularidade tornaria a pesquisa reducionista, já que a degradação da natureza e do trabalho não é um fenômeno que se estabelece no Território Contestado com a implantação da monocultura do *Pinus*, ocorrida com mais intensidade³ por volta das décadas de 1960-1970.

Nesse ínterim, não há como negligenciar a complexidade de elementos que formam o Território Contestado e que o tornam único. A estrutura espacial é conformada pelas marcas e significados da violência da expansão do capital, que resultou na maior Guerra Civil Camponesa do Brasil, e representa a forma como a universalidade se expressa nas partes levando à diferenciação espacial, manifesta nas particularidades e singularidades do movimento sociometabólico do capital.

Compreendendo, que a totalidade concreta é, como sinaliza Marx (1982), a unidade do diverso, enquanto síntese de múltiplas determinações, elaboramos um esquema explicativo (Figura 1) para representar o concreto pensado que estrutura e sustenta a tese de que, a degradação da natureza e do trabalho, por meio da madeira mercadificada representa um elemento/fenômeno do movimento sociometabólico da expansão geográfica do capital no Território Contestado e aponta a urgência da reunificação homem/mulher-natureza, através da terra-trabalho enquanto condição ontológica e concreta de existência social e superação da racionalidade econômica capitalista imposta, sobremaneira, há um século por meio da aliança entre Estado-capital imperialista-coronéis.

³ Na década de 1940 já existiam algumas iniciativas envolvendo o plantio comercial do *Pinus* por meio da criação do INP – Instituto Nacional do Pinho.

Figura 1: A estrutura da tese: o dever do Território Contestado e o concreto pensado



Sobre a localização do Contestado, Vinhas de Queiroz (1966, p. 08), assinala, que “situa-se entre os 26° e 28° de latitude sul, e aproximadamente de 50° a 52° a oeste de Greenwich”. Para além desta identificação balizada por paralelos e meridianos, trata-se de um território compreendido entre o sul e sudeste do Paraná, passando pelo planalto, região serrana e parte do oeste catarinense onde desenrolaram-se alguns dos elementos mais complexos da formação socioespacial brasileira. Tais elementos envolveram disputas territoriais no âmbito político-administrativo, para o estabelecimento de limites e fronteiras estatais e mesmo entre países (no caso, Brasil e Argentina), mas, sobretudo embates quanto à conformação econômica, social, ambiental e cultural do território a partir da ação de agentes e sujeitos diversos, caboclos e caboclas, jagunços, monges, coronéis, vaqueanos, imigrantes, Exército, capital internacional e Estado.

Nesse cenário, o conceito de território foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, bem como para que o leitor e a leitora entendam a base teórica que nos sustenta a analisar o Contestado em meio ao conjunto complexo de tramas e relações de poder que têm se estabelecido no devir do tempo-espaço.

Partimos da premissa que o Território Contestado é nosso objeto de estudo. Mesmo que o Contestado não seja formado por apenas um único grupo social, compreendemos que os conflitos, permeados por relações de poder sob interesses antagônicos, são a marca da formação deste território, portanto, a degradação da natureza e do trabalho se constitui enquanto possibilidade interpretativa e analítica para a leitura geográfica do Território Contestado.

Raffestin (1993) e Andrade (2004), indicam que o território não é sinônimo de espaço e/ou de lugar. “Deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, que se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais” (ANDRADE, 2004, p. 19).

Para Raffestin (1993, p. 07), “o território, [...] não poderia ser nada mais do que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço”.

De acordo com Thomaz Junior (2009, p. 45), “o espaço é a categoria da ordem, e o território é sua materialidade, de sorte que, por esse referencial, nos propomos apreender a dinâmica geográfica da totalidade do trabalho, com vistas à apreensão da práxis social territorialmente fragmentada dos trabalhadores”.

No que diz respeito a estrutura territorial que esteve no centro do embate entre os diversos atores sociais, está a Floresta das Araucárias⁴ ou Floresta Ombrófila Mista. E, é preciso enfatizar que não se trata de determinismo geográfico, mas, do potencial econômico que a madeira e a terra representaram (representam) sob racionalidades e matrizes econômicas diversas e contraditórias, ou seja, da terra-floresta, enquanto condição de reprodução social e biológica/valor de uso, para a transmutação em valor de troca/mercadoria e, portanto, fonte de acumulação e poder.

Moura (2013, p. 54), ao se referir aos sentidos e significados da terra para os caboclos e caboclas do Contestado, propõe, que “a terra é terra sociedade, a que não é mercadoria, a terra é santa e não pode ser de negócio, a terra é de herança por que depende do parentesco e não dos contratos de compra, de venda e de trabalho”.

Gallo (1999, p. 102), enfatiza, que para os caboclos e as caboclas o sentido da terra não estava em sua cobiça, em apropriar-se de maior quantidade, “mas simplesmente a terra é a sua casa, sem fronteiras, e o seu sustento”.

Carlos Frederico Marés ao discutir a propriedade da terra diz que a propriedade não é compatível com a vida. Diferente da terra, que para tantos homens e tantas mulheres, segue sendo sinônimo de vida, mesmo que diversos massacres (como no Contestado), tenham havido em seu nome. “E é vida não só porque oferece frutos que matam a fome, mas porque purifica o ar que se respira e a água que se bebe. Fosse pouco, dá ainda o sentido do viver humano, sua referência, sua história, sua utopia e seu sonho” (MARÉS, 2003, p. 15).

O capitalismo transformou estas coisas em simples mercadorias. A ideia de que as coisas, as utilidades, deixem de ser bens em si para serem apenas valores negociáveis, mercadorias, que se trocam por dinheiro, mudou o conceito de utilidade, isto é, o seu valor de uso, estético, sentimental ou cultural, deixou de ser apreciado (no duplo sentido, que não se tem apreço, nem preço) dando lugar exclusivo ao seu valor de troca, isto é, ao seu preço, seu valor de mercado. (MARÉS, 2015, p. 58).

Ao passo que a terra é regulada por outros preceitos, ou seja, pela propriedade privada, pelo direito jurídico e não pelo sentido da vida, se estabelece o significado da degradação da natureza e do trabalho no Contestado, que, portanto, não se caracteriza como um fenômeno

⁴ É necessário deixar claro que quando nos referimos à Floresta das Araucárias estamos considerando a diversidade de espécies que a formam. A araucária, também chamada de pinheiro-araucária é uma planta nativa do sul do Brasil e “cresce juntamente com outras árvores, como imbuia, cedros, erva-mate, canelas etc” (WACHOWICZ, 2001, p. 209). Considerando essa diversidade, Thomé (1992, p. 14), complementa “em forma de cálice o pinheiro sempre reinou absoluto com a imbuia, a erva, o cedro, a canela e a palmeira”, Derengoski (2000) ainda destaca a existência de perobas, canjeiras e cabreúvas.

recente, tão pouco dissociado, ou seja, a apropriação capitalista da natureza provoca também a apropriação do trabalho enquanto mercadoria, de modo, que a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato ocorre associada à degradação da natureza por meio da terra mercadificada.

A concentração da terra gera a pobreza, a fome, o agravamento das desigualdades, a matança de homens, mulheres, idosos e crianças e por consequência, da natureza. Para Marés (2003), a propriedade da terra destrói a natureza com força devastadora, ao mesmo tempo que se propala ser necessário destruir para alimentar a população. Concordamos com o autor, e o Contestado mais uma vez é inegável exemplo, quando assevera, que “quanto mais destrói a natureza, menos vida possibilita, inclusive humana, quanto mais altera os seres vivos, mais se aproxima da morte. Há algo de errado nessa lógica inversa, não é possível que a garantia de um direito individual seja o flagelo do direito dos povos” (MARÉS, 2003, p. 13).

“As pessoas que viviam e conviviam com as florestas foram totalmente desconsideradas e no século XX pode-se dizer que houve, além da guerra contra a natureza, a guerra contra os seres humanos que conviviam com a natureza” (MARÉS, 2015, p. 62). No Contestado, a destruição da natureza, o sofrimento, o flagelo e o genocídio dos caboclos e das caboclas esteve no centro da apropriação capitalista das riquezas da terra e do território, sobretudo, da Floresta das Araucárias, seguida da venda de lotes a colonos imigrantes.

Para Vinhas de Queiroz (1966, p. 08), “O pinheiro do Paraná, a *Araucaria Angustifolia*, dá caráter à paisagem. Porém, os campos nativos ocupam duas terças partes da área”. Ao tratar da vegetação do Contestado, Peixoto (1995, p. 33), refere-se às “intermináveis florestas espessas de pinheirais cujas copas, erguidas à mesma altura, vistas de longe, parecem verdes campos extensos; rarefazem-se os matos, às vezes, para surgirem as clareiras, pequenos descampados cobertos pela vegetação rasteira ou pelos vassourais”. Logo, à Floresta das Araucárias, não sugere uma formação homogênea, tal “denominação lhe advém porque nela o chamado “pinheiro do Paraná” sobressai tanto pelo seu valor comercial, pela altura e elegância do porte⁵” (VALVERDE, 1957, p. 62).

Existem dois tipos de Floresta das Araucárias. Um, denominado de Floresta Mista das Araucárias e de árvores latifoliadas, em que o cedro e a palmeira aparecem com mais frequência. E outro, em que a araucária se sobressai fisionomicamente, árvores entre os 25 a 30

⁵ Moura (2003, p. 27), ainda destaca que “a mata era composta, na época, com araucárias de grossos troncos, de cerca de 30 m de altura, árvores menores – como a imbuía e a erva-mate -, além de inúmeros arbustos. Apresentava-se por vezes, como floresta mista de araucárias, de cedro e de palmeiras. A mata virgem, onde crescia a erva-mate, desenvolvia-se em terras arenosas, consideradas de qualidade inferior para o roçado”.

metros de altura, tendo no sub-bosque uma formação densa de arbustos e árvores que atingem até 15 metros de altura. É onde encontra-se a *Ilex Paraguariensis* a popular erva-mate, que por muito tempo foi considerada o “ouro-verde” da região, responsável pela dinâmica econômica do Paraná e de Santa Catarina no final do século XIX e início do XX. Seria, inclusive, o potencial econômico da erva mate, um dos motivadores pelas disputas territoriais entre os dois estados (VALVERDE, 1957; VINHAS de QUEIROZ, 1966).

Para Valverde (1957), no que se refere à qualidade e fertilidade do solo de onde predomina a Floresta das Araucárias, pode-se dizer, que se trata de um solo agrícola de qualidade mediana. Contudo, durante quase um século, numerosa população de lavradores tem conseguido ganhar a vida.

Sobre a reserva da Floresta das Araucárias na década de 1950, era em Santa Catarina que se encontrava em maior número e isso se devia, em grande medida, à inexistência de estradas que permitissem maior exploração comercial. Valverde (1957), sinaliza que o quadro se modificou com a construção da rodovia ligando Rio de Janeiro – Porto Alegre, de modo, que ao longo desta, entre Santa Cecília e Papanduva, em 1955, havia uma serraria a cada 8 a 9 quilômetros.

Entretanto, antes do estabelecimento das redes rodoviárias, foram as redes ferroviárias, que no início do século XX, alteraram o território e as territorialidades existentes no Contestado, em nome de um projeto nacional de desenvolvimento do “sertão”, aliando, Estado (a República brasileira), coronéis (fazendeiros e chefes políticos locais) e o capital imperialista (principalmente a empresa *Brazil Railway Company* e suas subsidiárias, sobretudo a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*⁶).

No período que antecede a deflagração da Guerra do Contestado e a implantação do capital estrangeiro, Vinhas de Queiroz (1966), aponta que existia um sistema de estratificação social na região, dividido em: a) coronéis, b) fazendeiros, c) criadores ou meio-fazendeiros, d) lavradores, e) agregados, f) peões.

Durante longo tempo, a vida econômica planaltina assentava-se na criação extensiva do gado bovino na coleta da erva-mate e na extração da madeira, material empregado na construção de praticamente todas as residências. Imperava o despotismo dos coronéis, senhores das terras e das gentes nelas presentes, estreitamente vinculados por laços de ajuda mútua ao governo do Estado. (AURAS, 2011, p. 27).

⁶ A partir desse momento ao nos referimos a tal empresa usaremos apenas a denominação, *Lumber*.

Para Silva (1983), até o início da República esta estrutura social do Planalto catarinense decorria da predominância da pecuária e do latifúndio. O compadrio foi uma característica que sustentou a complexa relação de dominação-subordinação que envolvia, coronéis, fazendeiros e a população cabocla de agregados, condição que “permitiu, pelo menos durante a Colônia e o Império, a manutenção de um certo equilíbrio social, ou melhor, impediu a explicitação dos conflitos sociais existentes” (SILVA, 1983, p. 03).

Oliveira (1985, p. 41), destaca que “as fazendas se instalaram por toda região criando um tipo de civilização patriarcalista, pois tudo girava em torno do dono da fazenda; que adquiria o título de coronel. A terra, [...] era a medida de todas as coisas.” Para o autor, “o fazendeiro é um latifundiário, mas antes disso é o chefe de um grupo social que nele encontra amparo em todas as situações em que necessita de conforto e proteção, que pela tradição devem ser dados pelo grande fazendeiro rural” (OLIVEIRA, 1985, p. 43).

Os coronéis tinham força política e econômica em seus municípios, estavam atrelados ao sistema político estabelecido e possuíam em seus domínios extensas áreas de terra, via de regra, ocupadas por agregados, àqueles que “construíram seus ranchos pelos campos das fazendas e aí viviam, obrigados a serviços gratuitos prestados ao senhor, em troca de um trato de terra onde plantavam [...] as suas roças de milho e feijão e da licença de criarem nos campos algumas cabeças de gado” (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 40).

Todo coronel era, via de regra, um dos maiores fazendeiros da zona de influência⁷ [...]. Entretanto, na maior parte dos casos [...] o que fere a atenção é que os interesses dos coronéis como grandes proprietários rurais se entrelaçavam, de maneira característica, a atividades mercantis e empreendimentos vários no campo econômico. (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 38).

As relações, à época estabelecidas, entre coronéis e a população cabocla sofreram alterações profundas com a institucionalização da República, sobretudo com as mudanças no ordenamento jurídico das terras que, em 1891, passa a ser de atribuição dos Estados e com a chegada do capital estrangeiro, seguida do incentivo à imigração de colonos europeus.

⁷ Os Amazonas Marcondes, em União da Vitória, os Arthur de Paula, nas beiras do Iguaçu, os Fabrício Vieira de tradição afamada, os Juca Pimpão, em Palmas e inúmeros chefes políticos das hostes paranaenses; os Thomas Vieira, em Canoinhas, os Chiquinho de Albuquerque, em Curitiba, os Henrique Rupp, em Campos Novos e outros das bandas catarinenses emparelhando àqueles, são todos *coronéis* da roça, mandões políticos uns e proprietários despóticos outros, em regra preocupados com a dilatação de suas terras e com o crescimento complicado dos bandos de seus animais. Assediados por um grupo e odiados por muitos outros, estão predestinados quase todos os coronéis. (PEIXOTO, 1995, p. 19).

Os latifundiários brasileiros – os chamados coronéis *papa-terras* – até então possuíam um bom relacionamento pessoal com essas populações sertanejas, mas, com a passagem da ferrovia, todas as terras da região passaram a ter rápida valorização. Esses grandes proprietários começaram a hostilizar as populações sertanejas, procurando tirá-los de suas terras, pois sem a presença de posseiros indesejáveis seria mais fácil revendê-las e obter maior lucro. (WACHOWICZ, 2001, p. 198).

Para Auras (1991), os coronéis beneficiaram-se com a chegada das empresas estrangeiras, leia-se, *Brazil Railway Company* e *Lumber*. A terra valorizou-se, os coronéis viram suas terras tornarem-se valor de troca/mercadoria e por esse motivo aliam-se às forças econômicas, “a crescente importância econômica da terra exigiu o avanço da institucionalização da propriedade privada. Nesse processo, não havia lugar para o caboclo-posseiro” (AURAS, 1991, p. 227).

Nesse cenário, construímos uma proposta de leitura do Contestado por meio da natureza e do trabalho, mercadificados e degradados, enquanto unidade dialética, isso quer dizer que não compreendemos natureza x trabalho como contraposição, mas natureza-trabalho, enquanto totalidade.

De igual modo, partimos do entendimento de que não é possível apreender a geografia do presente, no Contestado, sem fazer a relação espaço-temporal. Não se trata de mero jogo discursivo a respeito da importância em analisar o espaço formado temporalmente, mas de trazer à tona a Geografia do Contestado, sobretudo, pelo fato de ter sido imposta uma leitura hegemônica, tida como oficial e verdadeira, do que aconteceu naquelas terras.

Nesse contexto, esta pesquisa teve por objetivo analisar a degradação da natureza e no trabalho no Contestado (Ver Mapa 1⁸), enquanto fenômeno derivado de um mesmo processo,

⁸ Indicamos que a abrangência do Território Contestado, refere-se à uma soma de elementos. Abarca, primeiramente, o território de conflitos, dos redutos e da Guerra, seguido, das terras por onde passaram os trilhos da linha Itararé-Rio Grande e do ramal Porto União da Vitória-São Francisco e ainda o território de alguns municípios que, na época, pertenciam político-administrativamente a outros municípios já instalados, como Curitiba, Campos Novos e Porto União da Vitória. Por isso da inclusão de uma mancha do lado paranaense um pouco mais ampla do que a considerada por alguns autores. Para tanto, nesta pesquisa, o Território Contestado é formado pelos seguintes municípios, no lado paranaense: Bituruna, Cruz Machado, General Carneio, Palmas, Paula Freitas, Porto Vitória, Rio Negro e União da Vitória, e no lado catarinense: Abdon Batista, Água Doce, Anita Garibaldi, Arroio Trinta, Bela Vista do Toldo, Bocaina do Sul, Brunópolis, Caçador, Calmon, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Campos Novos, Canoinhas, Capinzal, Catanduvas, Cerro Negro, Correia Pinto, Curitiba, Erval Velho, Fraiburgo, Frei Rogério, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Irani, Irineópolis, Itaiópolis, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lages, Lebon Régis, Luzerna, Macieira, Mafra, Matos Costa, Mirim Doce, Monte Carlo, Monte Castelo, Otacílio Costa, Ouro, Paineira, Palmeira, Papanduva, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Porto União, Rio das Antas, Rio do Campo, Saleté, Salto Veloso, Santa Cecília, Santa

qual seja, a expansão geográfica do capital, que em sua complexidade levou à implantação de um projeto de desenvolvimento que resultou na Guerra do Contestado (1912-1916⁹). Trata-se, portanto, do entendimento da natureza e do trabalho, enquanto unidade apropriada pelo metabolismo do capital e degradada, num processo que se refaz constantemente, por meio da madeira mercadificada, das monoculturas, da terra concentrada, do nivelamento ao trabalho abstrato e da precarização das condições de trabalho e vida.

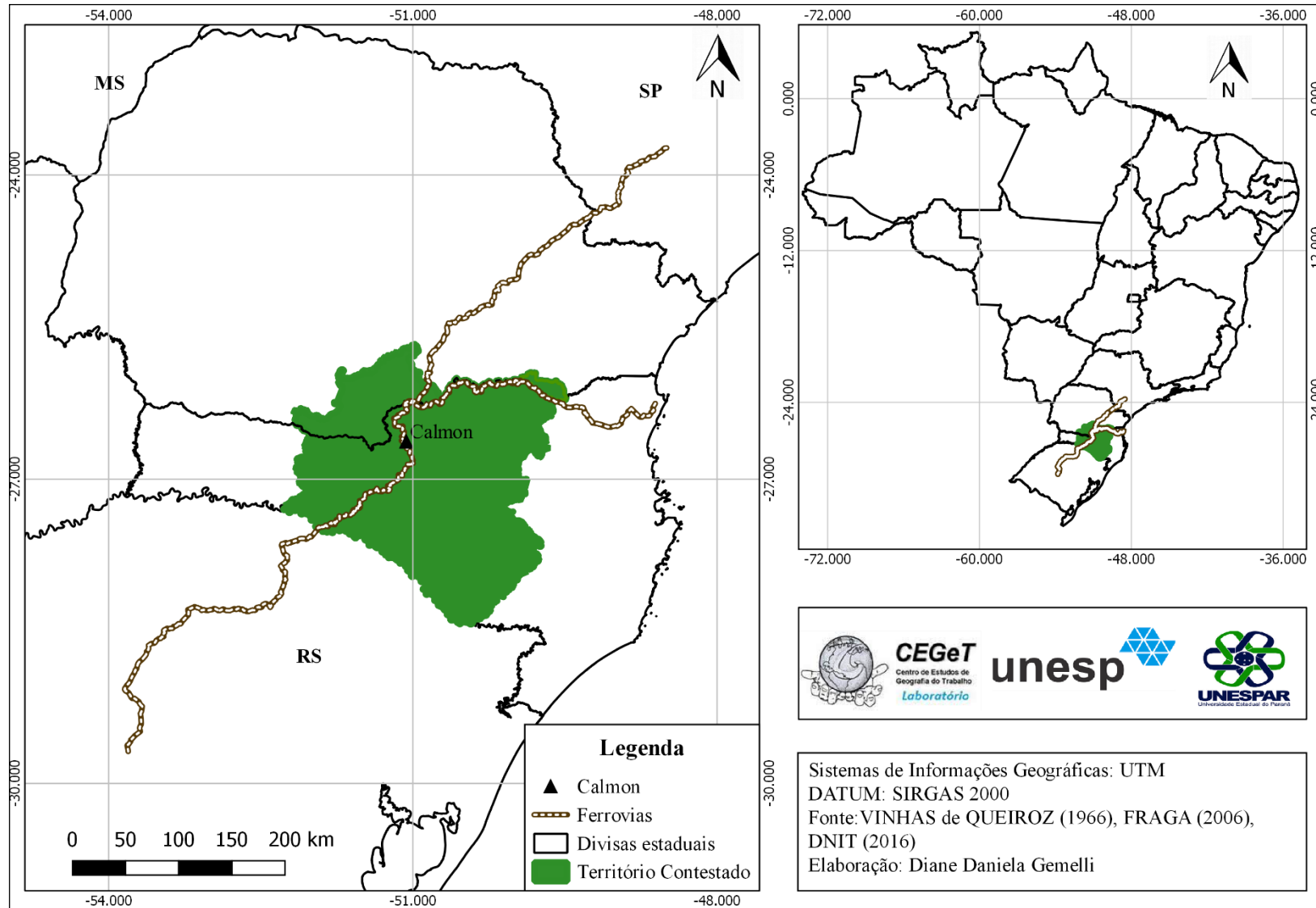
Contudo, o Contestado é luta, é resistência! Se existe um processo hegemônico que levou e leva à degradação da natureza e do trabalho, também existe a negação dessa imposição. Há um século, caboclos e caboclas, homens e mulheres lutam por um mundo de justiça social, de liberdade e de solidariedade. Lutam, pelo direito à vida, à terra e ao trabalho. Pelo direito de viver na simplicidade de um mundo regido pela dignidade e pelo respeito ao próximo e à natureza.

Também é nosso objetivo refletir sobre os processos de lutas, resistência e enfrentamento à ordem hegemônica que, de igual modo, se conformam no Contestado. Da resistência dos caboclos e das caboclas, às lutas, sobretudo pela terra/território (trabalho e vida) que se erguem, especialmente, nos municípios em que a monocultura do *Pinus* e a indústria da madeira são mais evidentes, como em Calmon, município em que aprofundamos nossa análise empírica.

Terezinha, São Cristovão do Sul, São Joaquim, São José do Cedro, Taió, Tangará, Timbó Grande, Três Barras, Treze Tílias, Vargem, Videira e Zortéa,

⁹ A Guerra mobilizou as forças policiais do Exército brasileiro que precisou de 13 expedições militares para superar o Exército Encantado de São João Maria. Conforme Thomé (1992, p. 42), “As forças militares que estiveram no Contestado para ‘impor a ordem e a lei e afugentar bandos de fanáticos’, em tarefa que inicialmente parecia fácil, defrontaram-se com um verdadeiro exército rival, em parte bem disciplinado, formado por gente hábil no manejo das armas, destemida, idealista, conhecedora do terreno e dos segredos da natureza, que transformaram e pesadelo as investidas oficiais [...]. Só depois de centenas de sepulturas cavadas é que as tropas legais se convenceram estar diante de um valente inimigo.”.

Mapa 1: Território Contestado: área de estudo



Isto posto, a pesquisa se sustenta no entendimento de que os fenômenos se expressam dialeticamente. O Contestado vai se conformando, configurando e desenhando num devir espaço-temporal, através das contradições entre projetos de desenvolvimento, lógicas e racionalidades econômicas, concepções de natureza e de trabalho, capital e modo de vida, conflitos e resistências.

1.2 O cenário da pesquisa

“No fim da década de 1970 a floresta com araucária estava praticamente esgotada para o aproveitamento madeireiro e as matas primárias tinham se tornado raridades de paisagem” (CARVALHO, 2010 p. 172). Tendo em vista o exaurimento da Floresta Ombrófila Mista, sobretudo pela pilhagem da araucária¹⁰, os industriais da madeira gestaram possibilidades para a continuidade de tal atividade econômica no Território Contestado, ainda na década de 1940, e que se estruturavam em torno de ações adotadas pelo INP – Instituto Nacional do Pinho. A primeira, tinha como intenção a criação de parques florestais¹¹ com o replantio de araucária no sistema monocultural, porém a iniciativa para fins econômicos não se mostrou vantajosa, seja porque a araucária não alcançou o desenvolvimento¹² almejado, ou ainda pela demora em seu ciclo produtivo.¹³

Diante desse fracasso e para atender aos interesses da indústria madeireira outra estratégia é gestada. Passou-se a fomentar, com mais intensidade a partir da década de 1960, o monocultivo de *Pinus*, assentado, mais uma vez, na lógica mercadológica e capitalizada da natureza atrelada à acumulação e reprodução do capital.

Muitos davam a entender que o reflorestamento era apenas o plantio da araucária, não tendo importância a manutenção ou repovoamento de toda a

¹⁰ De 1910 a 1980, foram extraídas mais de cem milhões destas árvores das matas nativas da Região do Contestado (THOMÉ, 2010, p. 25).

¹¹ Para realizar o reflorestamento, a principal medida tomada pelo INP foi a criação de Parques Florestais. Apesar do nome, eram áreas já devastadas, de tamanhos bastante variáveis, compradas de particulares ou doadas pelos Estados e localizadas em diversas regiões de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que o órgão adquiriu para plantar a *Araucaria angustifolia*. Em 1944 foi iniciado o plantio da araucária no primeiro parque florestal, com 490 hectares em Campo Largo, Paraná. Até 1953 já havia 8 parques, num total de exíguos 11.888 hectares. No total, o INP criou apenas 10 parques, com 14.204 ha (CARVALHO, 2010, p. 179).

¹² É preciso considerar ainda que, na prática, grande número de árvores dos parques do INP não se desenvolveu como o esperado, pois as geadas e as condições artificiais dos reflorestamentos não permitiram um desenvolvimento satisfatório (CARVALHO, 2010, p. 181).

¹³ Para Thomé (2010), os plantios de araucárias não eram satisfatórios, considerando o período de médio a longo prazo para o retorno do capital investido, de modo, que a prática desestimulava o interesse dos madeireiros. Wachowicz (2001), lembra que o tempo médio para que a araucária se torne adulta e apta ao corte, é de sessenta anos.

biodiversidade da floresta com araucária, demonstrando as concepções antropocêntricas em que estavam apoiados, nas quais a floresta significava, em geral, somente um instrumento para o progresso econômico do Sul madeireiro. Uma ilustração do quanto essa crítica estava permeada de uma visão antropocêntrica e produtivista é a própria ascensão do *Pinus* na década de 1960, quando muitos deixaram de recomendar o reflorestamento da araucária, pois estavam espantados pela descoberta de um "produto" substituto melhor, capaz de produzir mais biomassa em bem menos tempo do que o pinheiro, e nessa lógica, o importante acima de tudo era garantir o futuro da indústria madeireira. (CARVALHO, 2010, p. 185-186).

Nesse movimento de configuração geográfica do Contestado é preciso considerar conforme Carvalho (2010), que a instalação da indústria madeireira trouxe algumas particularidades à exploração da floresta, diferente de outras áreas de Mata Atlântica no Brasil.

Em primeiro lugar, porque a destruição da floresta com araucária envolveu um aproveitamento econômico maior da biomassa em relação a outros tipos florestais da Mata Atlântica, onde a floresta era, a grosso modo, simplesmente o empecilho que era necessário remover para cultivar a terra. Na região da araucária, a floresta não era vista somente como o problema, mas também como a fonte de lucro, de oportunidades de ganhar dinheiro. Em segundo lugar, porque o desenvolvimento tecnológico dessa indústria e as discussões levantadas pelo problema da falta de madeira de araucária para as serrarias colaboraram para o início do reflorestamento comercial massivo no Brasil. De fato, antes da década de 1970, período que coincide com o esgotamento da floresta de araucária para fins madeireiros, o reflorestamento no Brasil era algo muito discutido e debatido, porém muito pouco realizado [...]. No entanto, a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) num momento crucial para a indústria madeireira sulina, em 1967, e a política de incentivos fiscais ao reflorestamento do governo militar determinaram o início da era dos grandes plantios de *Pinus* e eucalipto no Brasil. (CARVALHO, 2010, p. 104).

Antes da constituição do IBDF, que fomentou o monocultivo de espécies exóticas no Brasil para alimentar o mercado de papel, celulose e demais produtos derivados da madeira, no contexto de aliar interesses econômicos e políticos em torno de um projeto de desenvolvimento, foi criado, em 1941, o INP¹⁴.

Conforme o decreto de criação tratava-se de um órgão com finalidade de atender aos interesses dos produtores, industriais e exportadores do pinho. Conforme Carvalho (2010), o INP não se configurou como um órgão de proteção ambiental, sendo, portanto, uma instituição criada para desenvolver e promover a indústria madeireira, para tanto defendia-se o reflorestamento, leia-se monocultivo, como a possibilidade de continuidade e crescimento econômico do setor.

¹⁴ Criado pelo decreto-lei nº. 3.124, de 19 de março de 1941.

O INP foi extinto em 1967, através do decreto de criação do IBDF¹⁵, é quando o ideário do monocultivo de árvores para fins econômicos, tratado pelo referido instituto, enquanto florestamento e reflorestamento, aparece como estratégia política-governamental.

No final da década de 1940 e ao longo da década de 1950 começam os experimentos com espécies exóticas no Brasil. O *Pinus taeda* e o *Pinus elliottii* apresentaram melhor retorno para a indústria madeireira, inclusive com maior aproveitamento que nos Estados Unidos da América e Canadá (local de origem), onde só podem ser utilizados comercialmente trinta anos após o plantio¹⁶. No sul do Brasil o ciclo do *Pinus* é de aproximadamente vinte anos, passando por dois desbastes, aos sete e quatorze anos, com retirada de 2/3 das árvores plantadas, até que as “melhores árvores” atinjam, após aproximadamente vinte anos de plantio, diâmetro e altura para o corte raso.

Conforme Malinas (2013), os grandes maciços homogêneos de eucalipto e *Pinus* no Brasil originaram-se, sobremaneira, no período da ditadura militar. O monocultivo de *Pinus*, no transcorrer das décadas de 1960 e 1970, passa por uma série de estímulos do Estado com destaque para a implantação do Código Florestal Brasileiro de 1965, que estruturou a lei, assinada na Ditadura Militar pelo Presidente Castelo Branco¹⁷, de incentivos fiscais concedidos para empreendimentos florestais. A referida lei, consistia em abatimento de impostos, de até 50%, destinado às pessoas físicas ou jurídicas que realizassem o florestamento ou reflorestamento de essências florestais, árvores frutíferas e árvores de grande porte.

Dentro desta política, as empresas privadas iniciaram o plantio de *Pinus* em grande escala, lideradas pelas indústrias de celulose, papel e papelão, particularmente interessadas em aumentar o suprimento de matéria-prima. Empresas deste gênero, que estavam instaladas ou em instalação em Santa Catarina, como a Tedesco (em Caçador), a Olinkraft (Otacílio Costa), a Rigesa (Três Barras), a Klabin (Lages) e outras, que já tinham realizado experiências com eucaliptos, adotaram o *Pinus elliottii*. (THOMÉ, 2010, p. 241).

Neste ínterim, compreender a tessitura social e territorial significa desvelar uma complexa trama de relações expressas no controle territorial do capital e do Estado, inclusive sob um discurso ideológico de desenvolvimento¹⁸, atrelado ao monocultivo de *Pinus* e a indústria da madeira.

¹⁵ Criado pelo decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967.

¹⁶ Ver Thomé (2010).

¹⁷ Lei Nº 5.106, de 2 de Setembro de 1966.

¹⁸ Voltaremos a esse assunto no capítulo três

Destarte, é elucidativa a reflexão de Harvey (2009), ao referir-se ao Estado, enquanto ator territorial relevante e agente fundamental da dinâmica do capitalismo global, quando se trata de batalhas em torno da hegemonia, do colonialismo e da política imperial, seja, no Território Contestado, nas ações de um século atrás ou na reconfiguração do espaço nas últimas décadas, a fim de atender a lógica do modo de produção capitalista. “Compreendendo os processos de acumulação do capital em perpétua expansão, e, portanto, em permanente ação de rompimento de toda tendência ao equilíbrio” (HARVEY, 2009, p. 83).

De tal modo, o monocultivo de árvores é um elemento que caracteriza a paisagem do Contestado. Essa forma, expressa no *Pinus*, é carregada também de conteúdos e significados para além do visível nas áreas de monocultivo. Trata-se, da apropriação privada da natureza pelos coronéis do Contestado, senhores com poder econômico e político que continuam a configurar a tessitura territorial, por meio da combinação; concentração de terras, territorialização das monoculturas, e ainda, na degradação do trabalho, que se manifesta na realidade das condições do trabalho nas áreas de plantio, manutenção e corte de *Pinus*, bem como, no processo de trabalho vinculado à indústria de derivados da madeira, ou ainda, na negação de outras possibilidades de trabalho, como observamos em Calmon, sobretudo para mulheres e jovens.

Além disso, dada a demora do ciclo produtivo do *Pinus* - do plantio ao corte - sendo de aproximadamente 20 anos, como apontado anteriormente, o que se vê é o reflexo da inviabilização da terra pela monocultura no que diz respeito à organização espacial e da vida em sociedade, de modo que as monoculturas “ deixam para trás extensas porções de terra desertificadas, impróprias para a prática da agricultura¹⁹” (THOMAZ JUNIOR, 2006, p. 107).

Sobre o monocultivo de *Pinus* no Território Contestado, Fraga (2006, p. 95), indica que “mesmo com o parcelamento da terra aos colonos que entraram na região depois da Guerra do Contestado, a mesma mantém extensas áreas de latifúndio voltadas à agropecuária e ao *plantation* do *Pinus*”.

Assim, o monocultivo de *Pinus* é um elemento representativo no processo de formação territorial do Paraná e de Santa Catarina (Tabela 1 e Figura 2), pois lideram o plantio no Brasil. Para elucidar a invasão do *Pinus* no Contestado, fizemos o esforço de contabilizar, de acordo

¹⁹ Ao fazer tal afirmação o autor refere ao deserto verde dos eucaliptais, contudo, a condição se repete quanto se trata do monocultivo de *Pinus*.

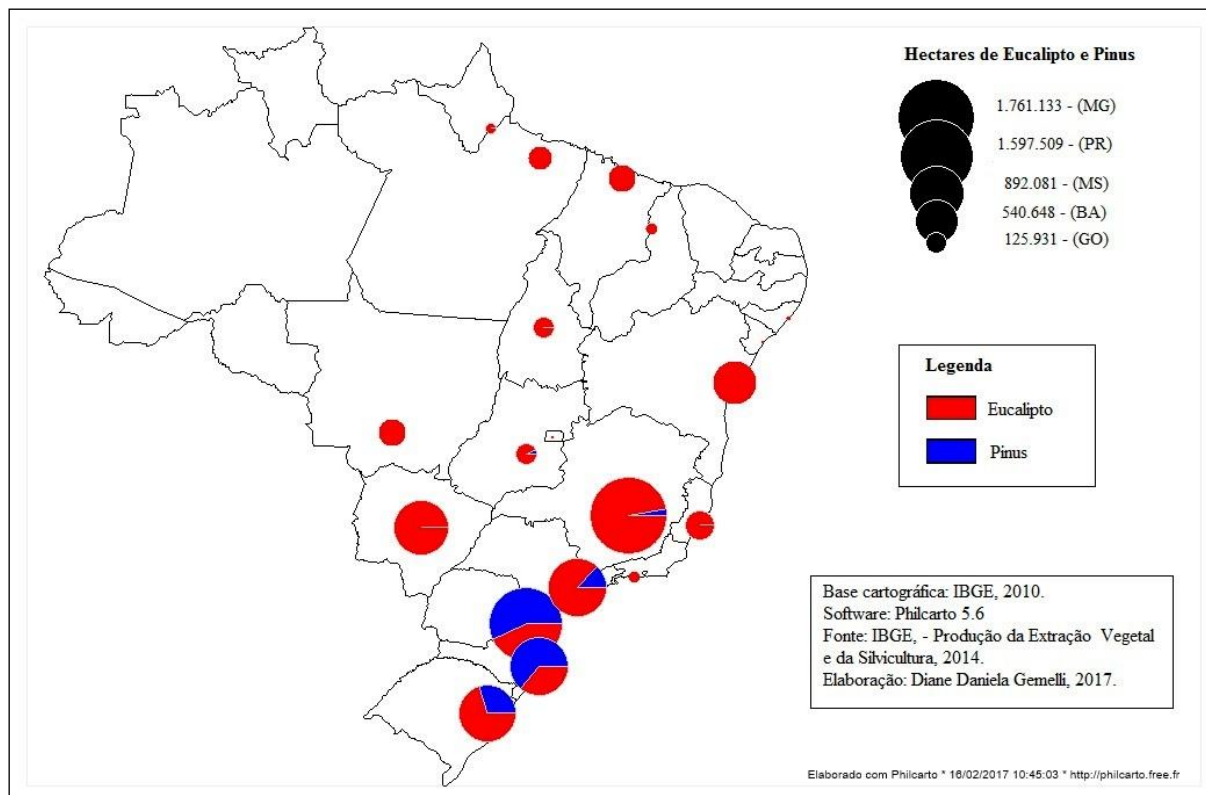
com dados do IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, a extensão de terras (em hectares) ocupada por *Pinus* nos anos de 2014, 2015 e 2016²⁰ no Contestado.

Tabela 1: Participação do Paraná, Santa Catarina e do Contestado em relação ao monocultivo de *Pinus* (hectares) – 2014, 2015 e 2016

	<i>Pinus</i> (hectares)			Participação percentual (%)		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Brasil	2.049.234	2.065.560	2.079.162	100	100	100
Paraná	909.874	919.664	920.251	44	45	44
Santa Catarina	654.822	668.550	647.322	32	32	31
Rio Grande do Sul	288.910	273.200	265.401	14	13	13
Demais estados	195.628	204.146	246.188	10	10	12
Contestado ²¹	650.860	663.611	651.902	32	32	31

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2014; 2015; 2016.

Figura 2: Participação do *Pinus* e eucalipto (em hectares) por estado brasileiro (2014)



²⁰ Somente a partir do ano de 2014, o IBGE disponibilizou os dados referentes a área ocupada com *Pinus* nos estados e municípios brasileiros.

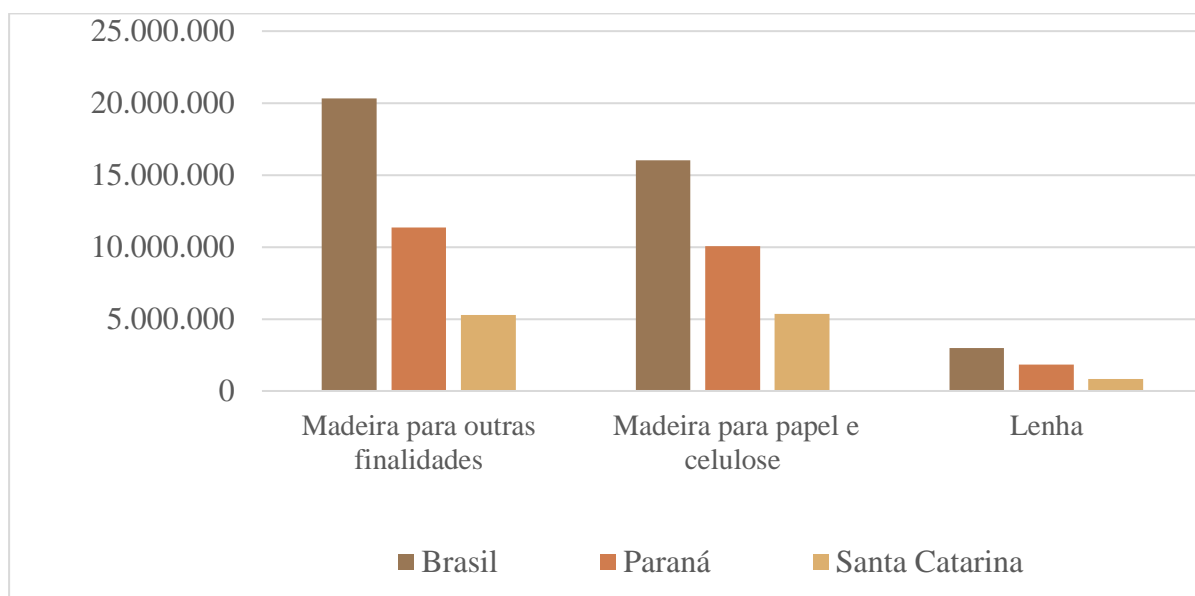
²¹ Para tanto considera-se a área territorial indicada no Mapa 1.

Dada a representatividade do monocultivo de *Pinus* no sul do Brasil, com especial destaque para os estados do Paraná e de Santa Catarina e, em face da importância que denota no Contestado, entendemos, que se trata de um fenômeno que necessita de uma leitura geográfica, com vistas à análise de seus significados e rebatimentos espaciais.

Para Fraga (2013), o Contestado está se transformando lenta, ou, rapidamente, num grande deserto verde, e, onde antes se plantava a roça e a pequena lavoura para venda e subsistência, se veem as propriedades abandonadas e dominadas por este alienígena – o *Pinus*.

Para elucidar a reflexão, apresentamos na sequência o Gráfico 1, que ilustra a quantidade, em metros cúbicos, de lenha e madeira em tora de *Pinus*, produzidas no Brasil, a partir de um comparativo com o Paraná e Santa Catarina.

Gráfico 1: Quantidade de lenha e de madeira de *Pinus* (m³) produzida – Brasil – Paraná e Santa Catarina (2016)



Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2016.

Através da leitura do gráfico, nota-se, que Paraná e Santa Catarina, em 2016, foram responsáveis por: 82% madeira para outras finalidades, 96% da madeira para papel e celulose e 89% da lenha de *Pinus* produzida no Brasil.

Esses dados têm um significado geográfico para além da área ocupada e da quantidade produzida de *Pinus*. Representam o conteúdo territorial de um processo socioeconômico centrado na monocultura, enquanto forma de desenvolvimento, apropriação das terras e negação da diversidade. Busca-se, um campo homogêneo de formas de produção e de uma natureza artificializada, produzida mercadologicamente para atender aos interesses do sistema

sociometabólico do capital, ou seja, denota a implantação de uma racionalidade econômica carregada de contradições, interesses e conflitos que significa, em essência, o aprofundamento das desigualdades, num território já marcado pela lógica espoliatória de acumulação.

Salientamos, que no Paraná, em 2016, a maior produção de lenha e de madeira de *Pinus* (2.760.864 m³) foi registrada no município de Telêmaco Borba-PR, seguido por Sengés (1.966.034 m³), General Carneiro (1.700.000 m³), Cruz Machado (1.109.180 m³), Jaguariaíva (805.058 m³) e Bituruna (747.875 m³). No lado catarinense, em 2016, destacaram-se: Lages (630.000m³), Calmon (550.000m³) e Bom Retiro (452.000m³). Contudo, é preciso ressaltar que dada a dinâmica econômica e produtiva do *Pinus* estes dados podem variar consideravelmente de um ano para outro, tanto que, em 2014, os municípios que lideraram a produção de *Pinus* em território catarinense, foram: Três Barras (893.973 m³), Santa Cecília (758.119 m³) e Calmon (695.000 m³)²².

Nossa; Júnior (2012), ao relatarem o avanço do *Pinus* no Contestado, afirmam que as plantações ocuparam o espaço das matas dos pinhais, das centenárias araucárias usadas como ponto de referência dos rebeldes e seus descendentes. As margens das estradas que ligam os municípios (em vários casos, rodovias não asfaltadas), as plantações de *Pinus* são homogêneas, com árvores plantadas em áreas divididas em blocos, crescendo na mesma altura nos terrenos baixos, nos morros, e nos pés de serras elevadas.

O Contestado virou um labirinto verde, desafiando os caboclos e suas tentativas de guardar as memórias de família e de comunidade. As porteiras de aço das companhias produtoras de *Pinus* predominam, bloqueando caminhos seculares ainda dos tempos dos viajantes e tropeiros que percorriam trilhas do Planalto Catarinense, com seus muare, fazendo o percurso das estâncias do Rio Grande do Sul à tradicional feira de bois de Sorocaba. (NOSSA; JÚNIOR, 2012, *on-line*).

Diante desse cenário e para além dos números de produção, preocupamos-nos com o significado concreto do *Pinus* no Contestado. Assim, por dentro da dinâmica territorial do capital e do trabalho, é importante desvelar as marcas da monocultura do *Pinus*, no que concerne à constituição do campo caracterizado pela concentração fundiária, tomado por médias e grandes empresas que se denominam “reflorestadoras”, que geram poucos empregos

²² Reforçamos a necessidade de se tomar alguns cuidados ao analisar esses dados. Isso porque, pode haver uma variação significativa em termos de quantidade produzida de lenha e madeira de *Pinus* ao longo dos anos, em virtude do longo ciclo produtivo do *Pinus*. A inexistência, por exemplo, de produção em um ano, não significa que no referido município não existam áreas de monocultivo de *Pinus*.

e, em geral, apenas para homens. Em municípios do Contestado, tomados pelo *Pinus*, caso de Calmon, as mulheres trabalhadoras não têm emprego²³.

Nesse sentido, objetivamos perscrutar a homogeneização provocada pelo monocultivo de *Pinus*. Entendemos que o Contestado, ao passo que se transforma num deserto verde, apresenta as feições de um território dominado pela monocultura, pela negação da diversidade, em termos das formas da natureza e de produção no campo. Uma das feições é a pobreza, que marca o Território Contestado e se manifesta na precariedade das condições de vida da população que se reflete em diversos indicadores sociais e econômicos, que, por sua vez se desdobram na materialidade do espaço geográfico.

Passado um século do término oficial da Guerra do Contestado, os municípios que hoje compõe o que foi o palco da guerra, território disputado entre Paraná e Santa Catarina, pela *Lumber* e por caboclos e caboclas, convivem com aquilo, que em nossa leitura, é resultado do processo histórico de expansão do capital. Decurso que apresentou sua grandiosidade na chegada dos trilhos do trem, mas que ao longo dos últimos cem anos têm se sustentado no potencial mercadológico, destrutivo e excludente da madeira, primeiro, na madeira nativa e no saqueamento da Floresta das Araucárias, e a partir da década de 1970, sobretudo na monocultura de *Pinus* e implantação de florestas artificiais.

Avaliamos que a madeira enquanto mercadoria vem acompanhada de seu par indissociável, sem o qual não consegue garantir a acumulação capitalista, qual seja, a apropriação privada da terra e da floresta (aqui nos referimos exclusivamente a Floresta Ombrófila Mista), seguida da territorialização da monocultura de árvores, ou seja, a formação de imensas florestas artificiais de *Pinus*.

De tal modo, a mercadificação da madeira pressupõe a transformação da terra em bem vendável. Isso, historicamente, provocou no Contestado a separação entre trabalhadores/trabalhadoras x meios de produção, caboclos/caboclas x terra/floresta, em que o próprio deflagrar da Guerra é emblemático. Contudo, mesmo após o massacre caboclo e a reconfiguração territorial via imigração europeia, não houve a redistribuição de terras, de modo que a concentração fundiária permanece enquanto um grave problema no Contestado.

Na sequência apresentamos o Quadro 1, que evidencia a estrutura fundiária de Calmon, Santa Cecília e Três Barras, municípios que, em 2014, conforme sinalizamos anteriormente, eram responsáveis pelas maiores produções de madeira de *Pinus* em Santa Catarina.

²³ Voltaremos a esse assunto no capítulo cinco.

Quadro 1: Estrutura fundiária em Calmon, Santa Cecília e Três Barras, 2006

Classes (ha)	Calmon		Santa Cecília		Três Barras	
	Estabelecimentos em unidade e percentual	Área dos estabelecimentos em hectares e percentual	Estabelecimentos em unidade e percentual	Área dos estabelecimentos em hectares e percentual	Estabelecimentos em unidade e percentual	Área dos estabelecimentos em hectares e percentual
< 10	18 – 5,84%	125 – 0,69%	38 – 11,65	181 – 0,22%	184 – 45,31%	749 – 2,42%
10 a 20	154 – 50%	2.870 – 15,8%	75 – 23,01%	1.232 – 1,47%	74 – 18,23%	1.087 – 3,51%
20 a 50	32 – 10,39%	984 – 5,41%	72 – 22,09%	2.841 – 2,95%	70 – 17,24%	2.177 – 7,03%
50 a 100	23 – 7,47%	1.739 – 9,57%	41 – 12,58%	2.899 – 3,45%	37 – 9,11%	2.472 – 7,99%
100 a 200	13 – 4,22%	1.816 – 10%	35 – 10,74%	5.223 – 6,21%	13 – 3,2%	1.876 – 6,06%
200 a 500	19 – 6,17%	6.928 – 38,14%	27 – 8,28%	8.071 – 9,60%	9 – 2,22%	2.882 – 9,31%
500 a 2500	4 – 1,13%	3.703 – 20,34%	32 – 9,81%	32.307 – 38,40%	12 – 2,96%	12.738 – 41,16%
> 2500	–	–	4 -1,23%	31.712 – 37,70%	2 – 0,49%	6.967 – 22,52%
Produtor sem área	45 – 14,61%	–	2 – 0,61%	–	5 – 1,23%	–

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

A distribuição dos estabelecimentos por estrato de área e a proporção da área ocupada, mostra que, a concentração de terras é um problema nos referidos municípios.

Em Calmon, apenas quatro estabelecimentos abocanham 20% da área agropecuária do município, enquanto, 204 estabelecimentos, com até 50 hectares, ocupam 22% do território. Destes estabelecimentos, é importante mencionar que pelo menos parte, deve representar área dos assentamentos de reforma agrária, Putinga (4.339 hectares) e Jangada (2.226 hectares), instalados no município em 1987, e que de acordo com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, possuem respectivamente, 167 e 77 famílias assentadas. Conforme informações do Secretário de Agricultura do município, Marcos Zaias, os filhos de alguns assentados constituíram famílias e continuaram nos assentamentos, assim, são aproximadamente 300 famílias que vivem nos dois assentamentos de Calmon.

Em Santa Cecília a concentração de terras é ainda maior. No município existem 04 estabelecimentos com área superior a 2.500 hectares cada. Fazendo uma média simples, do número de estabelecimentos (04), em relação à área ocupada (31.712 hectares), chega-se ao tamanho médio das propriedades equivalente a 7.928 hectares. Na outra ponta, os 185 estabelecimentos, com até 50 hectares, ocupam apenas 4,64% da área agropecuária do município.

O município de Três Barras também possui estabelecimentos com área superior a 2.500 hectares. São dois estabelecimentos, que ocupam quase ¼ da área territorial rural. Ainda chama atenção a existência de 184 estabelecimentos, no estrato de área de até 10 hectares, que teriam em média 4 hectares cada.

Os módulos fiscais destes municípios também corroboram para a constatação da concentração fundiária. Em Calmon e Três Barras a área de um módulo fiscal é de 16 hectares e em Santa Cecília de 24 hectares.

A apropriação de terras, que se repete nos demais municípios do Contestado, assim como no Brasil, em nossa análise, sustenta os pífios indicadores socioeconômicos da população que vive boa parte da região, além de trazer rebatimentos em termos da dinâmica populacional.

Calmon, Santa Cecília e Três Barras são pequenos municípios em termos populacionais. Nas últimas duas décadas, a população de Calmon oscilou entre os residentes no campo e aqueles que moram na cidade. Porém, manteve-se com pouco mais de 3 mil habitantes. Nota-se, a diminuição da população rural, entre 1991 e 2010, na ordem de 46%, enquanto o incremento da população urbana foi de 58%. Em 1991, Calmon era um município com a maior parte da população vivendo no campo, quadro que se inverte em 2010.

Os municípios de Santa Cecília e Três Barras possuem contingentes populacionais relativamente superiores a Calmon. Igualmente, entre 1991 e 2010, observa-se o processo de aumento da população urbana em detrimento da rural (ver Tabela 2).

Tabela 2: População: Calmon, Santa Cecília e Três Barras (1991 – 2000 – 2010)

	1991		2000		2010	
	População Rural	População Urbana	População Rural	População Urbana	População Rural	População Urbana
Calmon ²⁴	2.253	901	2.075	1.392	1.271	2.115
Santa Cecília	4.350	7.997	3.185	11.617	2.094	13.663
Três Barras	3.531	12.490	2.901	14.223	2.764	15.365

Fonte: IBGE, 2010.

Apresentamos a dinâmica populacional dos municípios, pois acreditamos que esta é fortemente impactada pela repercussão da divisão e dinâmica territorial do trabalho que, por sua vez, se sustenta na concentração de terras.

A territorialização da monocultura do *Pinus*, com mais efetividade nas últimas três ou quatro décadas, é o principal elemento para a diminuição da população rural²⁵. As terras ficam inviabilizadas por cerca de vinte anos, o *Pinus* não é rentável em pequenas propriedades, uma vez que, somente com o corte raso se proporciona o retorno dos investimentos e alguma sobra financeira. Além disso, o trabalho não é constante, sendo necessário apenas em algumas etapas como plantio, cuidados até o primeiro ano, sobretudo com a realização de roçadas e a aplicação de agrotóxicos para evitar o ataque de formigas. Passado esse período, os trabalhadores retornarão à área plantada, após seis ou sete anos e depois entre os treze-quatorze anos, para realizar os desbastes e o corte de 1/3 das árvores em cada período. Por fim entre dezoito e vinte e dois anos, faz-se o corte raso. Retiram-se todas as árvores de *Pinus*, para em seguida, na maioria das vezes, plantá-lo novamente.

Enfatizamos a considerável diminuição no número de pessoas vivendo no campo em Calmon, município no qual aprofundamos os trabalhos de campo. Num universo de 3.386 habitantes a saída de 804 pessoas do campo é um dado representativo. Defendemos que a uniformização do espaço provocada pelo *Pinus* e expressa na degradação da natureza e do

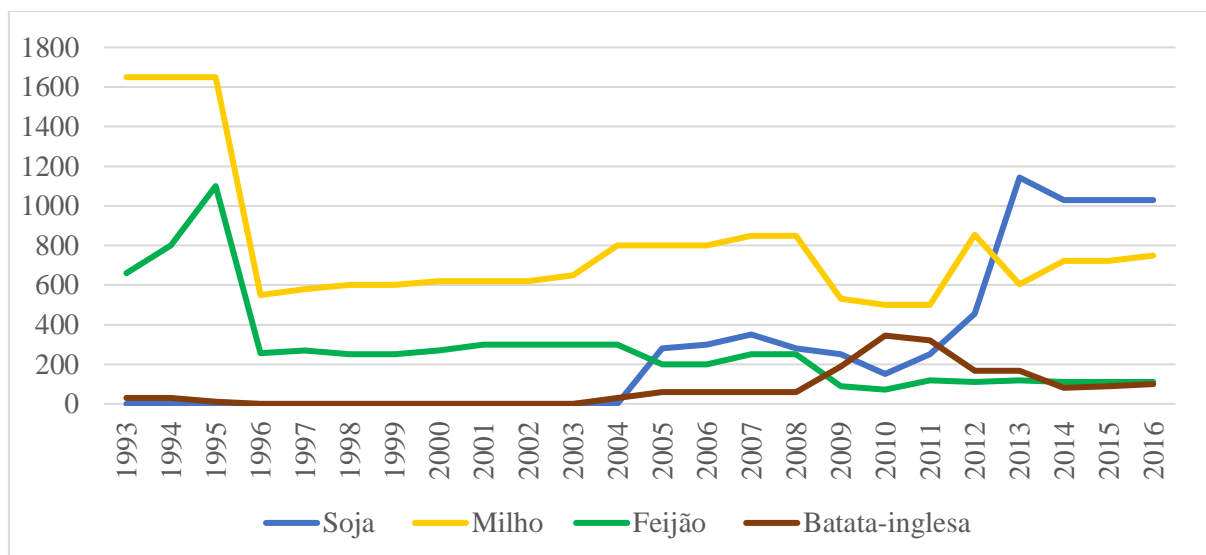
²⁴ A instalação do município de Calmon é de 09 de janeiro de 1992. Porém, no recenseamento do IBGE de 1991, sua população foi contabilizada.

²⁵ Voltaremos a esse assunto no capítulo 5.

trabalho é a principal causa da diminuição da população rural, haja vista que se inviabiliza, por exemplo, a dinâmica produtiva.

Em 2014, havia em Calmon, 15.690 hectares de *Pinus*, 1.030 hectares de soja, 723 hectares de milho, 112 hectares de batata-inglesa, 82 hectares de tomate, 13 hectares de tomate, 2 hectares de alho e nenhum hectare de arroz, ainda que, em 1994, tivessem sido plantados 100 hectares. No gráfico da sequência indicamos os dados de área plantada de soja, milho, batata-inglesa e tomate, no período de 1993 (quando são registrados os primeiros dados no município) a 2016.

Gráfico 2: Calmon: Área plantada com soja, milho, feijão e batata-inglesa (1993-2016)



Fonte: IBGE, 2016.

Os reflexos e desdobramentos da concentração fundiária, da uniformização da paisagem pela monocultura, da terra negada a homens e mulheres para se tornarem trabalhadores pobres e disponíveis aos desígnios capital, podem ser constatados, por exemplo, nos indicadores de pobreza, analfabetismo e mortalidade infantil.

Passados 100 anos do início da maior guerra civil camponesa brasileira, como entender os altos índices de miséria na região onde se teve o desenrolar dela? Tal assertiva se baseia – e é visível – nos dados públicos emitidos por órgãos federais e estaduais, que traçam “um retrato regional” e revelam que tanto a população urbana quanto a rural apresentam baixos índices de qualidade de vida, se comparada com outras regiões desenvolvidas de Santa Catarina e do Paraná. (FRAGA, 2013, p. 70).

Nesse sentido, trazemos uma reflexão a respeito do Contestado, na atualidade, no que se refere aos indicadores socioeconômicos, tendo em vista que apresenta índices alarmantes, configurando-o enquanto um território essencialmente desigual.

Desigualdade, que em nossa análise, é reflexo da degradação da natureza e do trabalho, expressa pela divisão internacional do trabalho. Para tanto, trazemos dados que consideramos importantes para a discussão realizada na sequência da tese, sobretudo em alguns municípios catarinenses que estiveram diretamente envolvidos nos conflitos da Guerra do Contestado e que possuem grande parte de seus territórios ocupada pelo *Pinus*, ou ainda que tenham a indústria da madeira como principal atividade econômica.

O IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, nos apresenta um primeiro retrato da configuração do Contestado na atualidade. A seguir, apresentamos o Mapa 2 para contribuir com a compreensão dessa realidade.

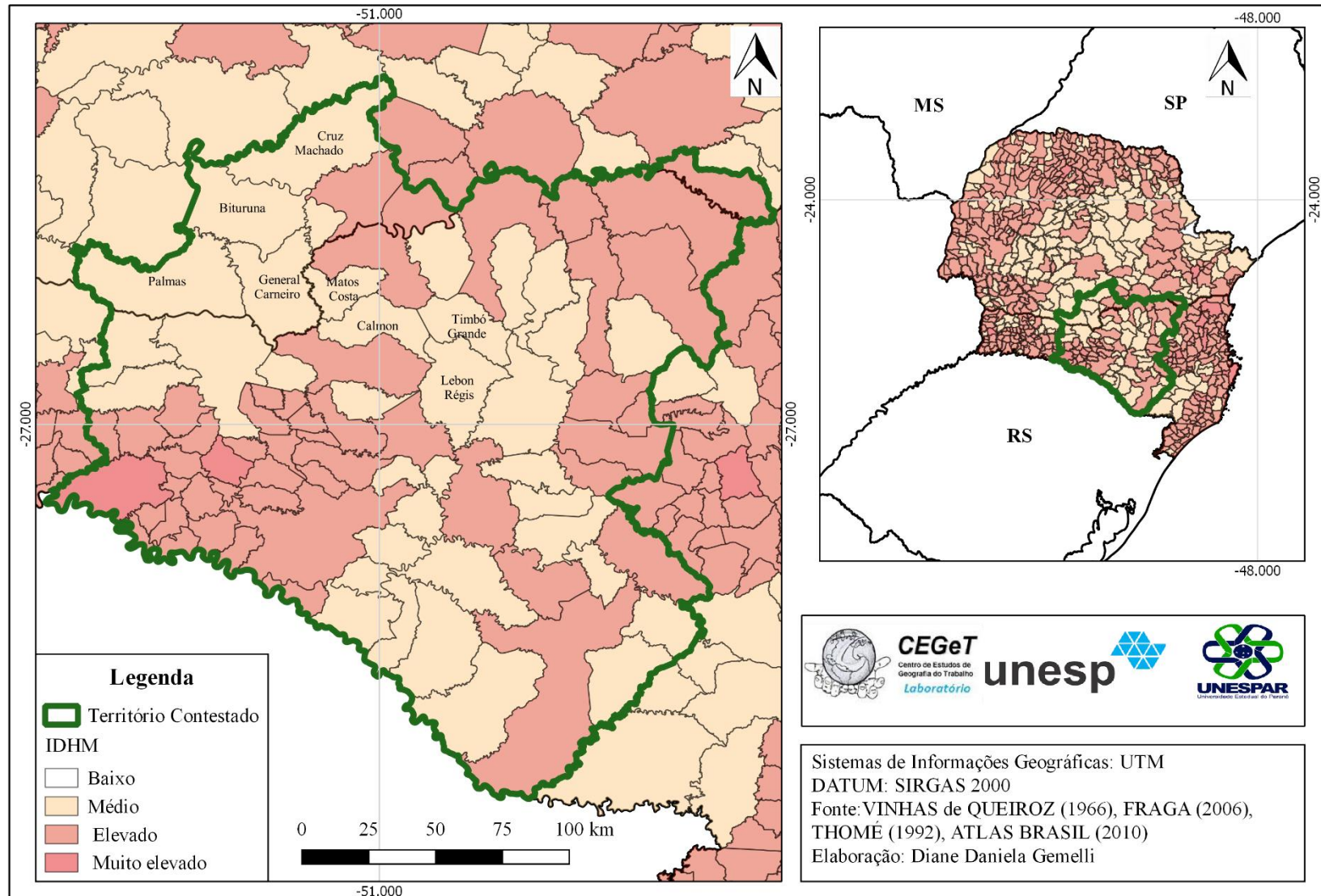
Mesmo com as limitações de análise que tais dados apresentam, defendemos que os IDHM's – Índices de Desenvolvimento Humano Municipais²⁶, decorrem da dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado no Contestado, sendo reflexo, em grande medida, do processo histórico de separação homem-mulher-natureza, a partir da apropriação da terra-floresta (concentração fundiária) pelo capital internacional e por coronéis locais na busca pelo nivelamento ao trabalho abstrato²⁷. Tanto que, não fosse a implantação de assentamentos de reforma agrária, em alguns municípios do Território Contestado existiria um campo “sem gente”²⁸.

²⁶ Tal assunto será abordado no decorrer desta tese.

²⁷ Como citado anteriormente, no desenrolar dos fatos que levaram ao massacre e ao genocídio de caboclos e caboclas no Contestado.

²⁸ Estes elementos serão aprofundados no decorrer da tese.

Mapa 2: IDHM no Território Contestado



Municípios que estiveram diretamente envolvidos com os combates da Guerra do Contestado como, Calmon, Lebon Régis, Matos Costa e Timbó Grande carregam os piores índices de Santa Catarina, respectivamente, 0,622, 0,649, 0,657 e 0,659.

Calmon ocupa o penúltimo lugar entre todos os municípios do estado, tem, por exemplo, o pior índice na componente renda (0,618). Condição que corrobora com nossa tese de que o monocultivo de *Pinus* se sustenta na degradação do trabalho, em que, a remuneração dos trabalhadores é um de seus elementos. Nossa; Júnior (2012), atestam que “a região do Contestado é um Nordeste Brasileiro encravado numa Europa. As cidades onde ocorreram os mais dramáticos combates entre militares e caboclos apresentam índices de desenvolvimento semelhantes aos dos grotões nordestinos”.

Os municípios do lado paranaense também possuem índices preocupantes. General Carneiro (0,652), Palmas (0,660), Cruz Machado (0,664) e Bituruna (0,667) puxam os índices para baixo no Contestado paranaense.

Outros indicadores socioeconômicos são inquietantes quando os cruzamos com dados do monocultivo de *Pinus* nos municípios que lideram a produção/plantio²⁹ no Contestado e/ou com municípios que foram representativos no desenrolar da guerra (ver Tabela 3).

Optamos por cruzar os dados referentes ao monocultivo de *Pinus* e a pobreza em municípios que foram palco dos episódios envolvendo a Guerra do Contestado, sendo; Três Barras e Calmon por serem sedes da *Lumber*, lembrando que a estrutura da madeira em Calmon foi destruída por caboclos em 1914. Timbó Grande e Lebon Régis, nos territórios desses municípios ocorreram os massacres finais da guerra, representado a grande carnificina aos caboclos e às caboclas. Matos Costa, local em que foi morto o capitão do Exército que dá nome ao município e Santa Cecília, município responsável pela maior produção de *Pinus*, na atualidade, em Santa Catarina, quando da Guerra do Contestado seu território pertencia ao município de Curitibaanos, um dos municípios caracterizados pelo coronelismo na época.

²⁹ Caso de Santa Cecília, Calmon e Três Barras, no ano de 2014.

Tabela 3: Indicadores de vulnerabilidade à pobreza em alguns municípios do Contestado

	M ³ de lenha e madeira de <i>Pinus</i> (2014)	Área com <i>Pinus</i> (ha) (2014)	% da área ocupada de <i>Pinus</i> em relação à área do município (2014)	% de vulnerabilidade à pobreza (2010)	Média da renda (R\$) per capita dos vulneráveis à pobreza (2010)
Três Barras	893.073	24.918	56,94	34,46	163,80
Calmon	695.000	15.690	24,58	48,11	157,28
Santa Cecília	758.119	55.520	48,45	33,47	166,61
Timbó Grande	280.963	7.831	13,08	46,07	150,87
Matos Costa	73.000	10.100	23,32	45,37	148,06
Lebon Régis	4.000	4.400	4,67	44,49	149,73

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2014 e Atlas Brasil, 2013.

Chamamos atenção para o índice de vulnerabilidade à pobreza³⁰ nos municípios que lideram a monocultura do *Pinus* no Contestado, sobretudo, quando cruzamos com os dados da representatividade do *Pinus* em termos de área ocupada. Três Barras e Santa Cecília possuem quase a metade de seus territórios tomados pelo *Pinus*, Calmon e Matos Costa, quase um ¼. Dados de municípios como, Timbó Grande com 13% e Lebon Régis com 4%, nos indicam que além do *Pinus* existem outros elementos que provocam a pobreza nos municípios, como por exemplo, a concentração de terras. De todo modo, fazemos a ressalva, que os dados referentes a quantidade produzida de lenha e madeira, bem como da área ocupada por *Pinus* nos municípios é variável, podendo apresentar mudanças de um ano para outro, devido, por exemplo, ao próprio ciclo de produção do *Pinus*, de modo que sua representatividade no Contestado não pode ser compreendida levando em consideração estritamente os limites municipais.

Com exceção de Três Barras e Santa Cecília, os demais municípios possuem índice de vulnerabilidade à pobreza superior a 40%³¹, se encontram entre aqueles com população mais

³⁰ Refere-se às famílias cujos membros possuem renda *per capita* de até meio salário mínimo.

³¹ Os dados de Três Barras e Santa Cecília podem ser relativamente melhores quando comparados aos demais municípios apresentados, por abrigarem algumas indústrias (de papel e celulose ou de beneficiamento da madeira), que por mais que empreguem trabalhadores com baixos salários, estes, são regulados pelo salário mínimo nacional ou, pelo piso da categoria, ao passo, que o trabalho no *Pinus*, ou mesmo em outras ocupações, como a colheita de

pobre do estado de Santa Catarina, com índice muito superior à média do estado que é de 12,36%.

Os índices são críticos, uma vez que a vulnerabilidade à pobreza é considerada quando a renda *per capita* é igual ou inferior a meio salário mínimo³², ou seja, de até R\$ 255,00 para o ano de 2010. Condição que se agrava, quando observamos as médias de renda dos vulneráveis à pobreza, o que nos indica, que parte considerável da população desses municípios esteja em condição ainda mais crítica (ver Tabela 4).

Tabela 4: Indicadores de pobres³³ e extremamente pobres³⁴ em alguns municípios do Contestado

	% de extremamente pobres	% de pobres	Média da renda <i>per capita</i> dos extremamente pobres	Média da renda <i>per capita</i> dos pobres
Três Barras	2,59	12,49	29,30	95,10
Calmon	2,75	18,69	35,81	103,93
Santa Cecília	3,24	10,51	28,73	84,34
Timbó Grande	7,41	17,76	17,10	69,03
Matos Costa	7,11	19,28	37,40	80,36
Lebon Régis	5,76	19,27	22,77	83,84

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

Os dados são expressivos em todos os municípios, e absolutamente preocupantes, mesmo que possamos questionar o limite que separa àqueles extremamente pobres (com renda igual ou inferior a R\$70,00), dos pobres (com renda igual ou inferior a R\$ 140,00), e ainda, daqueles considerados em condição de vulnerabilidade à pobreza (com renda igual ou inferior a R\$255,00), uma vez que, dadas as condições do modelo civilizatório do capital, a renda, nos três casos é insuficiente para sanar necessidades elementares, como a alimentação.

erva-mate, de cebola etc, em grande medida, é realizado por trabalhadores informais, que recebem por produção, com características de sazonalidade, ou, que estão sujeitos as variações do tempo (chuva, por exemplo).

³² Ressaltamos que os dados são de 2010, quando o salário mínimo era de R\$ 510,00.

³³ São considerados pobres os indivíduos que em 2010 possuíam renda per capita igual ou inferior a R\$ 140,00.

³⁴ São considerados extremamente pobres os indivíduos que em 2010 possuíam renda per capita igual ou inferior a R\$ 70,00.

Quando comparamos os índices com a média estadual, constatamos o que Nossa; Júnior (2012), aferiram, “a região do Contestado é um Nordeste Brasileiro encravado numa Europa”, isso porque, a população extremamente pobre no estado catarinense equivale a 1,01% e a pobre corresponde a 3,65%, índices significativamente abaixo dos registrados em municípios do Contestado.

Em síntese, a região do Contestado se caracteriza como um enorme bolsão de miséria em Santa Catarina, o que não é diferente na parte que coube ao Paraná depois da “partilha” do território o acordo de 1916, que “colocou fim” numa guerra genocida de pobres não brancos – a Guerra do Contestado. A guerra foi maldita, ceifou milhares de vidas camponesas por interesses do capital e dos coronéis da época, gerando, 100 anos depois do seu início, um território maldito, marcado pela maldição das políticas públicas ineficientes, corruptas e de interesses de pequenos grupos que domina a região em todas as escalas. (FRAGA, 2013, p. 387).

Para Ludka (2016), o século XX transformou-se no século da pobreza do/no Contestado. Para a autora, no período que antecede a guerra,

[...] a fome e a pobreza não eram perceptíveis na medida em que aquela sociedade, tanto os coronéis latifundiários como os caboclos que viviam nos fundos das suas propriedades, não vivenciavam a carência da comida, pois essa era extraída do próprio socioambiente local/regional – no intercalamento entre a floresta de araucárias com os campos, associados à erva mate, à criação de gado vacum, muares, porcos, pequenas roças, etc. (LUDKA, 2016, p. 25).

Para além da renda, é preciso destacar que outros indicadores são preocupantes. A taxa de mortalidade infantil, contabilizada a cada mil nascidos vivos, apresenta, nos referidos municípios, proporções acima da média estadual, assim como o analfabetismo, registrado entre as pessoas com idade igual ou superior a quinze anos (ver Tabela 5).

Tabela 5: Taxa de mortalidade infantil e analfabetismo (2010)

	Mortalidade infantil ‰	Analfabetismo (15 anos ou mais) %
Santa Catarina	11,54	4,13
Três Barras	15,2	6,5
Calmon	18,6	10,84
Santa Cecília	14,8	9,66
Timbó Grande	16,8	9,6
Matos Costa	13,8	10,81

Lebon Régis	18,7	12,5
-------------	------	------

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

Sobre a ausência de instituições oficiais no período que antecede a guerra, Moura (2003, p. 29), lembra que “não havia escola, muito menos recursos médicos. Socorriam-se com a medicina caseira, e a religião era a tradicional. Os padres, entretanto, raramente apareciam pelos sertões”.

As crianças, no Contestado, continuam a enfrentar os desafios de viver nesse “território maldito” como se referem, Fraga; Ludka (2012). Os índices de mortalidade infantil refletem, mesmo que de modo parcial, os desdobramentos do sistema de saúde. Em muitos lugares, os médicos, assim como há um século atrás, ainda não chegaram. Em Calmon, por exemplo, não há hospital, quando ocorre a necessidade de um atendimento mais complexo ou mesmo para o nascimento de bebês, os pacientes são encaminhados para Caçador (são aproximadamente 30 km de distância entre as duas sedes municipais). No município existem três Unidades Básicas de Saúde, uma localizada no núcleo urbano e outras duas nos assentamentos de reforma agrária. Somente a unidade da cidade atende 24 horas por dia, porém no período noturno não há médico plantonista, a população é atendida por enfermeiros e técnicos de enfermagem.

O acesso à educação no Contestado é outra questão igualmente histórica. Nossa; Junior (2012), citam um trecho do relatório de Hermínio Castelo Branco (chefe da Polícia Militar na linha norte), datado de 25 de abril de 1915 que trata da ausência de escolas. “Eis aqui um ponto luminoso de todo o Contestado: a ignorância. Uma zona regularmente habitada, numa área de 30 léguas quadradas: nem uma escola, nem um livro”. (NOSSA; JUNIOR, 2012 s/p).

Calmon, entre os municípios destacados, e levando em consideração população com 15 anos ou mais, apresenta o mais elevado índice de analfabetismo. Em entrevista com a diretora da EEB – Escola de Educação Básica de Calmon, ao ser indagada sobre a evasão escolar, nos disse, que aproximadamente 30% dos alunos que se matriculam nos sextos anos não concluem o ensino médio. Segundo a diretora, o abandono da escola ocorre, sobretudo por quatro motivos; falta de perspectiva, por necessidade em trabalhar, por mudança de cidade e, no caso das adolescentes, relatou que são recorrentes os casos de gravidez, principalmente ao longo do ensino médio, o que faz com que abandonem os estudos.

Nesse sentido, Fraga; Ludka (2012), colocam, que a região do Contestado, de “sertão inculto”, como era chamada, passou por um processo de desenvolvimento econômico, contudo, as condições sociais e ambientais são marcadas por grandes disparidades de toda ordem.

Contudo, defendemos que a degradação da natureza e do trabalho, imposta pela divisão territorial e social do trabalho, não permite que a população viva dignamente. Para Ludka (2016, p. 152), “ao refletir a pobreza e a fome na Região do Contestado, percebe-se que é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais atuantes naquela região”.

Os destaques econômicos ficam evidenciados, nos dias atuais, pelos *plantations* de *Pinus* e consequentemente uma indústria de celulose (papel, papelão e derivados), seguidos pela pecuária, agricultura e relativa industrialização vinculada aos segmentos mencionados, que são, também, responsáveis por parte do grande número de miseráveis que subsistem na região. (FRAGA; LUDKA, 2012, p.14).

Nessa perspectiva, apresentamos na sequência alguns dados quanto à dinâmica do mercado de trabalho, especificamente no município de Calmon, onde aprofundamos a pesquisa de campo.

A tabela 6 indica a participação de cada setor de atividade econômica, no que se refere aos trabalhadores ocupados em Calmon, no período de 2010-2016.

Tabela 6 :Trabalhadores ocupados por setor em Calmon (2010-2016)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Agropecuária	284	251	209	219	195	202	218
Serviços	187	242	149	313	335	217	145
Comércio	29	39	45	44	52	42	38
Indústria	26	28	18	15	23	14	12
Const. Civil	9	12	9	10	8	14	4
Total	535	572	430	601	613	489	417

Fonte: MTE/RAIS, 2017.

Os dados expressam a situação do mercado formal de trabalho no município, em que, se destaca a participação majoritária³⁵, do setor ligado à agropecuária e aos serviços, neste último, considera-se os empregos vinculados à administração pública municipal. Sobre isso, durante os trabalhos de campo e entrevistas realizadas no município, notamos que grande parte dos entrevistados relatou a dependência dos trabalhadores frente aos empregos gerados pelo setor público e aqueles ligados à monocultura do *Pinus*.

Também constatamos com a realização da pesquisa em Calmon que o comércio local é muito incipiente. A população com frequência dirige-se, sobretudo a Caçador para fazer

³⁵ Ainda que pequena, por ser insuficiente para empregar o contingente de trabalhadores e trabalhadoras do município.

compras em supermercados e lojas de roupas, calçados etc. A atividade comercial no município, em geral é de base familiar, ou seja, a família trabalha nos estabelecimentos, de modo que são poucos os trabalhadores contratados, condição que se reflete nos dados de trabalhadores formais no setor entre 2010-2016, apresentados na tabela 6.

Avaliamos, que a elevada rotatividade de trabalhadores, por meio da análise de admitidos e desligados nos setores que mais empregam é outro indicativo da degradação do trabalho em Calmon, além do fato, de tal situação contribuir para o agravamento de indicadores socioeconômicos.

A tabela 7, mostra o número de trabalhadores admitidos e desligados, bem como, as causas de desligamento, no setor agropecuário em Calmon.

Tabela 7: Relação de trabalhadores admitidos e desligados e as causas de desligamento no setor agropecuário: Calmon (2014-2015)

		2014	2015
	Admitidos	189	168
	Desligados	211	175
Causas do desligamento	A pedido do trabalhador	106	71
	Dispensado sem justa causa	94	72
	Dispensado com justa causa	-	2
	Término do contrato	11	30
	Morte	-	-

Fonte: MTE/CAGED, 2016.

A relação de trabalhadores admitidos e desligados, nos anos de 2014 e 2015, indica a rotatividade de trabalhadores nas ocupações formais vinculadas ao setor agropecuário, de modo que são registrados números muito próximos, entre o total de trabalhadores admitidos e aqueles desligados.

Quando avaliamos as causas de desligamento, duas questões merecem ser levantadas. Primeiramente, o número de trabalhadores desligados por dispensa sem justa causa, condição que sugere a instabilidade e vulnerabilidade dos trabalhadores, de acordo com as necessidades e demandas da monocultura do *Pinus*. Em contrapartida, é substancial o número daqueles desligados a pedido dos próprios trabalhadores, ou seja, trabalhadores, que por algum motivo, decidiram não trabalhar mais naquela ocupação, ao menos, naquele momento.

Nesse sentido levantamos algumas preocupações, por quais motivos os trabalhadores pedem desligamento? Após se desligarem em quais ocupações trabalham? Esse pode ser um indicativo da degradação do trabalho? Algumas respostas para tais questões apresentamos no capítulo cinco por meio da análise das entrevistas realizadas.

Destarte, diante desse quadro de condições muito frágeis de sobrevivência, como acesso à saúde, educação e alimentação, notamos que existe um discurso hegemônico³⁶, de que naquelas terras só é possível plantar *Pinus*, que as terras são de qualidade ruim, ou que pela condição geomorfológica não é possível desenvolver outra forma de produção. Foi criado um convencimento coletivo de que o monocultivo de *Pinus* é a única forma de desenvolvimento, a ponto de se naturalizar aquilo que é uma criação social-política-econômica eivada de interesses e que exclui do desenvolvimento os convencidos.

Portanto, o Contestado se fundamenta na necessidade da constante expansão geográfica do capital, pela via da exploração madeireira. Da pilhagem da araucária à territorialização do *Pinus*, ocorre uma geografia da degradação da natureza e do trabalho. Em vista disso, do Contestado de um século atrás, para o Contestado de hoje, o que marca, são os sentidos e significados da terra (floresta) como condição de existência, para a terra (floresta) premissa de negócio e garantia de acumulação de capital.

Outro elemento do Contestado, é o lugar do caboclo na sociedade, como diz Fraga (2006), os que descendem dos caboclos do Contestado, são obrigados a se submeter ao trabalho temporário de plantio e colheita das safras, seja na produção de alimentos ou em áreas tomadas pelo *Pinus*. De modo, que pelo não acesso à terra e às condições de vida, os descendentes dos caboclos e das caboclas vivem à sombra da sociedade regional, são fruto de uma invisibilidade social também perceptível no meio rural e não apenas nas cidades.³⁷

1.3 O roteiro da tese

O Contestado em sua essência é complexo. Dada a gama de elementos que o formam optamos por iniciar a tese apresentando a introdução em forma de capítulo, o objetivo é que a

³⁶ Ideologia que está presente, por exemplo, na Cartilha “Projeto Renda Crescente” produzida em 2004, pela CDL – Câmara de Dirigentes e Lojistas de União da Vitória, em parceria com alguns empresários da madeira, quando a Gralha (um dos personagens do material), diz: “Eu Estou sobrevoando nossa região, e como podemos ver ela é cheia de terrenos acidentados. Isso é ruim para a agricultura, mas ideal para se plantar *Pinus*”.

³⁷ É nesse contexto e complexidade que buscamos entender a degradação da natureza e do trabalho em terras contestadas, expressa na indústria da madeira e no monocultivo de *Pinus*, conforme abordaremos na sequência da tese.

introdução ampliada traga os elementos que nos preocuparam no desenredar do problema de pesquisa, qual seja, a degradação da natureza e do trabalho expressos na monocultura de *Pinus*.

Deste modo, apresentamos a reflexão a respeito da substituição da araucária pelo *Pinus*, enquanto potencial econômico. É importante compreender o desenho da monocultura do *Pinus* no Contestado, haja vista, que aproximadamente 32% das terras ocupadas no Brasil por essa espécie artificial de floresta, encontram-se no Território Contestado. Nesse cenário, Fraga (2016, p. 30), manifesta que, “o Contestado tem sua riqueza usurpada desde a chegada do capital estrangeiro na região e esse processo se estende até os dias atuais”.

Analisamos alguns dados da estrutura espacial e socioeconômica, tais como, concentração fundiária, indicadores socioeconômicos e a dinâmica do mercado de trabalho. Nesse momento, verticalizamos as informações, sobretudo nos municípios cujos territórios tiveram importantes acontecimentos no desenrolar da Guerra do Contestado, como Matos Costa, Lebon Régis e Timbó Grande, além de Calmon, Santa Cecília e Três Barras, municípios que, em 2014, lideravam a produção de *Pinus* em Santa Catarina.

Essa escolha baseou-se em uma postura teórica-metodológica, ao observar e compreender a degradação da natureza e do trabalho, que na atualidade, resulta em grande medida, na territorialização da indústria da madeira, via monocultura do *Pinus*, a partir de lugares que tenham sido representativos nos episódios da Guerra do Contestado.

Deste modo, Calmon e Três Barras estiveram no centro das disputas envolvendo os caboclos/caboclas e o capital estrangeiro, isso porque, nesses municípios construíram-se serrarias da *Lumber*. Em Três Barras, junto à empresa norte-americana, estabeleceu-se uma estrutura de segurança com mais homens que a polícia militar do estado de Santa Catarina, na época. Em contrapartida, em Calmon, a sede da empresa foi incendiada num episódio ocorrido em 05 de setembro de 1914. Já o município de Santa Cecília é um “mar de *Pinus*” e lidera o *ranking* da área ocupada por tal monocultura, em Santa Catarina.

Por fim, apresentamos alguns dados especificamente do município de Calmon, município que aprofundamos a pesquisa empírica.

O capítulo dois, intitulado, “Nos Trilhos do Trem: a expansão geográfica do capital no território Contestado”, dá sequência ao entendimento do que é o Contestado. Mesmo que pareça longa, trata-se de uma seleção daquilo que consideramos elementar para a conformação do território. Outras tantas informações não foram discutidas, como por exemplo, a complexidade de episódios, ou ainda, os diversos atores sociais envolvidos no decorrer da Guerra do Contestado.

Contudo, acreditamos que o segundo capítulo seja fundamental para que o leitor e a leitora saibam e compreendam de onde partimos, onde pisamos e do que estamos falando, e, para que, em alguma medida, ao irromper o centenário da Guerra, do genocídio e do processo de limpeza étnica se dê a importância que o Contestado tem para a formação territorial do sul do Brasil e contribua para esclarecer os fatos que ocorreram e que afetam ainda hoje a organização social e espacial.

Por muito tempo existiu uma espécie de silêncio público sobre a Guerra do Contestado. Desde o final da guerra até a década de 1980, esse assunto não foi objeto da atenção pública, embora já houvesse uma farta produção de militares e acadêmicos sobre o tema. A partir dos anos 1980, como parte do processo de redemocratização do país, o conflito do Contestado passou, de distintas maneiras, a ser lembrado por movimentos sociais, órgãos de Estado e pesquisadores acadêmicos. No entanto, boa parte da população descendente dos seguidores do monge José Maria ainda apresenta uma memória de guerra fortemente impactada pela versão dos vencedores e pelos ressentimentos do olvido público. Um acontecimento não lembrado é quase algo não acontecido. A vergonha da derrota mistura-se com a sensação de irrelevância pública de uma experiência trágica presenciada. Por outro lado, o esquecimento pode ser apenas uma forma de readaptação à vida. (MACHADO, 2011, p. 178).

Nessa perspectiva, entendemos que o capítulo dois ainda é importante, porque, na academia, inclusive na Geografia, só recentemente o Contestado tem sido discutido com a relevância que possui. Porém, ainda de forma limitada no que se refere a escala de abrangência. São poucas as universidades, os pesquisadores e mesmo as escolas, ainda que localizadas no território de luta, conflito, guerra e morte que têm se debruçado em apreender as tramas que enredaram a Geografia do/no Contestado. Daí as contribuições de autores como, Vinhas de Queiroz (1966), Thomé (1980; 1992; 2010), Valentini (2003; 2009), Gallo (1999), Auras (2001), Machado (2004; 2011) e sobretudo, do professor Nilson Cesar Fraga, que para muito além de seus textos acadêmicos, como, artigos, capítulos de livros e sua tese de doutorado, tem importância ímpar junto ao povo do Contestado na participação e construção de uma série de atividades, encontros, caminhadas, palestras, missas, cavalgadas, trabalhos de campo, que buscam o reconhecimento em torno do que foi, e é o Contestado. Seja por parte do Estado, enquanto um crime de guerra, por meio do genocídio que manchou de sangue e covardia a República brasileira. E, principalmente, pelo/para o povo do Contestado, caboclos e caboclas, que foram e são tratados pela história oficial como, jagunços, fanáticos e facínoras, para que reconheçam a história que marcou profundamente suas vidas e que fez com que pegassem em

armas, para defender o mundo caboclo, bem como para que tenham orgulho da identidade cabocla, da cultura e do modo de vida.

Compreendemos, que ao passo que o capital busca se expandir, e o faz, ao incorporar novos territórios à lógica acumulativa, traz como consequência intrínseca a degradação da natureza e do trabalho, que se manifesta na apropriação privada da natureza e na negação à terra-floresta-trabalho, enquanto condição concreta de existência e sociabilidade. Como forma de não aceitação à racionalidade destrutiva, caboclos e caboclas, lutaram e lutam, resistiram e resistem, acreditaram e acreditam num mundo de justiça social e de solidariedade. Para tanto, a natureza não poderia e não pode estar apartada do homem e da mulher, o trabalho não pode ser apropriado pelo capital.

Ao referir-se ao Contestado, Marés (2003), aponta que foram quatro anos de derrotas do Exército e da República brasileira, até a vitória das forças regulares sobre o povo, fatos e detalhes que a história oficial insiste, envergonhadamente em admitir. O autor, lembra que no Contestado, assim como em Canudos, não existiu à época, uma proposta de reforma agrária. Até porque, não necessitavam de reforma agrária “tinham terra, nela trabalhavam, dela cuidavam, numa relação filial, produziam, eram felizes” (MARÉS, 2003, p.105), tinham a clareza que a terra é de todos e os frutos da terra devem ser repartidos entre todos. “Essa clareza não provinha apenas do fato de estarem juntos lutando contra um inimigo poderoso, mas, ao contrário, era a prática anterior à chegada do inimigo, era a maneira como a população entendia a posse e o trabalho da terra” (MARÉS, 2003, p. 104), era o modo de ser, de viver, de trabalhar e existir com dignidade do povo caboclo.

Para o caboclo, comum, simples, todas as pessoas tinham o direito à terra, podendo desfrutar dela assim como se regavam as bênçãos dos céus e das águas dos rios, com o que não concordavam os fazendeiros, proprietários das grandes extensões, que só aceitavam as escrituras como legítimos títulos agrários”. (THOMÉ, 1992, p. 43).

Mas, quem foram/são os caboclos e as caboclas que se levantaram e seguem a levantar-se contra a ordem hegemônica que se estabelecia/estabelece?

A história oficial refere-se à população cabocla utilizando-se de adjetivos que os qualificam enquanto atrasados, ignorantes, ingênuos, fanáticos e jagunços. Na atualidade é comum que a população do Contestado denomine o ocorrido naquelas terras como “Guerra dos Jagunços”, tamanho o processo/discurso de culpabilização aos caboclos e às caboclas

orquestrado pela história oficial e pela maior parte dos militares que participaram de expedições da Guerra e depois deixaram escritos.

Durante as entrevistas constatamos as duas compreensões em torno dos significados de ser jagunço, uma, vinculada ao discurso oficial que os qualifica como violentos, assassinos e, portanto, responsáveis pela ocorrência da guerra e outra, que relata que os jagunços compunham a população pobre do planalto que durante a guerra morreu pelas ações assassinas do Exército brasileiro.

Um dos trabalhadores entrevistados em Calmon, com base na memória contada por sua avó, nos apresenta o primeiro entendimento sobre os jagunços, segundo ele, sua avó era uma menina na época da Guerra e ficou com a responsabilidade de cuidar dos irmãos depois que os pais foram mortos pelos jagunços. Assim, o entrevistado relatou, *“os jagunços eles passaram aqui nessa região e foram indo, o final deles foi em Matos Costa [refere-se ao conflito que levou a morte do então capitão do Exército]. Então o que eles iam encontrando, o que não percia eles matavam ou tinha que ir junto, e daí eles chegavam aqui se tivesse criação eles matavam e comiam, e o dono se não fosse jagunço eles matavam, ou só se fosse junto com eles. E assim eles iam indo e aqueles que podiam fugir, fugiam, né. O meu bisavô, pai da minha vó, pro lado da mãe, os jagunços mataram ele. Ele tinha uma fazenda aqui perto de Perdiz Grande [hoje a localidade chama-se São Sebastião do Sul no município de Lebon Régis], ele era muito bem de vida, tinha muito terreno e gado, assim minha vó contava. E o pai dela para acudir eles dos jagunços, pra tirar, porque eles chegavam e iam tomando conta, matavam e roubavam, levavam embora, comiam, iam matando que daí não tinham o que comer, se chegassem na fazenda o que tinha ali eles destruíam tudo. E daí eles foram num canto do terreno [refere-se ao bisavô e sua família] e tiraram o gado, parte do gado, e o que era mais preciso eles foram tirando, e retirar os filhos né, e daí numa época que tavam tirando, ele voltô [bisavô], os jagunços chegaram na fazenda que ele morava e daí pegaram e mataram ele e a mulher dele. E os filhos dele, daí a minha vó que criou todos os outros, pois ela era a mais velha né, ela contava que criou onze irmão, e ela criou tudo eles, ela que ficou no lugar de pai e mãe (TRABALHADOR 7, 2017).*

Nessa perspectiva, “o termo “jagunço”, com todo o seu significado depreciativo, ligado ao banditismo, é utilizado indistintamente na região para a denominação dos rebeldes”, de modo que “entre os fazendeiros e seus descendentes não há dúvida: o movimento sertanejo foi puro banditismo” (MACHADO, 2011, p. 180).

Contudo, aqueles que entendem o significado de ser denominado de jagunço pela história hegemônica conseguem esclarecer que “[...] *eles queriam acabar com os jagunços [refere-se à ação do Exército durante Guerra do Contestado], os jagunços era o pessoal pobre, então o que tinha terreno, tinha e o que não tinha era matado, eles [Exército] matavam tudo, criança, gente grande*” (TRABALHADOR 8, 2017).

Ainda na perspectiva do discurso oficial, ao falar dos pobres do Contestado, Wachowicz (2001), reconhece o abandono governamental imposto à população, destacando que “seus habitantes viviam quase que na marginalidade”, contudo, adverte que era uma população densa e ignorante, de modo, que “os sertanejos eram ingênuos e dominados por superstições fetichistas, ligadas a devoções católicas” (WACHOWICZ, 2001, p. 197).

Para Thomé (1992, p. 42), “o tal ‘bando de fanáticos’ era na verdade, toda uma população cabocla, instalada na região, ofendida em seu brio e ameaçada em sua estabilidade, acostumada à luta, mais talvez que os soldados profissionais, pois a impetuosidade, a valentia e a bravura corriam no sangue de suas veias”.

Nessa conjuntura, as relações de produção capitalistas ao se expandirem na região, são tidas como inaceitáveis por representarem um ataque à autonomia cabocla e, portanto, ao seu modo de vida (GALLO, 1999).

A guerra sertaneja do Contestado, irrompeu, em suma, em um momento em que aquelas populações se viram afrontadas, no seu modo de viver e nos seus valores, e de uma maneira que transcendia o suportável, por que as mudanças súbitas interferiram de maneira inaceitável, sobre sua autonomia, nessa relação conflituoso entre a autonomia relativa de vida dos caboclos e o autoritarismo das classes dominantes, no sentido de implementar o projeto capitalista, reside o motivo capaz de explicar a reação imediata que se sucedeu. (GALLO, 1999, p. 102).

Em resposta às transformações que ocorriam no Contestado, se estabelece, na análise de Auras (2001, p. 17), a irmandade cabocla, princípio embasado em relações fraternais e igualitários, adotado nas Cidades Santas/reduitos, enquanto uma alternativa construída por caboclos e caboclas, “como seu modo concretamente possível de dizer não ao avanço da ordem capitalista – representada sobretudo pelas modernas empresas do Grupo Farquhar -, invasora abrupta do seu espaço e do seu tempo”.

Não há registro histórico de qualquer movimento de solidariedade à luta cabocla, salvo alguns gestos isolados. A leitura oficial – “levante de bandidos, “bando de fanáticos”, bandoleiros”, “criminosos”, etc. – veiculada pela imprensa e pelos vários expedientes governamentais, justificava o massacre dos sertanejos pelo braço armado do Estado, praticamente sem encontrar

oposição organizada, a não ser a dos próprios caboclos. (AURAS, 1991, p. 229).

De acordo com Fraga (2016), a palavra caboclo origina do tupi *kari'boka*, que quer dizer, descendente de branco. Porém, o autor assinala que existem discordâncias. Para alguns etimólogos, derivaria de outras palavras, também em tupi, como *kuriboka*, mas que significa, filho de mãe índia e pai branco, ou ainda, do termo *caa-boc*, que expressa, o que vem da floresta. Já para os imigrantes alemães, em Santa Catarina, o caboclo era chamado de *Valdäulfer*, ou seja, o andarilho do mato.

Um senhor de 83 anos, morador de Calmon ao ser indagado se considerava-se caboclo respondeu-nos, “*eu me considero caboclo, tem pessoas mais branco que eu, mais claro que eu*”, ao referir-se a cor da pele perguntei se era apenas esse elemento que o fazia ser caboclo, e ele complementou, “*não, o que me faz ser caboclo eu digo, é meu capricho, é a minha fé, é a minha vivência, saber agradar todo mundo, respeitar todo mundo [...] ser uma boa pessoa, não agravar ninguém, ter amizade.*” (TRABALHADOR 8, 2017).

Em outra entrevista pergunto a uma trabalhadora se ela se considera cabocla, “*sim, certeza [risos]. Porque a gente sempre lutou, né, porque o caboclo sempre sofreu né, quem nem o escravo, sempre trabalhou, sempre batalhou, e a gente se considera quem nem caboclo, é um caboclo, né. Se criou que nem eles né, eu trabalhei desde a idade de oito anos nos mato. [Pergunto se o caboclo é trabalhador] É trabalhador, sim senhora*”. (TRABALHADORA 12, 2017).

O Caboclo/Cabocla, como termo e como Ser(es), deve ser compreendido como uma identidade de origem camponesa que se constituiu a partir da mestiçagem étnico-racial entre europeus (espanhóis e portugueses), negros e indígenas. Desta forma, (o) Ser Caboclo/Cabocla na região do Contestado é um estado de espírito, uma herança secular dos habitantes mais originais, podendo ser representado pela forma de falar, de pensar o mundo, de dividir a comida com o próximo, do reconhecimento da figura do Monge João Maria, no aquecer o corpo com uma cuia de chimarrão, no degustar uma quirera com carne de porco, no pinhão assado na chapa ou na grimpa, ser caboclo ou cabocla no Contestado é viver sobre o modo de vida herdado dos antepassados regionais e manter viva a chama da justiça e da bondade, algo tão característico do povo simples contestadense. (FRAGA, 2016, p. 38).

Nesse panorama, é necessária a compreensão de que os caboclos e as caboclas não estiveram e não estão sozinhos, ou seja, é importante entendimento do que foi(é), representou (representa), a presença/passagem/ensinamentos do(s) Monge(s) e a fé cabocla. Alguns autores, defendem a ideia que o Contestado foi um movimento messiânico. Vinhas de Queiroz (1966,

p. 289), diz, que “todo movimento messiânico ou paramessiânico implica, logo de início, em uma recusa ao mundo, isto é, ao mundo dos homens, ou seja, ao conjunto de relações sociais tal como se apresenta à coletividade dada”. Gallo (1999, p. 15), refere-se ao messianismo como “um fenômeno que se repete na história, quando o povo clama por justiça”.

Se o Contestado foi, ou não, um movimento messiânico, não é nosso objetivo adentrar no mérito de tal discussão. Mas, compreendemos que os sentidos e significados, trazidos e deixados pelos Monges, sobretudo por àquele considerado Santo e Profeta, João Maria, são carregados de potencialidades no sentido da luta anticapital, frente à estrutura social existente e àquela que se implantava com a chegada do capital internacional. Mais do que isso, que o acolhimento aos pobres, os ensinamentos quanto ao cuidado com o próximo e com a natureza, seguem ativos na vida de homens e mulheres no Contestado, sobretudo dos pobres e alijados pela perversidade do modelo de sociedade estabelecido ao longo do último século, como nos disse uma trabalhadora, “*Calmon só não está pior por conta da proteção de São João Maria*” (TRABALHADORA, 12, 2017). Não temos dúvida que a presença secular do Monge no Contestado, tem um forte sentido na luta contra a degradação da natureza e do trabalho.

Para Auras (2001, p. 47), a religiosidade no Contestado não era impregnada de uma representação ilusória, de modo que “é a práxis religiosa [...], a possibilidade concreta pela qual o rebelde de Serra Acima, poderia dar vazão ao seu protesto e marcar sua presença efetiva, ainda que momentânea, no interior do quadro de correlação de forças localmente em vigor”, deste modo a representação religiosa é marcada por um discurso “capaz de explicar, a seu modo, o mecanismo de relações sociais [...] e como uma ação prática, ou seja, como uma forma desse caboclo agir e deixar registrada historicamente a sua passagem por este mundo”, portanto, a autora entende que a práxis religiosa garante a população cabocla a possibilidade de garantir sua própria identidade.

Os caboclos e as caboclas, cansados, desacreditados, e imbuídos de um sentimento de revolta pelos abusos que sofriam, uniram-se na crença do catolicismo popular, aderindo às pregações do monge São José Maria, que os incentivou a lutar pelos seus direitos – a fé inabalável se constituiu como fator de coesão popular camponesa que os manteve em guerra civil durante quatro anos. (FRAGA, 2016, p. 32).

No segundo capítulo, ainda construímos, sobretudo a partir do pensamento de Antonio Carlos Robert Moraes, uma breve discussão sobre o “Sertão Contestado” enquanto uma ideologia e potencial discursivo que negou a existência dos caboclos e das caboclas, ao referir-se ao território como um espaço vazio. Assim, justifica-se a chegada da “modernização”, via

expansão geográfica do capital, e dos imigrantes europeus que “desenvolveriam” a região. Esse debate, também se comunica com o que propomos para o terceiro capítulo, ao trazer outras ideologias, enquanto possibilidades de controle social que se estabeleceram em torno da opção político-econômica pelas monoculturas, especialmente de árvores, caso do *Pinus*.

Assim, no terceiro capítulo intitulado, “A produção do espaço: o monocultivo de *Pinus* e a imposição de um modo de pensar/conceber/ser a natureza, o homem e a mulher”, buscamos construir uma leitura a respeito da produção do espaço no Contestado, com ênfase no fio condutor da tese, qual seja, a degradação da natureza e do trabalho enquanto totalidade indissociável do fazer capitalista, verticalizando nossas preocupações nos significados do monocultivo de *Pinus* e de forma mais abrangente, na indústria da madeira.

No subcapítulo, “A natureza e o/a homem/mulher separados(as) e objetificados(as)”, com base no referencial teórico de Moreira (2006; 2012), Porto-Gonçalves (2014), Smith (1988), Mészáros (2002; 2007), abordamos as concepções de natureza na ciência e em especial na Geografia, a partir da compreensão dicotômica sociedade x natureza.

Para a ciência moderna, a natureza representa a junção de elementos físico-matemáticos, dessa forma a natureza é desumanizada, e o/a homem/mulher são desnaturalizados. Trata-se de um mecanismo de controle e construção de um projeto de sociedade que justifique a dominação dos homens e das mulheres sobre a natureza e de alguns homens e algumas mulheres sobre outros/outras.

Para Mészáros (2007), a interação entre homem (mulher) e natureza é mediada por circunstâncias dadas. Trata-se de uma relação necessária, porém permeada por um conjunto de relações sociais historicamente determinadas. Deste modo, o autor destaca duas formas de mediações entre homem/mulher e natureza, sendo as mediações de primeira ordem entre a humanidade e a natureza e as mediações alienantes de segunda ordem do sistema do capital.

No subcapítulo, “O espaço geográfico e a unidade homem/mulher-natureza”, alicerçados nas contribuições de Moreira (2010; 2012), Santos (2004; 2012), Moraes; Costa (1999) e Harvey (2005), partimos da apreensão de que o espaço é produzido socialmente por meio da unidade homem/mulher-natureza. Deste modo, entendemos, que a natureza não pode ser reduzida à mera base física/material do espaço, sendo, portanto, condição concreta de produção social e da existência social dos homens e das mulheres.

É preciso sinalizar que cada estrutura de sociedade constrói uma forma de relação consigo mesma e com a natureza. Assim, é por dentro da sociedade de classes, erguida sob o modo de produção capitalista que buscamos analisar a construção do espaço, por meio da

imposição de um modo de pensar/conceber/ser a natureza e o homem a mulher, conforme, objetivamos analisar, no subcapítulo “Desenvolvimento/reprodução do capital no Contestado: o monocultivo de *Pinus* e a implantação de um modelo de desenvolvimento (a falta de alternativas!?)”.

A partir das contribuições, sobretudo de Montenegro Gómez (2006) e Porto-Gonçalves (2012), entendemos, que o desenvolvimento é na prática um discurso entremeado de ações que levam à reprodução capitalista e ao controle social. No caso do Contestado, se expressa, por exemplo, no discurso da falta de alternativas, ou seja, fala-se que devido a estrutura espacial não é possível utilizar a terra de outras formas e para outros modelos de produção, que não seja a monocultura. Soma-se a isso, a iniciativa que levou a consolidação do APL – Arranjo Produtivo Local da Madeira e das Esquadrias em Porto União da Vitória e a estratégia de produção de energia com a utilização de *Pinus* e eucalipto, ambas, justificadas pelo bem comum, geração de emprego e renda. Como se fosse possível, por dentro do capitalismo, possibilitar a reprodução ampliada do capital e o bem-estar do conjunto da sociedade. Eis a necessidade do controle social, para garantir, diante do desenvolvimento desigual, produto da sociedade do capital, a continuidade de formas absolutamente degradantes e perversas, de trabalho e de vida, da maior parte da população.

Para concluir o terceiro capítulo, a discussão realizada em “A monocultura como modo de pensar: o *Pinus* forjado na natureza”, baseia-se, sobretudo no pensamento de Shiva (2003), e em suas contribuições a partir do que denominou de monoculturas da mente, ao dizer, que antes de qualquer modelo de produção monocultural chegar à terra, precisa dominar a mente humana. Trata-se da relação abordada no decorrer do capítulo entre desenvolvimento capitalista, controle social e da dominação da sociedade sobre a natureza.

Para Shiva (2003), as “monoculturas da mente”, consistem num mecanismo para negar as alternativas, de modo que estas só podem existir, ao adotar a diversidade como forma de pensamento. Nessa perspectiva, o que se vê no Contestado, é a busca quanto à construção da homogeneização das relações sociedade-natureza, e por consequência do espaço geográfico, mediadas pelo monocultivo de *Pinus* e pela indústria da madeira, que nega/impossibilita às alternativas a esse padrão de reprodução capitalista, ou seja, de ser o espaço, a sociedade e a natureza.

No quarto capítulo, “O trabalho na geografia e a geografia do trabalho no Contestado”, a discussão foi dividida, em três momentos.

No subcapítulo, “De onde partimos: reflexão sobre trabalho”, através das contribuições de Marx (2011; 2014 e 2015), Thomaz Junior (2009), Luxemburgo (1984; 1988), Mészáros (2002) entre outros, alicerçamos nosso entendimento de que o trabalho é condição ontológica de existência e sociabilidade do ser. Portanto, trabalho concreto, de modo que sua transmutação em trabalho abstrato, desefetivado, desrealizado, degradado e precarizado, é uma condição assumida no modo de produção capitalista, por meio da necessidade de acumulação, via extração da mais-valia. Premissa, que só é alcançada pela inevitabilidade da separação trabalhador x meios de produção, e na luta constante do capital contra outras racionalidades econômico-produtivas, ou como diz Luxemburgo (1988), contra a economia natural, em que o Contestado é exemplo notório.

Fundamentada na discussão desse subcapítulo elaboramos o debate dos próximos que compõe o capítulo quatro, com o intuito de mostrar como o trabalho foi se resignificando no Contestado. Dos sentidos e valores para os caboclos e às caboclas, à racionalidade capitalista da *Lumber*. Deste modo, retomamos a discussão de Mészáros (2007), realizada no terceiro capítulo, para mostrar a transmutação ocorrida, do trabalho, enquanto um conjunto de mediações de primeira ordem, para o trabalho alienante sob o metabolismo social do capital.

Em, “O modo de vida caboclo: as mediações de primeira ordem entre a humanidade e a natureza e o trabalho enquanto valor de uso”, sobretudo através de Vinhas de Queiroz (1966) e Tomporoski (2013), mostramos a lógica do trabalho para o mundo caboclo, a noção de coletividade e solidariedade na organização e realização do pixirum/puxirão, a vinculação entre trabalho e festa, trabalho e alimentação, ou seja, o trabalho regido pela necessidade da existência social plena de sentidos. A condição do trabalho enquanto valor de uso está diretamente vinculada ao acesso à terra, situação que é rompida com a territorialização do capital imperialista no Contestado.

Nesse contexto, no subcapítulo, “O trabalho degradante na *Lumber*: as mediações alienantes de segunda ordem do sistema do capital”, com base, em grande medida, na dissertação de mestrado e tese de doutorado de Alexandre Assis Tomporoski, respectivamente datadas de 2006 e 2013, trazemos alguns elementos do trabalho abstrato, por meio da análise dos acidentes de trabalho na *Lumber*, das greves ocorridas em 1917 e 1919 e do controle social mascarado por práticas paternalistas, que se desenham, quando a terra/território são arrancados dos caboclos e das caboclas, lhes negando seu modo de vida e sua existência.

O quinto capítulo intitulado, “*Calmon é só o Pinus e mais nada, isso só presta pra empresa: significados e desdobramentos do monocultivo de Pinus*” apresenta a sistematização das entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras de Calmon.

Inicialmente trazemos para o debate as contribuições de Alves (2009), sobre a condição de proletariado e de Thomaz Junior (2009), em torno da noção de alargamento da classe trabalhadora. Trata-se de uma iniciativa para construir uma leitura da centralidade do trabalho em Calmon, ou seja, os trabalhadores e as trabalhadoras que entrevistamos no município, vivenciaram e vivenciam ao longo de suas trajetórias de trabalho diversas inserções laborais, no campo e na cidade. São homens e mulheres que se reconhecem como caboclos e caboclas, que ora são trabalhadores e trabalhadoras no plantio e corte da madeira, na colheita da batata, do tomate e da maçã, na queima de carvão, nas fábricas de costura, no frigorífico de frangos e suínos, alternando essas formas de realização do trabalho com períodos de desemprego, quando sentem de forma mais intensa os significados da degradação da natureza e do trabalho, ou seja, são trabalhadores e trabalhadoras sem terra e sem trabalho.

Na sequência, no subcapítulo, “Quem são os trabalhadores do *Pinus* e as trabalhadoras negadas pelo *Pinus* em Calmon?”, apresentamos as trajetórias de vida e trabalho dos trabalhadores entrevistados em Calmon.

No subcapítulo, “*Era um sofrimento, tinha que tá se escondendo: memórias da Guerra e do Pós-Guerra do Contestado em Calmon*”, trazemos as contribuições dos entrevistados em torno da Guerra do Contestado repassadas por gerações, bem como os entendimentos sobre a degradação da natureza e do trabalho, que segundo os entrevistados, é a marca do sofrimento, desde a Guerra, e que se manifesta na necessidade em se esconder para não morrer durante a guerra, nos relatos da fome que assolou a região, no desemprego e na pobreza que caracterizam o município hoje.

Na sequência, no subcapítulo, “*O município nosso é pobre, é só sofrimento, é só Pinus, olha aí ó: o Pinus e a pobreza em Calmon*”, expressamos as compreensões dos trabalhadores e trabalhadoras a respeito das causas da pobreza no município. Assim, as entrevistas indicam os desdobramentos do monocultivo de *Pinus*, da uniformização da paisagem e dos poucos empregos gerados no município.

No fazer da pesquisa constatamos que a homogeneização da natureza em Calmon por meio do plantio de *Pinus* representava a negação à terra e ao trabalho aos trabalhadores em geral, porém, tal condição se apresenta de forma mais acentuada para as mulheres trabalhadoras, que, via de regra, não conseguem trabalho nas ocupações ligadas à monocultura do *Pinus*.

Assim, constrói-se um cenário de poucas alternativas de trabalho para as mulheres trabalhadoras, que se veem forçadas a deslocarem-se cotidianamente para trabalhar em outros municípios e/ou a trabalharem sazonalmente na colheita da batata, tomate e maçã, os significados desse processo são abordados no subcapítulo, “*Tem tanta mulher desempregada: a condição das mulheres trabalhadoras mulheres em Calmon*”.

No subcapítulo, “*Aqui era de muita água, hoje tem muito lugar sofrido, é só tirar o Pinus e plantá outro de novo, aquela coisa dá, mas mantimento não dá*: relatos das implicações do *Pinus* em Calmon”, apresentamos mais um desdobramento da implantação de florestas artificiais, nessa perspectiva, as entrevistas revelaram a degradação do solo, a escassez de água e da biodiversidade, condição que se reflete no cultivo de alimentos, pois de acordo com os trabalhadores e as trabalhadoras, em áreas uma vez ocupadas pelo *Pinus*, inviabiliza-se, após retirá-lo, o plantio de outras culturas.

Por fim, no subcapítulo, “*Eu gostaria de ter um pedaço de terra: a população cabocla e o desejo da terra para a vida, para o trabalho e para a felicidade*”, os entrevistados e as entrevistadas evidenciam o anseio em romper com a lógica imposta pela degradação da natureza e do trabalho, a partir do acesso à terra como condição para construir outra lógica territorial em Calmon.

1.4 Os caminhos metodológicos

Após a definição do projeto de pesquisa realizamos diversos trabalhos de campo, em vários municípios do Contestado, com o objetivo de identificar processos de degradação da natureza e do trabalho provocados pelo monocultivo de *Pinus*. Percorremos localidades de municípios como; Bituruna, Cruz Machado e União da Vitória, no lado paranaense e em Santa Catarina, estivemos em; Porto União, Matos Costa, Calmon, Irineópolis, Bela Vista do Toldo, Três Barras, Santa Cecília, Timbó Grande, Lebon Régis, Pinheiro Preto e Macieira.

O trabalho de campo busca a compreensão de uma realidade específica, no entanto, é fundamental que tal realidade/fenômeno seja entendida(o) dentro de um conjunto de realidades/fenômenos que se processam na diferenciação, portanto na universalidade-particularidade-singularidade.

A pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesma. É a pesquisa indispensável à análise da situação social. Trata-se, repetimos, de situação social e não de situação espacial. O espaço não pode ser estudado pelos

geógrafos como uma categoria independente de vez que ele nada mais é que um dos elementos do sistema social. (KAISER, 2006, p. 97).

Kaiser (2006), sinaliza dois momentos do trabalho de campo, com o devido cuidado em apontar que os caminhos/abordagens metodológicas não devem ser receitas a serem seguidas para o sucesso da pesquisa.

Segundo o autor, o primeiro momento é a identificação dos problemas e dos conflitos que marcam a sociedade estudada. Trata-se de uma etapa de fundamental importância para orientar o estudo, identificar e compreender a realidade do local, é a oportunidade, de por exemplo, identificar os elementos/recursos que possibilitaram/possibilitam a territorialização do capital madeireiro, bem como, seus desdobramentos na materialidade do espaço. Assim, trata-se de uma interação dialética, que serve como plano de fundo para a compreensão dos sentidos e significados da natureza e do trabalho, enquanto condição fundamental para a existência dos povos e para o processo expansivo do capital.

O trabalho de campo não consiste, portanto num roteiro fechado de atividades, de entrevistas etc. Mas, como sugere Kaiser (2006), deve ser o momento no qual o pesquisador se impregna da atmosfera social, buscando a compreensão da história através de conversas, da confiança na memória individual e coletiva, nos tensionamentos que se revelam em conversações banais, assim os traços que marcam a situação atual do local de pesquisa vão sendo revelados.

O segundo momento, sinalizado por Kaiser (2006), consiste no levantamento de informações quantitativas, na consulta de materiais acadêmicos, que ajudem a orientar as técnicas de pesquisa, ou seja, nessa fase é importante que a base teórica, articulada às preocupações e objetivos da pesquisa, ajude na compreensão do movimento da realidade estudada.

Nessa perspectiva, realizamos uma série de levantamentos de dados em diversos bancos de dados, tais como: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Atlas Brasil, MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS – Relação Anual de Informações Sociais e CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

De tal modo, num primeiro momento do processo de investigação pensamos em focar a degradação da natureza e do trabalho, por meio do cercamento ou apropriação dos territórios de Assentamentos de Reforma Agrária pela monocultura, sobretudo de *Pinus*. É importante ressaltar que nos municípios catarinenses do Contestado existem 2.797 famílias assentadas em 96 assentamentos, isso equivale a 53,3% do total de famílias assentadas e a 54% da área

destinada à reforma agrária no estado. Já no lado paranaense, são 748 famílias assentadas em três municípios, Bituruna, General Carneiro e Palmas, destas, 408 pertencem a seis assentamentos localizados em Bituruna.

Nessa perspectiva, realizamos alguns trabalhos de campo, sobretudo nos municípios de Bela Vista do Toldo (Assentamento São Francisco), Irineópolis (Assentamento Mimo – Manuel Alves Ribeiro e Matos Costa (Assentamentos São João, Treze de Outubro, São Roque e Santa Rita).

O Assentamento São Francisco, localizado na Comunidade do Pinhalzinho³⁸, no município de Bela Vista do Toldo/SC, foi criado em 1987, localizado há aproximadamente 60 km do núcleo urbano municipal, em terras absolutamente impróprias para a reforma agrária, tomadas por uma condição geomorfológica que dificulta a prática agrícola, sobretudo quando não se têm políticas públicas efetivas de permanência na terra. Fato que trouxe e traz enormes desafios aos assentados para que consigam produzir e viver no lote. Soma-se a isso, a inexistência de vias de acesso quando da criação do assentamento. Pouco mais de quinze quilômetros de estrada, que ligam o assentamento à via de acesso que leva até a cidade de Bela Vista do Toldo, bem como outras estradas secundárias que permitiram a ligação entre os lotes, foram abertos apenas no decorrer dos últimos doze anos, elementos que dificultaram e ainda dificultam a produção nos lotes, o escoamento do que é produzido e por consequência a permanência dos assentados na terra.

Nesse cenário, uma alternativa encontrada pelos assentados foi plantar *Pinus*. Isso aconteceu há aproximadamente vinte anos, através da doação das mudas por uma das maiores empresas do ramo madeireiro da região, a então Rigesa, hoje denominada de *WestRock Brasil*. Com os lotes tomados pelo *Pinus*, alguns assentados deixaram a terra e migraram para a cidade. Vinte anos depois voltam para retirar o *Pinus*, alguns demonstram vontade em trabalhar com outras atividades, como a produção de frutas (kiwi e maracujá), de mel e o plantio de erva-mate. Porém, a falta de incentivos e de políticas públicas nas diversas instâncias de governo e do próprio INCRA, são elementos que inviabilizam o trabalho e a vida na terra, fazendo com que os assentados busquem trabalho nas mais diversas ocupações, no campo e na cidade e transformando o sonho da terra para a existência, em um deserto verde.

Em Irineópolis, quando da desapropriação da área para criação do Projeto de Assentamento Manuel Alves Ribeiro “Mimo”, a terra era dominada pelo *Pinus* havia quarenta anos. Após o corte do *Pinus* para o assentamento das famílias, era necessário retirar as raízes

³⁸ Local de um antigo reduto caboclo da Guerra do Contestado.

do mesmo, foi nesse momento, que foram arrancados o tronco que ficava sob a terra, bem como as raízes, e o ‘buraco’ que se formou com tal retirada foi preenchido com solo. Porém, os assentados relatam que o solo apropriado para a agricultura fora jogado na parte inferior, e na parte superior encontrava-se um solo impróprio, tanto que, segundo eles, nem “mato” nascia, a situação era tão preocupante que os assentados relatam a alegria do momento em que começou a nascer algo na terra degradada pelo *Pinus*.

Foi através do trabalho junto aos técnicos da Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, com a utilização da adubação verde e do pó de basalto que, aos poucos, foi possível recuperar o solo.

Atualmente, no assentamento que é formado por 11 famílias, é possível ver uma história diferente daquela marcada pelos significados do deserto verde do *Pinus*, que impossibilitava a produção há doze anos. Existe, no assentamento, uma importante linha de produção baseada na agroecologia e nas sementes crioulas, que mostram, como um território antes dominado pela monocultura e pela não existência de diversidade, hoje, é marcado por outra racionalidade, produzindo alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, sem marcas de injustiça e abastecendo a comunidade local.

Nos assentamentos de Matos Costa não encontramos marcas significativas da monocultura de *Pinus*. Em alguns lotes, os assentados plantaram eucalipto, sobretudo para o abastecimento de lenha. Porém, a produção de alimentos marca a paisagem dos lotes. Nos últimos anos a produção de tomate tem ganhado impulso entre os assentados. Contudo, verificamos que a renda proveniente do trabalho nos lotes é, em muitos casos, insuficiente para manter a família trabalhando apenas na terra. Nesse sentido, é corriqueiro que, sobretudo, as mulheres, busquem emprego na cidade. Diariamente, o ônibus de uma fábrica de costura, passa nos lotes para apanhar as trabalhadoras e para deixá-las após o término da jornada de trabalho.

Diante dos cenários encontrados nestes assentamentos redesenhamos metodologicamente a pesquisa. Levantando dados secundários e com a preocupação em desenvolver uma pesquisa de Geografia do Trabalho no Contestado, chegamos a definição do objeto de pesquisa e do recorte espacial.

A tese, portanto, fundamenta-se na totalidade do Território Contestado, para compreender, a partir dos trabalhadores e das trabalhadoras, a realidade do município de Calmon, tendo como base o fenômeno da degradação da natureza e do trabalho. Objetivamos construir uma leitura da dinâmica geográfica do Contestado, enquanto condição para a expansão capitalista. De modo, que o *Pinus*, representa na atualidade o que a araucária

representava no passado, ou seja, trata-se de um processo constantemente refeito de apropriação/mercadificação da natureza e, como par indissociável, do nivelamento ao trabalho abstrato.

Nesse sentido, realizamos treze entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras de Calmon, que são abordadas ao longo da tese, porém encontram-se mais sistematizadas no capítulo cinco. Também entrevistamos a Professora Sueli Vezaro, que atualmente ocupa o cargo de direção da Escola de Educação Básica de Calmon, Marcos Zaias, que é secretário municipal de agricultura e o técnico extensionista, Maurício Prates dos Santos. Também entrevistamos a gerente da facção de costura que se instalou em Calmon em junho de 2017 e o gerente da fábrica de costura Mundo do Sono instalada em Matos Costa, na qual trabalham 17 trabalhadoras e 1 trabalhador do município de Calmon. Além disso, colhemos diversos depoimentos com demais trabalhadores e trabalhadoras do município, porém que não foram organizados em forma de entrevista.

As entrevistas com os trabalhadores e as trabalhadoras foram realizadas em suas casas. Num primeiro momento, ao longo do ano de 2016, foram feitas seis entrevistas com homens que trabalharam/trabalham no plantio e corte do *Pinus*. O contato com esses trabalhadores deu-se inicialmente por meio de João Batista Ferreira, jornalista e estudioso do Contestado que nos indicou seu irmão, que trabalhou com o corte de madeira nativa e atualmente trabalha com a limpeza em áreas de plantio de *Pinus* e com o corte do mesmo. A partir deste trabalhador, os demais foram indicados a cada entrevista realizada. Encontrar os trabalhadores indicados tornou-se tarefa fácil pelo fato do núcleo urbano de Calmon ser pequeno.

Ao longo do ano de 2017 realizamos outras seis entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras do município. Neste momento, contamos com a contribuição de Jayne Ferreira, jovem moradora de Calmon que nos acompanhou nas casas dos entrevistados e entrevistadas.

Em outubro de 2016, durante a realização de um trabalho de campo na localidade da antiga estação ferroviária de Presidente Pena, nos deparamos com uma família que morava em uma das casas da antiga vila ferroviária. Naquele momento, conversamos informalmente com o trabalhador e três crianças, seus netos que estavam debulhando o milho colhido por eles e depositando-o no prédio da antiga estação. Em setembro de 2017 retornamos à localidade de Presidente Pena e realizamos uma entrevista com o trabalhador. Na oportunidade também conversamos com a esposa do trabalhador que nos mostrou a área próxima da estação cultivada por eles e os animais que criam para o consumo.

As entrevistas realizadas com a diretora da escola, com o secretário de agricultura e com o técnico da Epagri ocorreram em seus locais de trabalho.

Nas entrevistas realizadas com trabalhadores e trabalhadoras utilizamos como suporte metodológico a história oral, tanto a temática, quanto a de vida. Pois, entendemos que se manifestam como fundamento para a compreensão das trajetórias de vida e trabalho dos sujeitos pesquisados/entrevistados, bem como, para a análise dos significados e desdobramentos do trabalho na madeira, diante da expansão geográfica do capital.

Partimos do entendimento que a história oral é uma proposta metodológica que ajuda a explicar/entender a degradação da natureza e do trabalho no Contestado. Conforme pondera Meihy (2002, p. 47), não são poucos os que insistem em vê-la como instrumento capaz de colocar novos elementos à disposição dos interessados na leitura da sociedade. Para o autor, “a história oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas o contarem de seu modo, mais eficiente será seu depoimento (MEIHY, 2002, p.51).

Nesse sentido, o autor ainda avalia o vínculo existente entre história oral e memória e vice e versa. Pondera, que “a memória é um suporte para as narrativas de história oral, mas não é ela” (MEIHY 2002, p. 53).

Hall (1992 s/p), questionando sobre a memória, as lembranças e as experiências, nos diz que, “o que podemos afirmar com alguma confiança é que a memória não é um fenômeno exclusivamente individual, mas resulta de determinações sociais complexas. Pensamos, lembramos e exprimimo-nos em formas social e culturalmente determinadas”.

Meihy (2002), sinaliza a possibilidade de categorizar a memória, trata-se de filtros que conduzem a narrativa das experiências, a partir da classe social, etnia, gênero e circunstância histórica.

Portanto, pensamos que através da história oral narrada, sobretudo pelas experiências e vivências dos trabalhadores entrevistados podemos compreender o vínculo intrínseco entre natureza e trabalho no Contestado, buscando o entendimento de quem são esses trabalhadores/trabalhadoras, a partir de suas inserções profissionais, histórias de vida e de trabalho, no tempo e no espaço.

Destarte, a entrevista é um processo de interação social (COLOGNESE; MÉLO, 1998), em que se estabelece uma relação social (THOMPSON, 1992). Nesse sentido, Colognese; Mélo (1998), assinalam que a entrevista é sempre uma conversa interessada, na qual buscam-se certas

informações concernentes a um objeto específico, portanto entrevista-se porque acredita-se que o entrevistado detém informações que, transmitidas, podem ajudar a elucidar questões.

No que tange às entrevistas, é preciso sinalizar que não existe um modelo a ser seguido, seja de roteiro de entrevista, ou de como entrevistar. De acordo com o que se espera do entrevistado, se adota um, ou outro modelo, podendo ser, conforme apontam Colognese; Mélo (1998), semi-diretiva, diretiva, estruturada, de forma oral ou escrita, individual ou grupal, ou ainda, formal ou informal. Não se trata necessariamente de uma ou outra, mas de qual(is) se encaixam melhor dentro das preocupações apontadas na pesquisa, ou seja, aquela(s) que ajuda(m) a chegar às respostas que buscamos.

Nesse sentido, valem-nos das entrevistas semi-diretivas, oral e individual, por entendermos que apresentam melhores resultados diante das preocupações da pesquisa, sobretudo por nos interessarmos pelas trajetórias dos trabalhadores e das trabalhadoras. Assim, as entrevistas são extensas, pois os trabalhadores e trabalhadoras nos trouxeram uma série de informações ao longo de suas histórias e trajetórias de vida. Relataram-nos episódios da infância, falaram do primeiro emprego, das experiências do trabalho na madeira e de outros tantos assuntos, como a política local, acontecimentos do cotidiano, além de seus sonhos e aspirações de um futuro melhor.

Pela natureza das entrevistas, acreditamos que aquelas de forma oral tendem a dar melhor resultado, devido a riqueza das histórias, detalhes e momentos das trajetórias da vida laboral dos trabalhadores e trabalhadoras. Ainda nesse sentido, as entrevistas individuais devem potencializar as informações, pois mesmo que exista, possivelmente, repetição, no que tange às trajetórias de vida e trabalho, a inserção de cada trabalhador no universo laboral é única.

Thompson (1992), sinaliza que cada pesquisador desenvolve um método que considera o mais apropriado, a fim de atingir os objetivos que espera alcançar com a realização das entrevistas. Portanto, mesmo não havendo uma receita a ser seguida é importante que se leve em consideração alguns elementos na situação de entrevista.

Um deles, apontado por Colognese; Mélo (1998), refere-se à explicação ao sujeito a ser entrevistado do objetivo da entrevista, enfocando o que se espera dele e porque ele é importante para pesquisa. Isso não deve ser feito no sentido de induzir as respostas, mas para que o sujeito saiba as razões pelas quais está sendo entrevistado.

Outra questão fundamental é o comportamento do entrevistador durante a entrevista, Thompson (1992), sinaliza a importância de se mostrar interessado pelo que o entrevistado está falando. Nesse sentido, aponta para que o entrevistador tenha reações, como, sorrir, levantar os

olhos etc., estas são linguagens comportamentais que mostram que o entrevistador está ouvindo e mais do que isso, está envolvido na situação de entrevista.

Em nossa pesquisa, a interação foi essencial, pois, via de regra, fizemos perguntas que mexeram com as emoções dos entrevistados e entrevistadas, situações de guerra e morte, casos de ocorrência de acidentes de trabalho, lembranças de momentos passados, esperança em conseguir um emprego baseado em relações de trabalho mais humanizantes etc., e, enquanto pesquisadores precisamos reagir diante de tais relatos. Somos responsáveis, por vezes, em levantar questões dolorosas, portanto precisamos ter o compromisso ético de lidar com isso, tanto na situação de entrevista, quanto no momento de transferir tais depoimentos em forma de linguagem escrita, ou seja, no momento da “produção de um conhecimento novo” (COLOGNESE; MÉLO 1998).

O compromisso ético também é sinalizado por Gibbs (2009), quando aponta para o tratamento das informações.

A prática ética contribui para a qualidade de sua análise. Ao mesmo tempo, a análise mal feita e mal relatada quase certamente é antiética. Todas as pesquisas causam algum dano ou impõe um custo. No mínimo, são baseadas na boa vontade das pessoas para concederem acesso a suas vidas e tempo para as entrevistas. Felizmente, a boa pesquisa também pode trazer alguns benefícios. Pode ampliar nossa compreensão de forma benéfica para as pessoas e a sociedade e, particularmente, pode gerar mudanças na prática e no comportamento que sejam vantajosas para todos. (GIBBS, 2009, p. 129).

Por fim, dentro do movimento expansivo do capital e na construção teórico-metodológica da pesquisa, escolhemos os trabalhadores/trabalhadoras como sujeitos/objetos da pesquisa, isso significa, que apostamos na construção de outra sociabilidade possível, assentada em outras bases, que não passe pela desumanização e desrealização do trabalho. Nesse contexto, inserem-se nossas preocupações em desvelar a realidade posta, na qual, a partir da degradação da natureza e do trabalho, nega-se a humanização dos sujeitos, ou seja, trata-se de uma condição de existência, assentada na desumanização da reprodução social e na existência de homens e mulheres tidos apenas como produtores de riqueza, afetando/interferindo, portanto, a sociabilidade humana, ao servir à reprodução do capital e à redução da vida.

Contudo, partimos da compreensão que mesmo diante da imposição de um modelo hegemônico de organização da natureza e do trabalho, os trabalhadores e as trabalhadoras são protagonistas de suas vidas, trazem histórias e marcas de seus antepassados, bem como do lugar social que ocupam que contribuem no reconhecimento de que são sujeitos sociais carregados

de potencialidades na luta anti-capital. Fazem a leitura da realidade do município circunscrita nos significados e desdobramentos da madeira mercadificada, da terra concentrada e do trabalho degradado. Apontam possibilidades e alternativas para romper com a lógica posta e nesse sentido identificam a terra, referem-se a apenas “um pedaço de terra”, enquanto o sonho, o desejo e o caminho para superar o fundamento da degradação da natureza e do trabalho em Calmon e construir outra lógica territorial plena de sentidos, em que natureza e trabalho sejam a totalidade que dá sentido à existência.

Os trabalhadores e as trabalhadoras não formulam explicações teóricas e conceituais com o rigor científico da academia, aliás, este não é o dever deles. Contudo, ao falarem de suas trajetórias de vida e de trabalho nos ajudam a identificar uma geografia de relações entremeadas pela degradação da natureza e do trabalho, que atribui um certo lugar aos caboclos e caboclas do Contestado e de Calmon. Este lugar, é qualificado por eles, como; o lugar do sofrimento, da pobreza, do desemprego, da negação à terra e ao trabalho, da falta de perspectiva para os filhos e netos, ou seja, é o que restou após a Guerra do Contestado, a margem e o recuo para os descendentes daqueles e daquelas que lutaram e morreram, ou seja, a estes homens, mulheres e crianças coube o limiar da existência.

Diante disso, neste trabalho os caboclos e as caboclas não serão mais uma vez recuados. Eles e elas são parte central da estrutura desta tese, seus saberes e ensinamentos, suas histórias e trajetórias, os limites e possibilidades de se viver em Calmon estão em cada construção teórica. Deste modo, não aplicamos a regra de recuo para citações diretas ao trazermos os relatos das entrevistas, identificamos as falas dos trabalhadores em formato itálico no corpo do texto, pois, para nós, não se trata somente de comporem parte da pesquisa, tampouco, o intuito seja de “dar voz” a estes homens e estas mulheres, já que reconhecemos neles e nelas o mesmo potencial contestador daqueles e daquelas que pegaram em facões de paus para lutar por um mundo de igualdade, solidariedade e justiça.

Nessa mesma perspectiva, no título da tese, no título do capítulo cinco e nos subcapítulos deste, a partir das falas, das vozes e dos entendimentos dos entrevistados e das entrevistadas, trazemos as questões que nos inquietaram na elaboração da tese. Portanto, o que está escrito em itálico é de autoria dos caboclos e das caboclas, cuja contribuição foi essencial para que pudessemos avançar no entendimento da Geografia do Contestado.



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2015.

Monocultivo de *Pinus* próximo à estação ferroviária desativada de Maquinista Molina em
Porto União/SC

Visualizar a totalidade para captar a parte (MORAES; COSTA, 1999).

Quando se observa, enfim, que o espaço foi descoberto pelo capital como instrumento de
acumulação e poder (MOREIRA, 2010).

CAPÍTULO II - NOS TRILHOS DO TREM: A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL NO TERRITÓRIO CONTESTADO

A Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural ou religiosa (FRAGA, 2006, p.64).

Para tanto, é preciso ponderar uma série de elementos que compõe a formação do Território Contestado. A guerra, eclodida pelo desterroamento caboclo, através do avanço do capital imperialista nas terras de posse, trabalho e existência, representa a efervescência dos conflitos, mas é preciso salientar que as terras do Sul do Brasil, sobretudo onde ocorreram os conflitos e massacres atinentes a Guerra do Contestado, historicamente representaram um território em disputa.

Nessa perspectiva, esse capítulo versa sobre a complexidade de elementos que formam o Território Contestado. Entretanto, trata-se de um recorte diante do vasto referencial existente, bem como do enredo escolhido para dar suporte a nossa tese de que a indústria da madeira e o monocultivo de *Pinus* no Contestado se firmam, inevitavelmente, na degradação da natureza e do trabalho.

É importante frisar que não se trata de “uma retomada histórica”, mas do entendimento que o Contestado se constitui enquanto um território que com o avanço do capital, possibilitado pelos “trilhos do trem”, se estabelece no devir espaço-temporal, por meio da degradação da natureza e do trabalho, da mercadificação da terra e da madeira e, para tanto, da necessária separação homem-mulher-natureza, através da negação aos meios de produção.

Terra e floresta foram arrancadas dos caboclos e das caboclas há um século. Passados cem anos, a floresta natural restringe-se a pequenos fragmentos e, a terra, outrora apropriada pelo capital internacional e pelos coronéis locais continua sem mudanças estruturais, ou seja, permanece concentrada. No entanto, a fonte de acumulação já não é mais a araucária, mas o *Pinus*, que em grande medida homogeneiza a paisagem, e somente se mostra vantajoso, na perspectiva da reprodução capitalista, ao valer-se da degradação da natureza e do trabalho.

É com essa compreensão que iniciamos esse capítulo. Para tanto apresentamos a imagem que o abre, que nos é repleta de significados ao mostrar a ferrovia que ao fazer a curva desaparece para dar lugar ao *Pinus*. Daí a analogia entre os trilhos do trem e a expansão geográfica do capital no Território Contestado, bem como, a utilização das citações de Moraes; Costa (1999) e Moreira (2010). A primeira ao referir-se à totalidade, não enquanto uma soma de partes, mas no sentido de que o real em movimento é resultado da universalidade que se particulariza e se singulariza, ao passo que a totalidade se expressa nas partes, por exemplo,

quando o espaço geográfico é descoberto pelo capital, como diz Moreira (2010), em instrumento de acumulação e poder.

Compreender como isso se expressa no Contestado, por meio da totalidade, é o intento deste capítulo ao tratar da expansão do capital, primeiramente pela pilhagem da Floresta das Araucárias e posteriormente pelo monocultivo de *Pinus*.

Sob o propósito de relacionar a ferrovia/trilhos do trem, com a expansão do capital no Contestado, é válida a menção a Nilson Thomé, que sobre os significados da ferrovia, assim se refere.

A participação da estrada de ferro na campanha do Contestado não se ateve apenas às causas que determinaram o agravamento da situação, mas, também, aos próprios acontecimentos subsequentes, quando foi diretamente envolvida sendo de um lado meio de transporte das tropas, e de outro, alvo predileto dos sertanejos. Assim, na primeira fase do contestado, que remonta aos primórdios e vai até outubro de 1912, a ferrovia ficou historicamente vinculada aos fatos circunstanciais, por ter promovido a vinda de trabalhadores, deixando que se instalassem às margens dos trilhos após a construção, para depois desalojá-los de forma violenta; por ter-se apossado de centenas de quilômetros quadrados de terras, que pelo fato de serem devolutas, poderiam passar a propriedade dos sertanejos que as habitavam há longa data; por ter desprezado a participação dos caboclos nos planos de colonização em favor dos colonos imigrantes; por ser uma empresa estrangeira que o governo protegia, em detrimento ao apoio as pequenas iniciativas regionais. Depois, nas etapas seguintes, a ferrovia relacionou-se intimamente com o desenrolar dos fatos: junto ao rio do Peixe, era tida como provisória dos estados do Paraná e de Santa Catarina; foi utilizada como meio de transporte pelas forças militares; as estações ferroviárias se transformaram em pontos estratégicos das tropas em ação; os trilhos e as obras de arte foram alvo de sabotagem pelos sertanejos; suas instalações, núcleos coloniais, junto com a Lumber, sofreram ataques devastadores. (THOMÉ, 1980, p. 125).

Os caboclos e as caboclas tinham a dimensão de que a ferrovia representava a negação da terra, da floresta, do trabalho, do modo de vida e, portanto, da própria vida³⁹. Hoje, o que resta da ferrovia foi entregue por concessão à ALL – América Latina Logística, e encontra-se desativada. As antigas estações ferroviárias e as vilas ferroviárias que existiam, são bens desvinculados, ou seja, não foram concedidos a ALL. As antigas estações, via de regra, estão depredadas, outras, tornaram-se museus, alguns em funcionamento, outros fechados por

³⁹ Referente ao modo de vida da população cabocla do Contestado, Cabral (1970, p. 297), aponta que viviam da caça, das pequenas roças cuidadas na maioria das vezes pelas mulheres, do corte e da venda da erva-mate. Não havia, por parte das instituições oficiais, instrução, nem sequer assistência religiosa. “Assim, viam nascer e muitas vezes morrer os filhos, esquecidos e abandonados”, porém lembraram-se deles quando da concessão de terras marginais à ferrovia, “o que veio a desalojar velhos e antigos ocupantes que nenhum título legal possuíam de propriedade das terras”.

motivos diversos. Em algumas vilas ferroviárias, famílias de ex-trabalhadores da ferrovia, ou ainda, pessoas sem moradia, ocupam as casas.

Chamamos atenção para as condições em que se encontram, atualmente, as estações ferroviárias e as vilas, pertencentes à ferrovia São Paulo – Rio Grande, localizadas no interior do município de Porto União-SC (Figura 2) e que no século passado serviram para saquear tais terras através do transporte de madeira para o mercado internacional.

Este não é o foco da pesquisa, apenas julgamos conveniente ilustrar, ao passo que nos referirmos à ferrovia enquanto condicionante da expansão das relações de produção capitalistas. A situação em que se encontram a ferrovia, as antigas estações e as vilas ferroviárias, representam um indicativo, de que sua construção teve por objetivo a apropriação da madeira nativa, de modo que quando esta é exaurida e substituída, em grande medida pela monocultura do *Pinus*, este não será transportado pelos trilhos.

Figura 3: Antigas estações e vilas ferroviárias em Porto União/SC



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2015.

Pela ordem ao longo dos trilhos, as imagens 1 e 2 são, respectivamente, da estação de Achilles Stengel⁴⁰ e de sua vila ferroviária, as imagens 3 e 4 de Nova Galícia⁴¹, as 5 e 6 de Cerro Pelado e as 7 e 8 de Maquinista Molina. É importante lembrar, que todas essas estações, bem como as vilas, foram construídas pelo Exército brasileiro ao longo da década de 1940, quando da construção da variante do Morro de São João, com o objetivo de diminuir a inclinação da ferrovia entre os municípios de União da Vitória/PR e Matos Costa/SC. Por onde eram embarcadas as riquezas da floresta, hoje, restam apenas ruínas.

Na vila ferroviária de Achilles Stengel quase todas as casas estão ocupadas. Duas famílias vivem em cada uma das vilas de Nova Galícia e Cerro Pelado. Em Maquinista Molina ninguém reside na antiga estrutura da ferrovia.

Na sequência, fazemos o esforço em trazer os principais elementos do Contestado, enquanto território de conflitos. Trata-se, de uma síntese de sua configuração e reconfiguração, que nos dá suporte para desvelar a degradação da natureza e do trabalho como condição *sine qua non* para a reprodução capitalista e marca do Contestado.

2.1 Guerra do Contestado: a questão de limites

De acordo com Fraga (2006), a disputa em torno da definição de limites, remonta o período colonial através dos interesses de Portugal e Espanha nas terras do Sul do Brasil, sobretudo devido a ocupação de Portugal para além da linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas. Questão que somente se resolveu com a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, quando o Sul do Brasil assume uma configuração muito próxima àquela conhecida atualmente.

Ao longo do século XIX, as terras que hoje formam o Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná constituíam um território litigioso entre Brasil e Argentina. A contestação dos limites dos referidos países, conhecida como “Questão de Palmas” ou “Questão das Missões”, solucionou-se apenas em 1895, quando Cleveland⁴², presidente dos EUA, confere ganho de causa ao Brasil⁴³ (THOMÉ, 1992).

⁴⁰ Nome do engenheiro responsável pela construção da ferrovia no Contestado e comandante do Corpo de Segurança da *Lumber* com a incumbência em expulsar os caboclos posseiros das terras.

⁴¹ Colônia formada por imigrantes rutenos (região entre a Polônia e a Ucrânia), chegou a ter 700 moradores, hoje, restam poucas famílias de descendentes de caboclos, poloneses e ucranianos, inclusive miscigenadas.

⁴² Em homenagem ao presidente dos EUA, atribui-se, o nome de Clevelândia a um município paranaense na divisa com Santa Catarina, localizado em área de litígio com a Argentina.

⁴³ De acordo com Wachowicz (2001), o principal argumento brasileiro, que levou ao ganho de causa em relação a Argentina, foi o de *uti possidetis* do Território Contestado. Isso porque, o censo de 1890, indicou que haviam 5.793 habitantes na região contestada, destes 5.763 eram brasileiros e 30 estrangeiros, dos quais, nenhum era argentino.

Resolvida a questão dos limites no âmbito internacional, restava ainda a contestação entre Paraná e Santa Catarina. Conflito originado pela ocupação territorial das províncias de Santa Catarina e São Paulo, haja vista, que o Paraná se desmembrou de São Paulo, sendo elevado à categoria de província, somente em 1853, enquanto Santa Catarina, em 1738 tornou-se Capitania, em 1749 criou-se a Ouvidoria e em 1821 foi elevada à província, ou seja, do ponto de vista da organização política-administrativa, Santa Catarina tem um acúmulo de mais de um século em relação ao Paraná, condição que contribuiu para a definição da questão de limites.

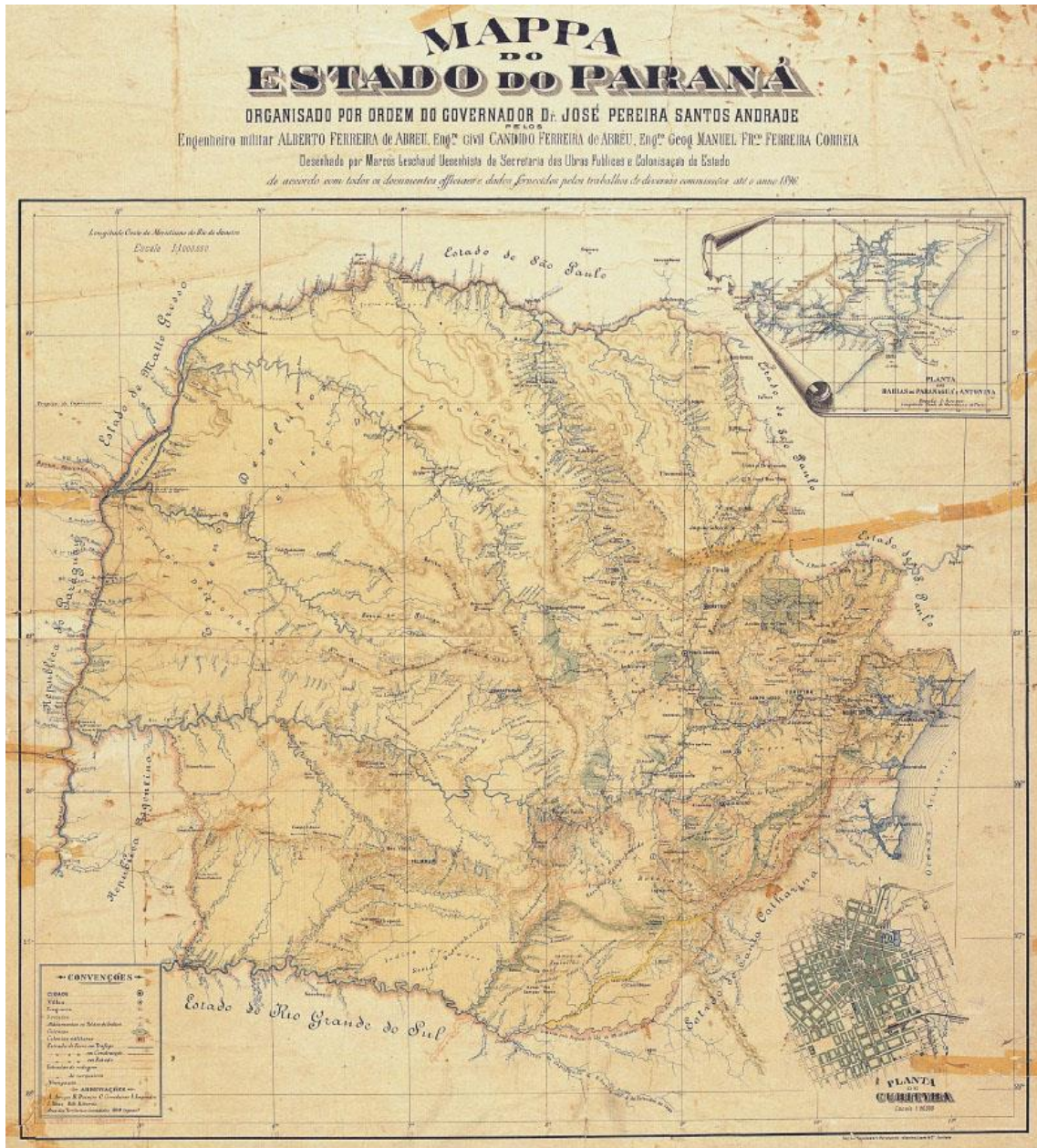
Contudo, em 1853, a província do Paraná herda a questão dos limites anteriormente contestados por São Paulo e Santa Catarina. O Paraná alegava que suas terras se limitavam, ao sul pelo Rio Pelotas e Uruguai, já Santa Catarina, afirmava que o Paraná terminava nos rios Negro e Iguazu (FRAGA, 2006).

Para Fraga (2006), tal imbróglio se arrastava desde 1767, quando o governo paulista fundou Lages, em área considerada catarinense pelas autoridades daquela província. Lages, incorporou-se à Santa Catarina em 1820, não resolvendo, porém, a questão de limites. Outro elemento dessa disputa, refere-se a descoberta, invasão e exploração, dos Campos de Palmas, por paulistas em 1838, em terras que eram catarinenses por direito.

A pendência, quanto aos limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina fica evidente na figura 3, que ilustra um mapa do estado do Paraná, datado de 1896, no qual vê-se que o atual Oeste Catarinense e parte do Planalto Norte eram considerados territórios paranaense. Trata-se, inclusive, de uma estratégia de afirmação diante do litígio com o estado vizinho.

Para o autor a existência desta população deve-se a ocupação dos campos de Palmas, a partir de 1839. Tal ocupação expandiu-se em direção ao Rio Grande do Sul, ao Campo-Erê e a União da Vitória, “destaque-se que grande parte desta população brasileira era formada por descendentes dos índios cainguangues que habitavam a região” (WACHOWICZ, 2001, p. 189).

Figura 4: Estado do Paraná (1896)



Fonte: ITCG – Instituto de Terras Cartografia e Geociências, 2015⁴⁴.

A contenda resolveu-se apenas na República. Santa Catarina recorreu ao STF - Supremo Tribunal Federal, que em julho de 1904, lhe concedeu ganho de causa. O Paraná interpelou e, em 1909, tem seu recurso negado, seguido de uma nova contestação por parte do Paraná, sendo, pela terceira vez reconhecido o território requerido por Santa Catarina. A partir deste momento restava apenas a execução da sentença, contudo, já se iniciava a Batalha do Irani⁴⁵, estopim da Guerra do Contestado. De modo, que a questão dos limites entre os dois estados fora resolvida

⁴⁴ Disponível em: < <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/mapa15.jpg>>. Acesso em 16 de agosto de 2015.

⁴⁵ Trataremos da Batalha do Irani ao discutir o desenrolar da Guerra do Contestado.

apenas em 20 de outubro de 1916, quando foi assinado o Acordo de Limites, por Affonso Alves de Camargo (governador do Paraná), Felipe Schmidt (governador de Santa Catarina) e Wenceslau Braz (presidente da República) (FRAGA, 2006).

O Paraná ficou com 20.310 quilômetros quadrados e Santa Catarina com 27.570 quilômetros quadrados. Os paranaenses “cederam” Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas, mas recuperaram Palmas e Clevelândia. E a cidade da margem esquerda do Iguaçu, que havia sido fundada por paulistas, acabou sendo dividida: União da Vitória ficou para o Paraná, e Porto União, para Santa Catarina. (FRAGA, 2006, p. 67).

Assim ficaram os limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina.

[...] O Rio Negro, desde suas cabeceiras até a sua foz no Rio Iguaçu, e por este até a ponte da estrada de Ferro S. Paulo – Rio Grande; pelos eixos dessa ponte e da mesma Estrada de Ferro até a sua intercepção com o eixo da estrada de rodagem que atualmente liga a cidade de Porto União da Vitória à cidade de Palmas; pelo eixo da referida estrada de rodagem até o seu encontro com o Rio Jangada; por este acima até a sua intercepção com a linha divisória das águas na direção geral de Oeste até encontrar a linha que liga as cabeceiras dos Rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, na fronteira Argentina. (PIAZZA, 1983, p. 597).

Tais disputas territoriais envolviam, sobretudo a definição dos limites que compunham o território político-administrativo, seja entre Portugal e Espanha, Brasil e Argentina, São Paulo e Santa Catarina e ainda, Paraná e Santa Catarina. Contudo, corroboramos com entendimento de Auras (2001), quando diz que a questão de limites não foi o elemento central que levou a deflagração da Guerra do Contestado.

A participação da questão de limites, no Contestado, foi apenas circunstancial, não atingindo o peso das causas nucleadoras, como significativas mudanças econômico-políticas-sociais, em âmbito nacional e estadual que, ao acarretarem a crise do mandonismo local e a institucionalização da propriedade da terra, subverteram a “paz” vigente”. (AURAS, 2001, p. 27).

Nesse sentido, eis que nas mesmas terras outra disputa se ergue a partir dos desdobramentos que envolvem a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, por meio da linha Itararé-Rio Uruguai, que atravessou o Território Contestado a partir de União da Vitória (PR) até Marcelino Ramos (RS).

2.2 Guerra do Contestado: da estrada de ferro à exploração madeireira

As primeiras ferrovias construídas no Brasil remontam o período Imperial, sob a justificativa da interligação das regiões, bem como a ocupação das terras devolutas⁴⁶, ou seja, no caso do Contestado, tratava-se do uso de um sistema técnico para requalificar o “sertão”⁴⁷, transformando-o em território “moderno” a ser incorporado pelo capital imperialista.

No que se refere à construção da estrada de ferro ligando Itararé (SP) à Santa Maria (RS), ainda podemos indicar a possibilidade de ligação com o Paraguai e o Uruguai e, sobretudo os interesses atrelados ao capital internacional, uma vez, que a contar da concessão para a construção e exploração das terras marginais, os empréstimos para a obra foram conseguidos junto a bancos europeus.

A construção de ferrovias ainda possibilitava o aquecimento da indústria inglesa que fabricava os materiais necessários para assentar os trilhos. A existência de vias de transporte, também viabilizava a incorporação daqueles espaços às práticas imperialistas, que caracterizavam, naquele momento, a rapina do território brasileiro há quatrocentos anos. Nesse sentido, nos referimos, sobremaneira, aos interesses em torno da riqueza em potencial da floresta a ser mercadificada.

Nesse emaranhado de interesses envolvendo a construção da ferrovia, Thomé (2010), também assevera a importância da ferrovia à exploração madeireira, ressaltando, que no final do século XIX, o potencial madeireiro oriundo da araucária já era conhecido, porém sua exploração era impossibilitada pela ausência de vias de transporte.

Para construir a ferrovia, em 1887, o engenheiro Teixeira Soares⁴⁸, contratou uma equipe de agrimensores, técnicos e exploradores que, com a ajuda de fazendeiros, lavradores, caboclos que residiam por onde passariam os trilhos e de tropeiros que há décadas passavam pela região, fizeram o traçado da ferrovia, que partiria de Itararé, localidade que tão logo receberia um ramal ferroviário da Sorocabana, até Santa Maria da Boca do Monte, quando se encontraria com a ferrovia Porto Alegre-Uruaiana, que na oportunidade estava em construção. Em 1889, tais estudos foram concluídos, de modo que os trilhos deveriam ser colocados a partir de Itararé, passando por Castro, Ponta Grossa, chegando ao Rio Iguaçu (Porto União da Vitória), seguindo pelo vale do rio do Peixe até chegar ao rio Uruguai (Marcelino

⁴⁶ Sobre isso ver: Thomé (1980) e Fraga (2006).

⁴⁷ Na sequência trataremos dos significados do referido “sertão”.

⁴⁸ Em 1900 foi inaugurada uma estação ferroviária na Povoação de Boa Vista, à época pertencente ao município de Palmeira, que recebeu o nome de Teixeira Soares, a partir daquele momento a localidade passou a se chamar pelo nome do engenheiro. Em 1917, Teixeira Soares tornou-se município.

Ramos-RS), Passo Fundo, Cruz Alta, Santa Maria, em perfil dos mais íngremes, numa extensão de 1.403 quilômetros (THOMÉ, 1980).

De acordo com Thomé (1980), a ferrovia passaria por distintos territórios do ponto de vista da ocupação. No Paraná, praticamente toda a região estava ocupada, com muitas pessoas possuindo o título de posses e sesmarias, enquanto, que a partir do rio Iguaçu no sentido sul, as terras eram devolutas, com poucas posses até Passo Fundo quando voltava a se encontrar fazendas. O autor, enfatiza, que a existência das terras devolutas permitia que a ferrovia fosse do tipo colonizadora, pois havia terras suficientes para nelas se promover a instalação de núcleos coloniais e lembra, que com a possibilidade de construção da ferrovia e, conseqüente, valorização das terras, muitos fazendeiros se interessaram pelas terras devolutas.

Proclamada a República, com as terras devolutas passando da União aos estados, os governos catarinense e paranaense não relutaram em expedir indiscriminadamente títulos de posse aos influentes fazendeiros da região, cada qual objetivando firmar domínio administrativo sobre o contestado. Quando a ferrovia foi construída, as enormes extensões já não eram mais devolutas, a companhia teve de reclamá-las aos estados, surgindo daí inúmeras questões com os proprietários e com os governos estaduais. (THOMÉ, 1980, p. 123).

Quando da demarcação das terras a serem exploradas, as propriedades dos grandes fazendeiros foram, em geral, respeitadas, de modo que as terras dos coronéis do Contestado não foram transformadas em concessão às empresas acionárias da *Brazil Railway Company*⁴⁹ (THOMÉ, 1980). O partilhamento das terras dos posseiros, excetuando as dos coronéis e outras que seriam griladas ao longo dos anos, até o século XXI, caracteriza a estrutura do espaço agrário do Contestado (FRAGA, 2006).

Isto configura a concentração de terras⁵⁰ no Território Contestado, enquanto uma marca histórica e que se reflete na conformação geográfica da atualidade ao buscarmos entender os significados da indústria da madeira e do monocultivo de *Pinus*, através da degradação da natureza e do trabalho, questões a serem destrinchadas ao longo deste trabalho.

Por meio de concessão imperial de 09 de novembro de 1889 e depois pelas ações da República brasileira⁵¹, várias empresas receberam permissão para construção da estrada de

⁴⁹ Empresa responsável pela construção da Ferrovia no Contestado.

⁵⁰ Esse assunto será aprofundando no decorrer do trabalho.

⁵¹ Thomé (1980), aponta que a concessão foi dada a Teixeira Soares em 9 de novembro de 1889, pelo imperador D. Pedro II, sendo ratificada em 7 de abril de 1890 pelo governo provisório da república. Neste ano, Teixeira Soares, tratou de levantar o capital junto aos investidores europeus. Obtendo êxito nesta empreitada na Inglaterra e na França, fundou a *Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*, para a qual transferiu a concessão.

ferro, que começou a ser construída no Rio Grande do Sul, pela empresa *Chemins de Fer Sud Ouest*, responsável pelo trecho entre Santa Maria e Cruz Alta, entregue em 1894. A *Companhia União Industrial dos Estados do Brazil*, recebeu, em 1892, concessão para a construção de Itararé até Cruz Alta, construiu apenas o trecho entre Cruz Alta e Passo Fundo e a concessão foi transferida para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. No final do século XIX, a companhia começa a construção em duas frentes a partir de Ponta Grossa, uma para o norte e outra para o sul, sendo entregue, em 1904, o trecho entre Ponta Grossa e o rio Iguaçu. Em 1908, conclui-se a ferrovia entre Ponta Grossa e Jaguariaíva, porém, o trecho entre o Rio Iguaçu (em Porto União da Vitória) até o rio Uruguai (em Marcelino Ramos-RS), portanto, passando pelo Território Contestado, fora construído pela *Brazil Railway Company*, de Percival Farquhar, apenas entre 1908-1910, ou seja, praticamente vinte anos, após a concessão para a construção (THOMÉ, 1980).

Considerando que o território compreendido entre os rios Iguaçu e Uruguai estava sendo disputado pelos estados do Paraná e Santa Catarina, na célebre questão dos limites, ambos reivindicando a posse e a administração, no início deste século⁵² a companhia concentrou esforços apenas no trecho de Itararé ao rio Iguaçu, enquanto aguardava a solução ao impasse, pois era de seu máximo interesse saber a que estado viria a pertencer a região entre os rios Iguaçu e Uruguai por onde passariam os trilhos. (THOMÉ, 1980, p. 50).

De acordo com Thomé (1980), em 1906, para que a linha tronco ficasse pronta faltava ainda abrir ao tráfego os trechos: de Passo Fundo ao rio Uruguai, no Rio Grande do Sul; do rio Uruguai até União da Vitória, em terras contestadas; de Jaguariaíva a Itararé, no limite entre os estados do Paraná e São Paulo.

É nesse cenário que chega ao Território Contestado a *Brazil Railway Company* e suas empresas subsidiárias, administradas por Percival Farquhar, que serão responsáveis pela construção da ferrovia, exploração madeireira e venda de lotes de terra com objetivos de colonização. Elementos estes que estão no centro das motivações que levaram a deflagração da Guerra do Contestado e, portanto, da “colonização” via espoliação da natureza e do território, associada ao discurso de desenvolvimento e progresso, por meio, inclusive da substituição do/da caboclo/cabocla pelo/pela imigrante europeu/europeia.

A chegada do Grupo Farquhar ao Território Contestado, deve-se, em grande medida, à atuação do então ministro Viação e Obras Públicas, o catarinense Lauro Müller. A morosidade

⁵² Entenda-se que se trata do século XX.

na construção da ferrovia foi determinante para a instalação da *Brazil Railway Company*, empresa que adquiriu o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, isso porque, passados 15 anos da concessão, que dava prazo de cinco anos para a conclusão dos 1.403 quilômetros da ferrovia, destes, apenas 599 encontravam-se abertos ao tráfego (THOMÉ, 1980).

Ressalta-se, que a vinda de Percival Farquhar ao Brasil, bem como, sua atuação via concessão de uma série de serviços, como energia e transporte, não esteve restrita, tampouco foi inaugural, no que concerne a construção de boa parte da ferrovia em questão.

Valentini (2009), adverte que a instalação do denominado Grupo Farquhar, ou, Sindicato Farquhar, no Brasil, remonta o começo do século XX, e estava associada a expansão do capital em países colonizados. Em 1905, Farquhar funda a *Rio de Janeiro Light e Power Company*, empresa que recebeu concessão para a exploração e distribuição da iluminação pública, bem como, do sistema de bondes na então capital federal. Em seguida, é fundada a *Bahia Tramway Light e Power Company*, que passa a atuar em Salvador. A Amazônia também foi alvo dos negócios de Farquhar, responsável pela construção do Porto do Pará e da Ferrovia Madeira-Mamoré.

Thomé (1980), ainda observa a instalação da *The São Paulo Tramway Light and Power C.Ltd*, autorizada para explorar os serviços públicos de iluminação e de transporte urbano em São Paulo.

Nesse bojo, a ideia de “progresso e desenvolvimento” no Brasil passa por práticas imperialistas de exploração, com importantes desdobramentos no que tange a formação territorial, tal qual a atuação do Grupo Farquhar, em Território Contestado. Afim de assentar os trilhos, a *Brazil Railway Company*, contratou o engenheiro Achilles Stengel⁵³, responsável também pelo Corpo de Segurança da empresa, composto por aproximadamente 200 homens com a incumbência de retirar posseiros⁵⁴ das áreas concedidas à empresa (VINHAS DE QUEIROZ, 1966).

Sob a direção de Achilles Stengel, a ferrovia levou dois anos para ser construída entre o rio Iguaçu e o rio Uruguai, ou seja, de União da Vitória até Marcelino Ramos, atravessando, do

⁵³ Achilles Stengel foi o nome designado à uma estação ferroviária localizada no município de Porto União-SC, bem como, é o nome de uma localidade na área rural deste mesmo município, ou seja, mais um elemento da hegemonia que se materializa em formas espaciais.

⁵⁴ Trataremos na sequência a retirada dos posseiros e as ações do Corpo de Segurança da *Lumber*.

norte para o sul a zona contestada e percorrendo todo o fértil vale do rio do Peixe (VINHAS DE QUEIROZ, 1966).

Da ponte sobre o rio Iguaçu, concluída em dezembro de 1906, sob a direção de Achilles Stengel e concessão à *Brazil Railway Company*, começam a ser assentados, em 1908, os trilhos no Território Contestado. O primeiro trecho, de 103 km, até a estação de Presidente Pena⁵⁵ (localizada na divisa entre os municípios de Calmon e Caçador) foi entregue em abril de 1909. Neste momento, saindo de Porto União da Vitória até chegar em São João dos Pobres (atualmente município de Matos Costa), havia sido superado o Morro de São João. Isso porque, em menos de 40 km de distância, era preciso sair da altitude de 750 metros, em Porto União da Vitória, para 1.200 metros em São João dos Pobres. Como havia pressa para que a ferrovia fosse terminada dispensou-se a construção de obras de arte (túneis e pontes), o que poderia encurtar a distância e facilitar o deslocamento das locomotivas.

É preciso ressaltar que para contornar o relevo íngreme um novo traçado foi realizado. Na década de 1940, construiu-se pelo Exército brasileiro, a variante de São João. Os trilhos foram assentados em outros locais, fazendo um trajeto diferente, mudando de lugar as estações e com a construção de seis túneis que facilitaram o deslocamento das composições entre União da Vitória e Matos Costa. A construção da variante foi realizada pelo governo brasileiro após o término da concessão, que era de cinquenta anos⁵⁶, para a exploração das terras marginais e venda dos lotes aos imigrantes.

Passada a primeira fase da construção (1908-1909) as obras se intensificaram. O trecho entre a estação Presidente Pena e a estação de Pinheiro Preto (então localizada no município de Videira/SC e atualmente município de Pinheiro Preto/SC), fora inaugurado em maio de 1910. E, em 29 de outubro daquele ano os trilhos chegaram ao rio Uruguai. Assim, faltava somente a construção da ponte, que se concluiu em 17 de dezembro de 1910, mesmo dia em que circulou a primeira composição de cargas e passageiros sobre toda a extensão da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (THOMÉ, 1980).

Além da construção da ferrovia, partindo de Porto União da Vitória até Marcelino Ramos, a *Brazil Railway Company* construiu o trecho entre Jaguariaíva/PR e Itararé/SP e o

⁵⁵ Foi nominada como Estação Presidente Pena por ter sido inaugurada pelo então Presidente da República, Afonso Pena. A intenção era que fosse a sede de um promissor município. Passados 107 anos, a estação ferroviária está abandonada. A vila ferroviária não existe mais. Na localidade, em uma casa da rede férrea, reside uma família de caboclos, que utiliza a estação para o depósito de milho e alguns objetos do trabalho na roça.

⁵⁶ Contados a partir da assinatura do decreto de concessão para a construção da ferrovia, datado de 09 de novembro de 1888 e ratificado na República.

ramal ferroviário entre União da Vitória e o Porto de São Francisco do Sul/SC, também pertencente à Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e que fora concluído em 1917⁵⁷ (THOMÉ, 1980) e (FRAGA, 2006).

Junto à concessão para a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, e o pagamento de juros de 6% ao ano sobre o total investido, em caso de prejuízo nas operações da ferrovia, a *Brazil Railway Company* recebeu terras marginais aos trilhos, com objetivo de explorá-las e posteriormente colonizá-las.

A estrada obtivera do governo federal uma concessão de terras equivalente a uma superfície de nove quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias, nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Não só por isso, mas também pela subvenção quilométrica, o traçado se desdobrava em exageradas sinuosidades. Deste modo, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ziguezagueava para todos os pontos cardeais, a furtar-se de pequenas obras de arte. (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 71).

Para Vinhas de Queiroz (1966), é questionável a legitimidade de tal concessão, haja vista, que a Lei de Terras de 1850 legislava que a aquisição de terras devolutas só deveria ser realizada por meio de título de compra.

De todo modo, enquanto continuavam os trabalhos para a construção da ferrovia novos elementos agitaram o Território Contestado, isso porque, a *Brazil Railway Company* recorreu aos governos de Santa Catarina e do Paraná alegando que terras que lhes pertenciam estavam ocupadas⁵⁸. Em fevereiro de 1911, o governo do Paraná reconheceu os direitos da empresa, nesse mesmo ano são expulsos os primeiros posseiros que ocupavam as terras marginais à ferrovia e que haviam sido concedidas ao grupo de Percival Farquhar. Embora o Estado de Santa Catarina nunca tendo respondido a reivindicação da empresa, a mesma ganhou na justiça local o direito de expulsar os posseiros, mesmo sob a alegação de usucapião destes (VINHAS DE QUEIROZ, 1966).

Junto à construção da ferrovia o conflito se inflama com a instalação, em 1909, da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que, por meio da concessão das terras ocupadas pela Floresta Ombrófila Mista, irá retirar, araucária, imbuia, cedro e erva-mate. Após

⁵⁷ Thomé (1980), enfatiza que a construção do referido ramal ferroviário teve sua construção interrompida no período de 1913 a 1915, na seção de Três Barras a Porto União, bem como, na de Três Barras a Rio Negro, isso porque, a estrada de ferro era alvo predileto dos caboclos, que a tinham como obra dos estrangeiros.

⁵⁸ Há décadas as terras eram ocupadas por caboclos e caboclas. Posseiros e posseiras que serão chamados, pela companhia, de intrusos.

a pilhagem, fará a venda de lotes de terras, com a finalidade da ocupação/colonização por imigrantes europeus, daquilo que era denominado como “sertão”.

Em 1907, a *Brazil Railway Company* começou a se mobilizar no sentido da instalação de uma nova companhia, que através da concessão à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande pudesse realizar a exploração madeireira e posterior colonização das terras marginais à ferrovia. Isso se concretizou em 1909, quando em Miami-EUA, é organizada a *Lumber* com o objetivo de explorar os grandes pinhais brasileiros, existentes, principalmente, na região dos vales dos rios Negro, Iguazu, Timbó, do Peixe e Canoinhas (THOMÉ, 1980).

Fraga (2010), observa que na conjuntura do início do século XX, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), abriu perspectivas para a comercialização da madeira das terras contestadas, sobretudo, em decorrência do aumento do preço da madeira no mercado internacional.

Vinhas de Queiroz (1966), relata que uma das primeiras ações da *Lumber* foi a compra de 180 mil hectares de terras, ao sul dos rios Negro e Iguazu, próximo ao município de Canoinhas⁵⁹. Sob o intermédio de Affonso Alves de Camargo, então vice-presidente do Paraná e advogado da companhia, estabeleceu-se uma série de contratos com fazendeiros, através dos quais, estes vendiam à empresa araucárias e as madeiras existentes em suas terras, prática, que continuou quando da venda de lotes de terras aos imigrantes. As árvores que interessavam à *Lumber* eram marcadas para posterior extração, como vemos a seguir.

Por volta de 1915, a empresa iniciou a sub-divisão das áreas onde já havia explorado a madeira, em lotes coloniais de 10 a 20 alqueires cada, para vendê-los a imigrantes. Também parte das terras, ainda cobertas com pinhais foram vendidas, mas nestas, a *Lumber* reservava parte das madeiras como se observava nos documentos: como os fins da companhia proprietária são, a extração das madeiras de leis de suas terras, e, depois, a venda dessas mesmas terras para fins agrícolas, mas entendendo que o colono necessita d’algumas dessas madeiras para as suas construções, adotou-se o sistema de venda dos lotes com reserva ou exclusão das madeiras de lei (de dimensão indicadas quanto aos pinheiros e exploráveis quanto às imbuías e cedros) excedentes a determinado número por alqueire. Todas as demais madeiras não reservadas expressamente nos contratos, são incluídas nas vendas e preços dos lotes. (THOMÉ, 1980, p. 105).

Porém, antes de implantar o projeto colonizador via venda de lotes, é preciso sinalizar que o empreendimento montado por Farquhar chegou a ser a maior serraria da América do Sul

⁵⁹ Isso porque, a *Brazil Railway Company* não recebeu terras para exploração, ao longo do ramal construído de União da Vitória até São Francisco do Sul.

e uma das maiores do mundo⁶⁰, bem como, seus significados no que consiste à dinâmica geográfica do capital nessas terras contestadas, ao longo de boa parte do século XX.

A *Lumber* montou uma grande serraria em Três Barras, distante de Canoinhas apenas duas léguas e uma outra menor em Calmon, à margem da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Em torno da primeira formou-se uma pequena cidade na qual, todos os anos, a 4 de julho, via-se flutuar por toda parte a bandeira estrelada dos Estados Unidos. Ali eram serrados diariamente 300 metros cúbicos de madeira e, em dez horas de trabalho, cortavam-se 1.050 dúzias de tábuas. Desde a coleta das toras, no interior da floresta, até seu desdobramento e armazenagem, todas as operações eram mecanizadas. De Três Barras partia no rumo das matas uma ferrovia especial; na extremidade da linha, poderosos guinchos puxam as toras desde o lugar onde eram abatidas, numa distância até de trezentos metros. Ao chegarem à serraria os vagões carregados, eram as toras automaticamente guinchadas, e sempre por meio de máquinas levadas ao local do desdobramento, serradas e classificadas. Em 1912, essa estrada de ferro *sui generis* já se estendia por trinta quilômetros. Apenas oitocentos trabalhadores manejavam todo esse colosso mecânico. A *Lumber* tornou-se desse modo, a maior companhia madeireira da América do Sul. Encarregou-se também a *Brazil Railway* de construir uma estrada de ferro entre União da Vitória e São Francisco, no litoral catarinense. Por ela começou a descer a madeira destinada à exportação, até que, para atender às conveniências do Paraná, houve uma equiparação de fretes e, por um caminho mais longo e sinuoso, as tábuas seguiam para o porto de Paranaguá (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 75).

A instalação da *Lumber*, em Três Barras e Calmon,⁶¹ deve-se a concessão de 1903, feita pelo Ministério de Viação e Obras Públicas à companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, através da qual, permitia-se a exploração madeireira numa área de até 15 km para cada lado da linha tronco (Itararé-Rio Uruguai). Conforme Thomé (1980), as consequências desta autorização, por certo não foram previstas, pois permitia-se à companhia devastar algumas dezenas de milhares de quilômetros quadrados de terras, ao longo da ferrovia, reservadas para colonização futura.

O fato, é que a *Lumber* adquiriu 3.248 km² de terras, sendo 1.800 onde atualmente é o município de Três Barras, e o restante em diversas áreas menores do Território Contestado. As

⁶⁰ Em Três Barras, montou-se uma grande serraria, abrigada em diversos pavilhões com várias serras-fitas circulares, automatizadas, que tinham capacidade para serrar, num período normal de 10 horas de trabalho por dia, cerca de 300 metros cúbicos de madeira, obtendo um rendimento médio de 19 taboas de 12 polegadas por 5,60 metros de comprimento, totalizando mil dúzias de madeiras diversas. Esta quase inacreditável produção era obtida em vista da rara e primorosa técnica empregada, através de apenas 800 empregados, na maioria imigrantes ou descendentes destes, sendo que para obter produção idêntica se fosse o caso, pelos meios habituais da época seria necessário um mínimo de cinco mil homens. (THOMÉ, 1980, p. 101)

⁶¹ Além das serrarias da *Lumber* em Três Barras e Calmon, haviam instalações do Grupo Farquhar em Jaguariaíva e Sengés, no estado do Paraná, igualmente articuladas à construção da ferrovia. Sobre isso ver Thomé (1980) e Valentini (2009).

terras escolhidas tinham grande predomínio de araucária, e se encontravam próximas ao tronco principal da ferrovia São Paulo-Rio Grande e do ramal União da Vitória-São Francisco do Sul, ou ainda, seguindo até o município de Rio Negro/PR, com sentido à Curitiba, para então chegar ao Porto de Paranaguá (THOMÉ, 1980).

Nesta área existiam instaladas muitas fazendas, de criação de gado, de culturas diversas, e engenhos de erva-mate de propriedade de muitos coronéis da Guarda Nacional, ricos fazendeiros e influentes políticos, e haviam muitos quilômetros quadrados de terras devolutas, ocupadas por posseiros avulsos, sem títulos plenos de posse e domínio. A *Lumber* escolheu as melhores porções de mato, sendo que, além de adquirir terras cobertas suficientes para a exploração, firmou diversos contratos com fazendeiros locais, pelos quais se comprometia a serrar e tirar os pinheiros dos campos, para limpá-los das grimpas, favorecendo as pastagens. (THOMÉ, 1980, p.101).

Nas proximidades de onde hoje é o município de Calmon, em Santa Catarina, e que na época era território sob o domínio político-administrativo do Paraná, em 1909, a *Lumber* instalou outra serraria, menor do que a instalada em Três Barras, mas de igual modo importante. Esta, tinha o objetivo de servir à construção da ferrovia, por meio da retirada de madeira para exportação, bem como, para a fabricação de dormentes onde seriam assentados os trilhos. Tratava-se de uma área de 51.691 hectares, adquirida, além de outros fazendeiros, principalmente de Affonso Alves de Camargo (que como já dito, além de vice-presidente do Paraná era advogado da companhia). Nesse imóvel, conhecido como Fazenda São Roque, foram instaladas quatro serrarias (THOMÉ, 1980).

Demarcada a área da Fazenda São Roque, a *Lumber* promoveu a expulsão de todos os que a habitavam. Os antigos moradores, posseiros na maioria nunca antes incomodados, em vão tentaram argumentar a usucapião junto ao governo. Aos relutantes em sair, era enviado o corpo de segurança, que nunca falhava em suas missões assassinas. (THOMÉ, 1980, p. 104).

Ainda no que concerne às terras adquiridas ou concedidas à *Lumber*, Thomé (1980), lembra que após a assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, o estado de Santa Catarina tentou, sem êxito, anular o título das terras da *Lumber*, que quando da sua instalação estavam sob território administrado pelo Paraná, e que haviam sido adquiridas junto ao governo do estado. O insucesso por parte de Santa Catarina em anular alguns títulos de terras, muitos dos quais, com dupla titularidade, em cartórios do Paraná e de Santa Catarina, deve-se à uma cláusula do Acordo de Limites, onde consta que em caso de duplicidade de títulos é válido o registro realizado em cartório paranaense.

Segundo Valentini (2009), além da sede da *Lumber* em Três Barras e das serrarias em Calmon, a empresa possuía uma série de depósitos e escritórios, sobretudo próximo aos portos. A *Lumber* estava também em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Paranaguá, Montevideu e Buenos Aires.

Em Território Contestado a empresa não se resumia às serrarias Três Barras e Calmon, a *Lumber* possuía engenhos menores. De acordo com os relatórios da companhia, datados de 1917 e analisados por Valentini (2009), aparece a propriedade de Vallões, com terrenos de Moças, Cruzes, Rio Preto e Escada⁶², perfazendo uma área de 21.600 alqueires. O autor chama atenção que esta propriedade era cortada em cinquenta quilômetros pelo ramal ferroviário União da Vitória-São Francisco, fato, que representava importante vantagem para a exploração e transporte da madeira até o porto. Thomé (1980), salienta que Farquhar chegou a adquirir mais de 250.000 km² de terras através de suas diversas empresas, localizadas não apenas no Contestado.

Para Vinhas de Queiroz (1966), não era somente o capital, por meio de firmas estrangeiras que se valiam desse negócio: exploração das terras e posterior venda de lotes.

Além da *Lumber*, outras empresas estrangeiras dedicavam-se à especulação de terras e à venda de lotes coloniais em determinados trechos [...] Mas não eram apenas as firmas estrangeiras que se beneficiavam desses negócios [...] Àquela época se chamavam *bendengós* largos tratos adquiridos por preços irrisórios aos governos estaduais e que, depois de expulsos os posseiros, eram logo passados adiante ou permaneciam incultos, à espera de ocasião mais propícia para a venda. (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 76).

Tal prática inflama as disputas no Contestado, envolvendo, de um lado, o capital madeireiro e de outro, caboclos e caboclas que viviam na terra há pelo menos um século, daremos mais ênfase a isso na sequência.

A partir de 1915, a *Lumber* loteou e começou a vender a colonos estrangeiros terrenos ao longo da estrada de ferro, depois que deles tinham sido expulsos os posseiros e antigos proprietários (VINHAS DE QUEIROZ, 1966).

A partir de então, para Thomé (2010), com a chegada de imigrantes ao Território Contestado também se instalaram naquelas terras empresários ligados à indústria da madeira, que, naquele momento, ainda apostavam na exploração da araucária. Como a atividade só era viável onde houvessem meios de transporte para o pronto escoamento da produção, as primeiras

⁶² Atualmente equivale às áreas dos municípios de Irineópolis e Porto União, ambos em Santa Catarina.

serrarias localizavam-se no interior dos pinhais e o mais próximo possível das estações ferroviárias e dos trilhos.

Além da Lumber, a ferrovia tornou possível e economicamente viável a construção de um grande número de outras serrarias, em uma extensa área da floresta com araucária que ia da região de Jaguariaíva e Ponta Grossa no Paraná, passando pelo Planalto Norte de Santa Catarina e vale do Rio do Peixe (SC) até o norte do Rio Grande do Sul. À frente dessas iniciativas de montar serrarias estavam antigos coronéis locais e principalmente um grande número de imigrantes europeus e os seus descendentes. (CARVALHO, 2010, p. 128).

Nesse ínterim, Thomé (2010), ainda salienta o elemento conflitivo entre a *Lumber* e demais madeireiras instaladas no Território Contestado, sobretudo no que se refere ao controle do transporte por meio da ferrovia, o que fez com que quantidade significativa de madeira, pertencente às madeireiras menores, se perdesse ao longo dos trilhos à espera de embarque.

Desde os primeiros anos da década de 1920, quando no rastro da *Lumber Company* começou o ciclo da madeira do pinho na região, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande protegia os interesses da madeireira, sua parceria no “trust” poderoso de Percival Farquhar, garantindo-lhe o transporte de toda a produção, tanto diretamente aos portos de São Francisco do Sul e de Paranaguá como a Curitiba e São Paulo, sem estender esta garantia aos demais serradores do Paraná e Santa Catarina. (THOMÉ, 2010, p. 69).

Para o autor, havia outro componente nessa relação desigual entre a *Lumber* e as demais empresas madeireiras. Trata-se das vantagens que a empresa de Farquhar tinha em adquirir madeira dos fazendeiros que possuíam pinhais, de modo, que o estoque madeireiro daquela era ampliado quando da soma da exploração madeireira em terras pertencente à *Lumber*, com o montante comprado em pinhais de terceiros.

Como pagava à vista e só comprava a cobertura vegetal das terras, costumava patrocinar grandes negócios “a varrer”, ou seja, comprava pinheiros de qualquer diâmetro, à base de \$400 (quatrocentos reis) por unidade, enquanto que os primeiros serradores chegados ao planalto Norte e ao Alto Vale do Rio do Peixe, ainda sem capital de giro, compravam os pinheiros maiores somente, pagando até 1\$000 réis por árvore (THOMÉ, 2010, p. 69-70).

A *Lumber* regulava o valor pago pela madeira extraída, diminuído assim, o número de fazendeiros que vendiam seus pinhais a outros empresários, além da dificuldade destes escoarem a madeira serrada, dado o controle dos embarques de madeira nas estações, pela companhia.

Pelo volume da produção diária declarada, por informações e estimativas, calcula-se que nos seus 40 anos de funcionamento ela [*Lumber*] deve ter cortado mais de 15 milhões de pinheiros na região do contestado, além de imbuías, cedros, canelas e perobas. A agressão da *Lumber* não era apenas ao meio ambiente natural, mas também ao elemento humano que habitava as matas: o caboclo. A devastação se dava sob o olhar sorrateiro dos caboclos, que tinham na araucária uma das maiores dádivas da natureza: o pinhão seu fruto alimento indispensável para os animais selvagens e para si próprio. (THOMÉ, 2010, p. 135).

A *Lumber* explorou a madeira no Território Contestado até 1940, ano em que se encerrou o prazo de cinquenta anos, concedidos pelo governo brasileiro, para a exploração, colonização e utilização das terras marginais à ferrovia, independente de tais terras serem oriundas de concessão ou mesmo adquiridas. Deste modo, Getúlio Vargas promoveu a retomada⁶³ de todos os bens da *Lumber* e das demais empresas do grupo de Percival Farquhar⁶⁴ (THOMÉ, 1980).

Os elementos que levaram a construção desta estrada, a instalação e concessão da *Brazil Railway Company* e de sua subsidiária a *Southern Brazil Lumber and Colonizations Company*, ambas vinculadas à Percival Farquhar, nos fazem entender a expansão geográfica do capital em Território Contestado, a partir dos trilhos do trem e da exploração madeireira, assentados na espoliação da natureza e do território, desagregando modos de vida e promovendo a desarrumação socioambiental.

Associamos a exploração madeireira, em escala intensiva, à chegada dos trilhos do trem, pois conforme Carvalho (2010), a inexistência de vias que possibilitassem o escoamento da madeira até os portos, fez com que a madeira do Contestado fosse explorada com a finalidade de acumulação, apenas, com a construção da estrada de ferro. O autor, ainda sinaliza que antes da instalação da *Lumber*, a exploração madeireira⁶⁵ era realizada por meio de pequenas serrarias, e atendia especificamente às necessidades locais das pequenas vilas e colônias existentes, utilizando-se inclusive de técnicas simples, baseadas na força de trabalho humana,

⁶³ No final de década de 1940 é publicado no Diário oficial da União, edital de venda do patrimônio da *Lumber* em Calmon e Três Barras. Sendo que a fazenda São Roque, em Calmon, foi adquirida em 1950 pelas empresas Pinho e Terras Ltda e Indústria Gropp S/A. Já as instalações de Três Barras receberam uma proposta de aquisição da Cia. de Madeiras del Alto Paraná, porém, em julho de 1952 o Ministério da Guerra promove a encampação dos bens da extinta *Lumber*, tendo sido criado o campo Militar de Instruções de Marechal Hermes. (VALENTINI, 2009).

⁶⁴ Decreto-lei nº 2.436, de 22 de julho de 1940.

⁶⁵ Carvalho (2010), sinaliza que a exploração da araucária com a finalidade de exportação, começou no Paraná, sendo impulsionada pela construção da ferrovia Paranaguá-Curitiba em 1885 e pelo incentivo governamental por meio da isenção de impostos à exportação da madeira.

por meio do falquejamento ou utilização de traçadeiras para cortar a madeira, diferente das técnicas utilizadas pela *Lumber*.

A empresa instituiu um processo industrial altamente mecanizado, com elevada organização técnica. O início do processo ocorria com o corte das toras no meio da floresta, tarefa executada por grupos de trabalhadores que se embrenhavam nas matas, selecionavam e serravam as árvores. Em seguida, as toras que jaziam no chão eram presas por longos cabos de aço – cada qual com centenas de metros de comprimento – e içadas por guinchos movidos a vapor comprimido. As enormes toras eram arrastadas até a margem dos ramais ferroviários, construídos pela própria empresa, que poderiam atingir até trinta quilômetros de extensão. Ao serem arrastadas, destruíam toda a vegetação existente no percurso, ou seja, árvores menores, espécies economicamente menos interessantes e também grandes quantidades de árvores de erva mate, cuja extração consistia em recurso preponderante para a sobrevivência da população pobre que habitava a região. Após chegar à beira dos trilhos, o mesmo guincho erguia as toras e as colocava sobre vagões que eram conduzidos até o engenho da serraria, no centro da vila de Três Barras. No interior do engenho, as toras eram serradas, selecionadas e armazenadas mecanicamente. Subsequentemente eram carregadas em vagões e transportadas até os portos de São Francisco do Sul e Paranaguá e dali enviadas ao exterior. (TOMPOROSKI, 2013, p. 32).

De acordo com Valentini (2009), até o segundo semestre de 1925 esgotaram-se as reservas de pinheirais nativos nas proximidades de Três Barras. Assim, houve o investimento em engenhos menores. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial as exportações de madeira para a Europa se encerram. Com a França envolvida no conflito, país que tinha um importante escritório de vendas da *Lumber*, acelera-se o fim das atividades madeireiras do grupo.

2.3 A religiosidade no Contestado: os monges passaram/estiveram/estão naquelas terras

Outro elemento da configuração do Contestado é a ausência ou grande distanciamento das instituições oficiais. A Igreja Católica, os padres e as missas chegaram tardiamente, apenas no final do século XIX padres franciscanos se estabeleceram em Lages. Antes disso, a presença da Igreja se resumia a vinda de padres a cada dois ou três anos, era o momento dos batismos e casamentos (VALENTINI, 2003).

Em meio a quase inexistência da Igreja Católica e das instituições do Estado, surgem naquelas terras, monges. Três deles possuem historiografia, os dois primeiros chamados de João Maria e o terceiro de José Maria. Os três se confundem, para os caboclos e as caboclas trata-se de um só. O certo é que estiveram no Contestado antes mesmo da Guerra e traziam uma mensagem de esperança e alento, pregavam o amor e a solidariedade. Conforme Auras (2001,

p. 33) “a presença do monge João Maria [...], com o seu falar manso, preenche espaços sociais vazios – a autoridade justa, o padre, o professor – e anuncia a vinda de novos tempos em que a felicidade, a fartura e a justiça se farão presentes”.

Como também não havia médicos, para os caboclos e caboclas “muitas ‘receitas’ chegaram às suas mãos pelos monges [...] a total falta de assistência médica desenvolveu recursos próprios de medicação, a maior parte herdada dos índios” (THOMÉ, 1992, p. 33). Contudo, era aos monges que os caboclos e as caboclas invocavam em muitas das vezes em caso de enfermidade. Até hoje, a população recorre aos “pocinhos de São João Maria”, seja para pedir ou agradecer, são inúmeros espalhados por todo Contestado e pelo Sul do Brasil, sinal que os monges eram peregrinos e que em suas andanças percorreram inúmeros caminhos. Tiveram, com algumas diferenças, uma vida simples e sem pedir dinheiro algum.

O primeiro monge que há registros, seria o italiano de Piemonte, Giovanni Maria de Agostini. No Contestado era chamado João Maria de Agostini. Teria estado primeiramente em Sorocaba, por volta de 1844 até 1846, quando desaparece, tendo provavelmente seguido o caminho de Viamão/caminho dos tropeiros. Havendo passado e dormido em Lapa (Paraná); Mafra, Papanduva, Monte Castelo e Lages (Santa Catarina); e Santa Maria (Rio Grande do Sul) (TONON, 2010).

Diz-se que era solteiro, eremita, de estatura baixa, cor clara. Sobre sua passagem por São Paulo, o que se tem é de relatos orais, visto que era um homem voltado à solidão. Conta-se que o eremita andou fixando cruces por onde passava, e numa determinada região chegava ao número de 14 cruces, como uma via-sacra. Em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, João Maria também ergueu cruces com o mesmo número e com o intuito de estimular a adoração ao símbolo da fé cristã. (FRAGA, 2006, p. 74).

Tendo se estabelecido no Campestre/RS, passa a receber grande número de romeiros, pessoas simples em busca de suas palavras serenas. A água que corria era considerada milagrosa, com poder de salvar e curar as enfermidades.

O presidente da Província do Rio Grande do Sul, incomodado com a aglomeração de pessoas, e temendo uma aglutinação de fanáticos, expede uma ordem para prender o monge. Antes disso, o monge se retira para São Paulo, onde foi preso e deportado para o Rio de Janeiro (FRAGA, 2006).

Não se sabe ao certo quanto tempo teria ficado no Rio de Janeiro. Há notícias que por volta de 1850 teria passado pela Lapa, em 1851, em Mafra e Rio Negro e algumas aparições em Lages, até que em torno de 1870 desapareceu para sempre. Sabe-se que passou sem ter feito

qualquer coisa de mal; ao contrário, pregou o bem, dividiu tudo o que tinha e ganhava (FRAGA, 2006).

Fazia rosários e crucifixos de madeira que eram trocados por dinheiro e alimento para continuar a peregrinação. Era estudioso da natureza. Com a água de algumas fontes combinava ervas, plantas, raízes e folhas para uso medicinal. Receita chás e preparava medicamentos naturais para curar doentes com problemas de pele (KASBURG, 2013).

Para Kasburg (2013), em 1852, o Monge estivera em território argentino. Entre 1855 e 1858 no Chile, passando pela Bolívia (1850), Peru (1859), México (1861), Cuba (1861), Canadá (1862). No início de 1862 teria rumado para o oeste dos Estados Unidos da América, até se estabelecer no Novo México. Morou em várias montanhas, até que em 1869 foi encontrado morto. Havia sido assassinado, encontraram seu corpo estendido, estava de braços segurando um rosário. O crime jamais fora solucionado.

O segundo Monge, João Maria de Jesus, teria aparecido entre o rio Iguaçu e o rio Uruguai em 1893 (FRAGA, 2006). Foi simpatizante do regime monarquista, era um peregrino pregador, indicava receitas homeopáticas e expressava desacordo com as estruturas sociais da sociedade republicana (TONON, 2010).

João Maria, teria ouvido falar de João Maria de Agostini no Campestre. De onde adquirira seu aprendizado a partir dos hábitos e personalidade de seu antecessor, assumindo a incumbência de seguir os passos do primeiro (FRAGA, 2006). Daí ser constante a conexão da identidade com o primeiro. Os seguidores creem tratar-se do antecessor, muitos dos quais não haviam tido contato pessoal (TONON, 2010).

João Maria de Jesus, ou ainda João Maria de Santo Agostinho, passou a ser conhecido como São João Maria, “foi santificado pelo povo simples [...] conhecido como um santo homem, inofensivo e bondoso, que atendia aos fracos e aos aflitos” (CABRAL, 1970, p. 301). Como dito anteriormente, diante da ausência da Igreja institucionalizada o monge preenchia as funções dos padres, conforme Auras (2011, p. 49), “dirigia rezas coletivas e cânticos religiosos, batizava, casava, dava ‘bons conselhos’, benzia roças e gado”. Dizia-se chamar Anastás Marcaf, vindo do mar (TONON, 2010). Não era contemplativo como Agostini; ao contrário, sendo mais moço, era homem de ação (FRAGA, 2006).

Sua ação no Sul do Brasil despontou durante a Revolução Federalista (1893-1895). O Monge foi mais atuante nesse período inicial da República, quando crescia o poder dos latifundiários e dos grupos políticos locais, submetendo duramente a população rural do país. Desamparados, sem terem a quem recorrer, os pobres sertanejos viam no monge o consolo para seus males e

acabavam seguindo seus conselhos, que para este povo servia muito mais do que remédios ou bênçãos dos padres da região. Não se tem dúvida de que algumas das atitudes do segundo monge eram semelhantes às do primeiro. Não aceitava dinheiro, não se agasalhava sob o teto, preferindo a copada das árvores. Não se recusava em falar ao povo que o cercava. (FRAGA, 2006, p. 76-77).

Tonon (2010), também avalia a importância do Monge em meio às transformações que ocorriam no Contestado, na mudança do regime monárquico para o republicano, sobretudo no que diz respeito a posse da terra.

Boa parte do patrimônio fundiário que era de posse, passa para o domínio de “grilheiros”, estes forjam documentos e se apropriam das terras devolutas de indígenas, posseiros e sitiantes. Os governos estaduais comercializam e fazem concessões aos coronéis, aos imigrantes e, ao capital transnacional. É importante destacar que glebas de terras devolutas tinham assentados de longa data, posseiros e sitiantes que não detinham o seu domínio legal, e todos foram expulsos, sendo as terras legitimadas para os grupos econômicos e políticos dominantes, através de venda com valor real ou simbólico. [...] Nesse contexto de mudanças políticas, privilegiando as oligarquias e coronéis, em detrimento dos posseiros e sitiantes sertanejos, o monge exerce seu ministério profético. João Maria de Jesus será o arauto da esperança, o lenitivo, o consolo para os sertanejos diante de tantas iniquidades a que estão submetidos. (TONON, 2010, p. 113-114).

Vinhas de Queiroz (1966), sinaliza que o Monge João Maria se referia à República como sendo a ordem do demônio, e a Monarquia como a ordem de Deus, porém, trata-se de uma Monarquia sem rei, que na prática seria um sistema de vida e de acesso à terra oposto ao regime dos coronéis.

Para Wachowicz (2001, p. 205), os caboclos e as caboclas tinham o entendimento que durante o regime monárquico “não haviam sido atacados e explorados. A república parecia-lhes um regime de terror, que impedia suas rezas, dispersava-os a bala e, não satisfeita, ainda procurava expulsá-los de suas terras”. Ainda nessa perspectiva, “a República fora o governo que entregara as terras ocupadas pelos nacionais a uma companhia estrangeira que os expulsara; era o regime da injustiça social que os colocara à margem, que os abandonara” (CABRAL, 1970, p. 303-304). Para Auras (2001, p. 89) “a República representava o poder dos coronéis, da estrada de ferro, da *Lumber*, dos imigrantes, era preciso negá-la.

Entretanto, no conceito de “monarquia” desenvolvido durante as lutas do Contestado, não havia apenas embelezamento dos tempos idos, nem foi esta sequer a tendência a final preponderante. Por “monarquia” entendiam os sertanejos a nova ordenação social instituída por José Maria (a “lei” de José Maria), que tinha o caráter sagrado (era “lei de Deus”), e destinada a vencer e

substituir o detestado regime existente (a “lei do diabo”). [...] Em resumo, lutavam os sertanejos não pela restauração de monarquia alguma [...] mas por um “reinado de paz, prosperidade e justiça na terra”. (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 153-155).

A religiosidade cabocla ao trazer esperança e alento quando da posse da terra perdida, “era o espaço no qual, fundamentalmente, os homens marginalizados construía suas formas de resistência e luta face ao cotidiano opressor” (AURAS, 2011, p. 50).

O Monge indicava para tratar da saúde, o chá da “vassourinha”, até hoje utilizada para o preparo da bebida considerada milagrosa naquelas terras. Ainda teria deixado uma série de ensinamentos designados de Mandamentos das Leis da Natureza⁶⁶ (Quadro 2), com base em preceitos populares, que revelam que para o caboclo e a cabocla a natureza não era e não é entendida de forma dicotômica em relação ao homem e à mulher.

Quadro 2: Mandamentos da Natureza

- 1) Não se deve queimar folhas, cascas e nem palhas das plantações que dão mantimentos. O que a terra dá emprestado, quer de volta.
- 2) É errado jogar palhas de feijão nas encruzilhadas. É o mesmo que comer e virar o cocho. A terra se ofende.
- 3) Ao cortar uma árvore ou pé de mato, não se deixa mamando. Se corta por inteiro. Enquanto as plantas agonizam, os negócios da gente também vão abaixo.
- 4) Quem descasca a cintura das árvores para secá-las, também vai encurtando sua vida. Árvore é quase bicho e bicho é quase gente.
- 5) As casas e as propriedades de quem incendeia as matas, um dia também hão de virar cinzas.
- 6) A terra é nossa mãe. A água é o sangue da terra-mãe. Cuspir e urinar na água é o mesmo que escarrar e urinar na boca de tua mãe.
- 7) O Pai da Vida é Deus. A Mãe da Vida é a terra. Quem judia da terra é o mesmo que estar judiando da própria mãe que o amamentou.
- 8) Quem não sabe ler o Livro da Natureza, é analfabeto de Deus.
- 9) As horas de chuva, são horas de Deus. É quando a Mãe Natureza vem trazer água para seus filhos na Terra.
- 10) O cavaleiro que passar perto de lagoa ou cruzar uma corrente de água e não der de beber ao animal, morrerá com a garganta seca.
- 11) Bicho do mato é filho da terra. Só se matam os danosos.
- 12) Bicho do mato não traz marca de gente. Pertence à Mãe Natureza. Quem caça por divertimento, caça o alheio. É criminoso. Será punido.
- 13) Não permita que seus filhos matem passarinhos. É malvadeza.
- 14) Não se chama nome feio à criação. Ela obedece ao instinto que é a linguagem da Mãe Natureza.
- 15) Quem encilha animal com “mata” no lombo... cuidado com as costas.
- 16) Não se tira leite, sem deixar um teto cheio ao terneiro.

⁶⁶ Disponível em: <<https://mongedocontestado.wordpress.com/2011/02/14/mandamentos-das-leis-da-natureza/>>. Acesso em 30 de janeiro de 2016.

- 17) Não se tira mel, sem deixar alguns favos para as abelhas.
- 18) Rogar pragas é chamar o diabo para si.
- 19) Quer morrer novo? Não respeite os velhos.
- 20) Cumpra a tua promessa. Palavra dada é sagrada. Quem não a cumpre, trocado por m... é caro.
- 21) O velhaco(caloteiro) deve a Deus, mas paga ao diabo. Te livres de tal credor.
- 22) Do vadio, até o rastro é feio.
- 23) O ladrão é sócio do tihoso. O roubo é repartido no inferno.
- 24) Da baba do capeta é cheia a boca do mentiroso.
- 25) A pobreza não é defeito: a sujeira sim!
- 26) Trata bem do teu hóspede para seres bem tratado.
- 27) Quem usa a arma da boa conduta, ama e obedece a Deus.
- 28) Respeita a família dos outros, para que respeitem a tua.
- 29) Não é preciso ser santo; mas é preciso ser respeitado.

O Monge referia-se ao cuidado com a terra, com as árvores e com os animais. Entre tantos dizeres, falava que “árvore é quase bicho e bicho é quase gente, que a terra é a nossa mãe”. Relação de pertencimento e complementaridade, muito próxima àquela trazida por um dos trabalhadores entrevistados em Calmon. Olhando para o quintal de sua casa, o trabalhador mostra as árvores que plantou, a primavera do mato, a goiabeira e complementa, “*árvore tem que plantar. O governo tinha que fazer assim pra empresa, tirou uma imbuia, plante duas, tirou um pinheiro, plante dois. Se não, não tem jeito. Daqui uns tempo, as gerações que tão vindo não vão conhecer o pinhão, e que fruta que é o pinhão, né? [...] Agora, duns tempo pra cá não tão cortando mais, mas antes cortava o mato nativo e cortava fruteira. Cortar uma goiabeira, pra que cortar uma goiabeira, né? Ela dá fruta, alimenta a pessoa, alimenta os bichinhos. Um pinheiro, as vezes os caras vão lá tira um pinhão, sobem no pinheiro e cortam um galho. É crime, né? Deixa que caia o pinhão lá, pros bichinhos se alimentar*” (TRABALHADOR 2, 2016).

Conforme Fraga (2006), este João Maria teria desaparecido por volta de 1908. Seu paradeiro é incerto, uns, disseram que havia morrido no hospital de Ponta Grossa, no Paraná. Também se falava, que sua sepultura fora cavada em Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul. Contudo, para os caboclos e as caboclas que acreditavam em São João Maria, este não havia morrido, apenas se retirado.

Para estes, o Monge continua vivo, por vezes as histórias contadas se confundem com o tempo histórico em que cada um dos três monges passou ou esteve no Contestado, contudo isso pouco importa, pois “João Maria era um, que era dois e era dois, que era um (SCHÜLER, 2004, p. 38).

Ao perguntarmos a um senhor, morador de Calmon, mas que percorreu muitos outros lugares do Contestado ao longo de sua vida, se já havia ouvido falar de São João Maria ele nos responde, “*São João Maria muita gente diz que ele não ai, não ai mais, mas ele ai, ele é vivo, só que ele não tá no meio de nós, ele tá no Taió. Lá tem a igreja do Taió, ele tá na igreja lá. Quando ele andava pelo mundo meu pai era compadre dele, ele aparecia como qualquer uma pessoa assim, só que como diz o caso ele aconselhava o povo, aconselhava. Quando ele foi pra ir embora, que ele foi embora pro Taió, ele aconselhou o pessoal três dias, três dias ele não dormia e não comia. O pai e a mãe diz que ele ganhava bastante presente, de comida essas coisas, mas diz que eles não viram, três dias que eles tiveram lá não viram ele comer nada, o que ele pegava ele dava pras crianças, repartia com as crianças tudo. E daí quando ele foi embora quiseram acompanhar ele, ele não quis que acompanhasse. Diz, não, vocês fiquem, eu vou seguir meu rumo, mas quando vocês se verem mal, vô conta bem certo como é, vocês rezem um Pai Nosso e uma Ave Maria e ofereçam pra Padre Monge João Maria de Agostini que eu, esteja lá onde eu tiver, eu ouço*”. (TRABALHADOR 8, 2017).

SCHÜLER (2004, p. 38), ao referir-se aos monges lembra que “sumindo um vem outro, um outro que é o mesmo. E, quando não existe mais João Maria nenhum, aparece um José Maria, que é João Maria com outra cara”. Assim, por volta de 1911/1912, aparecera na então Vila de Campos Novos, um curandeiro de ervas que dizia se chamar José Maria de Santo Agostinho. Mais tarde, descobriu-se sua identidade, tratava-se de Miguel Lucena de Boaventura. Apareceu para reiniciar a pregação de João Maria e soube-se que era desertor do Exército ou da força policial do Paraná (VALENTINI, 2003; FRAGA, 2006; TONON, 2010).

São os constantes ajuntamentos dos seguidores sertanejos, sob sua liderança mística, que lhe trarão problemas políticos em sua curta trajetória, incluindo sua própria morte. A popularidade de grande curandeiro cresceu após enviar uma medicação homeopática a mulher do coronel Henrique de Almeida de Curitiba. A mulher havia sido desenganada, e com tratamento à base de chás teria se restabelecido da enfermidade. A notícia se pulverizou na região periférica da Vila e outras localidades, tendo início um afluxo permanente de crentes em busca de amparo. O fazendeiro como ato de gratidão, concedeu-lhe uma morada permanente, na própria estância, e fez mais, fornecia alimentação a todos os romeiros desvalidos, seus seguidores. (TONON, 2010, p. 120-121).

A partir de então só crescia o número de pessoas que recorria a José Maria. Chegou a formar um arraial, no qual tinha uma farmácia com ervas medicinais. Após mais ou menos dois

meses, mudou-se para Taquaruçu⁶⁷ e formou o Quadro Santo, composto por 24 homens que representavam os Doze Pares de França (FRAGA, 2006).

Nessa ocasião, José Maria proclamou a Monarquia Celeste e coroou imperador Manoel Alves da Assunção Rocha, um fazendeiro analfabeto e muito rico. Essa monarquia seria administrada pelo monge de acordo com as tradições da cavalaria medieval. No Quadro Santo, todos seriam irmãos, a propriedade seria comum e o comércio totalmente proibido, sob pena de morte. Todos fariam parte de uma grande Irmandade. (FRAGA, 2006, p 80).

Preocupado com esse ajuntamento, o Coronel Albuquerque solicitou que José Maria fosse até a sua casa, visita negada pelo Monge. Com isso, o coronel telegrafa para Vidal de Ramos (governador de Santa Catarina) dizendo que fanáticos haviam proclamado a monarquia nos sertões de Taquaruçu. O telegrama causou alarde em Florianópolis e Curitiba e chega à imprensa do Rio de Janeiro (VALENTINI, 2003).

José Maria foi expulso de Curitiba pela polícia militar e seguiu para os Campos do Irani, acompanhado dos Pares de França e de mais alguns caboclos. No Irani, estavam em território, juridicamente, pertencente ao estado do Paraná (VALENTINI, 2003; TONON, 2010).

Nesse contexto político, de espaço litigado, é enviado pelo Paraná um regimento de segurança, sob o comando do Capitão João Gualberto, com aproximadamente setenta homens (TONON, 2010), cujo objetivo era conter a “invasão”, assim entendida pelo estado do Paraná.

Segundo Vinhas de Queiroz (1966), o Regimento de Segurança do Paraná chegou de trem em Porto União, seguindo para Palmas, onde estiveram com o Coronel Domingos Soares, que teve a incumbência de conversar com o Monge José Maria, a fim de que estivesse com o Capitão João Gualberto. José Maria recusou, relatando a Domingos Soares que não iria ao acampamento do Regimento de Segurança do Paraná, pois temia ser maltratado. Retornando ao acampamento, Domingos Soares, tenta convencer o Coronel João Gualberto a não atacar José Maria e seus seguidores. Sem conseguir, Domingos Soares informa que não acompanhará o Regimento de Segurança do Paraná no ataque da madrugada de 22 de outubro de 1912.

No decorrer daquela noite, conforme versão da Polícia do Paraná, quando as tropas seguiam para o Irani, o Regimento de Segurança do Paraná sofreu a primeira baixa. Ao passar por um córrego arenoso uma mula assusta-se, a metralhadora e a caixa de munição caem na

⁶⁷ Reduto localizado à época no município de Curitiba, hoje, a área do antigo reduto caboclo pertence ao município de Fraiburgo.

água⁶⁸, contudo, o Capitão João Gualberto decidiu não recuar. Ao amanhecer estavam no Banhado Grande, local do Combate do Irani (VINHAS de QUEIROZ, 1966).

Sob as ordens de João Gualberto, a tropa do governo enfrentou pouco mais de 200 sertanejos. Uns a cavalo, outros a pé, eles evitaram ao máximo o tiroteio e atravessando uma funda canhada onde desapareceriam da vista das forças legais, caíram de supetão, a garrucha e o facão de pão, sobre os soldados. O auge do combate se deu em torno da metralhadora engasgada. No meio da luta, José Maria caiu prostrado por uma bala. Quando já se dispersava correndo a força do Paraná, João Gualberto – que não pudera montar porque outro lhe fugira com o cavalo – foi cercado e morto por uma pequena multidão de caboclos enfurecidos. (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 106-107).

Havia terminado o Combate do Irani, morreram soldados, caboclos e os dois comandantes. A crença na ressurreição do Monge José Maria começa ainda no local do combate. O Monge é colocado na cova e coberto com algumas tábuas para que pudesse se levantar no momento da ressurreição. Os caboclos e as caboclas acreditavam que José Maria havia se retirado ao morro encantado do Taió, à época, na localidade de Itaiópolis, e que regressaria no Exército Encantado de São Sebastião. Assim, os caboclos e as caboclas permanecem em seus ranchos por mais ou menos um ano, quando ajuntam-se nos redutos para esperar a volta de José Maria (VALENTINI, 2003).

2.4 A bravura cabocla: os caboclos e as caboclas são arrancados da terra! Eclode a Guerra do Contestado

Para se estabelecer a *Lumber* precisou de terras vazias, e estas terras não eram um “sertão inabitado”, como se propalava. Construída a ferrovia, era preciso retirar das terras concedidas ao Grupo Farquhar, homens e mulheres que nelas viviam há décadas. Para isso, a *Lumber* constitui o que foi denominado de “Corpo de Segurança”, que teve um papel decisivo na expulsão/desterramento dos caboclos e das caboclas que habitavam as terras concedidas, enquanto parte do pagamento pela construção da ferrovia. A empresa ainda exerceu papel importante no processo de limpeza étnica, que continuou no pós-guerra com as ações dos “esquadrões da morte”, consistindo na desagregação/desestruturação do modo de vida caboclo pela incorporação do imigrante europeu.

⁶⁸ “Tudo indica que o tropeiro Roque – morador das vizinhanças do Irani, certamente simpatizante do monge -, [...] tenha agido deliberadamente ao assustar o animal!” (AURAS, 2001, p. 69).

Para desalojar o posseiro e o pequeno proprietário, a *Lumber* organizou uma força paramilitar, mais ágil que a Justiça Brasileira, conhecido como “corpo de segurança da *Lumber*”. Causou verdadeira guerra de expulsão, perseguição, tortura e mortes no sertão contestado. Fortemente armado, o grupo vasculhava os pinheirais da empresa para varrer, expulsar e matar. De ambos os lados pessoas morreram, outros sobreviveram, mas isso foi apenas o começo daquela que seria a maior guerra camponesa⁶⁹ do Brasil. (FRAGA, 2006, p. 183-184).

Nilson Cesar Fraga, geógrafo que na atualidade é um dos maiores estudiosos do Contestado e principal referência na Geografia, indica que,

De 1912 a 1916, ocorreram em Santa Catarina, numa área em litígio com o vizinho Paraná, os fatos mais sangrentos das suas histórias, quando a população do Planalto pegou em armas e deu o grito de guerra, no episódio que ficou conhecido por Guerra do Contestado. Foram várias as causas do conflito armado, pois na mesma época e no mesmo lugar, ocorreu um movimento messiânico de grandes proporções, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais, e uma questão de limites interestaduais. (FRAGA, 2006, p.80-81).

Eduardo Galeano, ao referir-se ao que entendemos, enquanto o elemento mais forte, grave e violento do Território Contestado, qual seja, a expulsão dos caboclos e das caboclas das terras de posse, diz,

As terras eram um estupendo negócio adicional: o fabuloso presente concedido em 1911 à *Brazil Railway* significou o incêndio de um sem-número de cabanas e a expulsão ou a morte das famílias camponesas assentadas na área da concessão. Esse foi o gatilho que deflagrou a rebelião do *Contestado*, uma das mais intensas páginas da fúria popular de toda a história do Brasil. (GALEANO, 2014, p. 282).

Terra e floresta, negadas aos caboclos e às caboclas e apropriadas, sobretudo pela *Lumber*, inserem o Contestado na divisão internacional do trabalho, por meio da expansão geográfica do capital, espoliação e exportação da natureza mercadificada, permitida pela construção da ferrovia que possibilitava o saqueamento da madeira e, por consequência, da vida, da reprodução social, cultural e biológica dos homens e mulheres daquele chão.

No tenso e complexo cenário de relações em que se transformou a região do Contestado no início do século XX, um elemento que contribuiu fortemente para a instabilidade social da região e, conseqüentemente, para a deflagração da Guerra Sertaneja do Contestado foi a instauração do capital estrangeiro, representado pelos projetos de construção ferroviária e exploração madeireira,

⁶⁹ Trataremos do desenrolar da guerra na sequência.

que, em suma, poderia ser resumido numa relação entre o moderno vs. o arcaico. (FRAGA, 2006, p. 184).

Contudo, entendendo que o espaço geográfico se constitui pela tensão entre o fazer hegemônico (modelo civilizatório do capital), e pelas contra-hegemonias, enquanto um conjunto de lutas e resistências que apresentam um outro sentido ao espaço a partir de contraracionalidades, em oposição a lógica que busca homogeneizar tudo e todos. A investida do capital no Contestado não ocorreu sem tensionamentos, sem contra-hegemonias e contraracionalidades que buscavam a garantia da vida, da terra, do alimento, da cultura, da religião etc., não a partir do destrutivismo do capital, mas por meio de um contra-espaço marcado no desejo à terra e ao trabalho para a liberdade.

Autores como, Carvalho (2010), Fraga (2010), Vinhas de Queiroz (1966), Thomé (1980), Gallo (1999) e Wachowicz (2001) consideram a expulsão dos posseiros (caboclos e caboclas) pela *Brazil Railway Company* como o principal elemento que levou a deflagração da Guerra do Contestado.

A região do atual planalto norte catarinense, passou por transformações profundas e aceleradas após a chegada da ferrovia e da *Lumber*, com a valorização das terras, intensificação da colonização, difusão de toda uma série de hábitos e costumes estranhos ao sertanejo que ali vivia, extermínio da população indígena e a devastação da floresta com araucária. A rebelião cabocla do Contestado (1912-1916) foi uma expressão da tensão social e das súbitas transformações por que passou aquela sociedade e aquela paisagem. (CARVALHO, 2010, p. 202-203).

Para Fraga (2010), a posse da terra perdida e o pinheiro roubado, desesperavam milhares de caboclos que não tinham para onde se dirigir, pessoas sem um lugar para morar e algo para se sustentar. Foram as primeiras faíscas de um incêndio que duraria quatro anos.

Despojados ou ameaçados da perda de seus bens de raiz, descrentes da justiça que só funcionava para amparar as causas dos poderosos, os caboclos não viram outro meio de garantir sua subsistência senão apelando para a garrucha e o facão⁷⁰ (OLIVEIRA, 1985, p. 61).

Vinhas de Queiroz (1966, p. 02), é enfático ao dizer “importa observar que foi aqui, no apogeu de tais lutas, que pela primeira vez na nossa história as massas camponesas manifestaram clara consciência da necessidade de garantir o seu direito de terra”. Isto se manifestou, por exemplo, quando do ataque caboclo às vilas e a destruição dos cartórios, onde

⁷⁰ Oliveira (1985, p. 61,) destaca que as armas dos caboclos eram também seus instrumentos de trabalho, “o facão servia-lhe não só para cortar a erva-mate como também para abrir picadas no meio dos xaxinais e taquarais, ao passo que a garrucha ou a Winchester dava-lhe a garantia de caças abundantes”.

havia os livros com registros de imóveis. O ato de desmanchar as cercas, e os provérbios, “segundo os quais os três males do homem são: dinheiro, terra e mulher bonita: é o que dá morte” (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 02).

Sobre a complexidade do Contestado e os desdobramentos no que diz respeito a instalação do capital internacional, Thomé (1980), sublinha.

Foram várias as causas do conflito que chegou a abalar as estruturas republicanas, pois na mesma época e no mesmo lugar o território contestado foi envolvido por um movimento messiânico de grandes proporções, por uma violenta disputa pela propriedade das terras, por uma questão de limites interestaduais, por uma luta pelos direitos humanos, por uma acirrada competição pela exploração das riquezas naturais, e por uma aterrorizante fase de banditismo. A implantação das empresas do sistema Farquhar, portanto, não foi a única causa do levante, mas sua presença na região, aliada a outros acontecimentos, muito contribuiu para a deflagração. (THOMÉ, 1980, p. 121).

Gallo (1999), também pondera sobre a concentração de terras e os desdobramentos em torno do advento da República, além da intensificação do projeto de colonização no Contestado, processos viabilizados pela aliança entre empresários da madeira, fazendeiros, coronéis e o Estado.

A concentração de terras nas mãos de poucas pessoas. Processo que se agravou durante o século XIX, [...] constitui, sem dúvida, um dos detonadores dos acontecimentos posteriores, em 1912 com a Proclamação da República, intensificou-se o projeto de colonização, realizado em boa parte em terras devolutas, e também as implicações das concessões de terrenos às empresas estrangeiras os empresários aliados aos fazendeiros locais e aos governos, compravam terras devolutas e de particulares por preços irrisórios, vendendo-as depois com vantagem. Nesse processo [...] muitos posseiros foram expulsos de suas terras e nada podiam fazer quando um terceiro, devidamente documentado, aparecia reclamando seus direitos como o legítimo proprietário. (GALLO, 1999, p. 98).

Wachowicz (2001, p. 198), ressalta que sendo entregues as terras do Contestado à *Brazil Railway Company* era preciso “limpá-las da presença indesejável dos caboclos posseiros”, nesse cenário “passaram os caboclos a ser ameaçados e expulsos de suas posses, ocupadas há várias gerações”. Sem ter a quem recorrer os caboclos e as caboclas do Contestado identificam seus inimigos como sendo,

[...] o governo federal republicano, os coronéis *papa-terras* e seus capangas, a *polícia* ilegal dos norte-americanos e as *polícias* legais os paranaenses e catarinenses. Revoltava e indignava ainda os sertanejos o fato de o governo

federal vender extensas regiões em lotes, a preços acessíveis a imigrantes europeus que ali se fixaram, nada cabendo a eles próprios, nativos da região”. (WACHOWICZ, 2001, p. 199, *grifos do autor*).

O Contestado, ao existir e se fazer em sua complexidade, é geográfico em essência. O Contestado, há um século nos mostra os significados e desdobramentos do capital, enquanto ato hegemônico na organização do espaço e revela a bravura de sua gente, homens e mulheres, meninos e meninas, crianças e idosos que corajosamente lutaram e lutam por um outro mundo possível.

Simultânea e coincidentemente, o Contestado reuniu, no mesmo tempo e no mesmo espaço geográfico, mais de 30 mil pessoas – habitantes da região na época –, desde fazendeiros, em defesa de suas propriedades, até posseiros tentando se manter em terras devolutas, “fanatizados” por promessas messiânicas, e oportunistas, que viam no movimento ocasião para exercerem pressões políticas acerca dos limites disputados entre Santa Catarina e o Paraná. Por isso, é dito que nem todos os sertanejos catarinenses eram rebeldes, nem todos os rebeldes eram fanáticos, e nem todos os fanáticos eram jagunços. Os camponeses de Santa Catarina e do Paraná formavam o bravo “Exército Encantado de São João Maria”, unindo sob a cruz verde da bandeira branca da libertação quase 10 mil pessoas armadas – homens, velhos, crianças e mulheres – no qual se divisavam criadores, peões e lavradores, apegados às terras em que viviam; centenas de ex-trabalhadores da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, abandonados à própria sorte após a construção; comerciantes de vilas e de estradas; agregados e capatazes; pessoas carentes de alfabetização, assistência e promoção social; antigos combatentes farroupilhas e maragatos; ex-combatentes dos batalhões de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional; e ainda criminosos, ex-presidiários e foragidos da justiça. Todos juntos atacavam e se defendiam. Tiveram a ousadia respondida à bala. Lutaram pela sobrevivência até que, cercados, sucumbiram aos mais fortes – o genocídio. (FRAGA, 2005, p. 244).

No que se refere a configuração do Contestado nos anos da guerra, Thomé (1992), assinala que quando da deflagração do movimento,

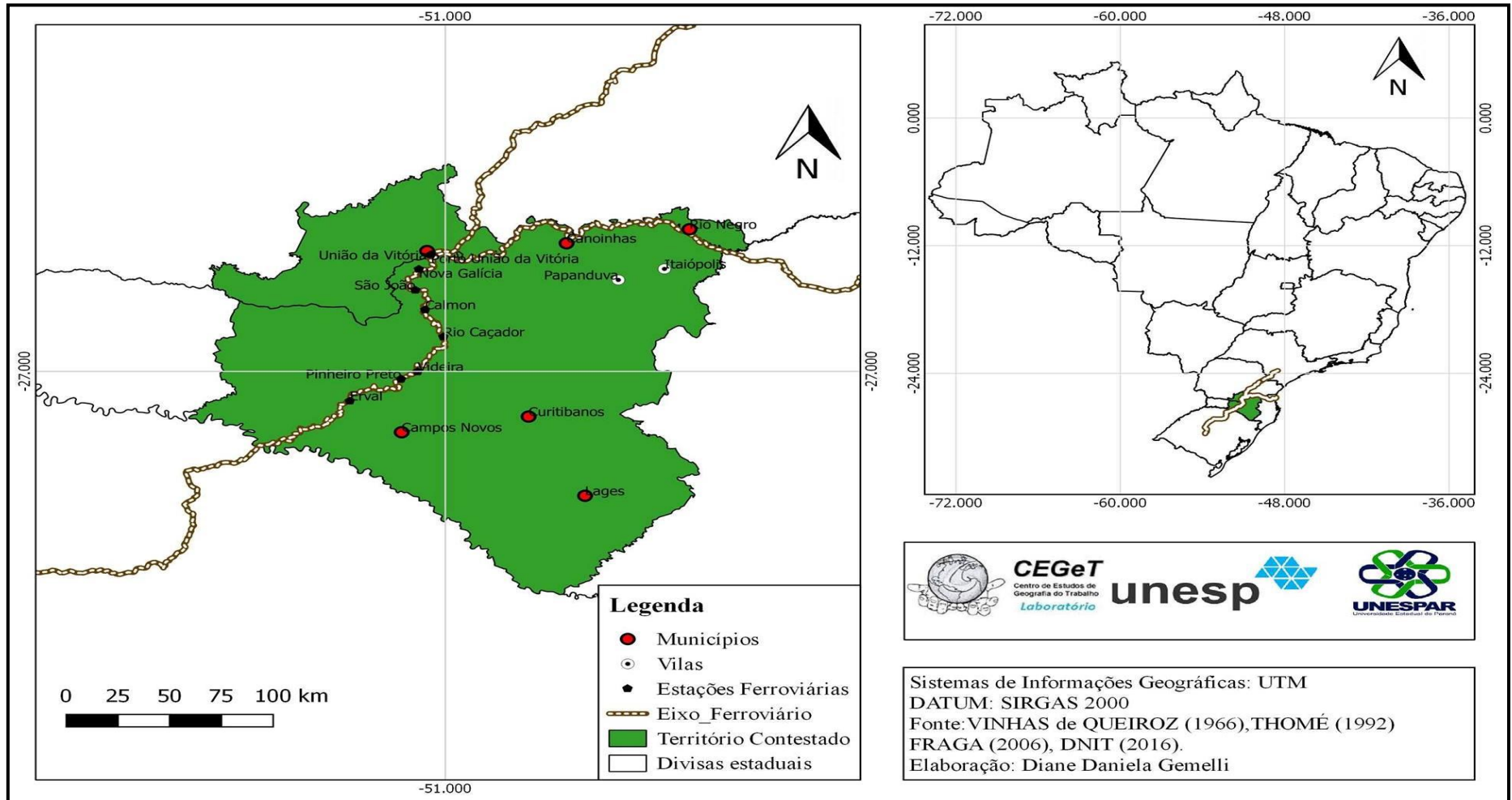
[...] em 1912, existiam apenas as vilas de Lages, Curitibanos, Campos Novos e Canoinhas, sob administração catarinense, e as de Rio Negro, União da Vitória e Palmas, com autoridades paranaenses. Havia incipientes povoados, como os de Papanduva, Itaiópolis, Três Barras e Vila Nova do Timbó. Ao longo da ferrovia, existiam apenas as estações-de-trem, com destaque para Nova Galícia, Calmon, São João, Rio Caçador, Erval e Rio das Antas. A população urbana era escassa, posto que as atividades mais intensas verificavam-se nas fazendas, nos grandes latifúndios do planalto, onde as numerosas famílias de caboclos se concentravam em torno dos fazendeiros e coronéis, e também nas matas, onde o homem de pele parda aceitava o desafio da natureza e se dedica às pequenas lavouras de subsistência e à extração da madeira e da erva-mate. (THOMÉ, 1992, p. 14).

Ainda complementa Vinhas de Queiroz (1966), no ápice do movimento,

[...] o território ocupado pelo jaguncismo compreendia 28.000 quilômetros quadrados. [...] Fazia limites, ao norte, pelo rio Iguaçú, e a Estrada de Ferro de São Francisco, desde perto de União da Vitória, envolvendo Canoinhas, até junto à vila de Rio Negro; ao sul, inflectia sobre Lajes, aproximava-se de Curitiba e de Campos Novos; a leste, compreendia Itaiópolis, Papanduva, as picadas das colônias Moema e Iracema, os contrafortes da Serra do Mirador e as demais cabeceiras da bacia Itajaí; a oeste, a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 199)

Afim de ilustrar o arranjo espacial do Contestado naquela época, apresentamos o mapa da sequência (Mapa 02), que indica as principais estações ferroviárias, além dos municípios e algumas vilas existentes.

Mapa 3: Principais Municípios, Vilas e Estações Ferroviárias (1912)



Como sinalizamos anteriormente, a primeira batalha sangrenta da Guerra do Contestado aconteceu em 22 de outubro de 1912, no Banhado Grande do Irani. Denominada Combate do Irani, foi a única a acontecer em território administrado pelo Paraná. Os demais combates entre caboclos, caboclas e forças do Exército ocorreram em território catarinense.

Por pouco mais de um ano, após esse primeiro combate, o Contestado permaneceu em Guerra, porém sem ataques e mortes. Até que, no segundo semestre de 1913, espalha-se a notícia que o Monge havia ressuscitado e voltado ao Taquaruçu para formar um novo “Quadro Santo” (FRAGA, 2005).

A partir de então ocorre o ajuntamento dos caboclos e das caboclas em redutos⁷¹ e o genocídio promovido pelo Estado, por meio da ação do Exército em coaduno com os coronéis do Contestado.

Geralmente os redutos eram construídos em clareiras abertas na mata [...] O tamanho e o número de habitantes que faziam parte de um reduto podia variar, sendo que alguns foram denominados de redutinhos devido ao pequeno número de componentes. Mas alguns redutos chegaram a ter milhares de habitantes. O Santa Maria⁷², por exemplo, chegou a ter aproximadamente 5 mil habitantes. (VALENTINI, 2003, p. 80-81).

Ainda sobre os redutos e valendo-se da riqueza de detalhes, Vinhas de Queiroz (1966, p. 200), complementa.

Os redutos surgiam em geral no meio dos troncos de uma derruba mal concluída. Os ranchos, dispostos irregularmente, eram improvisados da noite para o dia. Um conjunto de ruas e ruelas tortuosas desemboca numa grande praça quadrada, onde se erguia a igreja. Eram os ranchos construídos sumariamente para durar apenas uns três anos. Tais casas praticamente não se distinguiam das moradias habituais dos sertanejos mais pobres. As paredes eram de pau-a-pique ou, mais frequentemente, *rachões* de pinheiro ou xaxim; os telhados, de tabuinhas, de capim ou de palha de palmeira; às vezes de couro; o chão, de terra batida ou assoalhamento com material idêntico ao das paredes. Via de regra, tais casas só possuíam dois cômodos ou *repartimentos*; o quarto e a cozinha. No quarto dormia-se em *tarimbas*: um estrado de taquaras inteiras, dispostas no sentido do corpo, amarradas com cipó num retângulo de varas suspensas em quatro pequenas forquilhas fincadas no solo. Pelegos serviam de colchão e, de cobertor, bicharás, ponchos e capas. A cozinha prestava-se ao mesmo tempo de sala de jantar e de reunião. Ao centro desta

⁷¹ Com a expulsão dos caboclos e das caboclas das terras, estes se aglutinaram em redutos, que se configuraram como espaços de resistência à ordem implantada, negação ao desterroamento e ao trabalho abstrato, enquanto forma de sobreviver, já que tinham sido arrancados das terras, também não aceitariam a imposição do trabalho assalariado e desprovido de sentido.

⁷² Fraga (2006), aponta que o reduto de Santa Maria se estendia por 15 km em meio a floresta.

peça, no chão, armava-se o fogo, onde se assava o churrasco, ou as panelas ferviam dependurada ao teto ou suspensas em improvisados tripés de pau.

Os principais redutos no Contestado foram, de acordo com Valentini (2003) e Fraga (2006): Taquarussu ou Taquaruçu⁷³, localizado, no que atualmente, é o município de Fraiburgo-SC. Em 29 de dezembro de 1913, a polícia catarinense e os soldados do exército paranaense tentaram atacar o reduto pela primeira vez, sendo derrotados pela força cabocla, “doze soldados ficaram feridos. O décimo terceiro, feito prisioneiro, faleceu no reduto no dia seguinte, sob os cuidados dos fiéis” (AURAS, 2001, p. 82). Em janeiro de 1914, tentou-se novamente desmantelar o reduto. Em 8 de fevereiro de 1914, aproximadamente 700 soldados, atacaram e arrasaram o reduto, incendiando casas e dispersando à bala⁷⁴, os caboclos e as caboclas que em sua maior parte migraram para o reduto de Caraguatá⁷⁵, formado antes mesmo da destruição de Taquarussu/Taquaruçu. Em 09 de março de 1914, Caraguatá foi atacado, e mais uma vez registrou-se a vitória cabocla sobre as forças do Exército⁷⁶. Após esse ataque em Caraguatá, os caboclos e as caboclas se separaram, deslocando-se para redutos menores como – Bom Sossego, São Sebastião⁷⁷, Pedra Branca, São Pedro, Santo Antônio, Santa Maria, Caçador Grande,

⁷³ De acordo com Auras (2001, p. 76), o reduto de Taquaruçu começou a formar-se no dia 1º dia de dezembro de 2013, “em poucos dias, nas vizinhanças de uma igreja lá existente, foram erguidas algumas centenas de casas, feitas de tábuas rústicas de pinheiros, dispostas proximamente de modo a formar ruelas. Uma semana depois, já se podia contar 300 moradores – entre homens, mulheres e crianças – na ‘cidade santa’-. E diariamente chegavam mais caboclos: famílias inteiras traziam mantimentos e seus parcos haveres (galinhas, porcos, vacas, cavalos, etc). A autora também destaca que no reduto não se passava fome “[...] havia fartura. [...]. Alguns caboclos cultivavam alimentos em quintais, havia um relativo estoque de animais no interior da própria cidade santa. Tudo era repartido entre todos”. (AURAS, 2011, p. 77)

⁷⁴ “Era 8 de fevereiro de 1914. Durante o dia, os canhões lançaram sobre o reduto 175 tiros de granadas explosivas, tipo *schrappnell*. Os homens do reduto correram para as trincheiras cavadas aquém das casas, mas não podiam por a cabeça para fora sem que fossem alvejados pelas metralhadoras. Os obuses destruíam e incendiavam as casas de madeira, matando as crianças e mulheres que lá se encontravam. Conta um soldado de artilharia: “havia uma igreja a qual desmoronou, queimou, se aniquilou sob o bombardeio, arrastando, queimando, exterminando consigo toda a gente que dentro estava. Fritavam estes: santo José Maria, santo José Maria, até perecer” (VINHAS de QUEIRÓZ, 1966, p. 142).

⁷⁵ Vinhas de Queiróz (1966, p. 155-156), assinala que um preceito ético regia as relações no reduto de Caraguatá, trata-se do ditado “quem tem, mói; quem não tem, mói também, e no fim todos ficarão iguais”. Significa que os bens possuídos por todos eram postos em comum; quem possuía gado e lavouras, tudo entregava ao consumo geral; quem possuía dinheiro, contribuía com o que pudesse dispor; quem nada possuía, de tudo poderia participar também. Auras (2011, p. 87) destaca que a prática igualitária representava a antítese do mundo anterior, “a vida no reduto transcorria em clima de festa. Todos os bens que os caboclos possuíam [...] eram desfrutados em comum, tudo era repartido entre todos. Nada era vendido, sendo esta prática expressamente proibida pela irmandade [...]. Está claro que, para a quase totalidade dos fiéis, viver no reduto era bem melhor que viver fora dele”. A autora sinaliza que em pouco tempo o reduto de Caraguatá contava com 800 moradores.

⁷⁶ Para Auras (2001), o terreno do reduto não permitiu o uso de canhões e metralhadores, outro fato que possibilitou a vitória cabocla, foi o fato destes conhecerem o local além de serem hábeis manuseadores de facões e espadas, os caboclos atraíram “as tropas para gargantas cobertas de matas, onde facilmente são relegadas à condição de inferioridade, por a densa vegetação dificulta em muito o uso das carabinas” (AURAS, 2001, p. 91), morreram 26 soldados, 21 ficaram feridos e 3 foram considerados extraviados.

⁷⁷ Localizava-se no vale do Timbozinho, “este reduto chegou a ter 500 casas e cerca de 2.000 caboclos” (AURAS, 2011, p. 03)

Tamanduá e outros. De 13 a 29 de maio de 1914, ações foram efetuadas contra Caraguatá (dia 13) e contra Santo Antônio (entre os dias 16 e 18), quando caboclos e caboclas evitaram o confronto direto e simularam dispersar. A partir desse momento, o capitão Matos Costa assume o comando das forças do exército, e tenta, sem sucesso, convencer, caboclos e caboclas a entregar as armas com intuito de pôr fim ao conflito. Em 05 de setembro, os caboclos incendiam as instalações da *Lumber*, em Calmon, no dia 06, destroem a localidade de São João dos Pobres e a estação de Nova Galícia, nesse mesmo dia atacaram o trem que levava Matos Costa⁷⁸ e mataram o capitão próximo à estação de São João dos Pobres⁷⁹.

As instalações da *Lumber* em Calmon, estiveram diretamente envolvidas nos acontecimentos da Guerra do Contestado. Em 5 de setembro de 1914 a serraria foi atacada e destruída pelos caboclos. Vinhas de Queiróz (1966, p. 190-191), diz que “só foram poupadas as mulheres e as crianças. Incendiaram a serraria da *Lumber*, os depósitos de madeira e demais casas da companhia norte-americana, bem como, a estação ferroviária”.

A grande serraria da *Lumber* ardeu totalmente. Os grandes empilhamentos de pinho já beneficiado, abrangendo uma área enorme, em poucas horas se transformaram em cinzeiros esparsos. Os galões dos maquinismos, no dia imediato, eram esteios carbonizados em meio de vasta praça onde as engrenagens, contorcidas pelo calor do fogaréu, se destacavam como esqueletos de engenhos mecânicos. Em meio de tanta ignomínia, os corpos inertes das vítimas ficaram expostos aos porcos famintos, cujos donos haviam fugido ou tombado indefesos. (PEIXOTO, 1995, p. 158).

Junto ao ataque à *Lumber*, várias fazendas pertencentes, sobretudo a coronéis com ligação ao grupo de Percival Farquhar foram assaltadas. A serraria só foi reconstruída um ano depois, quando voltou a explorar e exportar a madeira dos imensos pinheirais.

A seguir apresentamos a Figura 5, localizada ao lado da ferrovia, na cidade de Calmon-SC, onde foram construídos dois pilares com inscrições referentes ao Contestado. Nos chama atenção, um bilhete encontrado quando do ataque e incêndio às instalações da *Lumber* pelos

⁷⁸ Vinhas de Queiroz (1966), relata que João Teixeira de Matos Costas assumiu o comando do exército no Contestado por pouco mais de três meses. Quando chega ao Contestado e conhece os caboclos e coronéis da região passa a simpatizar com a causa cabocla. Em agosto de 1914 viaja ao Rio de Janeiro com o intuito de relatar ao governo o que acontecia no Contestado. Visita redutos e tentava convencer os caboclos a se dispersarem. Em certa vez, conforme Peixoto (1995, p. 78), declarou “a revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não outro meio de defender seu dinheiro”.

⁷⁹ Conforme Fraga (2013), a partir de 15 de setembro de 1917, sob a condição de distrito de Porto União, a antiga São João dos Pobres passa a levar o nome do capitão assassinado.

caboclos, como sinal da resistência aos significados impostos pela chegada do capital madeireiro internacional em terras contestadas.

Figura 5: Bilhete encontrado quando do ataque à Lumber em Calmon-SC e atualmente escrito em pilares na chegada à cidade



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2015.

É representativo o teor da mensagem por conter o entendimento, dos caboclos e das caboclas, no que diz respeito ao que estava acontecendo em terras contestadas através da implantação da “modernidade”, em detrimento à existência do modo de vida caboclo.

Dada a organização cabocla, que possibilitou a vitória, por algumas vezes, diante do poderoso Exército nacional, este, precisou repensar as estratégias. Parafraseando Thomé (1983), Fraga (2006), assim se refere às estratégias do exército que foram responsáveis pelo massacre do Contestado.

Em outubro de 1914, estavam reunidos no Contestado 7.199 homens constituindo as forças regulares de 6.408 soldados do Exército, 465 policiais de Santa Catarina, 26 policiais do Paraná, e mais 300 vaqueanos civis, contratados, *divididos em quatro poderosas colunas* – Linha Norte, com sede em Rio Negro e ação em Canoinhas, Barreiro e Poço Preto; Linha Oeste, com sede em União da Vitória e destacamentos em Legru, São João, Calmon, Rio Caçador e Herval; Linha Sul, de comando não designado, atuando em Campos Novos, Passa-Dois e Curitiba; e a Linha Leste, guarnecendo Papanduva e Itaiópolis. A Tática Militar foi cercar os camponeses numa região menor, e nela ir penetrando, ainda que lentamente, descobrindo e exterminando os revoltosos, esgotados os últimos apelos de rendição. Até o final do ano, os combates sucederam-se diariamente em toda a zona de guerra. Aos poucos, o cerco foi sendo apertado quando sitiados, sertanejos começaram a sentir falta de alimentos e de munições, e ainda, com doenças e sem condições físicas,

muitos se renderam às tropas federais, diante da promessa de anistia e titulação de terras. (FRAGA, 2006, p. 86-87).

Enquanto elemento fundamental para o desenrolar da guerra, Machado (2011), refere-se a falta de alimentos nos redutos, e, aponta a fome como um dos impactos gerados pelo conflito no planalto catarinense.

Embora muitos depoimentos confirmem a existência de criações e lavouras trabalhadas pelos moradores dos redutos, a rapidez da guerra, o cerco militar e a crescente população desses povoados impedia uma autossuficiência alimentar e reclamava por outras soluções. [...] A memória da fome é particularmente impactante ao longo do período da guerra, já que, nessa região, embora a população de peões, agregados e posseiros fosse muito pobre, viviam, antes da guerra, num regime alimentar razoavelmente farto. Até mesmo no planalto, uma região típica de expansão da pecuária extensiva, havia grande número de roças de milho, feijão e mandioca. Os pobres também eram pequenos criadores, tanto de gado vacum como de suínos e aves. (MACHADO, 2011, p. 181).

Em 08 de fevereiro de 1915 é promovido o primeiro ataque no Vale de Santa Maria sem obter grande sucesso, redutos menores foram atacados (Timbó e Caçador). Porém, foi no dia 03 de abril de 1915, que as tropas entraram no reduto de Santa Maria (que se estendia por quinze quilômetros na mata). “Ali, as lutas terminaram na manhã do dia 5, quando seis mil casas foram incendiadas, depois de mortos aproximadamente 600 caboclos, sem contar mulheres e crianças⁸⁰” (THOMÉ, 1992, p. 99).

Após o Massacre em Santa Maria, o Exército desfaz as colunas de combate e deixa no Contestado pequenos destacamentos com o objetivo de conter o surgimento de novos redutos e de varrer daquela terra os caboclos e as caboclas que não tivessem sido mortos.

Nessa época, registrou-se a fase mais sangrenta da Guerra do Contestado, quando as forças policiais, em nome da lei e para imporem a ordem a qualquer custo, “limparam” a região abaixo de Santa Maria, quando os “bandidos”, remanescentes dos redutos “jaguços”, foram caçados em Butiá Verde, Liberata, Campo da Dúvida, Perdiz Grande, Taboão, Bahia, Perdizinha, Fazenda Roseira, Campina Velha e outros locais do Alto Vale do rio do Peixe. (FRAGA, 2005, p. 254).

⁸⁰ O número de mortes, no reduto de Santa Maria, até hoje é incerto, e assim permanecerá. Como é possível em um reduto com 6.000 casas serem contabilizados apenas 600 corpos? Mesmo sem saber, quantos caboclos e quantas caboclas, homens, mulheres e crianças foram assassinados naquele 03 de abril de 1915, nada apagará o horror de uma nação que mata seu povo.

Até dezembro de 1915 ocorrera uma série de ataques a redutos menores, até tudo ser destruído. “A destruição do último reduto não foi diferente dos anteriores. Cadáveres de homens, mulheres e crianças estavam espalhados por toda parte” (VALENTINI, 2003, p. 106).

A assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, em 20 de outubro de 1916, pôs fim ao litígio político-administrativo entre as unidades federadas e marca, oficialmente, o fim da Guerra do Contestado. Contudo, ao passo que o Exército e a imprensa se retiram da região os coronéis, de ambos os estados, se armam para tornar, 1917, o ano da limpeza.

Porém, no que concerne à repercussão da Guerra do Contestado sobre o espaço agrário regional, faz-se importante lembrar que o ano de 1917 é tido historicamente como o ano da “limpeza” das terras que estavam sob domínio da *Lumber* e dos coronéis. A saída da imprensa da área do conflito fez com que os estados litigantes, representados pelos coronéis latifundiários, contratassem a mão-de-obra (quase 2.000 milicianos) que procederia a expulsão (e assassinato), e juntamente com o corpo de segurança da *Lumber* (200 homens aproximadamente) faria o papel de “limpeza”, por meio da morte e destituição do direito de propriedade dos posseiros. (FRAGA, 2005, p. 255).

Não é possível precisar quantos caboclos e quantas caboclas foram mortos/mortas, seja, pelas forças oficiais⁸¹ do Exército brasileiro, do Corpo de Segurança da *Lumber*, ou ainda pela força dos coronéis locais. Foram quatro anos de Guerra declarada, porém o pós-guerra, sobretudo, no ano de 1917, registrou o genocídio de caboclos e caboclas que haviam fugido da morte nos quatro anos anteriores, é quando “o governo federal, a pedido das autoridades estaduais, distribuiu armas entre os civis, e apoiou a ação dos vaqueanos para erradicar finalmente com os rebeldes no planalto norte de Santa Catarina” (MACHADO, 2011, p. 184). Famintos, famílias inteiras, crianças, idosos e enfermos foram assassinados, queimados com grimpa e nó de pinheiro⁸².

Com o massacre dos caboclos e das caboclas no pós-guerra, ocorre a massiva chegada de imigrantes, sobretudo, italianos, alemães, ucranianos e poloneses, a ponto de que, na atualidade, em alguns municípios do Contestado (Iomerê, Videira, Salto Veloso, Arroio Trinta, Treze Tílias, entre outros) a presença/herança cabocla tem sido apagada/negada por meio das práticas sociais, culturais e espaciais dos imigrantes.

⁸¹ Mas as forças oficiais aqui relatadas são muito mais que o Exército. Além da polícia, há os grupos de vaqueanos civis. Normalmente eram fazendeiros, oficiais da Guarda Nacional, que colocavam seus peões em armas para servir de guias às tropas o exército e para “limpar” determinados territórios da presença de rebeldes, no início dos conflitos. [...]. Os vaqueanos atuaram com muita intensidade ao final do conflito, conhecido como a *fase do açougue* (MACHADO, 2011, p.183).

⁸² Ver Vinhas de Queiroz (1966).

Os caboclos e as caboclas, eram (são!), os homens e as mulheres daquelas terras, que viviam longe da presença e atuação do Estado, da Igreja, sem acesso à saúde e escolas. Homens e mulheres, que foram/são chamados de fanáticos(as), como se os acontecimentos da Guerra do Contestado fossem estritamente de cunho religioso-messiânico. Ao qualificar a Guerra, enquanto um ato de fanáticos(as), camufla-se o massacre e o genocídio que existiu em nome da implantação do desenvolvimento econômico capitalista. Justifica-se a ação assassina do Exército brasileiro e da República dos coronéis, ou como diziam os caboclos e as caboclas, da República do Diabo.

O Contestado não ocorreu por fanatismo religioso, pelo contrário, foi o resultado, em nossa leitura, da expansão geográfica do capital e apropriação da natureza (terra e floresta), via expulsão de milhares de homens e mulheres de suas terras e de seus territórios. Os caboclos e as caboclas não viviam na miséria, tinham abundância, sobretudo, de alimentos. Não estavam isolados na floresta, historicamente mantiveram relação com os tropeiros que transitavam pela região levando animais até Sorocaba. Caboclos e caboclas não eram ignorantes, eram sabedores do que queriam, lutaram por justiça e dignidade.

[...] os caboclos e as caboclas que foram calcinados pelas bocas dos canhões da velha república do diabo, como eles bem diziam, deixaram para o Brasil uma lição de vida, por meio de uma rede de solidariedade, audácia, inteligência e utopia, alvacentas e intáteis aos olhos de milhões de brasileiros, que, um século depois, não a conhecem. (FRAGA, 2013, p. 370).

Contudo, os caboclos e as caboclas continuam a existir e a lutar no Contestado, em Santa Catarina e no Paraná. Sendo que o espírito de luta e resistência desses sujeitos de outrora, é fonte de ensinamento e rebeldia. Ensinando-nos que não vale a pena viver sem coragem, bravura e solidariedade.

2.5 O “Sertão” Contestado

No discurso dos políticos da época e inclusive de parte da intelectualidade, o Contestado era tratado como “sertão”, ou seja, tido como um espaço vazio de gente e relações. Tanto a ferrovia, quanto a *Lumber* representaram ações para transformar o sertão e integrá-lo ao projeto de “modernização” do território brasileiro.

Com o fim do Império e o rompimento das relações antigas e arcaicas, de um espaço e “mundo livre”, os habitantes da região contestada passaram a conviver com a modernização por meio de investimentos de capitais

estrangeiros. [...] o rompimento do mundo livre do período colonial e imperial (a terra e a vida) para um mundo de controle social e espacial em conformidade com a nascente República Federativa do Brasil. Diferentemente do século XIX, o XX marcará o advento da República e dos donos da(s) terra(s), que estabelecerão controle, imposto pelo poder político de então, exercendo um domínio regional que teve por base ideias “de fora” e modernas. (FRAGA, 2006, p 27-28).

Entende-se o sertão Contestado, a partir da reflexão trazida por Moraes (2003), quando diz, que o sertão não é obra da natureza, embora a presença de elementos naturais apareça associado à sua identificação. Sendo o sertão, um lugar, onde o ritmo e a dinâmica da natureza condicionam o elemento humano, igualmente, não se qualifica pela ação humana, existência social, práticas produtivas, ou seja, não é uma materialidade criada por grupos sociais, dada inclusive, a invisibilidade do elemento humano, sendo designado enquanto “vazio”.

Destarte, o sertão é uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares, no sentido de um símbolo imposto em determinados contextos históricos e condições locais, que atua como um qualificativo local básico no processo de sua valoração, ou seja, trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. Assim, no que se refere à construção da imagem do sertão, associam-se valores em geral negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados.

O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento. Por isso, tal denominação geralmente é utilizada na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal. No geral, utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada. Nesse sentido, trata-se de um qualificativo que induz um novo processo de domínio territorial sobre os espaços enfocados, isto é, que introduz um novo surto de dominação política no âmbito espacial delimitado pela qualificação proposta. (MORAES, 2003, p. 03).

Mendonça (2004), também contribui ao abordar que o sertão é uma construção social e histórica. Noções como; ocupar o vazio, dominar as insurgências populares e negar outras racionalidades preexistentes, historicamente tiveram por objetivo, garantir a livre territorialização do capital, por meio do projeto colonizador, calcado na implantação de estereótipos que eliminam a diferença, ao passo que insere a modernização.

Entendendo o sertão Contestado como porção do território nacional, ao qual se projetava ações de apropriação e dominação, é que associamos a noção de sertão ao projeto “moderno”

de expansão das relações de produção capitalistas, via expulsão dos caboclos e das caboclas, tidos como o elemento humano que precisava ser removido para a implantação do imigrante europeu, entendido como símbolo do progresso.

Como aponta Porto-Gonçalves (2012), a expansão do capitalismo revestia-se de uma aura de missão civilizatória, pela qual absolviam-se o etnocídio e genocídio praticado contra os povos da África, Ásia e América Latina, considerados atrasados, primitivos, selvagens e bárbaros, ou seja, assimilados à natureza, condição que justificava a dominação.

Caboclos e caboclas, que para o interesse nacional de introdução do capitalismo representavam o atraso por seu vínculo com a terra-floresta, pelos elementos socioculturais do trabalho e de vida, a crença em São João Maria e principalmente por ocuparem terras de importância estratégica para a implantação do projeto de exploração da floresta nativa.

Nesse contexto, era/foi preciso eliminar a população cabocla e isso aconteceu negando sua existência, referindo-se às terras como vazio demográfico e seus “poucos” habitantes, como fanáticos religiosos. Porém, Valentini (2003, p. 44), lembra que os “*espaços vazios* que o governo brasileiro pretendia ocupar não estavam tão vazios assim. Foi preciso torná-los vazios antes de implantar a nova ordem emergente”.

Moraes (2003), salienta que para existir o sertão é necessária a diferenciação, ou seja, o não sertão, enquanto sinônimo de positividade. O sertão é uma imagem construída por um olhar externo, a partir de uma sensibilidade estrangeira e de interesses exógenos, que atribuem àquele espaço juízos e valores que legitimam ações para transformá-lo. De modo, que a mera qualificação de uma localidade como sertão já revela a existência de olhares externos que lhe ambicionam, que identificam espaços a serem conquistados, lugares para a expansão futura da economia e/ou do domínio político.

A ordem republicana se instala com este objetivo de modernização, que novamente qualifica o sertão como o *locus* do arcaísmo e do atraso. Situação que – na ótica de seus ideólogos – deveria ser superada com a alocação de sistemas de engenharia e de objetos técnicos integradores do território [...] Enfim, o sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. Nesse sentido, a designação acompanha-se sempre de um projeto (povoador, civilizador, modernizador), o qual almeja – no limite – a superação da condição sertaneja. Trata-se de um espaço a ser conquistado, submetido, incorporado à economia nacional: uma área de expansão. Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço. (MORAES, 2003, p. 05-06).

No bojo destes elementos (a expansão geográfica do capital por meio da construção da ferrovia, exploração madeireira e desagregação do território caboclo) entendemos a expansão geográfica do capital no território. O que aconteceu no Contestado foi o processo de expansão capitalista, por meio da espoliação dos caboclos e das caboclas, da terra e da floresta. Mudanças nos usos do território, a partir da exploração das florestas/madeira para exportação e a venda das terras outrora ocupadas por caboclos e caboclas, num fenômeno que nessa pesquisa, apreendemos pela constantemente refeita degradação da natureza e do trabalho expressa na dialética do processo de desenvolvimento capitalista.

Território que a partir da década de 1970, até a atualidade, adquire novos conteúdos, com a territorialização do monocultivo de *Pinus*, enquanto elemento do sertão transformado e da degradação na natureza e do trabalho, trazidos de forma mais intensa pelos trilhos do trem e pelos desdobramentos do modo de produção capitalista, que deixaram marcas profundas na geografia daquelas terras e gentes, e que precisam ser explicadas e entendidas no devir da compreensão do espaço social.

Porto-Gonçalves (2012), ajuda-nos a entender o processo de transformação/configuração do Território Contestado, ao falar das mudanças nas técnicas, enquanto transformações nas relações de poder, através da manipulação da matéria, e com isso, conformando sociedade e ambiente. Tal processo, dá-se, à medida que a indústria não precisa estar próxima da produção de matéria prima. A máquina a vapor, adaptada aos transportes (lembramos dos significados da ferrovia/trem no Contestado) dissocia o lugar, onde se extrai a matéria do lugar onde ela é transformada e consumida, trazendo com isso, enormes efeitos ecológicos (que são, por essência, sociais).

Nesse sentido, Fraga (2006, p. 187), conclui que “foi representativa a entrada do capital estrangeiro para abrir o sertão Contestado ao mundo externo, no sentido da devastação dos recursos florestais em detrimento do *modus vivendi* da população cabocla que mantinha um equilíbrio socioambiental até o limiar do século XX”.



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2015.

Área de monocultivo de *Pinus* em Calmon/ SC

A uniformidade e a diversidade não são apenas maneiras de usar a terra, são maneiras de pensar e viver (SHIVA, 2003, p. 17).

CAPÍTULO III - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: O MONOCULTIVO DE *PINUS* E A IMPOSIÇÃO DE UM MODO DE PENSAR/CONCEBER/SER A NATUREZA, O HOMEM E A MULHER

Tendo como preocupação o constante refazer do espaço, nos propomos, compreender a expansão geográfica do capital e os desdobramentos para a natureza e para o trabalho no Contestado, que se expressam, nos significados da monocultura do *Pinus* que invade tais terras a partir da década de 1970.

É preciso considerar que esse fenômeno se apresenta articulado à formação territorial e a configuração geográfica, compreendido no âmago da expansão do capital, por meio da construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, que permitiu a criação de novas formas de explorar o espaço para a acumulação do capital. Harvey (2005, p.48), assinala que “a acumulação destina-se a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte”.

Para Santos (2012), a crescente internacionalização do capital leva a uma tendência universal quanto a sua fixação, de modo que será constante a procura de lugares mais rentáveis à acumulação.

O novo espaço de acumulação no Contestado foi mediado pela apropriação da natureza e sua transfiguração em potencial mercadológico, pelo estabelecimento da indústria da madeira que se ergueu naquelas terras há pouco mais de um século. Portanto, é preciso sinalizar a importância da configuração atual, atrelada ao monocultivo de *Pinus*, vinculada a internacionalização da economia brasileira, vislumbrada em práticas imperialistas e na violência do processo de acumulação capitalista. Denotada, no caso específico, na maior guerra da história brasileira, a Guerra do Contestado (1912-1916), marcada pela formação de um exército de caboclos e caboclas, através da expulsão/expropriação de suas terras de posse, bem como na apropriação privada da natureza (terra – floresta) negando a reprodução social de um conjunto de sujeitos que viviam e trabalhavam naquelas terras.

Os elementos da diferenciação espacial, via instalação/territorialização de modos de produção distintos, e inclusive conflitantes, caracterizam, redefinem e conferem novos contornos e conteúdos à relação homem/mulher-meio, homem/mulher-homem/mulher no Território Contestado.

Nesse mundo livre, autônomo, distante e isolado de um país em plena formação, viviam em certa paz. Até que, ao findar o século XIX, o capitalismo avança sobre os sertões e rincões: florestas são rasgadas pela modernidade, trens são instalados no caminho das tropas, a floresta começa a desabar para abastecer mercados externos, modernas fábricas ocupam espaços de singelas madeiras, e suas terras de posse passam a ter valor de mercado e delas são expulsos. (FRAGA, 2006, p. 213).

O que se viu no Contestado e que dá o tom da dinâmica territorial do capital e do trabalho, enquanto configuração espacial na atualidade são os antagonismos em torno de projetos de desenvolvimento, sob os prismas: econômico, social, político, cultural e ambiental.

São projetos discrepantes no que consiste a relação homem/mulher-natureza. Primeiro, por meio do trabalho, enquanto ato ontológico de transformação do espaço, do homem e da mulher, existente naquelas terras como forma de organização social e territorial assentada no modo de vida caboclo, que caracteriza o campesinato do Contestado, mediado pela terra-floresta, portanto a natureza enquanto condição de existência. E um segundo, hegemônico, por combinar forças políticas e econômicas, sustentado em práticas espoliatórias que levam a degradação do trabalho e da natureza, rompendo com a racionalidade existente em torno da natureza e da vida humana, para tanto compreende-se terra-floresta-trabalho, enquanto condição indispensável de acumulação.

Nesse sentido, no prefácio do livro “Contestado – o território silenciado”, Tomiasi (2010, p. 18), assim se refere às lógicas contraditórias do Território Contestado.

[...] trata-se de disputa territorial, quando do encontro de lógicas opostas, manifestas em projetos inconciliáveis: para os camponeses, o espaço da existência, para os demais, o espaço da acumulação, por meio da extração da renda da terra, capitalizada ou não. Foi o exercício da força em condições assimétricas que legou aos invasores a destituição de tudo que pudesse barrar o avanço da apropriação capitalista orquestrada pelo pacto geopolítico composto pelos grandes conglomerados estrangeiros, em associação com as elites locais.

O Território Contestado, como espaço de acumulação, vive um segundo momento, no que diz respeito à relação entre os projetos de desenvolvimento antagônicos e inconciliáveis, quando da total pilhagem da floresta nativa e incorporação dos monocultivos, (sobretudo *Pinus*, mas também eucalipto) como alternativa econômica à indústria da madeira já territorializada. De modo, que a monocultura do *Pinus* por meio da mercadificação da madeira, terra, trabalho e, portanto, da relação homem/mulher-natureza, representa uma estratégia para “sustentar o sistema capitalista, por meio de condições apropriadas para a renovação da acumulação” (HARVEY, 2005, p. 45).

Conforme sinaliza Thomaz Junior (2009), extrair os conteúdos dos processos sociais ou as diferentes formas geográficas de explicação dos fenômenos do trabalho, na perspectiva dos significados espacial e territorial do metabolismo da sociedade do capital, requer que o território seja visto no âmbito do espaço, enquanto instância na qual vai se mover o ato analítico do

território. Assim, é preciso considerar o sentido do espaço na sociedade burguesa, ligado ao controle da propriedade privada e por consequência, à condição da produção.

Para Moraes; Costa (1999), a produção do espaço e seu resultado equivalem a um momento fundamental no processo de formação do território.

Assim, compreender o Território Contestado, requer, que sob o metabolismo societário do capital entendamos o refazer do capital, enquanto ato hegemônico expresso nas contradições capital-trabalho, homem/mulher-natureza, ou seja, perscrutar a apropriação do trabalho e da natureza que configura o tecido social e se expressa nas disputas territoriais.

Analisar o território, as territorialidades e os processos de territorialização implica no entendimento do território como categoria analítica que nos remete à inscrição da sociedade e da natureza, e assim, nos obriga a considerar as relações sociais e de poder que estão imbricadas na relação das sociedades com a natureza (PORTO-GONÇALVES, 2012).

O território do modo de vida dos caboclos posseiros e das caboclas posseiras que é interrompido com a chegada da ferrovia e da exploração madeireira, e a conformação da territorialização do monocultivo de *Pinus*, são processos para tornar o território caracterizado pela degradação da natureza e do trabalho.

Entretanto, as resistências se manifestam. Após a guerra, se efetivam e se territorializam, por exemplo, nos inúmeros assentamentos da reforma agrária estabelecidos no Contestado, resultantes da luta caboclo camponesa frente à lógica de concentração de terras e eliminação da diversidade, marcas da expansão geográfica do capital e da degradação da natureza e do trabalho. Assim, pensamos que os assentamentos de reforma agrária podem representar um caminho, para reunificar homem-mulher-natureza, por meio da terra e trabalho para a existência e reprodução das territorialidades que dão sentido à vida, no sentido assinalado por Shiva (2003, p. 17), presente na abertura deste capítulo, quando diz que “a uniformidade e a diversidade não são apenas maneiras de usar a terra, são maneiras de pensar e viver”.

3.1 A natureza, o homem/a mulher separados(as) e objetificados(as)

A compreensão teórica-analítica dos fenômenos que se apresentam no espaço geográfico está condicionada pelo movimento histórico da sociedade, e, portanto, da ciência e do fazer científico. Moreira (2012), chama atenção para duas formas de reducionismo, aplicadas ao pensamento geográfico no decorrer do século XIX e que até a atualidade marcam a leitura geográfica no que tange a dicotomia entre natureza e sociedade, por meio, respectivamente, do naturalismo mecanicista e do historicismo linear.

Do lado do naturalismo mecanicista, redutor dos fenômenos naturais à esfera do a-histórico e inorgânico, a teoria geográfica se torna o abrigo de um conceito físico-mecânico de natureza. Do lado do historicismo linear, redutor dos fenômenos sociais à esfera do comportamentalismo psicoculturalista, de um conceito literalmente metafísico de homem. (MOREIRA, 2012, p. 20).

Porto-Gonçalves (2014), também se refere ao triunfo de um mundo pragmático ao longo do século XIX. Quando a natureza se torna, cada vez mais, um objeto a ser possuído e dominado. Não cabe mais pensar o homem, a mulher e a natureza de forma orgânica e integrada, pois a própria divisão social e técnica do trabalho, característica da Revolução Industrial, incumbe-se de fragmentar, dividir e dicotomizar.

A ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem, cria-se um abismo colossal entre uma e outra. (PORTO-GONÇALVES, 2014, p.35).

Natureza e sociedade passam a ser entendidas como partes dicotômicas de um todo. Por meio de tal pragmatismo, a denominada Geografia Física incumbe-se de compreender os elementos da natureza física-mecânica, e a Geografia Humana a analisar o homem (e a mulher), por meio do que Moreira (2012), denomina de o homem demográfico, o homem-atividade econômica e o homem-consumidor-de-meio-de-subsistência. Trata-se de uma abordagem reducionista e fragmentária que divide a leitura geográfica em saberes individualizados, por meio do arcabouço analítico de cada disciplina, fato que concedeu à geografia o título de ciência de síntese.

A separação/oposição homem-mulher-natureza, enquanto um modo de pensar por dentro da ciência não se restringe somente ao fazer científico, mas encontra-se imbuído em torno de um projeto de sociedade. Para Porto-Gonçalves (2014), representa a consolidação de um pensamento em detrimento de outras formas de pensar. De modo, que a afirmação da oposição homem-mulher-natureza se deu em luta contra outras formas de pensamento e práticas sociais⁸³. O autor ainda pondera, que toda sociedade cria um determinado conceito de natureza ao mesmo tempo em que produz e institui suas relações sociais. E tais relações sociais, são, portanto, permeadas por dada concepção de natureza.

⁸³ Como àquelas existentes no Contestado e no mundo caboclo.

Refletindo a respeito do conceito de natureza na Geografia, Moreira (2006), diz que a ciência geográfica opera com um conceito de natureza desenvolvido ao longo da segunda fase da sua história moderna, que concebe a natureza à esfera do inorgânico, fragmentário e físico-matemático. Portanto, refere-se a uma natureza sem vida, morta, sendo formada por um conjunto de corpos ordenados pelas leis da matemática.

Para o autor, essa concepção está atrelada a ideia de funcionamento da natureza como uma grande máquina, em que, se combinam/interagem; relevo-rocha-clima-rio-solo-vegetação.

De modo que falar da organização geográfica na natureza é agrupar, enumerar e classificar os dados da percepção (tomados como real de fato) numa ordem taxonômica, tomando uma forma – classicamente as formas de relevo – como a base do assentamento corológico das outras. E, então, ver estes dados em sua unidade é vê-los enquadrados nesses parâmetros lógico-formais, os parâmetros tirados da matemática e da percepção (tipos de relevo, tipos de solo, e assim sucessivamente), articulados por suas conexões quantitativas. E entender o processo de formação da totalidade é concebê-la como a soma de cada fenômeno, um a um, um após o outro, numa cadeia lógica de sucessão causal, partindo do primeiro até que o último se integre num sistema da natureza. (MOREIRA, 2006, p. 48).

Deste modo, a natureza inorgânica, fragmentária e físico-matemática, representa a junção do relevo-rocha-clima-rio-solo-vegetação, compreendidos de forma interligada e que explicam o chamado do ciclo da natureza. A concepção da natureza na geografia parte desse paradigma dominante, que é balizar, inclusive para o desenvolvimento da ciência moderna e dos preceitos que levam a consolidação do capitalismo como modo de produção, a partir da Revolução Industrial. Período histórico em que a natureza passa a equivaler a uma grande máquina explorada economicamente e o homem e a mulher são nivelados pela força de trabalho, ou seja, também passam a receber tratamento utilitarista.

Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2014), indica três eixos que configuram a ciência moderna instituída socialmente; 1 – a oposição homem (mulher) e natureza, 2 – a oposição sujeito e objeto e 3 – o paradigma atomístico-individualista.

Alicerçando-se nesses eixos, se justifica a dominação da natureza pelo homem e pela mulher, bem como de alguns homens e mulheres perante outros e outras, sendo, portanto, a natureza exterior ao homem e a mulher. E estes, qualificados como seres sociais, ou seja, apartados da natureza. Assim, homem-mulher (sujeitos), debruçam-se sobre a natureza (objeto), tornada coisa.

Ainda nessa perspectiva, Moreira (2006), indica que ao conceber a organização e funcionamento da natureza, a partir das leis da física e da matemática, significa entendê-la como

natureza-mecânica e, portanto, trata-se da natureza-desumanizada. A ciência ao compreender a natureza como mensurável e quantitativa, recomenda que essa pode ser conhecida e controlada, logo, estabelece-se um sentido utilitarista à natureza.

Para o autor, ao passo que a natureza é desumanizada, o homem (e a mulher) são desnaturalizados. O homem (a mulher) é a externalidade da natureza, em razão de a natureza ser uma externalidade do homem (da mulher). Um não faz parte do espaço do outro. Externalidades recíprocas, natureza e homem (mulher) excluem-se e se opõe (MOREIRA, 2006).

De acordo com Porto-Gonçalves (2014), sob tal concepção instituiu-se um projeto de sociedade, um processo civilizatório que só se concretizou ao colocar o homem (a mulher) como não natureza, pois, se essa separação não fosse colocada/pensada a dominação da natureza também não se efetivaria.

É preciso enfatizarmos que a visão de mundo que tem sido hegemônica em nossa sociedade, com seus conceitos de natureza e de homem, não se afirmam porque era melhor ou superior. Aceitar essa tese só teria sentido se ignorássemos que muitas das questões que hoje levantamos já o haviam sido no passado por outros que foram sufocados, silenciados e oprimidos. É esse “silêncio dos vencidos” que tentamos resgatar, vendo na História o lugar de tensão não só entre teorias mas, sobretudo, entre práticas; percebendo que aquelas que porventura são instituídas, fazem questão de se apresentarem como naturais e, com isso, procuram ofuscar que, ao se instituírem, o fizeram sufocando outras possíveis práticas que teriam dado origem a uma outra história. (PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 43-44).

Destarte, a naturalização da dominação da natureza, do homem e da mulher por outros homens e mulheres, nos parece ser um elemento central no Contestado, a partir daquilo sinalizado nos capítulos anteriores, em torno da expansão geográfica do capital e da negação da terra-floresta aos caboclos e às caboclas, bem como dos rebatimentos destes processos na atualidade. Podemos ponderar que a geografia daquelas terras seria outra se fosse permitida a existência das práticas sociais caboclas e, portanto, se a natureza, o homem e a mulher fossem concebidos enquanto unidade orgânica, tal como era para os homens e mulheres do Contestado.

Nesse sentido, conforme Smith (1988, p. 26), a transformação global da natureza realizada pelo capitalismo industrial domina tanto o consumo físico quanto o intelectual da natureza. Esta experiência elimina concepções antigas e incompatíveis da natureza e faz com que outras novas se apresentem.

É sob essa perspectiva de negação e de violência que devemos buscar na História, *descobrir* aquilo que o discurso oficial encobre, ou seja, ao passo que as relações sociais são

naturalizadas atribui-se o sentido de imutáveis e inevitáveis, mascarando, por exemplo, a violência, sangue, suor e lágrimas que historicamente resultaram na separação trabalhador x meios de produção (PORTO-GONÇALVES, 2014), em que o Contestado, mais uma vez, se mostra emblemático.

Para Smith (1988), existe um dualismo em torno da concepção da natureza alicerçada nas noções de externa e universal. A natureza é externa enquanto coisa, reino de objetos e de um conjunto de processos que existem fora da sociedade, é a matéria-prima da qual a sociedade é constituída. Como árvores e rochas, rios e tempestades, a natureza está esperando para ser internalizada no processo de produção social.

Diante da concepção universal da natureza, de acordo com Smith (1988), os seres humanos e seu comportamento social são absolutamente tão naturais quanto os aspectos ditos "externos" da natureza, de modo, que o homem e a mulher se constituem como mais um elemento da totalidade da natureza. A natureza exterior e a universal não são inteiramente conciliáveis, pois ao mesmo tempo que a natureza é considerada exterior à existência humana, ela é simultaneamente, tanto exterior quanto interior.

É apenas com o paradigma ecológico, a partir do final do século XIX e no decorrer do século XX, que se compreende a natureza através do movimento da vida – unifica-se e diversifica-se – rompendo assim com o paradigma cartesiano-newtoniano (MOREIRA, 2006).

Entretanto, a visão é de uma natureza universal com a biologia sendo o fulcro vital; a natureza humana é simplesmente um subconjunto da natureza biológica (SMITH, 1988, p. 34).

Em resumo, então, o conceito de natureza abriga um dualismo essencial entre exterioridade e universalidade. Estes dois conceitos da natureza estão ambos inter-relacionados e são mutuamente contraditórios. De fato, nós poderíamos mesmo sugerir que cada um deles é dependente do outro no sentido em que sem uma natureza exterior não há necessidade de se enfatizar a universalidade da natureza. A concepção exterior é um resultado direto da objetivação da natureza no processo de produção. E, contudo, não importa quão eficiente esse processo de produção seja e quão completamente ele realize a exteriorização da natureza; em uma palavra, não importa quão eficazmente ele realize a emancipação da sociedade humana da natureza — os seres humanos, sua sociedade e seus artefatos continuam a estar sujeitos às leis e aos processos "naturais". A concepção exterior nos dá, assim, tão somente uma parte do quadro da natureza; todavia, é também necessário um conceito de natureza pelo qual será possível explicar as sociedades humanas na natureza. (SMITH, 1988, p. 44-45).

Nesse sentido, significa atribuir à natureza uma condição de hostilidade apenas quando refere-se, por exemplo, a maremotos, enchentes, furacões, para além disso a natureza foi

dominada/domesticada. A concepção universal de natureza tem, portanto, forte sentido ideológico quando atribui ao homem/a mulher e ao conjunto de comportamentos sociais a condição de naturalidade e normalidade. Ou seja, naturaliza-se a competição, o lucro, os despossuídos, a sociedade de classes. Sobre tal entendimento, de acordo com Smith (1988, p. 46), “o capitalismo é natural; lutar contra ele é lutar contra a natureza humana”.

O argumento de natureza-humana é um dos elementos ideológicos de sustentação da sociedade burguesa (SMITH, 1988), e, para tanto, tornou-se imperioso manter o homem/a mulher e a natureza em condição de exterioridade, daí a importância da universalização do trabalho abstrato em detrimento ao trabalho concreto⁸⁴.

Rompendo com o paradigma de natureza atrelado à ciência moderna e ao estabelecimento do modo de produção capitalista, Moreira (2006), propõem que a natureza seja apreendida como síntese da vida, sendo, portanto, o inorgânico e o orgânico, o fragmentário e o unitário, o mecânico e o vivo. É a unidade da diversidade e a diversidade da unidade, numa relação cíclica de reprodução em espiral. Síntese, nesse sentido, não é a soma das partes, mas reprodução, transfiguração, diferenciação, ressintetização, recombinação, recambiação, categorias do movimento que levam a natureza a unificar-se e diversificar-se, reiterativamente.

A natureza é o eterno processo de produção/reprodução que desemboca na síntese das novas formas materiais no planeta, justamente, porque desde o começo é múltipla em formas e movimentos (MOREIRA, 2006).

A natureza é o movimento em que as formas saem uma das outras, a vida da vida sem vida, a matéria sem vida da matéria viva, num mundo que dialeticamente ora é equilíbrio e ora desequilíbrio, ora ordem e ora desordem, ora cosmos e ora caos, um saindo do outro, um e outro sendo o ser e o não-ser, num devir em que o real não é um nem outro, e ao mesmo tempo é um e o outro, o equilíbrio dando luz ao desequilíbrio e o desequilíbrio dando luz ao equilíbrio, a ordem à desordem e a desordem à ordem, esta sucessão de mediações sendo o real-concreto. (MOREIRA, 2006, p. 75).

Para além do dualismo (universal e exterior), Smith (1988), considera que a concepção de natureza é extremamente complexa e muitas vezes contraditória.

A natureza é material e espiritual, ela é dada e feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. A natureza é um dom de Deus e é um produto de sua própria evolução; é uma

⁸⁴ É nessa perspectiva que buscamos entender o monocultivo de *Pinus* atrelado, inevitavelmente, à degradação da natureza e do trabalho.

história universal à parte, e é também o produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim. (SMITH, 1988, p. 28).

Deste modo, não negamos a importância do conjunto de movimentos mecânicos e compreendidos pelas leis da física e da matemática no que concerne à arrumação corológica da natureza. No entanto, partimos do entendimento que a natureza é resultado de um conjunto de movimentos dialéticos, do qual, nos é elementar a dinâmica geográfica e territorial do trabalho, expressa na arrumação dos lugares no sentido da reprodução ampliada do capital. Daí nossa preocupação em entender a degradação da natureza e do trabalho, enquanto condição inerente ao monocultivo de *Pinus* e a indústria da madeira no Contestado.

Diante disso, para compreender a relação entre humanidade e natureza é luminosa a contribuição de Mészáros (2007), em torno das mediações de primeira ordem e segunda ordem.

Mészáros (2007), salienta que a interação entre homem (mulher) e natureza é mediada por circunstâncias dadas, ou seja, trata-se de uma relação necessária, porém, mediada por um conjunto de relações sociais historicamente determinadas. Daí a compreensão das mediações de primeira ordem, enquanto inevitáveis à relação homem(mulher)-natureza, e as mediações de segunda ordem, por serem específicas ao capital, têm a relação homem(mulher)-natureza caracterizada pelo caráter expansivo do capital, pelo “utilitarismo” e pela mercantilização universal dos objetos e das relações humanas.

As mediações de primeira, são de acordo com Mészáros (2007), marcadas pela: 1) regulação necessária da atividade reprodutiva biológica e a dimensão da população sustentável, em conjunção com os recursos disponíveis; 2) regulação do processo de trabalho através do qual o intercâmbio necessário da comunidade dada com a natureza pode produzir os bens demandados para a satisfação humana; 3) estabelecimento de relações de troca adequadas com o propósito de otimizar os recursos naturais e produtivos; 4) assegurar e salvaguardar as necessidades materiais e culturais do processo de reprodução sociometabólica das comunidades humanas; 5) alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis; 6) a promulgação e administração de regras e regulamentações da sociedade dada como um todo, em conjunção com as outras determinações e funções mediador primárias.

As mediações de primeira ordem estão circunscritas na relação homem/mulher-natureza, a partir do acesso às condições de existência, marcadas em sua essência, por finalidades não mercadológicas. Entendemos que a terra representa a possibilidade de reprodução social e biológica e que ao separá-la do homem e da mulher, sendo seu acesso

mediado pelo mercado, restringe-se/nega-se a condição necessária de existência permeada pela relação homem/mulher-natureza.

A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, são as paisagens e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés. E, no entanto, separar a terra do homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado. (POLANYI, 2012, p. 199).

Quando a relação homem/mulher-natureza passa a ser mediada pelas necessidades do mercado, rompe-se com as mediações de primeira ordem, sendo tal relação ancorada, portanto, nas mediações de segunda ordem que sustentam a civilização do capital.

No que se refere às mediações de segunda ordem do sistema do capital, assim resumimos a contribuição de Mészáros (2002): 1) a família nuclear participa de todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, vital, inclusive para a reprodução do próprio Estado; 2) os meios alienados de produção e suas “personificações” fundamentais para impor a todos a submissão às desumanizadoras exigências objetivas da ordem sociometabólica existente; 3) o dinheiro, com suas inúmeras formas enganadoras e cada vez mais dominantes ao longo do desenvolvimento histórico; 4) os objetivos fetichistas da produção, submetendo as necessidades humanas aos imperativos da expansão e acumulação do capital; 5) o trabalho, estruturalmente separado da possibilidade de controle; 6) as variedades de formação do Estado do capital no cenário global, às vezes com meios violentos e levando a humanidade à beira da destruição; 7) o incontrolável mercado mundial, em cuja estrutura, os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência econômica e ao mesmo tempo esforçar-se por obter as maiores vantagens possíveis.

Se compararmos as mediações de *primeira ordem* com as bem conhecidas determinações estruturais hierárquicas das mediações de *segunda ordem* do capital, percebemos que tudo se altera com o surgimento do capitalismo de modo quase irreconhecível. Pois todas as demandas mediadoras primárias devem ser modificadas de modo a adequar-se às necessidades auto-expansivas de um sistema de controle reprodutivo social fetichista e alienante, que subordina absolutamente tudo ao imperativo da acumulação de capital. (MÉSZÁROS, 2007, p. 41). As mediações de segunda ordem do capital constituem um círculo vicioso do qual aparentemente não há fuga. Pois elas se interpõem, como “mediações”, em última análise destrutiva da “mediação primária”, entre os seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução, a natureza. (MÉSZÁROS, 2002, p. 179).

Contudo, compreendemos a natureza enquanto repositório da vida em suas múltiplas dimensões. Quando nos referimos à degradação da natureza estamos preocupados com o sentido utilitarista/mercadológico incorporado à natureza com a consolidação do modo de produção capitalista, que se expressa, inevitavelmente, em seu par dialético, ou seja, a degradação do trabalho.

A racionalidade econômica tem levado à desarrumação dos territórios no que concerne à degradação da natureza e do trabalho, à medida que naturaliza a pilhagem dos recursos, como, terra, solo, água e floresta. De tal modo, nos preocupamos com os significados do *Pinus* e da indústria da madeira no que se refere a instalação de uma nova ordem para atender os desígnios da acumulação capitalista, inclusive, como condição que limita a existência da vida humana, ao passo que o monocultivo de *Pinus* é forjado na natureza/sociedade, a partir da sua dimensão econômica sob a civilização do capital, de modo, que do ponto de vista da existência humana e ecológica e da diversidade de práticas sociais, é uma aparente irracionalidade.

Em vista disso preocupamo-nos em a partir da leitura geográfica do trabalho compreender a degradação da natureza expressa no monocultivo de *Pinus*. Quando nos referimos a leitura geográfica do trabalho é salutar a contribuição de Thomaz Junior (2009, p.55).

As formas sociais que se revelam de imediato, enquanto elementos distintos da paisagem, o são devido ao conteúdo que expressam e por conterem diferentes níveis de relações (econômicas, sociais, políticas, ideológicas). [...] Por outro lado, o nível mais explícito ou as formas de expressão particular, pela via do metabolismo da relação homem-natureza, faz emergir a relação de intercâmbio homem-natureza (homem-meio), que, por sua vez, contém as forças produtivas que acionam a engrenagem metabólica do capital e transforma a natureza ou seu conteúdo em forma de valor de uso em mercadoria. [...] É no curso dessa inteligência dialética da relação homem-meio, como um movimento de troca metabólica, no qual homem e natureza trocam e interagem matéria e energia que se constrói uma geografia que não se separa em Geografia humana e Geografia física.

É por dentro da dinâmica geográfica do trabalho e do capital que buscamos compreender a degradação da natureza, enquanto elemento inerente ao movimento expansivo do capital assentado na produção de monoculturas. De tal modo, é preciso sinalizar que “no tocante à satisfação das necessidades humanas, a apropriação da natureza é crucial para a vida em qualquer sociedade, sendo antes comum a todas as formas sociais” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 111).

3.2 O espaço geográfico e a unidade homem/mulher-natureza

Fazemos uma leitura geográfica do espaço a partir da unidade homem/mulher-natureza, de modo, que em nossa mente viciada, faremos um esforço para não os entender enquanto esferas dicotômicas/pulverizadas que apenas se encontram no fazer espacial, ou seja, é preciso romper com a ideia que homem/mulher e natureza representam a “soma de dois lados” (MOREIRA, 2012).

Se os entendemos enquanto unidade, logo, não são duas esferas do todo, mas, um encontro, em que a forma-natureza, transmuta-se em uma segunda, a forma-homem(mulher)-em sociedade, diante da mediação do espaço (MOREIRA, 2012). Ou ainda, conforme Santos (2012, p. 119), “é o espaço que, afinal, permite à sociedade global realizar-se como um fenômeno”.

O espaço é então a totalidade estruturada de relações, dialeticamente complexa e historicamente determinada, na forma do qual reside o amálgama do entrecruzamento entre a primeira e a segunda natureza, porque é por seu meio que homem e natureza em sua relação recíproca se separam e se aglutinam, a cada momento do movimento da reprodução cíclica da sociedade. (MOREIRA, 2012, p. 25-26).

Desta feita, concebemos o espaço geográfico a partir das contribuições de Moreira (2010; 2012), enquanto um espaço produzido. De modo que a natureza não representa sua base ou mera parte integrante, mas, é uma condição concreta de sua produção social e da existência social dos homens e das mulheres.

Logo, o espaço geográfico, enquanto objeto de estudo da geografia representa o termo da unidade, o campo de coabitação, ou seja, o plano em que se dá a relação entre homem/mulher-natureza em que as coisas então dissociadas se juntam para formar o arranjo paisagístico (MOREIRA, 2012).

Assim, cada forma de sociedade constrói determinada relação com a natureza e, portanto, consigo mesma. O fundamento da relação homem/mulher-natureza, sob o modo de produção capitalista, é a sociedade de classes. Por consequência, se configuram determinadas formas geográficas (arranjo paisagístico), mediadas pelo conteúdo estabelecido pela unidade dialética homem/mulher-natureza, que sob o modelo civilizatório do capital, busca o rompimento constante dessa unidade, por meio do valor de troca, com a transformação dos homens e das mulheres em força de trabalho e da natureza em mercadoria, como condição necessária para a acumulação e reprodução do capital. É por meio dessas relações que o espaço

vai assumindo determinadas formas/arranjos e totalizando-se, pois, “toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se” (SANTOS, 2012, p. 119).

É na forma do espaço, que história do homem e história da natureza se confundem numa só história. História da conversão recíproca das formas naturais em formas sociais e das formas sociais em formas naturais no processo pelo qual o homem transforma a natureza [...] transformando-se a si mesmo (a segunda natureza, predisposta a relançar-se como primeira). O homem humaniza a natureza e a natureza humaniza o homem num movimento em que por meio da rearrumação da paisagem pelo trabalho este hominiza a natureza, ao mesmo tempo que hominiza-se a si mesmo. Uma história, no fundo, de transformação recíproca e em caráter permanente da natureza e do homem em sociedade, segundo cada contexto de recorte de espaço da superfície terrestre. (MOREIRA, 2012, p. 26, grifos nossos).

O espaço geográfico é um fenômeno social. Isso significa, que para além de um conceito/categoria de análise, o espaço é objeto de investigação com base no entendimento das dinâmicas econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais, concebidas enquanto totalidade, portanto, não se fragmentam. Logo, no que dedilha as preocupações desta pesquisa, entender tais relações num espaço-tempo restrito, bem como, negligenciar que “o espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e da estrutura de controle da sociedade” (MOREIRA, 2010), significa descurar os elementos que formam a totalidade, de tal modo, urge a necessidade do real entendimento da formação espacial associada a noção de tempo e do contexto social em que se insere⁸⁵.

Nesse sentido, é preciso apreender o espaço construído no que concerne às relações desiguais estabelecidas ao longo do tempo, que resultam na organização e diferenciação espacial, não somente de outrora, mas, com rebatimentos fundantes na atualidade, pois conforme assinala Santos (2012), o espaço é a acumulação de tempos desiguais. Ou ainda conforme Moreira (2009), tempo e espaço são estruturas da história. Propriedades dessa matéria chamada realidade social. E são esse conteúdo.

Nele se acumulam trabalhos dos tempos mais remotos, num permanente ciclo de recriação, reposição e transformação de objetos sobre sua superfície. O espaço apresenta, assim, a sobreposição dos resultados dos processos naturais e sociais que coexistem na contemporaneidade. (MORAES; COSTA, 1999, p. 133).

⁸⁵ Daí, a imprescindibilidade da discussão do Contestado, enquanto formação territorial, realizada no Capítulo 2.

É fundante romper com as formulações de espaço-receptáculo e espaço-externalidade da natureza, da sociedade e da história. É preciso considerar o espaço-produto, o espaço-reprodução e o espaço-ação, respectivamente, o espaço é produto da história, um ato dos sujeitos e sua matéria é a relação homem/(mulher)-meio (MOREIRA, 2012).

Sob tal acepção, o espaço é produto da complexidade das relações homem/mulher-natureza e homem/mulher-homem/mulher estabelecidas ao longo da história. De modo que no devir das formações sociais o espaço é produzido e reproduzido pelo conjunto das relações que se estabelecem na práxis espacial.

Ora, a relação homem-meio não é só movimento temporal, mas movimento dialético de transformação recíproca de conteúdo e forma, equivalentes de tempo e espaço, porque de continuidade e descontinuidade. Esse caráter dialético é que faz compreender as leis de movimentos da relação homem-meio como formação espacial. E através da dialética do espaço-tempo que podemos acompanhar os processos e os estágios de desenvolvimento das formações espaciais enquanto estágios da relação homem-meio no tempo. Sem ela, a noção de arranjo espacial torna-se estática, meramente uma estrutura formal da formação econômico-social. (MOREIRA, 2010, p. 66-67).

De tal modo, a formação espacial para Moreira (2010), se manifesta como uma unidade articulada de áreas de espaços diferenciados, formando a “territorialização” de modos de produção distintos, entendendo tal diferenciação e distinção enquanto “desenvolvimento desigual e combinado”.

Sendo a estrutura da formação espacial a própria estrutura da formação econômico-social, mais importante é o que revela o visual da paisagem: a desigualdade espacial é a própria desigualdade da sociedade que nela se estabelece (MOREIRA, 2012).

O método geográfico, objetos espaciais da paisagem a essência dialética que rege a partir com isso, consiste em partir do *arranjo* para apreender os encaixes estruturais dos de dentro o todo da formação econômico-social que se tem à frente. Um método que combina o visível dos arranjos e o invisível das estruturas ao ir da exterioridade da paisagem para chegar à interioridade da estrutura. (MOREIRA, 2012, p. 116).

O autor, ainda adverte que qualquer objeto espacial, só pode ser compreendido quando visto no interior da totalidade social de que faz parte, e complementa indicando que só é possível apreender seu significado e papel, na dinâmica do espaço, à medida que se distinguem as relações sociais que o originaram e comandam.

É por dentro da estrutura de reprodução social (condições de produção) que se estabelece o sentido da relação homem/mulher-natureza e por óbvio, da formação espacial. De modo que não compreender/considerar tal totalidade, significa não abarcar o espaço atrelado à universalidade que lhe constitui, ressaltando as particularidades e singularidades inerentes aos diversos contextos espaciais e sociais que lhe atribuem a realidade objetiva. Conforme Santos (2012, p. 121), “a atualidade é a unidade do universal e do particular: este aparece como se fosse separado, existindo por si, mas é sustentado e contido no todo. O particular se origina no universal e dele depende”.

Partindo desse pressuposto, Moreira (2010), afirma que o espaço é um produto social. Condição, que de modo algum lhe confere um caráter anti-natureza (haja vista que não se está referindo a natureza enquanto exterioridade humana), isso porque, a formação espacial, deriva inevitavelmente das interações homem/mulher-meio e homem/mulher-homem/mulher por meio do trabalho social. Assim, diferentes formas de conduzir tal interação, por meio dos significados sociais do trabalho representam, necessariamente, diferentes significados ao espaço.

Conforme Moraes; Costa (1999), as sociedades humanas para reproduzirem suas condições de existência, estabelecem relações vitais com o espaço, sendo o trabalho mediador universal dessa relação.

De acordo com Santos (2012), o espaço é uma realidade relacional, ou seja, coisas e relações juntas. Daí sua definição ser encontrada na relação com outras realidades, quais sejam, a natureza e a sociedade mediatizadas pelo trabalho. Deste modo, o espaço equivale a um conjunto de formas, sendo que nestas, estão contidas diferentes etapas e temporalidades da sociedade em movimento.

Logo, homem/mulher-natureza representam a totalidade da formação ontológica do espaço e o refazer desta relação é mediada por diferentes espaço-temporalidades, ou seja, “os processos transfigurativos da relação homem-natureza em seu movimento de fazer-se um espaço geográfico” (MOREIRA, 2012, p. 90), explicam os diferentes arranjos espaciais. Bem como, por meio de suas estruturas, processos, conteúdos e conflitos se compreendem os fenômenos geográficos para além da localização, mas através de seus significados espaciais, no que tange, por exemplo, a continuidade-descontinuidade das relações de produção.

Não estamos nos referindo ao espaço físico, geométrico e abstrato, mas ao espaço que se estabelece no movimento e nas inter-conexões do fazer das relações homem/mulher-natureza e homem/mulher-homem/mulher.

Sob os desígnios do modo de produção capitalista entendemos que o espaço é produto-reprodução-ação (MOREIRA, 2010), da dinâmica territorial do capital e do trabalho, que leva à divisão territorial e social do trabalho. O capital destina-se enquanto um sistema voltando constantemente a expansão (MÉSZÁROS, 2002), por meio da universalidade das relações de produção capitalistas (SMITH, 1988), que implica na busca de espaços para acumulação e de sujeitos que sirvam como força de trabalho para assegurar a reprodução do capital por meio da extração da mais-valia.

O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos (HARVEY, 2005, p. 41).

A divisão do trabalho constituiu um motor da vida social e da diferenciação espacial, sendo movida pela produção atribui a cada movimento um novo conteúdo e uma nova função aos lugares (SANTOS, 2012). Sob a formação capitalista do espaço a sociedade promove constantes movimentos de arrumações e rearrumações espaciais, recriadas pela divisão territorial do trabalho e das trocas orientadas pela lógica do valor de troca (MOREIRA, 2012).

Assim, o espaço geográfico é um espaço social, construído ao longo do tempo histórico por relações sociais de produção que conferem a própria dialética espacial, ou como diz Santos (2012), “pelo tempo do modo de produção dominante”. Portanto, produzido (espaço) por diferentes e contraditórias relações – homem/mulher-homem/mulher, homem/mulher-natureza - estabelecidas no decorrer do espaço-tempo, logo, não existe “fim” do espaço geográfico, pois sendo sua formação resultado e resultante do movimento do devir histórico, estará, dialeticamente, em constante reprodução e refazer,

[...] afirmamos que espaço é história, estatuto epistemológico sobre o qual a geografia deve erigir-se como ciência, se pretende prestar-se a alguma utilidade na prática da transformação social. E tal noção reside não na mera constatação de que a história desenrola-se no espaço geográfico, mas, antes de tudo, de que o espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e do mecanismo de controle da sociedade. (MOREIRA, 2010, p. 62).

Portanto o espaço é formado pela constante interação metabólica homem/(mulher)-natureza, por meio do trabalho que realiza-se a partir das relações que os homens (e as mulheres) estabelecem entre si, e o conteúdo social dessa interação homem-homem (mulher-mulher) orienta a essência da relação homem-natureza (mulher-natureza) (MOREIRA, 2012).

No fazer das relações de produção capitalistas o espaço é construído, a natureza e os sujeitos são transformados e os conflitos se constituem enquanto resultado da tensão

estabelecida pela lógica da luta de classes, pela racionalidade do trabalho abstrato, articuladas ao valor de troca e conseqüentemente, pela dinâmica da totalidade social, à medida que se fundam os significados da produção, consumo, distribuição e circulação (MARX, 1982).

Isto é, não há como pensar em movimento metabólico do capital sem considerarmos o tempo e o espaço, ou o caráter histórico e a estrutura qualificada de relações, interações fundantes da relação homem-meio e homem-homem, em síntese, a sociedade geograficamente posta, em cuja base o trabalho (e suas múltiplas relações) reconstrói esse processo dialeticamente e nos possibilita enxergar as relações de propriedade, de poder, portanto a própria organização da sociedade pela base. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 34).

Para Moraes; Costa (1999), a produção sempre se realizará sobre formas preexistentes herdadas de trabalhos pretéritos, sendo naturais ou sociais. Logo o espaço é uma condição geral da produção.

A produção é a interação do homem e da natureza. Se este processo se organizar através de um mecanismo autorregulador de permuta e troca, então o homem e a natureza têm de ingressar na sua órbita, têm de se sujeitar à oferta e à procura, eles passam a ser manuseados como mercadorias, como bens produzidos para venda. (POLANYI, 2012, p. 146).

Nesse contexto, compreendendo a relação entre formação espacial e formação econômico-social numa interação dialética, dá-se a constituição de determinado arranjo espacial, reproduzindo conforme Moreira (2012), “as regras do jogo”, ou seja, do modo de produção hegemônico, que na sociedade em questão são regidas pelo metabolismo social do capital, que por sua vez, conforma a relação homem/mulher-natureza por meio do trabalho. Portanto,

[...] *o espaço geográfico* organizador das leis da sociedade exprime e contém o conteúdo do modo que aí se dá de socialização da natureza. Tal o modo de relação homem-natureza e dentro dela tal será o modo de relação homem-espaço. E vice-versa. Tal o modo de relação homem-espaço e dentro dela tal será o modo de relação homem-natureza, numa sobre-determinação comandada pela forma do arranjo espacial. (MOREIRA, 2012, p. 106, *grifos nossos*).

O espaço geográfico é a aparência com que se exprime a essência estrutural da sociedade, o modo estrutural de existência e aparecimento visual desta (MOREIRA, 2012). Homem/mulher-natureza formam a unidade que leva a diversidade espacial, de acordo com as

diferentes relações e práticas sociais (leia-se, econômicas, políticas, culturais e ambientais) que se estabelecem no (des)ordenamento da racionalidade societal.

O espaço se torna resultado e processo dessas relações. Resultado, porque é aparência e essência da totalidade homem/mulher-natureza. Processo, pois se constitui num meio para a transmutação da aparência e da essência, à medida que novas relações vão se realizando na interação homem/mulher-natureza, ou seja, no refazer da divisão territorial do trabalho, nas formas hegemônicas de expansão e acumulação capitalistas e nas formas contra-hegemônicas de reprodução do espaço, do trabalho e da vida.

Além da formação espacial ser combinação e expressão da aparência e essência, resultado e produto, Moreira (2012), trata da infraestrutura e superestrutura, enquanto partes do arranjo material do espaço. A primeira, refere-se à implicação do arranjo espacial econômico, ou seja, como as forças produtivas e as relações de produção se organizam em formas espaciais. A segunda, reporta-se ao caráter regulatório, a partir do controle social regido pelas instâncias econômicas, ideológico-culturais e jurídico-políticas, ou seja, trata-se das formas de controle e regulação do espaço, por meio das relações homem/mulher-natureza, que se revertem no caráter regulatório do Estado, da Igreja, da Escola, das Leis, das Instituições, enfim, de um determinado modo de pensar e ser que sirva à reprodução da infraestrutura necessária para a formação do espaço capitalista.

Nesse sentido, para Harvey (2005), a sobrevivência do capitalismo está alicerçada na circulação, enquanto totalidade constantemente refeita para retroalimentar o processo de acumulação do capital à medida que não finda o imperativo de extrair mais-valia. Para tanto, é fonte permanente de preocupação a criação de estruturas sociais e físicas (sistemas legal, financeiro, educacional e administração pública, além dos sistemas ambientais não-naturais, urbanos, de transportes entre outros) que sustentem o processo de circulação do capital.

Assim, infraestrutura e superestrutura (MOREIRA, 2012), e/ou estruturas sociais e físicas (HARVEY, 2005), projetam-se umas sobre as outras, cada qual contém as demais, de modo que, um fenômeno social qualquer é ao mesmo tempo, econômico, jurídico-político e cultural-ideológico (MOREIRA, 2010).

Ora, não é exagero fazer a leitura do monocultivo no Contestado nessa perspectiva, ou seja, o *Pinus*, enquanto produção da natureza mercadificada, do estabelecimento de dada estrutura fundiária, de relações de trabalho que permitam sua existência e de um modo de pensar, que lhe sustente, em torno de certa concepção de desenvolvimento.

Logo, o espaço exprime a totalidade da formação socioeconômica a partir,

a) do arranjo espacial econômico formado pelos objetos espaciais da produção, da infraestrutura e da circulação em sua atenção voltada para o controle da geração e repartição da riqueza; b) do arranjo espacial político-administrativo formado pelos objetos espaciais de governo, do parlamento e do judiciário voltado para o controle das relações societárias e da sociedade civil; c) do arranjo espacial policial-militar formado pelos objetos espaciais da polícia, das forças armadas e instituições correccionais voltados para o controle da ordem social; d) do arranjo espacial ideológico-cultural formado pelos objetos espaciais escolares, religiosos, midiáticos voltados para o controle simbólico das representações de mundo. (MOREIRA, 2012, p. 114-115).

É com a arrumação/rearrumação desses arranjos espaciais que se estabelece a diversidade do espaço através de sua historicidade, no que concerne ao (re)fazer das relações homem/mulher-natureza e a conformação da divisão territorial do trabalho.

O fato é que há uma estruturação geográfica da sociedade centrada na tríade homem-espaco-natureza, em que o modo de mediação espacial vai brotar a forma da existência concreta da sociedade no contexto da história. Na base dessa relação homem-natureza espacialmente intermediada e estruturada está a forma de troca metabólica em que homem e natureza se envolvem no processo de trabalho. E no cerne da formatação concreta desse metabolismo, o modo espacial como este se arruma em cada contexto de época. (MOREIRA, 2012, p. 117).

De tal modo, não há como compreender a estruturação geográfica a partir da divisão territorial do trabalho no que tange um determinado tempo-espaco específico, sem considerar que o processo de acumulação capitalista necessita e pressupõe, conforme Harvey (2005), irremediavelmente: a) da existência de um exército de reserva industrial, para tanto é preciso criar mecanismos para o aumento da oferta da força de trabalho⁸⁶; b) da existência no mercado de quantidades necessárias de meios de produção, sejam, máquinas, matérias primas e/ou infraestrutura física que possibilitem a expansão da produção e reinvestimento do capital; e c) a existência de mercado para absorver as mercadorias produzidas.

Logo, a degradação da natureza e do trabalho, enquanto elemento da dinâmica geográfica no Contestado, representa o resultado inevitável à garantia das condições do processo de acumulação capitalista e de reprodução constantemente ampliada.

Santos (2012), enfatiza que o processo social está sempre deixando heranças que se constitui numa condição para novas etapas. A prática depositada nas coisas torna-se condição

⁸⁶ Processo que em Gemelli (2011), analisamos como sendo a formação de trabalhadores disponíveis ao capital, inclusive para as mais degradantes e precarizadas condições de realização do trabalho. Entendendo que, na raiz da formação para o trabalho está a separação trabalhadores x meios de produção, enquanto uma prática constantemente refeita para atender os desígnios do processo de acumulação do capital, via nivelamento ao trabalho abstrato e ao valor de troca.

para novas práticas. Assim, o autor refere-se às rugosidades enquanto as formas geográficas de um espaço construído em outro tempo histórico e que permanecem na atualidade como restos de divisões do trabalho já passadas.

Também nessa perspectiva, Moraes; Costa (1999), assinalam que o desenvolvimento histórico é uma progressiva e desigual acumulação de trabalho na superfície da terra. De modo, que ao passo que tal acumulação desnaturaliza o espaço, também complexifica-o.

É nesse contexto, que acreditamos ser rasa a compreensão do monocultivo de *Pinus* no Contestado quando não envolta no refazer histórico-geográfico. De tal modo, que as formas do espaço geográfico reveladas pela monocultura do *Pinus* se escoram em práticas de outrora, quais sejam, a propriedade privada da terra por meio da concentração fundiária e da separação homem/mulher-natureza, ou seja, a ruptura entre trabalho concreto e meios de produção.

A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas. (SANTOS, 2012, p. 141).

Não obstante, para Moraes; Costa (1999), as construções espaciais expressam os conteúdos das relações sociais que à engendram. Para Harvey (2005), a renovação da acumulação capitalista dá-se pela intensificação e pela expansão geográfica levando a produção de estruturas geográficas. Um dos elementos da intensificação refere-se à penetração do capital em novas atividades, trata-se, por exemplo, da desestruturação de atividades preexistentes para nivelá-las à lógica de acumulação, ou seja, transformação da agricultura camponesa em agricultura empresarial, ou ainda, pela intensificação da divisão social e técnica do trabalho. Já a expansão geográfica, insere-se no contexto da busca de novos espaços para acumulação, que em nossa leitura, combina-se com a intensificação, ao passo que, complexifica a divisão territorial do trabalho.

De acordo com Santos (2012), a divisão territorial do trabalho é o resultado, cujo processo é atribuído à divisão internacional do trabalho. O autor lembra, que a cada momento histórico muda-se a divisão do trabalho, de modo que em cada subespaço novas divisões do trabalho se implantam, sem excluir os restos de divisões do trabalho anteriores, assim coexistindo, diversas temporalidades.

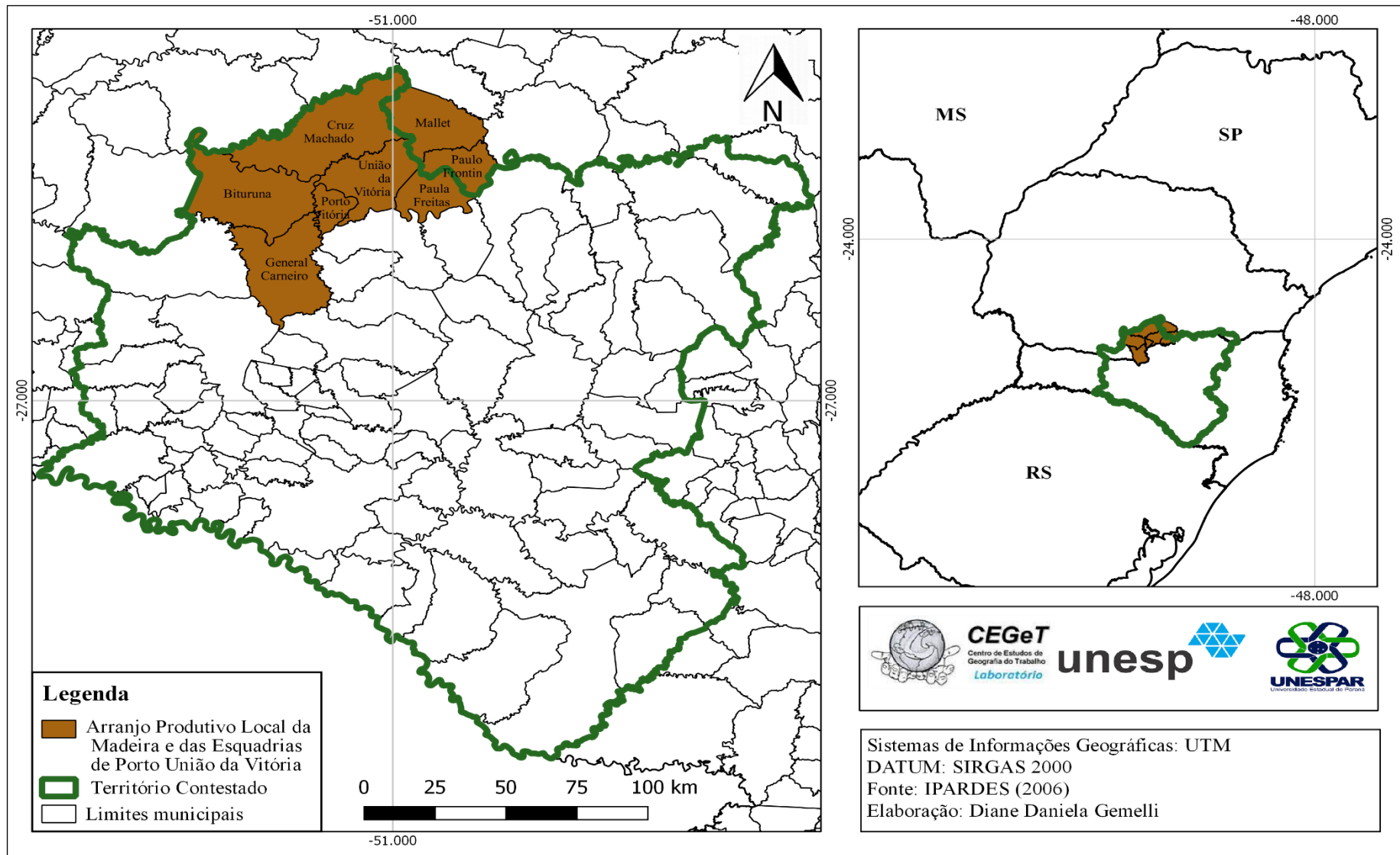
3.3 Desenvolvimento/reprodução do capital no Contestado: o monocultivo de *Pinus* e a implantação de um modelo de desenvolvimento (a falta de alternativas!?)

No contexto da dominação do território, por meio de determinada(s) atividades(s) econômicas apresentadas sob o discurso de desenvolvimento, e, portanto, de controle social, nos é elucidativa, a partir do Território Contestado, a contemplação de dois exemplos que representam estratégias de desenvolvimento baseadas na mercadificação da madeira e na naturalização do monocultivo de *Pinus*.

São estratégias, que em nossa leitura, também consistem em mecanismos de controle social, pois, à medida que o discurso do progresso para todos não se efetiva, é necessário gestar outras formas/possibilidades de desenvolvimento assentadas em novas práticas econômicas, atravessadas por velhos discursos e que possibilitem o convencimento de que é imperiosa tal aposta, que em essência, significa a reprodução constantemente ampliada do capital.

Nesse contexto, nos anos 2000, é instituído o APL – Arranjo Produtivo Local da Madeira e das Esquadrias, territorializado nos municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC e estendido aos municípios paranaenses de General Carneiro, Bituruna, Porto Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin, Mallet e Cruz Machado (Ver Mapa 04).

Mapa 4: Arranjo Produtivo Local da Madeira e das Esquadrias de Porto União da Vitória



Os empresários locais e entusiastas do capital proclamam o desenvolvimento “econômico sustentável” a partir do APL, como pode ser visto no trecho a seguir, retirado de uma reportagem publicada no portal de informações das cidades gêmeas.

A APL da Madeira de Porto União da Vitória é o modelo ideal para o desenvolvimento econômico sustentável de uma região onde a exploração e a industrialização da madeira é praticada há mais 100 anos. Consideradas Polos Nacionais na produção florestal e madeireira. No total são mais de 200 empresas que atuam no setor, entre fábricas que processam a madeira bruta, serrando ou laminando, fábrica de compensados, portas e janelas, entre outras, que geram mais de 15.000 empregos diretos e indiretos, e que se destacam pela qualidade e o alto nível de tecnologia empregado em seus processos. Com o objetivo de oferecer ainda mais qualidade, rentabilidade e produtividade, a APL da Madeira busca, através de parcerias com diversos setores da sociedade, a fortificação deste setor tão importante para a economia estadual, considerando que a madeira é hoje uma das três maiores pautas das exportações brasileiras.⁸⁷

Assim, o APL surge enquanto estratégia de desenvolvimento local. De acordo com Montenegro Gómez (2002), o desenvolvimento local compreende uma tripla condição: social, econômica e política, tendo como ênfase a melhoria na qualidade de vida a partir da incorporação da base territorial.

O território vai servir como aglutinador, como ponto de convergência, dessa tripla visão do “novo” desenvolvimento. A nova guinada na procura do desenvolvimento incorpora esta importância da base territorial, ainda que de forma parcial e unilateral, através do local. Vejamos. Incorpora a importância do território de forma parcial, porque o conflito capital x trabalho — inerente ao sistema de metabolismo social do capital e com uma dimensão territorial profunda — não entra a formar parte do novo paradigma. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2002, p. 05).

Esses elementos apontados por Montenegro Gómez (2002), podem ser percebidos na reportagem, citada anteriormente, “Empresários de União da Vitória e Porto União apresentam seus produtos na FEICON 2013”, através de palavras como; qualidade, rentabilidade e produtividade, além da geração de aproximadamente 15.000 empregos diretos ou indiretos.

O APL é constituído, em geral, por pequenas e microempresas. De acordo com dados do IPARDES, o APL da madeira e das esquadrias é caracterizado por 96,5% de micro e pequenas empresas, respondendo respectivamente por 75,3% e 21,3% do total. Mesmo se

⁸⁷ Disponível em: <<http://www.vvale.com.br/geral/empresarios-de-uniao-da-vitoria-e-porto-uniao-apresentam-seus-produtos-na-feicon-2013/>>. Acesso em 10 de novembro de 2014.

tratando de micro e pequenas empresas é preciso sinalizar que estas não têm como objetivo primeiro abastecer o mercado interno, sendo que, parte considerável do que é produzido no APL de Porto União da Vitória atende ao mercado mundial.

A produção de *blocks* e *blanks*⁸⁸ do APL é totalmente exportada para Estados Unidos (98%) e Europa (2%). Outro produto cujo principal destino é o mercado externo são os briquetes de carvão (75%), e um terço de tapetes sarrafeados é comercializado para a Europa. Outros produtos exportados são *parquet*⁸⁹ e pisos (20%), compensados (14%), serrados (13%), móveis (13%) e portas (10%). Além dos Estados Unidos, são destino dos produtos exportados pelo APL Inglaterra, Canadá, Holanda, Dinamarca, Porto Rico, Argentina, Alemanha, Espanha, entre outros. (IPARDES, 2006, p. 13).

Notamos, que o APL de Porto União da Vitória insere-se no mundo da globalização econômica, voltando-se para atender a demanda no mercado externo. E isso não ocorre baseado em relações de trabalho harmônicas e humanizantes.

De acordo com Brumatti Carvalhal (2010), a estratégia das empresas ao estruturarem-se como Arranjos Produtivos Locais é a busca de melhores condições de desenvolvimento por meio da racionalidade operativa.

Os APL's fazem parte do processo de (re)divisão territorial do trabalho, ensejado pelo capital com a especialização produtiva, em que determinadas regiões se tornam especializadas. Essa concentração espacial de setores específicos é o que vai gerar uma economia de escala. (BRUMATTI CARVALHAL, 2010, p. 113).

Os APL's são a expressão do movimento do capital no território. No que se refere às relações de trabalho, no APL de Porto União da Vitória, nota-se, a perversidade das condições de realização do trabalho, marcadas por elevadas jornadas, salários baixos, informalidade, sobretudo, nas pequenas empresas. Porém, o fato que mais nos chama atenção é a relação trabalho-saúde, haja vista que tivemos informações de muitos trabalhadores acidentados e mutilados pelo trabalho na indústria da madeira. Prova da representatividade da situação é que o próprio IPARDES (2006), apontava no plano de desenvolvimento do APL de Porto União da Vitória, reduzir em 40% o número de acidentes de trabalho até 2007.

Outra ação de impulso ao desenvolvimento econômico, lançada em junho de 2015 e que tem sido gestada a partir de União da Vitória, com o intuito de abranger municípios ao entorno, encabeçada por empresários locais com a aliança política, do ex-prefeito de União da Vitória

⁸⁸ Trata-se de blocos de madeira que servem como matéria prima para a produção de molduras, forros, cercas etc.

⁸⁹ Trata-se de material para fazer pisos de madeira.

(Pedro Ivo - PT), dpo ex-vice-prefeito e atualmente vereador (Jair Brugnago - PSDB), além dos prefeitos de municípios vizinhos e do deputado estadual Hussein Bakri (PSC), refere-se a geração de energia elétrica por meio do potencial madeireiro da região, através da reativação e da instalação de usinas termoelétricas movidas por cavacos de *Pinus* e eucalipto⁹⁰.

De acordo com a reportagem “Reunião discute a instalação de termoelétricas em União da Vitória”, a usina que deve ser reativada é a da Madeireira Miguel Forte, que foi desativada com a paralisação das atividades da empresa e que tinha capacidade para gerar 10 *megawatts*, com a reativação, espera-se aumentar a geração para 32 *megawatts*, sendo a energia vendida para a Copel⁹¹. Quanto ao outro projeto, esse seria executado pela Copel através da construção de uma usina termoelétrica, com capacidade de produzir 50 *megawatts*⁹².

Em outra reportagem intitulada, “Discutida proposta alternativa de geração de energia elétrica - termelétricas prometem aquecer o setor madeireiro da região”, sinaliza.

Uma luz no fim do túnel, literalmente. Os madeireiros podem ganhar fôlego com um projeto de instalação em União da Vitória de usinas termelétricas. [...] O setor de reflorestamento atravessa uma grave crise. Empresários do setor disseram na reunião que há migração da atividade para a agricultura. Nas décadas anteriores, o caminho era inverso. Agricultores foram plantar árvores desistindo da agricultura. A implantação de uma ou duas usinas vai proporcionar que os empresários que plantaram reflorestamentos possam ter retorno, finalmente.⁹³ (Grifos nossos)

O projeto de desenvolvimento (*des*-envolvimento) representado pela “luz no final do túnel” e que se apresenta aos madeireiros com a possibilidade da geração da energia por meio da madeira, refere-se ao desenvolvimento enquanto atendimento do interesse de determinados grupos político-econômicos, que no caso específico é reforçado pela retração da lucratividade expressa na “crise do setor de reflorestamento”, em que estaria notando-se um caminho inverso do apresentado há algumas décadas, ou seja, a diversidade estaria superando a uniformidade da monocultura de florestas artificiais.

Diante disso, a proposta de instalação de usinas movidas a madeira, em nossa leitura, representa uma estratégia de homogeneização da paisagem em torno da dominação/degradação

⁹⁰ Disponível em: <<http://colmeia.am.br/reuniao-discute-a-instalacao-de-termoeletricas-em-uniao-da-vitoria/>>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

⁹¹ Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

⁹² Disponível em: <<http://colmeia.am.br/reuniao-discute-a-instalacao-de-termoeletricas-em-uniao-da-vitoria/>>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

⁹³ NUNES, Jair Piloto. 20/06/2015. Discutida proposta alternativa de geração de energia elétrica. **Vvale**. Disponível em: <<http://www.vvale.com.br/economia/discutida-proposta-alternativa-de-geracao-de-energia-eletrica/>>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

da natureza, que camufla a inviabilidade econômica do setor madeireiro (sobretudo, aos agricultores que deixam de plantar *Pinus* para se dedicar a diversidade das práticas agrícolas), numa tentativa de impor a necessidade e importância da madeira enquanto mercadoria, ao afirmar que tais usinas poderiam representar o retorno (econômico) aos empresários que se dedicaram/dedicam à tal empreendimento monocultural. Contudo, para que pareça vantajoso a todos, a reportagem enfatiza, “isso não quer dizer que pequenos reflorestadores também não possam vender pequenas quantidades de madeira para tal fim. A ideia é que o setor absorva toda a quantidade de madeira, de pequenos ou grandes reflorestadores, para a produção de energia elétrica”.⁹⁴

Em setembro de 2015, os empresários do setor e políticos da região comemoravam a viabilização, por meio de um estudo preliminar realizado pela Copel, da instalação de uma termelétrica movida a biomassa. Na oportunidade, foi ressaltado pelo deputado Hussein Bakri (PSC), que intermedia tal projeto, a ideia de bem comum, do desenvolvimento para todos, “serão gerados empregos diretos e indiretos, e o melhor de tudo é que até os pequenos produtores serão beneficiados, movimentando toda uma cadeia produtiva, desde o pequeno produtor rural até o transporte da região, gerando emprego e renda local”.⁹⁵

Complementando o posicionamento do deputado, o prefeito de União da Vitória à época comemorou a viabilidade apresentada pela companhia de energia elétrica “*temos material* de sobra e isso vai trazer renda para os pequenos, médios e grandes reflorestadores. Estamos muito animados. É uma notícia bombástica”⁹⁶.

A reportagem termina apontando os benefícios “[...] com madeira, refugo sobrando e preços nada competitivos, essa pode ser uma solução para os empresários da região compensarem perdas e até voltarem a investir. Novos empregos no setor podem ser gerados”⁹⁷.

Por longuíssimo tempo, esperou-se que acreditássemos que os nossos problemas se resolveriam alegremente pelo “desenvolvimento” e pela “modernização” socialmente neutros (MÉSZÁROS, 2002, p. 189).

⁹⁴ NUNES, Jair Piloto. 20/06/2015. Discutida proposta alternativa de geração de energia elétrica. **Vvale**. Disponível em: <<http://www.vvale.com.br/economia/discutida-proposta-alternativa-de-geracao-de-energia-eletrica/>>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

⁹⁵ NUNES, Jair Piloto. 11/09/2015. União da Vitória recebe autorização para instalação de Usina Termelétrica. **Vvale**. Disponível em: <<http://www.vvale.com.br/economia/uniao-da-vitoria-recebe-autorizacao-para-instalacao-de-usina-termeletrica/>>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

⁹⁶ NUNES, Jair Piloto. 11/09/2015. União da Vitória recebe autorização para instalação de Usina Termelétrica. **Vvale**. Disponível em: <<http://www.vvale.com.br/economia/uniao-da-vitoria-recebe-autorizacao-para-instalacao-de-usina-termeletrica/>>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

⁹⁷ NUNES, Jair Piloto. 11/09/2015. União da Vitória recebe autorização para instalação de Usina Termelétrica. **Vvale**. Disponível em: <<http://www.vvale.com.br/economia/uniao-da-vitoria-recebe-autorizacao-para-instalacao-de-usina-termeletrica/>>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

Em sua tese de doutorado, Jorge Ramón Montenegro Gómez, apresenta importante contribuição para a compreensão do desenvolvimento enquanto uma formação histórica, e assinala que “o desenvolvimento se configura claramente com as características da época em que foi conformado e mediado pelos interesses daqueles que lhe deram forma” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 131).

A formação histórica do desenvolvimento, pode ser entendida, pelo que Porto-Gonçalves (2012), definiu enquanto sistema-mundo-moderno-colonial, asseverado num mundo cada vez mais independente, contudo organizado num sistema de relações hierárquicas de poder. Para o autor, do colonialismo do século XV à globalização neoliberal da atualidade, o sistema-mundo esteve atrelado ao ideário da dominação da natureza e por consequência, de povos considerados atrasados. Para tanto, valeu-se de práticas assentadas na violência e que historicamente, buscaram e buscam, aniquilar outras racionalidades, outras culturas e outras formas de relação com a natureza que não sejam aquelas baseadas na apropriação excludente por alguns, mas que vislumbram a natureza enquanto extensão da cultura, ou seja, às sociedades e suas práticas que em essência representavam/representam a existência de inúmeros grupos sociais.

Desta maneira, o sistema capitalista rompeu a harmonia entre os sistemas naturais e as formações sociais. A implantação de modelos econômicos, tecnológicos e culturais ecologicamente inapropriados durante uma longa dominação colonial e imperialista gerou uma irracionalidade produtiva, no sentido de um manejo ecológico e energético ineficiente e dos crescentes custos ambientais na produção de valores de uso e mercadorias. (LEFF, 2009, p. 33).

Na América Latina e no Caribe a colonialidade sobreviveu ao colonialismo, encravada em ideais desenvolvimentistas (europeia, branca, machista, urbana) ocupou os corações e mentes das elites nascidas na América. Assim, manteve-se a escravidão e a servidão mesmo após a independência política, continuou-se com a exploração das melhores terras pelos latifúndios produtores com o objetivo de exportação de matérias-primas agrícolas e minerais (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Buscando fazer a relação com o monocultivo de *Pinus* no Contestado, entendemos que o desenvolvimento representa a materialização no espaço de determinados interesses, permeados pela ação do Estado e pelos anseios dos coronéis da madeira enriquecidos pela apropriação da araucária e que viram/veem no plantio de *Pinus* (ambas, práticas assentadas na dominação e, portanto, degradação da natureza que implica, por consequência, na degradação

do trabalho à medida que busca a igualização do trabalho abstrato pelo processo de desterramento/desterritorialização) a possibilidade da continuidade da acumulação de capital.

Assim, *des*-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantem com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 81).

Para que o desenvolvido, tal como é compreendido/imposto hegemonicamente, por meio da dominação da natureza seja instituído, Porto-Gonçalves (2012), pondera que é necessário que se construam determinadas condições jurídicas e políticas configuradas em torno de técnicas sociais que efetivem o *des*-envolvimento, que historicamente foram (e continuam sendo) utilizadas, nos cercamentos e privatização das terras de uso comum, os massacres e expulsões de camponeses e indígenas, a guerra biológica, as migrações forçadas, enfim, a Guerra do Contestado.

Não é exagero afirmar que no devir da conformação do Território Contestado utilizou-se desse conjunto de estratégias para concretizar o desenvolvimento/*des*envolvimento, de modo alinhado com os interesses do Estado e dos representantes do capital agrário-industrial, que da década de 1960 até os dias atuais, expressa-se na monocultura do *Pinus*, no refazer do cercamento das terras (concentração fundiária), desterramento/desterritorialização de camponeses, migrações, não somente entre campo-cidade, mas em busca da existência em diferentes espaços, mesmo, que a procura de trabalho em áreas de monocultivo de *Pinus*.

Para Leff (2009), uma das transformações mais impactantes do modelo de exploração colocado como universal, alicerçada nas monoculturas destinadas ao mercado externo, refere-se à capacidade de eliminar um conjunto de práticas agrícolas baseadas na diversidade e adaptadas às estruturas ecológicas de cada região geográfica.

De modo que as monoculturas produzem a erosão e a diminuição da produtividade das terras que ocupam, conseqüentemente, afetando as condições de existência das populações rurais, por meio da pressão exacerbada sobre o solo que provoca a diminuição da produtividade, pela incapacidade de gerar empregos, por “empurrar” camponeses para as terras de piores condições topográficas e de fertilidade, e/ou por expulsá-los, forçando o processo de migração para as cidades, e gerando, com isso, condições degradantes de trabalho e vida (miséria e fome), além dos impactos nos recursos hídricos.

A monocultura revela, desde o início, que é uma prática que não visa a satisfazer as necessidades das regiões e dos povos que produzem. A monocultura é uma técnica que em si mesmo traz uma dimensão política, na medida em que só tem sentido se é uma produção que não é feita para satisfazer quem produz. Só um raciocínio logicamente absurdo de um ponto de vista ambiental, mas que se tornou natural, admite fazer a cultura de uma coisa só. A história só faz comprovar por meio da geografia o absurdo da ideia de se fazer monocultura, seja por meio das crises econômicas e sociais derivadas de se estar monoespecializando e, assim vulnerável às oscilações de mercado, seja pela fragilidade dos agroecossistemas, exatamente por serem geneticamente simplificados. Vê-se que métodos racionais podem sustentar objetivos loucos. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 28-29).

Shiva (2003), também apresenta uma reflexão importante ao pensar a quem serve a monocultura e contra quem se coloca.

A uniformidade enquanto modelo de produção só se torna inevitável num contexto de controle e lucratividade. A disseminação de monoculturas de espécies de “crescimento rápido” na silvicultura e de “variedades de alto rendimento” na agricultura tem sido justificada em nome da “melhoria” e do maior “valor econômico”. No entanto “melhoria” e “valor” não são termos neutros. São contextuais e definidas por um quadro de referências. (SHIVA, 2003, p. 92).

O monocultivo de *Pinus* não pode e nem deve ser compreendido enquanto uma espécie de rápido crescimento, à medida que seu ciclo produtivo é demasiado longo. Contudo, adquire forma a partir do interesse escuso de alguns, que se reverte num discurso de benefício a todos. Em muitos casos, por meio de promessas de geração de emprego e renda, maiores investimentos públicos, possibilidade de desenvolvimento econômico e social permeados por uma suposta sustentabilidade, através da economia verde e da plantação de florestas denominadas de reflorestamentos.

[...] o desenvolvimento, longe do sentido que se constrói, relacionado com progresso, com avanço positivo, dista muito de ser uma estratégia de melhora geral da qualidade de vida, para configurar-se como uma forma de controle social que mascara estratégias privadas de reprodução e acumulação do capital. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 108).

Porto-Gonçalves (2012), corrobora ao sinalizar que a ideia de progresso cunhada ao desenvolvimento, é rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza, ou seja, um projeto civilizatório que assevera que ser desenvolvido é ser urbano e industrializado, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e nos coloque diante de constructos humanos. Assim, o monocultivo de *Pinus* é uma dessas expressões do constructo humano, materializada na natureza enquanto

prática civilizatória, ou seja, é preciso afastar-se da floresta natural para, por meio da dominação da natureza (floresta artificial), se estabelecer o progresso.

Deixamos claro que na sociedade em que vivemos, organizada segundo os preceitos do modo de produção capitalista, quando nos referimos ao monocultivo de *Pinus* enquanto uma forma de desenvolvimento, sendo esta, gestada e colocada em prática para atender aos anseios político-econômicos de determinados segmentos sociais e tendo que, para tanto, camuflar seus interesses perversos através de um discurso do bem comum, nos referimos a um projeto de sociedade que, para ser real, precisa eliminar/impossibilitar/negar/minar outras formas de desenvolvimento.

Nesse contexto, pretende tornar-se único para que não existam alternativas, daí o questionamento presente no título deste texto ao propor a reflexão sobre a territorialização do monocultivo de *Pinus* diante da inexistência de alternativas. Uniformizar a paisagem, as relações, a natureza e as formas de trabalho e vida, para que seja convincente de sua importância/necessidade/inevitabilidade para todos. Mesmo, que sua imprescindibilidade tenha como finalidade movimentar o motor do sistema sociometabólico do capital, o que em essência, significa que não é para todos, ou seja, como nos diz Montenegro Gómez (2006, p. 103), “numa sociedade em que o desenvolvimento não representa nenhuma mudança expressiva, somente a reprodução do sistema”.

Enfatizando, que o desenvolvimento ocorre somente para alguns e o colocando enquanto um preceito do modo de produção capitalista, a própria história nos mostra que o desenvolvimento gera pobreza, fome, concentração de renda, de terra, ampliação das desigualdades, destruição da natureza, exploração do trabalho etc. Estas mazelas do desenvolvimento representam o progresso visto de determinado prisma.

No Contestado não é diferente. As marcas do desenvolvimento não são exclusividade do monocultivo de *Pinus*, pelo contrário, esse representa a continuidade da construção do desenvolvimento para alguns.

Ainda no que se refere a materialização do desenvolvimento no território e para as gentes do Contestado, o discurso do bem comum se mostra facilmente falacioso, haja vista, a condição socioeconômica em que vive a população trabalhadora, cabocla, e mesmo de ascendência europeia. A pobreza, fome, não acesso à saúde, educação, os poucos empregos existentes, a ineficiência da infraestrutura dita “moderna”, como acesso asfáltico a diversos municípios⁹⁸ etc., são as marcas da lógica do desenvolvimento no Território Contestado, que o

⁹⁸ As ligações entre vários municípios do Contestado ainda ocorrem por caminhos seculares não pavimentados.

dito progresso/desenvolvimento, sob o sistema metabólico do capital tenta apresentar como vantajoso e ideal para aquela população.

Sendo assim, como é possível falarmos no monocultivo de *Pinus* enquanto um processo de uniformização do espaço (paisagem e sociedade) que leva ao desenvolvimento? Se o seu discurso é uma fábula, que na prática se reflete na imposição da perversidade para a maioria da população contestada, porque não se vê (?) a construção mais sólida de outro modelo de desenvolvimento que atenda aos anseios daqueles que sentem e sofrem cotidianamente os efeitos destrutivos da monocultura do *Pinus* e da indústria da madeira? Porque as florestas artificiais continuam em pé, se expandido e por vezes, significando o “único caminho possível” para um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras? Como justificar a artificialização da natureza a partir do monocultivo de *Pinus*? Como anular a perversidade espacial, social, cultural, ambiental expressa em tal monocultura?

Tentando encontrar respostas, Montenegro Gómez (2006, p. 143), considera que “o desenvolvimento, apesar da generalização da miséria, da ampliação das desigualdades e desequilíbrios, da exploração e da opressão que gera, continua sendo discutido, planejado, financiado e tem um lugar destacado na agenda internacional”... Por quê?

E assim o autor nos dá indicativos de como compreender o refazer constate dos projetos de desenvolvimento.

A nossa resposta que, aliás, perpassa todo nosso trabalho é: o controle social. A persistência dos discursos e das práticas do desenvolvimento se justifica como estratégia de controle social que, por intermédio de diversas técnicas, constrói uma ilusão capaz de mobilizar e normalizar a sociedade, de esconder seus fracassos e apresentar-se como solução. Controle social para disciplinar e controle social para conseguir mascarar esse disciplinamento. Uma espiral de controle que sustenta o discurso e a prática do desenvolvimento. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 143).

Partilhamos da ideia do autor quando diz, “o desenvolvimento, além de uma estratégia de reprodução do capital, consolida-se como uma afinada estratégia de controle social” (MONTENEGRO GÓMEZ, p. 37-38).

A partir desse entendimento é necessário assinalar que, a pobreza, a falta de emprego e/ou da precariedade das condições de trabalho existentes e resultantes do monocultivo de *Pinus* e da indústria da madeira, os baixos índices de desenvolvimento humano, não são sinais de que o desenvolvimento não exista, que tenha fracassado, que careça de ser repensado, que seja necessário expandir as relações de produção capitalistas. Pelo contrário, não há como existir

desenvolvimento enquanto estratégia de reprodução do capital, sem que existam tais formas de rebatimento social e espacial. É perverso o discurso de que existe desenvolvimento econômico, acompanhado de desenvolvimento social e sustentável que seja capaz de proporcionar melhorias nas condições de trabalho e vida para ampla maioria da sociedade. Tais combinações não se mostram compatíveis sob a racionalidade capitalista, eis a finalidade do controle social; por meio da dominação levar ao convencimento através da imposição, provocando, por sua vez, a aceitação dos explorados.

Para tanto, é preciso que um conjunto de técnicas jurídicas e pedagógicas sejam colocadas em movimento com o intuito de que cada um aceite a ideia, (PORTO-GONÇALVES 2012), por exemplo, do monocultivo de *Pinus* enquanto algo *natural*.

O conjunto de técnicas, que o autor se refere, são por nós entendidas enquanto estratégias de controle social, que levam ao convencimento de que o ideário capitalista é uma necessidade para todos, de modo, que é imperativo buscar, diante dos limites expansivos, alternativas à acumulação.

É o controle social utilizado como instrumento de persuasão da sociedade ao desvirtuar a causa do problema, desviando o foco do modo de organização do capital (PONTE, 2014, p.79).

Para Mészáros (2002), a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital e que ao desempenhá-la, aglutina os indivíduos num padrão estrutural e funcional, inerente ao desenvolvimento do capital.

A dominação do território por meio de práticas mercadológicas leva ao convencimento da mercadificação da natureza por meio da “naturalização” do *Pinus*. Entendemos que a imposição ideológica de uma monocultura, transmutada em projetos verdes de reflorestamento, leva a aceitação do *Pinus* enquanto elemento natural de formação da paisagem, que ao passo que “protege” o ambiente se mostra como uma fonte de renda e possibilidade de trabalho.

Nesse contexto, é pertinente a contribuição de Porto-Gonçalves (2012), quando afirma que até os anos 1960 a dominação da natureza não era uma questão e sim uma solução, tratava-se da possibilidade de desenvolvimento. É justamente a partir de tal momento que se coloca de modo enfático a questão ambiental.

Nos chama atenção, que justamente esse modelo de desenvolvimento levou a devastação do planeta. Ao atravessar o século XX apresenta como alternativa à gravidade da questão ambiental, trata-se do desenvolvimento sustentável (colonialidade do saber e poder),

paradoxalmente, envolto em práticas destrutivas, ao considerar sustentável, por exemplo, a monocultura de árvores com finalidades mercadológicas.

Pensando nesses mecanismos que fomentam o desenvolvimento econômico, bem como o discurso implícito de convencimento de benefício a todos, buscamos compreender, a partir do item da sequência, como o monocultivo de *Pinus* é naturalizado a ponto de não ser possível pensar em outras possibilidades de desenvolvimento que não passem pela uniformização, tanto que estratégias são gestadas para fomentar a monocultura, quando deixa-se de plantar *Pinus* para cultivar a terra com base em outras práticas.

Mészáros (2002), enfatiza que o sistema capitalista de controle não pode separar “avanço” de *destruição*, nem “progresso” de *desperdício* – ainda que seus significados sejam catastróficos, trata-se de uma contradição inerente ao sistema.

3.4 A monocultura como modo de pensar: o *Pinus* forjado na natureza

O pensamento monocultural sustenta o sistema-mundo-moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2012). O saber ocidental moderno é um sistema cultural particular com uma relação particular com o poder (SHIVA, 2003). O pensamento moderno colonial é um pensamento abissal (SOUSA SANTOS, 2007).

Shiva (2003), nos aponta as facetas do sistema dominante, expressas naquilo que podemos denominar de pensamento monocultural/abissal.

- a) O saber dominante, ao ter finalidade economicista, não tem vínculo algum com as necessidades humanas. A tal ponto que, de acordo com a autora, 90% dessa produção de saber poderia ser eliminada sem provocar nenhum risco de provação humana. Ao contrário, aumentaria as possibilidades de bem-estar humano à medida que boa parte desse saber é fonte de perigo e ameaças à vida humana;
- b) O saber dominante possui implicações políticas incompatíveis com a igualdade e a justiça, provoca o rompimento da lógica das comunidades locais, e polariza a sociedade entre os que têm acesso aos sistemas de saber e poder;
- c) Sendo por essência fragmentador, e tendo como marca a obsolescência, o saber dominante cria a alienação entre saber e conhecimento;
- d) O saber dominante é colonizador e mistificador;
- e) Desqualifica o saber local, rotulando-o como inadequado;
- f) Impede o acesso e a participação de sujeitos plurais;

g) Descarta uma pluralidade de caminhos e conhecimentos, ou seja, é uma monocultura mental.

Expressando as combinações dessas facetas, entendemos, sob o alicerce da análise de Porto-Gonçalves (2012), os projetos de desenvolvimento enquanto programas exportados do Norte para o Sul, possibilitados pela aliança em escala global entre as oligarquias financeiras e industriais do Centro do Sistema com setores das burguesias nacionais desenvolvimentistas da periferia do sistema (oligarquias latifundiárias e gestores).

Nesse contexto, Shiva (2003), mostra o caráter insustentável daquilo que denomina “antidesenvolvimento” por meio de uma série de fracassos. Os fracassos técnicos e produtivos da Revolução Verde, através, por exemplo do não extermínio da fome no mundo, até porque, sob os preceitos do que se denominou Revolução Verde, não se produz em essência alimentos. O fracasso ecológico, do que se denomina de reflorestamentos monoculturais, que na prática levam a formação de desertos verdes. O fracasso estrutural, por meio da concentração de terras. O fracasso sociocultural, expresso na migração campo-cidade, no desemprego e exclusão social. O fracasso da mudança de valores, que passa da lógica de produzir para viver para a racionalidade capitalista, que se manifesta em superproduzir e superconsumir. Por fim, o fracasso econômico, ou seja, o desenvolvimento econômico é para uma minoria.

A autora nos apresenta uma importante reflexão a fim de pensar os fracassos no contexto do monocultivo de *Pinus*.

Não é verdade que sem as monoculturas de árvores haverá escassez de madeira para combustível e que sem as monoculturas na agricultura haverá escassez de comida. Na verdade, as monoculturas são uma fonte de escassez e pobreza, tanto por destruir a diversidade e as alternativas quanto por destruir o controle descentralizado dos sistemas de produção e consumo. (SHIVA, 2003, p. 17).

Essa sociedade dita moderna, que em essência é colonial, se estabelece com o modo de produção de verdades, ou seja, o discurso técnico científico se constitui como discurso da verdade e com isso desqualificam-se outros saberes, conhecimentos, valores, culturas e suas práticas sociais (PORTO-GONÇALVES, 2012). Verdades produzidas, como enfatiza (SOUSA SANTOS, 2007), pela não democratização do saber, que na prática se configuram em linhas abissais do pensamento com feições cartográficas.

O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que separam o mundo humano do mundo subumano, de tal modo que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece no

pensamento e nas práticas modernas ocidentais tal como no ciclo colonial. Hoje, como então, a criação e a negação do outro lado da linha fazem parte de princípios e práticas hegemônicos. (SOUSA SANTOS, 2007, p. 76).

O pensamento abissal produz verdades envoltas em fracassos, que são naturalizados por meio do que Shiva (2003), denomina de “monoculturas da mente”, enquanto mecanismo para negar as alternativas. De modo que estas só podem existir ao adotar a diversidade como forma de pensamento, ou ainda, como sugere Sousa Santos (2007), com a adoção de um pensamento pós-abissal, gestado pelo reconhecimento da persistência de um pensamento abissal, para que então, possa se colocar epistemologicamente do outro lado da linha, um aprender com o Sul, reconhecendo as marcas do capitalismo global e do colonialismo, para gestar as epistemologias do Sul.

A principal ameaça à vida em meio à diversidade deriva do hábito de pensar em termos de monoculturas, o que chamei de “monoculturas da mente”. As monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção e, conseqüentemente do mundo. O desaparecimento da diversidade corresponde ao desaparecimento das alternativas – e leva à síndrome FALAL (falta de alternativas). Com que frequência, nos tempos de hoje, o extermínio completo da natureza, tecnologia, comunidades e até de uma civilização inteira não é justificado pela “falta de alternativas”? (SHIVA, 2003, p.15).

Porto-Gonçalves (2012), remete a imposição de um pensamento único mediante um padrão cultural europeu, norte ocidental e estadunidense, que faz crer que existam povos atrasados e adiantados, como se houvesse um relógio universal. Fundamentando-se nessa prescrição, a luta pela justiça social se reverte na luta pela igualdade, desde um padrão cultural que se considera superior, imposto como universal. Com isso, contribui-se para que se suprima a diferença, a diversidade, talvez o maior patrimônio da humanidade.

A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para que a outra parte da humanidade se afirme como universal (e essa negação fundamental permite, por um lado, que tudo o que é possível se transforme na possibilidade de tudo e, por outro, que a criatividade do pensamento abissal banalize facilmente o preço da sua destrutividade). (SOUSA SANTOS, 2007, p.76).

A homogeneização é, assim, contrária à vida, tanto no sentido ecológico, quanto cultural (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 72). Sendo assim, como não entender o processo de formação e configuração do Território Contestado por meio da falta de alternativas e/ou a negação destas pela imposição de um pensamento único/monocultural/abissal?

A floresta precisou ser removida para “modernizar” o sertão, os caboclos e as caboclas precisaram ser arrancados da terra/floresta, de seu modo de vida, do mundo solidário e livre em que viviam para implantar o “progresso”. Assim, o Contestado foi formado/forjado pela negação à diversidade, transformando aquilo que já não se via mais em inexistente, ou seja, já não existia mais floresta, já não se viam mais caboclos e caboclas (por mais que estes estejam presentes ainda hoje no Território Contestado), logo, não existem alternativas, os saberes locais vão desaparecendo, a uniformidade que hoje vemos por meio do monocultivo de *Pinus* foi produzida, a monocultura foi/vai dominando a mente e o solo e se transformando em uma verdade absoluta e inquestionável.

A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. (SOUSA SANTOS, 2007, p. 71).

Shiva (2003), nos ajuda a refletir sobre a “ausência”/invisibilidade da diversidade no Contestado, ao dizer, que o desaparecimento de civilizações e de sistemas locais de saber ocorrem por políticas de eliminação e não por políticas de debate e diálogo. E assevera, que os sistemas ocidentais de saber, apesar de serem considerados universais, são também locais, à medida que tem sua base social em determinada cultura, classe e gênero. E diz, nascidos de uma cultura dominadora e colonizadora, os sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores.

A forma pela qual esse saber é gerado, estruturado e legitimado e a forma pela qual transforma a natureza e a sociedade geram desigualdades e dominação e as alternativas são privadas de legitimidade (SHIVA, 2003, p. 22).

Na prática é profunda a ligação entre a apropriação e a violência “[...] a apropriação envolve incorporação, cooptação e assimilação, enquanto a violência implica destruição física, material, cultural e humana” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 79).

É sob o viés da dominação/apropriação/violência/pilhagem que a monocultura primeiramente domina a mente, para depois ocupar o solo, de modo, que as monoculturas mentais geram modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam a destruição como progresso, crescimento e melhoria (SHIVA, 2003).

Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2012), aponta que a implantação de uma agricultura monocultural, com a finalidade de atender ao mercado, foi responsável pela separação entre

agricultura, pecuária e extrativismo. Se tal combinação era disseminada pelo mundo, a prática monocultural a nega, sendo o princípio da negação da diversidade.

Nesse sentido, as políticas de eliminação, por meio da violência, propagam o saber ocidental através do que Shiva (2003) denomina de colonização intelectual.

De modo que refletindo sobre a disseminação das monoculturas, a autora aponta que esta ocorre, não por aumentar a produção, mas por ampliar o controle. A expansão das monoculturas está mais associada à política e ao poder do que com sistemas de enriquecimento e melhoria da produção biológica (SHIVA, 2003).

Outra vez a autora nos ajuda a fazer uma leitura das monoculturas da mente no Território Contestado, pela análise de seu devir histórico, destruição dos saberes locais e da diversidade (floresta-modos de vida) quando da chegada do capital internacional, expresso na construção da ferrovia, exploração madeireira, concentração de terras e que se reafirma com a expansão do monocultivo de *Pinus*, que busca novamente a uniformidade por meio de uma nova ofensiva aos modos de vida e saberes não hegemônicos.

O saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva a substituição e destruição da diversidade local. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies. (SHIVA, 2003, p. 25).

Na sequência, a autora contribui para o entendimento das monoculturas da mente no que diz respeito à silvicultura e à agricultura.

A silvicultura “científica” e a agricultura “científica” dividem artificialmente a planta em domínios separados sem partes em comum, com base nos mercados isolados de bens aos quais fornecem matéria-prima e recursos. Nos sistemas locais de saber, o mundo vegetal não é artificialmente dividido entre uma floresta que fornece madeira comercial e terra cultivável que fornece mercadorias em forma de alimento. A floresta e o campo são um *continuum* ecológico, e as atividades realizadas na floresta contribuem para satisfazer às necessidades alimentares da comunidade local, enquanto a própria agricultura é modelada de acordo com a ecologia da floresta tropical. Alguns habitantes das florestas obtêm comida diretamente de seu meio ambiente, enquanto muitas comunidades praticam a agricultura fora da floresta, mas dependem da fertilidade da terra cultivável. (SHIVA, 2003, p. 25-27).

Fazendo as devidas ressalvas, ao sinalizar que a autora pensa na silvicultura e na agricultura a partir da realidade indiana. Compreendemos, que no Território Contestado tanto

a Floresta Ombrófila Mista, quanto as florestas artificiais de *Pinus*, foram, sob o princípio das monoculturas da mente, no caso das primeiras, apropriadas, e no caso das segundas, projetadas, sob os princípios da silvicultura científica, ou seja, da floresta/madeira enquanto mercadoria.

No sistema científico que separa a silvicultura da agricultura e reduz a silvicultura ao fornecimento de madeira, a comida não é mais uma categoria relacionada à silvicultura. Portanto, essa separação apaga o espaço cognitivo que relaciona a silvicultura à produção de alimentos, quer diretamente, por meio dos elos da fertilidade. Os sistemas de saber que nasceram da capacidade que a floresta tem de fornecer alimento são, por conseguinte, eclipsados e finalmente destituídos, tanto pelo descaso quanto pela agressão. (SHIVA, 2003, p. 27).

Impossível não refletir sobre o mundo caboclo e os sistemas de saber por eles estabelecidos, para fazerem da floresta seu modo de existência. Os alimentos, sobretudo o pinhão, para o consumo humano e de animais, a colheita e beneficiamento da erva-mate para preparar o mate, bebida que ajudava à aquecer e suportar o frio do planalto no inverno, a madeira que servia para a construção das casas e dos paióis, a lenha e a grimpa/sapé utilizadas para o preparo do fogo, e ainda a fertilidade do solo assegurada pela dinâmica da floresta. Portanto, o modo de vida e a existências de caboclos e caboclas era ligado a natureza e a floresta em pé, não sendo compatível com o projeto capitalista que se interessou, apenas, pelo potencial econômico e mercadológico da madeira.

Como demonstra Shiva (2003, p. 27), a maioria dos sistemas locais de saber tem-se baseado na capacidade que as florestas têm de manter a vida, não no valor comercial da madeira.

A autora aponta que o saber dominante é responsável pelo desaparecimento de espaços. Isso ocorre, primeiramente pela separação entre silvicultura e agricultura. Estas compõem um único sistema, quando da racionalidade dos sistemas locais de saber, sendo, que a floresta produz madeira e comida, ao passo que gera água, forragem e fertilizante para a agricultura, que produz a diversidade de legumes, sementes e cereais. Diferente dos sistemas dominantes de saber em que a floresta somente produz madeira e a agricultura produz *commodities*, sendo que a água, a forragem e os fertilizantes são produzidos em laboratório e chegam envoltos, por exemplo, em pacotes tecnológicos de irrigação e agrotóxicos.

A floresta deixou de ser vista como entidade que tem valor próprio, com toda a sua diversidade. Seu valor foi reduzido ao valor da madeira industrial comercialmente explorável. A “silvicultura científica” foi a falsa universalização de uma tradição local de exploração dos recursos florestais que nasceu dos interesses comerciais limitados que viam a floresta somente

em termos de madeira com valor comercial. Primeiro reduziu o valor da diversidade da vida das florestas ao valor de umas poucas espécies que têm valor comercial e depois reduziu o valor das espécies ao valor do seu produto morto – a madeira. (SHIVA, 2003, p. 31-32).

A autora ainda ressalta que os princípios da administração florestal levam à destruição do ecossistema, ao terem por objetivo modelar a diversidade da floresta à uniformidade da linha de montagem, ou seja, a fábrica serve de modelo à floresta. Esse sistema provoca o desflorestamento, transformando a floresta de recurso renovável em recurso não renovável.

Nesse ínterim, completamos a espiral que apresentamos anteriormente, envolvendo; projetos de desenvolvimento – reprodução do capital – controle social. Já sinalizamos, que no Contestado é comum ouvir que o monocultivo de *Pinus* é a única opção de cultivo no campo, que o solo/relevo não permitem outro modelo de desenvolvimento que não passe pela indústria da madeira. Assim, o *Pinus* é introjetado na mente (e no solo) a ponto de reportar-se ao cultivo como sendo reflorestamento.

Para nós, trata-se de um posicionamento teórico-político, portanto, nos referimos ao plantio de *Pinus* como monocultivo, ou como diz Shiva (2003), a formação de uma floresta não renovável que atenda aos preceitos da fábrica, sendo na prática um desflorestamento ao eliminar a diversidade ecossistêmica da floresta. E, entendemos que o *Pinus* é uma mercadoria que atende determinados interesses, alicerçados no ideário de algumas empresas que se denominam “reflorestadoras”, compactuadas com um conjunto de empresas/indústrias do capital madeireiro e de papel e celulose. Ainda compartilhamos do entendimento de Vilela (2011 *apud* Perpétua; Thomaz Junior, 2013, p. 136-137) ao dizerem que,

[...] florestas pressupõem biodiversidade, riqueza de estratificação vertical, interação com seus demais componentes e adaptações aos diferentes meios onde se desenvolvem, além do fato de que são insubstituíveis em algumas de suas funções, entre as quais a oferta de serviços e trabalho para as populações que as habitam.

Shiva (2003), enfatiza.

A diversidade é característica da natureza e a base da estabilidade ecológica. Ecossistemas diversificados fazem surgir formas de vida e culturas diversificadas. A co-evolução das culturas, formas de vida e *habitats* têm conservado a diversidade biológica nesse planeta. A diversidade cultural e a diversidade biológica andam de mãos dadas. (SHIVA, 2003, p. 85).

De tal modo, compreendemos que se trata de uma incongruência compreender o plantio de *Pinus* como formação de uma floresta, pois não apresenta biodiversidade (flora-fauna), pelo contrário, o *Pinus* elimina a diversidade (Figura 6), bem como, nega a floresta enquanto condição de existência (tal como era, por exemplo, para os caboclos e caboclas do Contestado), ao significar a degradação da natureza e do trabalho, por exemplo, por meio da concentração fundiária e das precárias condições de trabalho que proporciona aos que precisam vender sua força de trabalho para viver nessa sociedade⁹⁹.

Figura 6: Monocultivo de *Pinus* no Contestado



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2015.

Shiva (2003), nos ajuda a compreender os significados das monoculturas de árvores, quando diz, que tais monoculturas não toleram outros sistemas e não são capazes de se reproduzir de maneira sustentável. A seguir a autora faz uma análise a partir dos efeitos da monocultura de árvores na Índia.

Uniformidade na floresta é uma exigência dos mercados centralizados e da indústria centralizada. No entanto, a uniformidade é contrária aos processos da natureza. A transformação de florestas naturais mistas em monoculturas uniformes permite a entrada direta do sol e das chuvas tropicais, o sol resseca os solos com o seu calor, as chuvas arrancam a camada superior fértil do solo. Menos umidade é a razão de um rápido retrocesso das regiões florestais. Os incêndios recentes de Kalimantan estão intimamente relacionados com a aridização provocada pela conversão de florestas úmidas em plantações de eucaliptos e acácias. Inundações e secas são criadas onde antigamente a floresta tropical amortecia o impacto das chuvas. (SHIVA, 2003, p. 69).

⁹⁹ Conforme abordaremos na sequência do trabalho.

No Brasil a prática da monocultura de árvores tem sido denominada de “Desertos Verdes”, onde se instala uma plantação não há lugar para outras espécies de vegetais, de animais como também para seres humanos: caracterizando os desertos verdes. No que tange aos desdobramentos dos desertos verdes no Brasil, tem-se denunciado por movimentos sociais, pesquisadores e membros do Ministério Público Federal o avanço da monocultura sobre territórios ocupados tradicionalmente por povos indígenas, quilombolas e camponeses, além da redução da biodiversidade e esgotamento de cursos d’água nas áreas em que as plantações de eucalipto e *Pinus* têm firmado raízes (REPÓRTER BRASIL, 2011).

Destarte, compreendemos que o discurso em torno do reflorestamento representa uma estratégia de convencimento (controle-social) em busca da naturalização do *Pinus* num cenário de “falta de alternativas” (de produção e de projeto de desenvolvimento econômico e social), negando que seu “aparecimento” esteja eivado de interesses político-econômicos.

À medida que as florestas se tornam não renováveis (denominadas de reflorestamentos), geram na prática, desflorestamento. Assim como a biodiversidade da floresta renovável, os povos também se tornam descartáveis.

Em lugar do pluralismo cultural e biológico, a fábrica produz monoculturas sem sustentabilidade na natureza e na sociedade. Não há lugar para o pequeno; o insignificante não tem valor. A diversidade orgânica é substituída pelo atomismo e pela uniformidade fragmentada. A diversidade tem de ser erradicada como uma erva-daninha, e as monoculturas uniformes – de plantas e pessoas – tem de ser administradas de fora porque não são mais auto-reguladas e autogeridas. A simbiose cede lugar à competição, à dominação e à condição de descartável. Não há sobrevivência possível para a floresta ou seu povo quando eles se transformam em insumos para a fábrica. (SHIVA, 2003, p. 33).

Na sequência apresentamos a figura 7, que representa a uniformidade gerada pelo monocultivo de *Pinus* no Contestado ao passo que leva a anulação da diversidade (da paisagem e dos modos de vida). “A destruição da diversidade e a criação da uniformidade envolvem, simultaneamente, a destruição da estabilidade e a criação da vulnerabilidade” (SHIVA, 2003, p. 66).

Figura 7: A terra ocupada pelo monocultivo de *Pinus* em União da Vitória - PR



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2015.

Nas imagens acima, vemos um cenário que se repete no Território Contestado quando invadido pelas monoculturas. No caso de *Pinus*, trata-se de um campo cada vez mais despovoado, sem gente, com as casas que antes serviam de moradia, sendo transformadas em depósitos ou alojamento para trabalhadores. Quando a terra é ocupada pelo *Pinus*, nega-se possibilidades de trabalho e vida que permitam a permanência das pessoas no campo.

A característica crucial das monoculturas é que além de substituir as alternativas, destroem até mesmo a sua base. Não toleram outros sistemas e não são capazes de se reproduzir de maneira sustentável. A uniformidade da floresta “normal” que a silvicultura “científica” está tentando criar transforma-se numa fórmula de insustentabilidade. A substituição dos conhecimentos florestais locais pela silvicultura “científica” correspondeu ao mesmo tempo uma perda da diversidade florestal e sua substituição por monoculturas uniformes. Como a produtividade biológica da floresta baseia-se ecologicamente em sua diversidade vegetal levam à degradação da floresta e ao solapamento de sua sustentabilidade. O aumento da produtividade do ponto de vista comercial destrói a produtividade do ponto de vista das comunidades locais. A uniformidade da floresta administrada tem por objetivo gerar “safras insustentáveis”. No entanto, a uniformidade destrói as condições de renovação dos ecossistemas florestais e é ecologicamente insustentável. (SHIVA, 2003, p. 68).

No início da tese discutimos alguns indicadores socioeconômicos dos municípios com maior presença de área de monocultura de *Pinus* e que foram lugares de conflitos, de redutos caboclos e de genocídio durante a Guerra do Contestado. Isso porque, entendemos que tais indicadores são resultantes da opção econômica, primeiramente, via mercantilização da floresta nativa, seguida da implantação das monoculturas de árvores e, portanto, da degradação da

natureza e do trabalho, fenômeno, no Contestado, decorrente da expansão das relações de produção capitalistas.

Assim, as florestas artificiais, como pondera Shiva (2003), são insustentáveis do ponto de vista da biodiversidade dos ecossistemas¹⁰⁰ e da estrutura socioeconômica, sendo necessária, apenas, para a reprodução/acumulação capitalista e não para a reprodução da vida em sua complexidade.

Pois, *sustentabilidade* significa estar realmente *no controle* dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas *quase* naturais. (MÉSZÁROS, 2007, p. 190).

Shiva (2003), alerta que na Ásia existem dois paradigmas de silvicultura, sendo um que promove a vida e outro, que a destrói. O primeiro, concebe que as florestas produzem solo, água e ar puro, já o segundo, vê nas florestas lucros com resina e madeira. De modo que o reducionismo é intrínseco a concepção de floresta sob a racionalidade capitalista. A floresta é definida como “normal” de acordo com o objetivo de administrá-la para maximizar a produção de madeira comercializável.

Portanto, a floresta natural, com toda a sua diversidade, é vista como o “caos”. A floresta fabricada pelo homem é “a ordem”. A administração “científica” das florestas tem, por conseguinte, uma clara tendência antinatureza e uma inclinação evidente pelos objetivos industriais e comerciais, aos quais a floresta natural deve ser sacrificada. Assim, a diversidade cede seu lugar à uniformidade de espécies isoladas e todas da mesma faixa etária, e essa uniformidade é o ideal da floresta normal que todos os sistemas da silvicultura almejam. A destruição e o caráter descartável da diversidade é intrínseca à administração florestal guiada pelo objetivo de maximizar a produção comercial da madeira, que vê as partes não comercializáveis e as relações de um ecossistema florestal como algo sem valor – como ervas-daninhas que devem ser eliminadas. A riqueza da natureza, caracterizada pela diversidade, é destruída para criar riqueza comercial caracterizada pela uniformidade. (SHIVA, 2003, p. 37-38).

Nesse cenário, as paisagens dos municípios marcadas pelo ideário da “administração científica das florestas”, pela “economia sustentável” antinatureza e combinadas com a existência do APL da madeira e das esquadrias, veem o campo invadido pelo *Pinus*, ao passo,

¹⁰⁰ Na sequência da tese, com base nas entrevistas com trabalhadores, discutiremos a relação entre a monocultura do *Pinus* e a erosão da biodiversidade.

que nas cidades se espalham grandes e pequenas madeireiras, serrarias, oficinas e algumas fábricas.

Sinalizamos, que no Território Contestado, o que na atualidade se apresenta enquanto dinâmica geográfica do capital e do trabalho, através do monocultivo de *Pinus*, representa a “segunda fase” da apropriação/degradação da natureza. No primeiro momento, as florestas nativas foram derrubadas e tornaram-se mercadoria através da exploração do capital internacional, com o declínio da utilização da araucária ocorre a introdução do monocultivo de *Pinus* com a finalidade em assegurar a lógica do capitalismo.

Portanto, o que se viu e se vê no Contestado, relaciona-se com a ordem representada pela floresta fabricada (SHIVA 2003), porém de uma forma ampliada, já que a “riqueza da natureza caracterizada pela diversidade” foi destruída já enquanto riqueza comercial, quando a condição natural da floresta é destruída, vê-se a criação da uniformidade, para gerar novamente riqueza comercial, através do monocultivo de *Pinus*, “as árvores crescem rapidamente e se tornam efêmeras florestas lucrativas” (VALENTINI, 2003, p. 21).

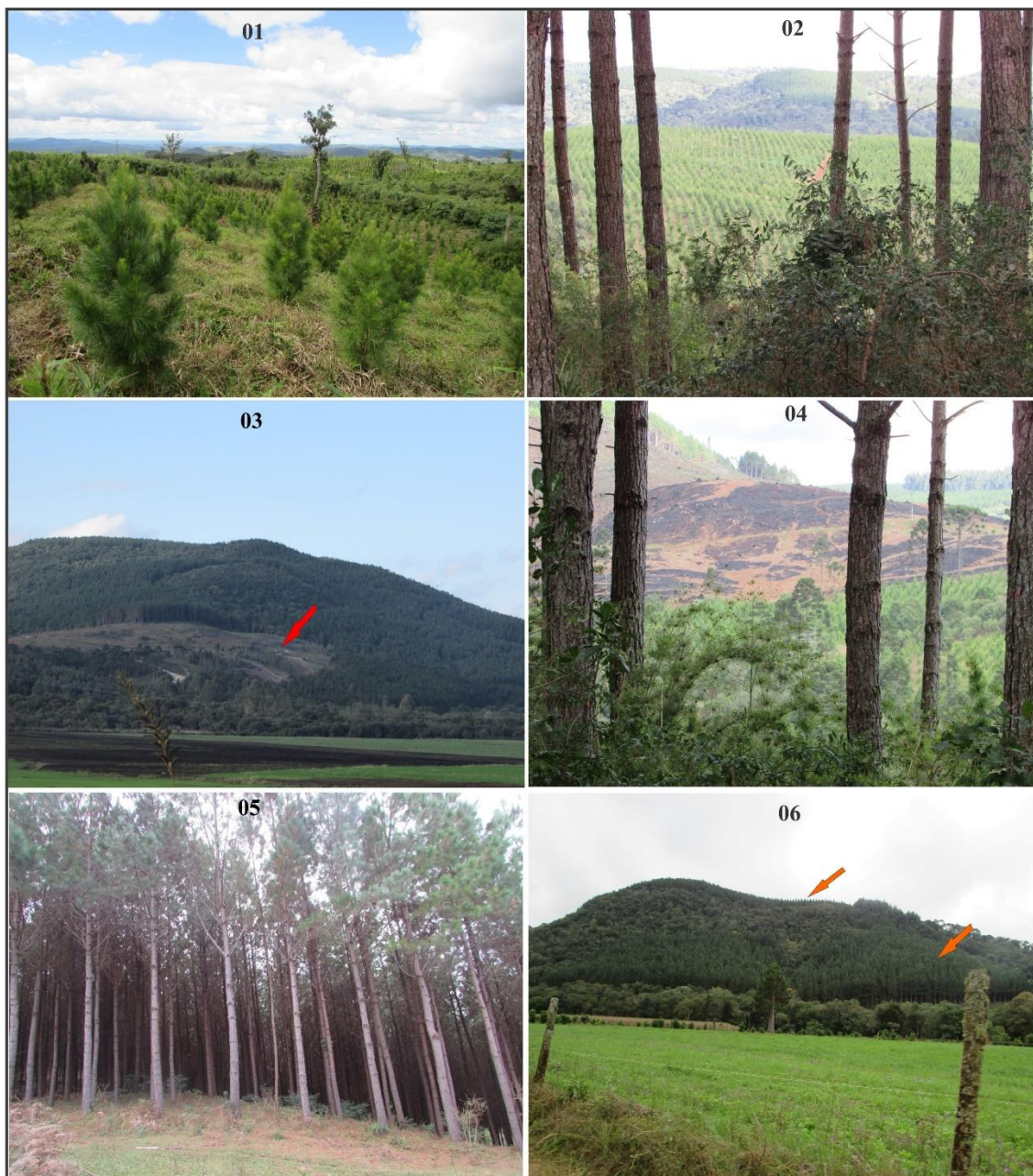
No presente o que melhor define a paisagem, caracterizando-a é o pinheiro-americano, erguendo-se a uma altura de uns 20 metros e com diâmetro de até meio metro. Propaga-se sobre a região em enormes plantações retilíneas e quadriculadas, homogêneas e de um tom escuro-esverdeado. Quando árvores adultas, formam matas compactas, fazendo o dia parecer um constante anoitecer. Não proliferam outras espécies no interior do reflorestamento, muito pelo contrário, até a própria fauna encontra dificuldade para conviver com o *Pinus*, devido a grande quantidade de oxigênio que absorve. (VALENTINI, 2003, p.21).

Na figura 8, apresentamos algumas imagens de diferentes áreas de monocultivo de *Pinus* em alguns municípios (Bituruna, União da Vitória e Porto União) do Contestado. As duas primeiras, são áreas de monocultivo de *Pinus* em Bituruna-PR, nas quais podemos identificar o que para Valentini (2003), são enormes plantações retilíneas, quadriculadas e homogêneas. As imagens 03 e 04, respectivamente de União da Vitória-PR e Bituruna-PR, são de áreas em que o *Pinus* foi recentemente cortado. A imagem 05, retrata uma área de *Pinus* em Porto União, em que, como diz Valentini (2003), não proliferam outras espécies em meio ao *Pinus*.

Por fim, a imagem 06, representa uma preocupação nossa, no que se refere a áreas tomadas por *Pinus*, isso porque, observamos nos trabalhos de campo que o *Pinus* tem invadido áreas de morros, como é possível ver na referida foto, quando o *Pinus* se mistura com áreas de mata, mas em muitos lugares do Contestado, a mata não existe mais. Fato que nos causa especial

inquietação, pois em muitos casos trata-se de áreas de APP's – Áreas de Preservação Permanente.

Figura 8: Diferentes áreas de monocultivo de *Pinus*



Fonte: Gemelli, 2015.

Legenda

01 e 02 – monocultivo de *Pinus* em Bituruna-PR

03 e 04 – área em que o *Pinus* foi cortado, em União da Vitória-PR e Bituruna-PR

05 – monocultivo de *Pinus* em Porto União-SC

06 – detalhe para a “invasão” do *Pinus* em área de floresta e morro em Porto União – SC

➔ Indica área de retirada de *Pinus*

➔ Indica o *Pinus* em meio a floresta

É, portanto, a natureza determinada pelo valor de troca/mercantilizada que se revela no monocultivo de *Pinus*. É a natureza sem diversidade, sem vida, no que se refere à complexidade biológica e humana. Trata-se da degradação da natureza que busca ser invisível a partir de um ideário que trata o monocultivo de *Pinus* como “reflorestamento”, ou, que busca justificar a existência da monocultura por condições geomorfológicas. Diz-se, que não é possível utilizar as áreas plantadas com *Pinus* por outra cultura, pois o relevo não permite, ou ainda, quando se aponta o monocultivo enquanto estratégia de desenvolvimento territorial local.

A administração sustentável das safras tem por objetivo produzir “os melhores resultados financeiros ou, o maior volume possível, ou a classe mais apropriada de produtos”. Se isso pudesse ser feito ao mesmo tempo em que fosse mantido o ecossistema floresta, teríamos a sustentabilidade da natureza, e não apenas uma sustentabilidade de curto prazo para suprir o mercado com madeira industrial e comercial. No entanto, o “cultivo sustentável”, tal como o compreende a administração florestal, baseia-se no pressuposto que a floresta real, ou a floresta natural, não é uma floresta “normal”, é uma entidade “anormal”. Quando a “Normalidade” é determinada pelas demandas do mercado, os componentes não comercializáveis do ecossistema da floresta natural são vistos como “anormais” e destruídos pelas recomendações dos projetos florestais. (SHIVA, 2003, p. 69).

Na sequência, apresentamos duas imagens que mostram como o *Pinus* “cerca”, inclusive, a área urbana das cidades do Contestado. Cria-se, a ideia de que o *Pinus*, as madeireiras e serrarias são algo *natural*, como se não fosse possível outra possibilidade de desenvolvimento que não passasse pela uniformidade da floresta artificial, da paisagem do campo, pelas marcas da monocultura e da paisagem das cidades, pela existência da indústria da madeira.

Figura 9: Área com *Pinus* e madeira em Bituruna/PR



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2015.

Quando estivemos em Bituruna/PR pela primeira vez observamos com espanto o significado do progresso, do desenvolvimento alicerçado no *Pinus* e no APL da madeira e esquadrias. Trata-se de um município tomado pelo *Pinus*, a área urbana exala o cheiro do beneficiamento da madeira, pela fumaça que sai das madeireiras, produto do “progresso” produzido pela expansão do capital.

As marcas urbanas do *Pinus* e da indústria da madeira, não são exclusividade de Bituruna. A seguir apresentamos quatro imagens que retratam tais reflexos em Calmon, Santa Cecília e Três Barras.

Figura 10: Marcas urbanas do *Pinus* e da indústria da madeira em Calmon, Santa Cecília e Três Barras



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2016.

A foto 01, retrata o depósito de toras de *Pinus* da empresa *WestRock Brasil* (antiga Rigesa), localizado na chegada à cidade de Calmon, às margens da SC - 135. A foto 02, mostra o pátio da empresa Guararapes, em Santa Cecília, que também se encontra num dos acessos à

cidade, ao lado da rodovia BR - 116. Já as fotos 03 e 04, referem-se à fábrica da empresa *WestRock Brasil*, no núcleo urbano de Três Barras. A imagem 03, retrata parte da planta fabril e do pátio da empresa onde se acumulam as toras de *Pinus*. A imagem 04, destaca a chaminé da mesma empresa, a fumaça do desenvolvimento capitalista e os sinais, mesmo que em dias nublados (fato comum no Contestado), de uma terra “sem alternativas”.



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2016.

Na parede da antiga estação ferroviária de Presidente Pena, em Calmon-SC, o milho da roça cabocla.

O milho representa em Serra-Acima a base da alimentação cabocla (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 29).

CAPÍTULO IV - O TRABALHO NA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DO TRABALHO NO CONTESTADO

Neste capítulo temos por objetivo discutir os pressupostos teóricos que nos orientam a entender o trabalho, enquanto categoria essencial para o (re)fazer do espaço geográfico mediante suas expressões territoriais. Questão que está em nosso horizonte de investigação ao propormos uma leitura geográfica do trabalho no Contestado, por meio dos elementos que envolvem a degradação, desrealização e desefetivação dos sujeitos que laboram, tendo em vista a expansão/territorialização do monocultivo de *Pinus* e da madeira mercadificada.

Para tanto, é preciso anotar dois elementos que alicerçam a tese e nossa perspectiva de entendimento da realidade posta, sobretudo, ao fazer o exercício de explicação da dinâmica geográfica do trabalho, enquanto condição central no Contestado, quais sejam, que o espaço é expressão da sociedade em movimento no seu devir dialético e temporal e que a centralidade do trabalho é o elemento que representa tal expressão.

Essa compreensão é importante para o desvelar do monocultivo do *Pinus* e da indústria da madeira, bem como dos seus desdobramentos para o trabalho¹⁰¹. Partindo da clareza que se trata de um processo marcado por um lastro temporal, que antecede a materialização das monoculturas de árvores no Contestado, ou seja, está envolto na centralidade do trabalho e em seus significados atinentes à dinâmica geográfica sob o metabolismo societário do capital, isto é, “a trama de relações que atinge o trabalho enquanto resultado das redefinições do modo de produção capitalista” (THOMAZ JUNIOR, 2009).

4.1 De onde partimos: reflexão sobre trabalho

“Temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada” (MARX, 2014, p. 211). O trabalho é condição ontológica da sociabilidade do ser, de modo que independe da forma/sistema econômico social de regulação da produção e da sociedade e da arrumação espacial, o trabalho é elemento central à existência humana.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2014, p. 211).

¹⁰¹ Questão a ser discutida com mais ênfase no capítulo cinco.

“O trabalho mostra-se, então, como momento fundante de realização do ser social, condição para a sua existência; é, por isso, ponto de partida para a humanização social” (ANTUNES, 2005, p. 68). O trabalho é, portanto, condição de humanização do homem e da mulher, por meio de sua relação intrínseca com a natureza, de modo que homem, mulher e natureza não se identificam enquanto instâncias clivadas. Da mesma forma não se fragmenta o processo de trabalho. A cabeça não se separa das mãos, braços e pernas, isto é, trabalho intelectual não se distancia do trabalho manual, premissa que garante o trabalho enquanto um processo pertencente exclusivamente ao ser humano.

[...] nesse processo de auto-realização da humanidade, de desenvolvimento do ser consciente em relação ao seu agir instintivo e à natureza, temos o trabalho como referência ontológica fundante da práxis social. Em síntese, ontologicamente *prisioneiro* da sociedade, o trabalho, em todas as suas dimensões é, pois, a base fundante do autodesenvolvimento da vida material e espiritual, sendo que circunscrito à sua forma concreta, garantiria a realização de uma vida cheia de sentidos, emancipada para o ser social que trabalha. (THOMAZ JUNIOR, 2005, p. 46).

O trabalho, longe do modelo civilizatório do capital, é, portanto, um processo que humaniza, realiza e efetiva o ser social. Vinculado à produção de valores de uso, garante sentido e existência ao trabalhador e à trabalhadora. Para Marx (2014), o trabalho como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável a existência do homem (e da mulher), sendo, condição necessária para manter a vida humana. De tal modo, o produto do trabalho não é mercadoria, mas “[...] um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma” (MARX, 2014, p. 214).

Entretanto, é necessário esclarecer duas formas do processo de trabalho, quais sejam, o trabalho concreto, produtor de valores de uso e fonte de realização do ser social e o trabalho abstrato, produtor de valores de troca, que desefetiva o ser social ao torná-lo alienado dos meios de produção, transfigurando sua força de trabalho em mercadoria e estranhando-o do processo de produção, ou seja, separado da natureza, dos meios de produção e instaurando a divisão hierárquica, técnica, social e territorial do trabalho.

O trabalho abstrato equivale a forma e ao objetivo do processo de trabalho sob o modelo civilizatório do capital, fundamento, portanto, da racionalidade que sustenta o sistema sociometabólico do capital. Trata-se da,

[...] inversão do processo de trabalho, que deixa de ser a condição da mediação do homem com a natureza (na busca de sua autorrealização) e se

torna a razão da realização e reprodução do capital pela via da *coisificação* do homem, ou pior, tudo tende a ser reduzido à condição de mercadoria, a valor de troca. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 119).

Todavia, não significa que na sociedade capitalista o valor de uso tenha sido completamente suplantado, pelo contrário, continua a existir e tem um papel importante, porém não enquanto satisfação das necessidades humanas. Como pondera Marx (2014, p. 220), “o produto, da propriedade do capitalista, é um valor de uso. Contudo, o capitalista não é movido por puro amor aos valores de uso, de modo que os produz, por serem detentores de valor de troca”.

Em síntese, o trabalho não perde sua essência, sua condição humana criadora de valores de uso, mas apenas se (des)realiza, na realização do capital. O que ocorre é, nada mais do que uma inversão de sentido, para garantir a reprodução e valorização do capital. Isto é, o trabalho subsumido à produção de valor é essencial para o capitalismo, mas não necessariamente para a humanidade. É por isso que as formas de realização desse trabalho são, em essência, destrutivas. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 86).

Tudo tende a ser mercadificado e regulado pelo valor de troca. O traço marcante do sistema do capital é a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca, no interesse da auto-realização ampliada do capital (MÉSZÁROS, 2002), daí a necessária separação trabalhador x meios de produção. A terra, de “meio universal de trabalho” (MARX, 2014), se torna escassa ao ser apropriada. Mercadificada, é negada ao trabalhador e à trabalhadora. Ao lhe restar somente a força de trabalho, e ao deparar-se com a condição de que tudo que necessita também é mercadoria, precisa vendê-la ao capitalista para garantir sua existência. Eis a expressão objetiva da dialética da riqueza e da miséria.

Como expressão da realidade capitalista, da sociedade regida pelo valor de troca, tem-se a dialética de riqueza e miséria, de acumulação e privação, do possuidor e do despossuído [...] Desse processo de trabalho na sociedade capitalista, tem-se como resultante a desrealização do ser social. Desenvolve-se um trabalho que se desefetiva em seu processo de trabalho. O resultado do processo de trabalho, o produto, aparece junto ao trabalhador como um ser alheio e estranho ao produto [...] Alienado e estranhado diante do produto do seu trabalho e diante do próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho diante de si mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem. (ANTUNES, 2005, p. 70-71).

Separar o valor de uso do valor de troca, com a prevalência deste, foi necessário para tornar a produção da riqueza a finalidade da humanidade. Tal característica representa o grande

trunfo da dinâmica do capital. Para tanto, a organização e divisão do trabalho, precisavam se basear em fundamentos diferentes daqueles que reinavam em sociedades, nas quais, o valor de uso e a necessidade regulavam a produção e distribuição (MÉSZÁROS, 2002).

O processo de trabalho, orientado para a produção de valores de troca, apresenta, de acordo com Marx (2014), dois fenômenos característicos, sendo eles; 1) o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho; 2) o produto é propriedade do capitalista, não de seu produtor imediato, o trabalhador. Sendo assim, o autor assinala que o processo de trabalho, ocorre entre coisas que o capitalista comprou (meios de produção e força de trabalho), entre coisas que lhe pertencem.

Assim, o processo de trabalho se converte em fonte de produzir mais-valia, trabalho excedente apropriado pelo capitalista e condição para a reprodução ampliada do capital. Isso porque, como lembra Marx (2014), o valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são duas magnitudes distintas.

Para tanto, Mézáros (2002), indica que foi necessário romper com o verdadeiro significado de propriedade, alterando-o para atender as determinações reificantes do capital. Citando Marx, o autor lembra que a propriedade, em seu sentido original, significa a relação do sujeito que trabalha com as condições de sua produção e reprodução, enquanto pertencentes a ele. O autor ainda sinaliza que tal ruptura envolvendo a noção de propriedade, desumaniza o ser humano, fragmenta e degrada o trabalho. De tal modo, ao passo que a propriedade é subvertida à sanha capitalista, o mesmo acontece com a produção, não mais considerada como finalidade da humanidade, mas tendo como premissa a multiplicação sem fim da riqueza.

O modo capitalista de reprodução social não poderia estar mais distante desta determinação original de produção e propriedade. Sob o comando do capital, o sujeito que trabalha não mais pode considerar as condições de sua produção e reprodução como *sua própria propriedade*. Elas não mais são os pressupostos auto-evidentes e socialmente salvaguardados do seu *ser*, nem os pressupostos naturais do seu *eu* como constitutivos da “extensão eterna de seu corpo”. Ao contrário, elas agora pertencem a um “ser estranho” reificado que confronta os produtores com suas próprias demandas e os subjugua aos imperativos materiais de sua própria constituição. Assim, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera “condição material de produção”. O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos *sujeitos produtivos* é destruído por meio da fragmentação e degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista. (MÉSZÁROS, 2002, p. 611).

Luxemburgo (1988), apresenta uma reflexão necessária para o entendimento dos preceitos que regem a sociedade capitalista, ao fazer a distinção entre produção e reprodução. Ao referir-se ao objetivo da produção capitalista salienta que não se trata apenas da mais-valia em qualquer quantidade e a ser alcançada em apenas uma apropriação, mas da obtenção ilimitada e crescente, isto é, em quantidades sempre maiores. A autora enfatiza que isso só é possível por meio da produção capitalista, ao passo que permite apropriar-se da mais-valia incorporada na produção de mercadorias. Deste modo, a produção sob o capitalismo precisa ser sempre reiniciada para garantir a apropriação do trabalho excedente e, a reprodução, nesse caso, se ergue enquanto um fenômeno constante e regular que difere de qualquer outra forma de produção já conhecida.

A produção capitalista não é uma produção voltada para fins de consumo, mas para a produção de valor. As relações de valor dominam totalmente o processo de produção, assim como o de reprodução. Produção capitalista não é produção de objetos de consumo, nem de mercadorias simplesmente, mas uma produção de mais-valia. Em termos capitalistas, a reprodução ampliada significa, portanto, incremento de produção de mais-valia. A produção de mais-valia se processa, de fato, sob a forma de produção de mercadorias, ou seja, em última análise como produção de objetos de consumo. (LUXEMBURGO, 1988, p. 14).

Ao passo que se (re)significam os sentidos de propriedade e de produção sob as necessidades da reprodução ampliada, para constituir o ímpeto acumulativo capitalista, o sentido original de trabalho também muda de conteúdo. Para Antunes (2005), deixa-se de lado o caráter útil do trabalho, em sua dimensão concreta, para tornar-se força produtiva, socialmente determinada, ou seja, conforme a produção se volta para o mundo das mercadorias e da valorização do capital, o trabalho, igualmente, encontra-se envolto em relações capitalistas.

A condição principal da produção capitalista é justamente que tanto a força de trabalho quanto as condições se os meios de trabalho e se subsistência se tornem mercadorias e como tais venham a ser trocados para produzir novos valores de troca e reproduzir em escala crescente a relação capitalista. (QUAINI, 1979, p. 66).

Nessa perspectiva, para Quaini (1979), terra e território também se tornam mercadorias. Assim como o trabalho passa de sua condição concreta, enquanto valor de uso, para se tornar a medida geral das coisas, dos produtos e das relações sociais coisificadas, terra e território, igualmente, convertem-se em valor de troca e assumem a existência abstrata e alienada, condição inevitável na esfera das mercadorias.

Mészáros (2002), ainda adverte que para o capital completar seu círculo vicioso, é preciso homogeneizar todas as relações produtivas e distributivas, enquanto condição absoluta da ordem sociometabólica controlada pelo capital. Trata-se de uma dupla ruptura;

Primeiro, os produtores são radicalmente *separados* do material e dos instrumentos de sua atividade produtiva, tornando-lhes impossível produzir para o seu próprio uso, já nem sequer parcialmente estão no controle do próprio processo de produção. E, segundo as mercadorias produzidas com base em tal separação e alienação não podem emergir diretamente do processo de produção como *valores de uso relacionado à necessidade*. Elas requerem a intervenção de um momento estranho para suas metamorfoses em valores de uso e para tornar possível a continuidade da produção e reprodução global do sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 624).

Eis o que garante a alienação, estranhamento e coisificação do ser social, à medida que fragmenta, hierarquiza e degrada o trabalho, enquanto produto e condição necessária para garantir a ossatura do sistema sociometabólico, com base na apropriação do trabalho excedente, via extração da mais-valia. Para o autor, a dupla ruptura – trabalhador x meios de produção e produção x necessidade – serve como base material para a homogeneização das relações produtivas e distributivas, sem a qual o capital não pode funcionar.

Seu primeiro momento – a separação radical dos trabalhadores dos meios e do material de sua atividade produtiva e da auto-reprodução – priva-os de qualquer influência sobre as funções produtivas específicas que devem realizar no lugar de trabalho a eles designado [...]. Ao mesmo tempo, o segundo momento – a necessidade de entrar na relação de troca do capital por uma questão de mera sobrevivência – prende firmemente o trabalhador ao sistema dominante, deixando-o totalmente à mercê do capital [...] a dupla ruptura entre necessidade e produção se converte em uma unidade operacional escravizadora do trabalho imensamente poderosa, que afirma a si própria pelas injunções e determinações interconexas do processo de trabalho, por um lado, e pela relação de troca, por outro. (MÉSZÁROS, 2002, p. 625).

Sobre a separação trabalhadores x meios de produção, Luxemburgo (1984), lembra que para o capitalismo existir e desenvolver-se é imperioso um ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção, mas adverte, não é qualquer forma que lhe agrada, “ele necessita de camadas sociais não-capitalistas como mercado para colocar sua mais-valia; delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial” (LUXEMBURGO, 1984, p. 31).

Nessa perspectiva, a autora salienta que as formas de economia natural não servem à realização capitalista. Isso porque, nas formações de caráter econômico-natural a produção se

destina à satisfação de suas próprias necessidades (condição que impossibilita a reprodução no sentido da acumulação capitalista), desta forma a necessidade de mercadorias é irrisória, ao passo que também não se gera excedentes constantes e em quantidade necessária. Contudo, Luxemburgo (1984), considera que o elemento mais importante da economia natural, e razão pela qual o capital luta constantemente para destruí-la, é o vínculo com os meios de produção e com trabalho.

O mais importante, no entanto, é o seguinte: em todas as formas de produção de cunho econômico-natural existe sempre algum vínculo com os meios de produção e com a mão-de-obra. [...] Eis por que o capitalismo, onde quer que seja, procura sempre destruir a economia natural sob todas as suas formas históricas com as quais possa vir a deparar-se: luta contra a escravatura, contra o feudalismo, contra o comunismo primitivo e contra a economia camponesa patriarcal. Os principais métodos dessa luta são a violência política (revolução, guerra), a pressão fiscal do Estado e o barateamento das mercadorias, que ora caminham juntos, ora se sucedem ou se apoiam reciprocamente. Se a violência da luta contra o feudalismo europeu se manifesta sob forma de revolução (as revoluções burguesas dos séculos XVII, XVIII e XIX, nela se incluem, em última análise), nos países não-europeus o mesmo acontece na luta consta as formas sociais mais primitivas, e essa luta assume a forma de uma política colonial. (LUXEMBURGO, 1988, p. 31-32).

O Contestado em sua complexidade, mas, sobretudo, ao erigir-se na desagregação do modo de vida caboclo e na negação da racionalidade econômica existente, conforme apontamos anteriormente, se constitui enquanto um dos exemplos possíveis, da luta do capital contra outras formas de produção, ou, como diz Luxemburgo, da economia natural.

A autora coloca que a violência política, por meio da guerra, é uma das possibilidades de destruição da economia natural e que tal processo, em países não europeus, está envolto na forma de uma política colonial. Marx (2015), ao tratar do movimento histórico que transformou os produtores em assalariados, diz que foi preciso roubar todos os meios de produção, “e a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade” (MARX, 2015, p. 837).

A respeito dos significados geográficos desse processo histórico, denominado de acumulação primitiva, Quaini (1979), aponta que a história da acumulação primitiva se exprime em grandiosas transformações territoriais, que traduzem a separação do produtor das suas condições de produção, e lembra, que a acumulação capitalista acentua tais processos, ao ser expressa, pela progressiva separação do homem (da mulher) em relação ao seu território, e pela transformação do território de valor de uso em valor de troca ou mercadoria.

Tais considerações, são, a partir do que discutimos nos capítulos anteriores a base do (re)fazer do trabalho e do território no Contestado, ou seja, a guerra deflagrada ao arrancar o caboclo e a cabocla da terra-floresta (condição de existência, de trabalho, produção e reprodução sob condições concretas), para a expansão capitalista via práticas imperialistas e a guerra que permanece, ao passo que é constante a luta contra às formas de economia natural e/ou racionalidades e lógicas de produção que não estejam niveladas à reprodução ampliada do capital e ao trabalho abstrato.

Enquanto expressão geográfica de tal processo, Quaini (1979, p. 66), sinaliza a progressiva dissociação do homem (e da mulher) em relação ao território, após a transformação do território de valor de uso em valor de troca ou mercadoria. O autor, enfatiza que como “fundamento de todo o processo *há a expropriação da população rural e a sua expulsão das terras*: grandioso fenômeno de separação do homem da natureza, do produtor de seu laboratório de trabalho” (QUAINI, 1979, p. 108, *grifos do autor*).

Nesse ínterim, é valiosa a contribuição de Marx (2011), ao referir-se às formas que precederam a acumulação capitalista, enquanto condição para o capital, assim como é, o trabalho livre.

Se um pressuposto do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital são o trabalho livre e a troca desse trabalho livre por dinheiro a fim de reproduzir e valorizar o dinheiro, a fim de ser consumido pelo dinheiro não como valor de uso para a fruição, mas como valor de uso para o dinheiro, outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua realização – do meio de trabalho e do material do trabalho. Portanto, sobretudo a desvinculação do trabalhador da terra como seu laboratório natural – em consequência, a dissolução da pequena propriedade livre de terras, bem como, da propriedade comunitária baseada na comunidade oriental. Nessas duas formas, o trabalhador se relaciona às condições objetivas de seu trabalho como sua propriedade; trata-se, nesse caso, da unidade natural do trabalho como seus pressupostos objetivos. Por isso, o trabalhador, independentemente do trabalho, tem uma existência objetiva. O indivíduo relaciona-se consigo mesmo como proprietário, como senhor das condições de sua realidade. (MARX, 2011, p. 388).

O autor ainda enfatiza que em todas as formas em que a base econômica está assentada na propriedade da terra e na agricultura e cuja finalidade seja a produção de valores de uso, existe a apropriação da condição natural do trabalho/da terra, como pressuposto do trabalho. O indivíduo se relaciona às condições objetivas do trabalho como sendo suas próprias condições, ao passo, que a terra equivale à sua condição objetiva de reprodução. Deste modo, território e terra são propriedades do indivíduo trabalhador, de forma que este, tem na propriedade da terra

um modo de existência objetivo, que lhe é um pressuposto à sua atividade, assim como sua pele e seus órgãos sensoriais (MARX, 2011).

Sobre o rompimento/separação da natureza/terra/território enquanto pressuposto/condição para a reprodução/existência humana, Marx (2011), assim adverte.

Não é a *unidade* do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a *separação* entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital. (MARX, 2011, p. 401).

Deste modo, é *natural* a vinculação entre os homens, as mulheres e a natureza, e não a separação destes da terra/território, ou seja, daquilo que é essencial à reprodução enquanto trabalhadores. Entendendo a separação entre homem/mulher x natureza – homem/mulher x meios de produção, enquanto condição histórica atrelada aos pressupostos do modo de produção capitalista, Luxemburgo (1984), enfatiza.

Os objetivos econômicos que o capitalismo persegue em sua luta contra as sociedades de economia natural são, especificamente, os seguintes: Apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terras, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como a borracha etc; “Liberar” força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho; Introduzir a economia mercantil; Separar a agricultura do artesanato. (LUXEMBURGO, 1984, p. 32).

É possível afirmar que os objetivos econômicos do capitalismo, no que tange a desagregação/destruição da economia natural, são algumas das marcas do Território Contestado e do estabelecimento das relações de poder hegemônicas, enquanto desdobramentos da acumulação primitiva do capital que não ficaram restritos, como lembra a autora, aos primórdios do capitalismo na Europa. De forma que “a encampação do pequeno estabelecimento agrícola pelo grande constitui, na Inglaterra e no continente, o meio mais importante para a transformação maciça dos meios de produção e da força de trabalho em capital” (LUXEMBURGO, 1984, p. 32), ou seja, não é somente pela compra da terra dos camponeses que o capital se expande, mas, sobretudo, pelo roubo, pela apropriação violenta, pela espoliação e expulsão. Nesse sentido é válida a longa contribuição da autora na sequência.

E até hoje essa mesma tarefa é levada em frente em escala bem maior, na política colonial, pelo capital dominante. É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que for capaz de obter por via comercial. A dificuldade que o capital enfrenta neste sentido reside no fato de que em grandes regiões da Terra as forças produtivas se encontram sob o controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os meios principais de produção que lhe interessam, porque suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade. Isso acontece sobretudo com o solo e com a riqueza que este contém em minerais, externamente com os pastos, bosques e reservatórios de água, ou com os rebanhos dos povos primitivos que se dedicam ao pastoreio. Esperar pelos resultados do processo secular de desagregação dessas regiões de economia natural, até que esse resultasse na alienação, pelo comércio, dos meios principais de produção, significaria, para o capital, o mesmo que renunciar totalmente às forças de produção desses territórios. Isso explica porque o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção em terras colônias. Como as organizações sociais primitivas dos nativos constituem os baluartes na defesa dessas sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se, de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida. No caso já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive nossos dias. Cada nova expansão colonial se faz acompanhar naturalmente, de uma guerra encarniçada dessas, do capital contra as relações econômico-sociais dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho. (LUXEMBURGO, 1984, p. 32-33)

Sobre a separação trabalhador/trabalhadora x meios de produção, enquanto condição para a produção capitalista, Marx (2015), atesta.

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. (MARX, 2015, p. 836).

Ao deixar o trabalhador e a trabalhadora submissos à vontade do capital instaura-se a desrealização do ser social mediada pelo estranhamento em relação ao trabalho e a produção, eis os significados do trabalho sob o capital, realizado sob condições abstratas e orientado para a produção de valor de troca, deste modo, “o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador” (MARX, 2015, p. 837).

4.2 O modo de vida caboclo: o trabalho enquanto valor de uso e as mediações de primeira ordem entre a humanidade e a natureza

A população cabocla que se estabeleceu no Contestado ao longo do século XVIII, era composta “por diversas famílias, muitas compostas por antigos peões, agregados, ex-escravos, negros libertos ou fugitivos, que abandonaram as antigas fazendas de criação ondem viviam, tonando-se independentes” (BRANDT, 2007, p. 01), “com forte presença negra e indígena, mesclada a alguns grupos familiares de origem paulista e rio-grandense [...] na virada do século XIX para o século XX, cresce a presença de imigrantes europeus: alemães, poloneses e ucranianos” (MACHADO, 2004, p. 336), conforme o autor, a presença dessa diversidade de povos, inclusive imigrantes, fez com que estes adotassem o modo de vida da população local, “acaboclando-se” (MACHADO, 2004).

Essa população se fixou em áreas com predomínio de grandes florestas de araucárias, com algumas manchas de campos naturais. Assim, formaram-se pequenas e médias posses de terra, em áreas, que a princípio, não despertavam o interesse de fazendeiros/coronéis que estavam mais empenhados em se apropriar de extensos campos naturais, mais propícios à criação de gado (BRANDT, 2007).

Gallo (1999), ao tratar sobre os aspectos que considera mais elementares do modo de vida caboclo aponta, que este, é regulado por valores que se sustentam no sistema de trabalho comunitário, que gera regras de convívio social caracterizadas pelas noções de justiça e solidariedade, permeadas por conteúdos religiosos

Em vista disso, a roça cabocla, em nossa análise, é o fundamento do modo de vida caboclo, pois envolve uma série de outros elementos como; os significados da terra e do trabalho, o abastecimento de alimentos para o autoconsumo¹⁰² e para a comercialização, a criação e a base alimentar de/para os animais, a sociabilidade e os laços comunitários (durante e/ou após o trabalho) etc., entretanto, não se configura, enquanto única forma de existência cabocla. Trata-se de uma combinação de elementos, como argumenta Tomporoski (2013), que perpassam pela agricultura, criação de animais e a utilização racional das matas. Machado (2004), ainda aponta a devoção a São João Maria como característica do modo de vida caboclo.

¹⁰² Nesse caso, nos referimos ao autoconsumo, pois a produção da roça cabocla também atendia o comércio existente à época, ou seja, os caboclos e as caboclas não viviam isolados e alheios ao mundo e também não “produziam apenas para comer”, tinham uma produção de excedentes que servia para à reprodução da família e da comunidade.

Sobre a religiosidade¹⁰³, sobretudo, a crença nos ensinamentos do Monge João Maria a partir de um catolicismo não oficial, Tomporoski (2013), aborda que mesmo a devoção pelo Monge tendo se espalhado nos diferentes setores sociais, sua atuação tinha um importante caráter de classe, além de uma forte noção de respeito e harmonia para com a natureza e com o outro, valores conflitivos e distantes, daqueles empregados pela racionalidade capitalista ao se expandir na região.

Contudo, a religiosidade, a forma de uso da terra e da floresta, as práticas agrícolas em torno da roça cabocla, o comércio local ou com tropeiros e a racionalidade do trabalho, definiam/eram características marcantes do mundo caboclo e do modo de vida dos moradores do Contestado.

Após realizar o apossamento da terra, ali construía seu rancho com as próprias mãos e com a madeira de seu terreno. Nos fundos constituía uma pequena roça cabocla, com variadas culturas, o que lhe assegurava certa porção de alimento durante praticamente todo o ano, juntamente com algumas espécies de árvores frutíferas que suplementavam sua alimentação. Criava alguns pequenos animais – galinhas e porcos – ao menos uma vaca para tirar o leite e mais algum cachorro de estimação para ajudar na caçada e na lida com os animais. Mantinha uma arma, se possível um rifle *win-chester*, para a caça abundante, a proteção de sua posse, de sua honra e de sua vida. (TOMPOROSKI, 2013, p. 61).

A importância dos elementos do mundo caboclo, trazidos pelo autor, indicam a existência de uma racionalidade econômica-cultural-ambiental atravessada pela vinculação intrínseca com a natureza e com o trabalho.

Entretanto, a roça cabocla se constitui em elemento importante para compreender, no Contestado, o uso da terra de posse e os significados do trabalho, enquanto valor de uso e condição de existência e como diz Mészáros (2007), mediação necessária entre homem (mulher) e natureza¹⁰⁴.

Para Vinhas de Queiroz (1966), a roça cabocla estabeleceu-se substituindo o aproveitamento do mate, já em declínio. Em lugares em que a atividade extrativa era

¹⁰³ Sobre a religiosidade, Tomporoski (2013, p. 84), destaca também a devoção e o fandango a São Gonçalo. A realização da dança ou fandango de São Gonçalo “estava relacionada às promessas feitas para diversos fins, inclusive para o bom desenvolvimento dos trabalhos na agricultura, por exemplo, para que não chovesse em períodos próximos a colheita dos grãos. Normalmente o indivíduo que evocava a promessa fazia ‘para que o tempo melhorasse’ e permitisse a realização do pixirum. À noite, durante o fandango, era erigido um altar em homenagem ao santo, e, mesmo que o sertanejo não possuísse sua imagem, um vaso de flores era colocado em lugar de destaque. Na primeira dança, os integrantes do baile iam até o altar e beijavam a imagem ou o vaso de flores, sem dar as costas para o altar, primeiro o dono da casa, depois os demais, em algumas ocasiões um após o outro ou em fila”.

¹⁰⁴ Conforme discussão realizada no capítulo três.

importante, tornou-se complemento quase obrigatório, além de aparecer nas trilhas abertas no rumo da *caíva*¹⁰⁵.

Ao passar pelo rio Negro em viagem realizada em 1858, Avé-Lallemant (1995), anotou a existência da roça e do rancho daquilo que chamou de “vestígios de civilização na floresta”. “Aqui e ali, uma roça aberta na mata, e entre ela, um pobre rancho cercado de pessegueiros de flores purpurinas. A cada passo, gritos de criança e o canto do galo, até que uma nova mata encubra o pequeno quadro primaveril” (AVÉ-LALLEMANT, 1995, p. 43).

Sobre a roça cabocla se caracterizar enquanto um elemento de negação à degradação do trabalho, Vinhas de Queiroz (1966, p. 28), diz “eram homens que não queriam submeter-se ao serviço mais ou menos escravo nas grandes propriedades e por isto enfrentavam os riscos e as privações de uma existência sem recursos, dentro da floresta”. Apesar da vida simples e sem a disponibilidade de muitos recursos, é possível ver a riqueza do modo de vida caboclo, expressa na dinâmica da roça, não faltavam alimentos e saberes para superar as adversidades existentes.

Em parte alguma da área, devido ao rigor do clima, se plantava mandioca, arroz ou banana. [...] O milho é aqui o centro da lavoura, consorciado ao feijão e por vezes à abóbora e à melancia. Semeia-se em outubro, com o auxílio de *chuços* que só se distinguem dos paus-de-cavar usados pelos índios por serem providos de uma ponta de ferro. Em terrenos virgens ou muito férteis, o feijão é plantado junto ao milho. A partir de janeiro, pode-se colher o feijão preto grande, mas somente em março é que se tem o feijão verdadeiro. A colheita do milho principia em maio, embora só a façam tão cedo aqueles que tem pressa. Deixadas na roça as espigas até apanhar a geada, depois não ficam sujeitas a *gorgulho*. Além disto, nem toda gente dispões de paiol bastante. Vai-se tirando do pé à medida das necessidades. (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 28-29).

É possível observar alguns elementos da relação necessária e intrínseca entre homem, mulher e natureza, tal como, a regulação do processo de trabalho por meio do intercâmbio com a natureza para atender à satisfação humana, que, naquele momento, condicionava a produção, sobretudo devido a condição climática local e que também denota o saber caboclo no sentido de desenvolver estratégias, por exemplo, para impedir o ataque de alguns insetos, caso do *gorgulho*, espécie de besouro capaz de destruir as roças de grãos, ou ainda, em identificar qual a melhor cultura a se adaptar à condição de fertilidade do solo. Assim, as técnicas de plantio,

¹⁰⁵ O mato-virgem onde costuma crescer a erva-mate denomina-se *caíva*, vocábulo de origem Tupi-guarani que literalmente significa “mato ruim”. Suas terras, arenosas e frias, são consideradas de inferior qualidade para a abertura de roças. Entretanto, onde quer a araucária apareça portentosa, misturada a outras essências tão fortes e altas quanto ela, a camada de húmus, escura e granulosa, alcança até um metro e mais de espessura: é um solo fertilíssimo (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 09).

ao se adequarem às premissas da natureza, enquanto arrumação corológica dos lugares, garantem a produção, como salienta Mészáros (2007), dos bens demandados para a satisfação das necessidades humanas.

Ainda pode-se identificar a combinação de outros elementos que compõe as mediações de primeira ordem, como; assegurar e salvaguardar as necessidades materiais e culturais do processo de reprodução sociometabólica das comunidades humanas, combinado, novamente, a regulação do processo de trabalho e ao intercâmbio com a natureza (MÉSZÁROS, 2007), conforme pode ser percebido quando Vinhas de Queiroz (1966), se refere à alimentação cabocla.

O milho representa em Serra-Acima a base da alimentação cabocla. Com ele se faz *canjica*: primeiro o milho debulhado se pindoca no monjolo, esse pesado e vagaroso pilão de madeira, movido por um fio d'água, instrumento que [...] raro falta a qualquer família sertaneja. Soca-se ali o milho molhado, até que sai do caroço a pele e o miolo. Posto a secar ao sol, está pronta a canjica para se comer com leite; ou, se houver, com alguma carne. A partir da canjica, fabrica-se a *farinha* [...]: põem-se os caroços dentro de um saco de aniagem ou uma cesta de taquara, num riacho onde fica de molho. Daí a uma semana, quando tudo estiver bem fermentado, abre-se e lava-se logo, esfregando e tornando a esfregar, para tirar o fedor. Uma vez escorrida, a canjica tornada mole é posta de novo no monjolo, até que vire massa. Passada na peneira, separa-se a *quirera*, que é apelidado o *arroz serrano*, e o fubá. O fubá vai para o forno, um grande tacho de cobre ou ferro, e aí é que entra o serviço das *farinheiras*, as mulheres da casa que possuem muita prática. Tudo isso com milho branco. Milho amarelo e vermelho só serve para porco, mula, galinha ou cavalo. Farinha de milho com feijão, quirera com um naco de carne, quando há, eis aí os pratos de todo dia. Se escasseia a comida, o mate-chimarrão, tomado habitualmente desde manhã cedinho, conforta o estômago. Traz-se do mato o mel das abelhas selvagens. Vez por outra, aparece às refeições algum palmito, alguma caça e principalmente pinhão. O pinheiral é o paiol dos pobres. Pena que só frutifique nos meses mais frios, e que após levar três anos produzindo que é um desperdício, passe um tempo imprevisível sem dar fruto quase nenhum. (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 29-30).

Preferimos apresentar a longa citação acima pela importância de informações que apresenta ao tratar do mundo caboclo através das mediações de primeira ordem, ou seja, o modo de vida, a alimentação, o intercâmbio com a floresta, sobretudo pela importância da erva-mate e do pinhão, a relação entre trabalho intelectual e manual ao não fragmentar os processos de trabalho entre aquele que pensa e aquele que executa, enfim, os saberes que possibilitavam a existência da roça cabocla e os saberes que saciavam a fome ao garantir a comida na mesa.

Outro elemento que se vincula às mediações de primeira ordem reporta-se às relações de troca. Conforme Vinhas de Queiroz (1966), o que sobrava das roças era comercializado/trocado

com os chamados bodegueiros. Em alguns lugares, a produção de lavouras de tabaco, possibilitava a fabricação doméstica de fumo de rolo, condição que permitiu a melhoria de vida dos caboclos e das caboclas, juntamente com criação de porcos soltos no mato.

Sobre os objetivos das trocas com os bodegueiros locais ou ainda com os tropeiros que passavam pela região, Tomporoski (2013, p. 62), diz que “visava adquirir produtos essenciais: sal, para conservar a carne; pólvora para ativar o rifle; querosene para iluminar o rancho; o açúcar amarelo e o café para começar o dia e a cachaça para aquecer a alma”. O autor ainda destaca que a área da roça cabocla não era aumentada e o comércio só não era mais intenso, dada a dinâmica local, ou seja, a existência de poucas casas de comércio, bem como a inexistência de um mercado consumidor disponível, ou seja, quase todos os habitantes tinham sua roça e produziam seus alimentos.

Por fim, Vinhas de Queiroz (1966), ao tratar do preparo da roça cabocla refere-se ao *pixuru*, ou *puxirão*¹⁰⁶, elemento que se configura como definidor do trabalho enquanto valor de uso.

Os trabalhos da roçada costumam-se fazer por volta de junho, - o que tem o inconveniente de coincidir com a época mais própria para o corte do mate, porém é o tempo melhor para abater a floresta. Se se trata de uma tarefa abrumadora para um homem só, acontece ao sertanejo de Serra-Acima recorrer, como noutras partes do Brasil, ao trabalho amigo e voluntário dos vizinhos. O auxílio aqui se denomina *pixuru*: vinte ou trinta homens, animados pelo espírito de cooperar, entre ditos chistosos e cantorias, deitam abaixo num só dia, alegremente, coisa como dois alqueires de mata. Deixam de pé as árvores maiores, depois, só no mês de agosto é que se toca fogo em tudo. Setembro se trabalha na enxada, e o chão fica disposto para a sementeira próxima. (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 30-31).

Percebe-se que a solidariedade e cooperação são elementos pertencentes ao mundo caboclo, que orientavam o trabalho como condição concreta de efetivação e realização do ser social. O processo de trabalho não era considerado um fardo, longe dos significados do trabalho enquanto relação mercadológica, cujo objetivo é a constataste acumulação e reprodução capitalista. O ato de trabalhar, para os caboclos e às caboclas, era um momento de ajuda, de risadas e cantorias, “o qual expressava o imbricamento entre trabalho, diversão e religiosidade, o qual muito mais do que uma reunião de trabalho, era o elemento fundamental de um ambiente complexo, racional e demarcado pela solidariedade e pelo igualitarismo” (TOMPOROSKI, 2013, p. 67-68). “O Pixirum era um momento de celebração daquele modo de vida, no qual

¹⁰⁶ Existe uma série de denominações regionais à essa prática coletiva de trabalho.

trabalho e diversão andavam de mãos dadas e cuja motivação não dependia apenas da necessidade, mas também da solidariedade” (TOMPOROSKI, 2013, p. 75)

O pixurum era uma reunião de trabalho, caracterizada pela ajuda mútua. Teci importantes relações de sociabilidade e confiança, até porque, o trabalho não era regido por uma prática mercadológica, os convocados para o trabalho não recebiam valor monetário, mas quando fosse preciso convocar o pixurum para trabalhar em seu benefício, era prontamente atendido por essa relação de troca de dias de serviço, tratava-se de um compromisso moral. A alimentação durante o dia de trabalho era dever intrínseco ao caboclo que convocava o pixurum, e, via de regra, era atividade da companheira/esposa que preparava o almoço, enquanto os homens trabalhavam na roça. O consumo de cachaça também fazia parte da rotina de trabalho, era comum o preparo de caipiras ou a ingestão da bebida pura, entre uma e outra etapa do dia do trabalho. No final do dia, o pixurum era encerrado com uma comemoração, um baile caboclo ou o baile do pixurum, com música, comida e bebida, que iniciava logo após o término do trabalho e se estendia madrugada adentro ou mesmo até o dia clarear. Dado o caráter de solidariedade e coletividade do trabalho, quando se observava que um vizinho estava precisando de ajuda para preparar a roça, porém não convocava o trabalho coletivo, por não ter condições de servir a alimentação ou a festa de encerramento, a vizinhança se organizava sem a convocação prévia, se disponibilizam para o trabalhar e ofereciam a alimentação (TOMPOROSKI, 2013).

Outra prática comum que caracterizava o modo de vida caboclo era o uso comum das terras, por meio do Faxinal¹⁰⁷. Nesse sistema, Tomporoski (2013), enfatiza que também era frequente a prática do auxílio mútuo, sobretudo para o trabalho de fazer as cercas que separavam as terras de criar, onde os animais ficavam soltos, das terras de plantar, área destinada à lavoura. Por meio de entrevistas, o autor aponta em sua tese, que esse sistema foi desagregando “com a chegada de empresas que passaram a explorar as matas da região e realizar o plantio de *Pinus* e eucalipto” (TOMPOROSKI, 2013, p. 77).

¹⁰⁷ De acordo com Föetsch (2014, p. 20), “a expressão “Faxinal” foi originalmente descrita por Horácio Martins de Carvalho, em 1984, para designar os espaços onde ocorrem práticas extrativistas da madeira e da erva, além de servir de espaço para a criação extensiva de animais”. Conforme a autora, ao longo dos anos, o Faxinal e o Sistema Faxinal, fora discutido por vários autores. Chang (1988), aborda o Sistema Faxinal, a partir da divisão em “terras de criar” e “terras de plantar”, além de ser caracterizado, pela produção animal para tração e consumo, produção agrícola para comercialização e consumo e extração da erva-mate nos ervais nativos como renda complementar. Em 1987, Gubert Filho caracterizou o Faxinal como sendo as “áreas contíguas de matas de araucária degradadas pelo pastoreio extensivo, realizado em criadores comuns. A autora, ainda enfatiza o entendimento de Nerone (2000), que compreende o Sistema Faxinal a partir da distinção entre as terras de plantar e as terras de criar; da diferenciação entre propriedade e uso das terras; dos sistemas de cercas, porteiras e mata-burros; do uso coletivo da terra; das relações de compadrio e mutirão; e da medicina e religiosidade popular.

Tomporoski (2013), assinala que com a chegada das empresas a lógica foi sendo modificada. Quando da criação dos animais em comum a cerca era *enchida* de fios para não permitir a passagem dos animais para as áreas de plantio, já as empresas utilizavam apenas quatro fios de modo que os animais criados soltos conseguiram passar e avançar para outras áreas. Segundo o autor, as empresas não queriam criar, mas plantar. Também não queriam a criação (animais) das pessoas e isso foi modificando o sistema de criação à solta e em terras de uso comum.

Para Brandt (2007), o acesso e uso da terra comum e de posse sofre importante desagregação com o avanço, nas primeiras décadas do século XX, de novas relações socioeconômicas, caracterizadas pela apropriação privada das terras, o cercamento, a colonização e a exploração madeireira. O autor chama atenção para a mudança no regime de acesso à terra, que passou do “apalavramento”, acordo oral entre os moradores, ao registro no “papel”, a apropriação passa a ser escriturada, de modo que “a terra que parecia larga, farta, sem fim, de súbito ganha outra fisionomia social. Ganha outra dimensão histórica” (BRANDT, 2007, p. 07).

Gallo (1999), pondera que não é possível afirmar o número de comunidades caboclas que à época estavam organizadas sob os preceitos da roça cabocla e da ajuda mútua, contudo, ao tratar da desagregação de tal modo de vida, aponta que esse “conflitava com o processo de colonização, voltado para a ocupação racional do solo, com plantio em escala comercial”.

Nesse contexto, na sequência abordaremos alguns elementos da desagregação do modo de vida caboclo, por meio da expansão capitalista e, conseqüentemente, dos sentidos e significados do trabalho e da terra, enquanto valores de troca e, em consonância com Mézáros (2002), das mediações alienantes de segunda ordem do sistema do capital.

4.3 O trabalho degradante na *Lumber*: as mediações alienantes de segunda ordem do sistema do capital

A desagregação/desestruturação do modo de vida caboclo pela expulsão das terras de posse e de uso comum, seguida pela opção política por imigrantes europeus e a apropriação mercadológica da floresta “gradualmente desarticulou as práticas espaciais dessa população, firmada pelo sentimento de pertencimento ao lugar, expressa em sua sociabilidade e o uso da terra e de seus recursos” (BRANDT; CAMPOS, 2014, p. 205)

Cada vez mais, a partir de então, foi imposta uma imobilidade, confinando e concentrando essa população em áreas acidentadas, de pouco valor econômico, caso conseguissem permanecer em parte de suas antigas terras, ou nas periferias das vilas e cidades que passaram a surgir com o desenvolvimento dos núcleos coloniais e serrarias, em muitos casos trabalhando como assalariados nas serrarias que exploravam pinheirais que foram posses de suas famílias (BRANDT; CAMPOS, 2014, p. 205).

Para entender os significados e desdobramentos aos trabalhadores da racionalidade capitalista do trabalho, praticada sobretudo pela *Lumber*, são valiosas as contribuições de Tomporoski (2006; 2013), através das análises realizadas em sua dissertação de mestrado, defendida em 2006 e na tese de doutorado, finalizada em 2013. O autor, valeu-se como fonte primordial em seus trabalhos, de processos trabalhistas movidos na justiça em decorrência de acidentes de trabalho ocorridos na empresa.

A análise dos processos trabalhistas permitiu o conhecimento da lógica e dinâmica do trabalho em suas diferentes frentes, na mata¹⁰⁸ (retirada da madeira e no processo designado de avançamento dos trilhos¹⁰⁹), no beneficiamento da madeira, no empilhamento à espera do transporte e na fábrica de caixas anexa ao engenho de serrar (TOMPOROSKI, 2013).

Em sua tese de doutorado, Alexandre Assis Tomporoski, entrevistou ex-trabalhadores da *Lumber*, homens quase centenários que enriqueceram o entendimento quanto ao trabalho na empresa, ao revelarem importantes elementos do dia a dia na mata e/ou na fábrica, sobretudo no período que vai de 1910 a 1929.

Os ramais permitiam que os trens, os trabalhadores e principalmente o guincho, chegassem até o ponto de retirada das toras, atividade essa que era realizada ininterruptamente, independente do clima, com “chuva, vento, geada”. Quem era carregador de toras, ou seja, quem trabalhava diretamente na derrubada e arrasto das toras do interior da floresta até as margens dos ramais ferroviários, não tinha folga, pois “trabalhavam direto, domingo e tudo. Mesmo quando um trabalhador perdia a vida em consequência de um acidente, seu corpo não era imediatamente conduzido até a sede da empresa, “eles colocavam o morto em cima das toras e trazia quando o trabalho terminava, no final do dia”. (TOMPOROSKI, 2013, p. 107)

¹⁰⁸ Ao serviço das matas estavam vinculadas distintas atividades relacionadas à extração da madeira em meio à floresta, bem como ao seu transporte desde os locais de corte das árvores até a serraria da companhia, no centro da vila de Três Barras. Esta seção também agregava o serviço de ampliação dos ramais ferroviários em direção às áreas de extração mais remotas. Essa operação era denominada *avançamento dos trilhos*. A existência de grupos de trabalho permanentes que atuavam ininterruptamente na manutenção e ampliação da rede de ramais ferroviários da *Lumber* era uma necessidade intrínseca ao processo de extração (TOMPOROSKI, 2013, p. 104).

¹⁰⁹ O trabalho de avançamento dos trilhos era desenvolvido por trabalhadores contratados por *turmeiros*, sob o regime de empreitada. A maioria desses trabalhadores vivia nos acampamentos organizados pela companhia em meio à floresta. O objetivo era manter as turmas de trabalhadores mais próximas aos seus locais de trabalho no interior da mata, dinamizando o processo produtivo (TOMPOROSKI, 2013, p. 104).

Para o autor, e de acordo com os processos trabalhistas analisados, era frequente o registro de acidentes e mortes de trabalhadores em todas as frentes de trabalho, contudo, eram contumazes as ocorrências na mata, seja na derrubada das árvores ou no arrastar das toras até os trilhos para o transporte. “O arrasto das toras resultava na destruição de toda a mata que estivesse em seu caminho e, muitas vezes, galhos e pedaços de árvores atingiam as turmas de trabalhadores, mutilando ou ocasionando o óbito” (TOMPOROSKI, 2013, p. 109).

O procedimento adotado após a ocorrência de algum acidente de trabalho era padrão, o trabalhador acidentado era levado pelos companheiros de trabalho até o hospital da companhia, quando então se comunicava o acontecido ao responsável pela resolução dos acidentes de trabalho, este, era o primeiro a ouvir os trabalhadores, “e a construir uma versão para o acidente, a qual era composta tanto por fatos relatados a ele pelas testemunhas como pelos interesses imediatos da empresa” (TOMPOROSKI, 2006, p. 110).

Na sequência, comunicava-se a ocorrência do acidente de trabalho ao subdelegado de polícia do distrito de Três Barras, por meio do preenchimento de um formulário padrão, no qual constava a versão da empresa no que diz respeito às causas do acidente, bem como a indicação das testemunhas, condição, que levava muitas vezes a versões articuladas entre testemunhas e os interesses da empresa. Nesse sentido, era comum culpabilizar o trabalhador pelo acidente de trabalho, nos processos analisados é recorrente o uso de expressões como; descuido, distração, pressa, precipitação e infelicidade, para atribuir às causas do acidente a negligência dos trabalhadores (TOMPOROSKI, 2006).

A atribuição da responsabilidade/culpa pelo acidente ao trabalhador, tratava-se de um mecanismo para a empresa não arcar com os encargos quanto à indenização devida.

Ora, a *Lumber*, que topou com o meio onde todos destinos são possíveis, tem sempre denegado aos seus trabalhadores reparações por acidentes. Nada de auxílios às famílias dos que morrem colhidos por uma máquina, nada de ressarcir ao que fratura um braço ou sofre a perda de um membro. Depois do acidente e dos curativos, o abandono impiedoso. Ante a miséria da infeliz vítima despedida por inútil, ou da penúria de uma viúva e órfãos, a mais insolente indiferença [...]. E assim progride a poderosa empresa, demonstrando o mais irritante e absoluto desprezo para com a sorte de seus operários, reduzidos à misérrima condição de párias. (FAFIUV, 1994, p. 48).

Nesse contexto, outra estratégia comumente utilizada, sobretudo em casos de danos irreversíveis, como a limitação de movimentos ou perda de membros (dedos, mãos e pernas), condição que impossibilitava o trabalhador de retornar às atividades laborais, era a referência à

negligência dos trabalhadores no processo de tratamento e recuperação, ao apontar que os mesmos, não seguiam as recomendações médicas, ou ainda, que teriam procurado outros profissionais de saúde, ou melhor, curandeiros e charlatões (TOMPOROSKI, 2006; 2013).

É evidente a tentativa do patrão em estabelecer o acidente do operário como algo no limiar da má fé e da falta de competência, travestindo a vítima em culpado, alguém que pela sua falta de aplicação estaria atrapalhando o processo produtivo da companhia e, de acordo com as suas sutis declarações, utilizando-se de má fé para tirar proveito da boa vontade da *Lumber*. (TOMPOROSKI, 2006, p. 125).

Outro elemento da atuação na *Lumber*, em Três Barras, fora a existência de uma Vila Operária que além das moradias dos trabalhadores, contava com alguns serviços (hospital, farmácia, cinema e armazém), que na prática, tinham por finalidade “impor aos seus moradores um ajustamento moral, psicológico e físico” (TOMPOROSKI, 2013, p. 170), como veremos adiante.

Ao analisar as relações de trabalho na *Lumber*, Tomporoski (2006), identificou que por meio de uma eficaz imagem paternalista para com os trabalhadores, a empresa objetivava impor um processo de disciplinarização, que na prática, possibilitava a elevação da exploração da força de trabalho.

O ajustamento dos trabalhadores aos intentos da empresa, a disciplinarização no trabalho e fora dele, a relação paternalista entre patrão-empregado,

[...] poderia resultar – na construção de sentimentos de lealdade em relação ao patrão, ou no fomento de um sentimento de pertencimento em relação à empresa, arquitetando assim a ideia de uma “grande família”. Isso tornava a relação patrão/empregado mais complexa, facilitava a dominação e favorecia a interiorização da dominação pelas pessoas residentes na vila operária. (TOMPOROSKI, 2013, p. 170).

Essa relação entre patrão-empregado pode ser um dispositivo importante para compreender os processos trabalhistas, sobretudo quando da ocorrência de acidentes de trabalho e a ação/testemunho de alguns trabalhadores, que utilizam de expressões para culpar o trabalhador acidentado e alinhar a versão do ocorrido com os interesses da empresa.

Na prática trata-se de uma estratégia de controle social. Para Chalhoub (2001, p. 115), a imagem da relação patrão-empregado, veiculada pelas classes dominantes, durante a República Velha, se assemelhava a relação entre pais e filhos. Para o autor, o patrão procurava guiar e aconselhar o trabalhador, que retribuía realizando suas tarefas com dedicação e com

respeito ao patrão. “Esta imagem ideal da relação patrão – empregado tem um objetivo de controle social, procurando esvaziar o potencial de conflito inerente a uma relação baseada fundamentalmente na desigualdade entre os indivíduos que dela participam”.

Tomporoski (2006), apresenta alguns elementos da relação paternal envolvendo os trabalhadores da *Lumber*, trata-se; a) *do incentivo ao futebol*, o autor aponta que o objetivo visava a redução de conflitos e tensões no ambiente de trabalho, bem como a construção de um sentimento de pertencimento do operário para com a empresa. A fundação de um clube de futebol e a realização de competições patrocinadas pela *Lumber* visavam a criação de um sentimento de pertencimento e identificação dos moradores e trabalhadores, com a empresa em Três Barras. O autor ainda verificou que na ocorrência de campeonatos de futebol eram oferecidas taças aos vencedores, que eram nomeadas utilizando-se de nomes de funcionários do alto escalão da *Lumber*, caso, de Emílio Tinel, encarregado de acidentes de trabalho da empresa; b) *a comemoração de 04 de julho*, a respeito dos festejos em torno da independência dos EUA, o autor enfatiza que com o intuito de tecer laços de solidariedade e lealdade com os trabalhadores e amenizar os conflitos de classe, institui-se tal data como dia de festa. Os trabalhadores eram liberados do trabalho, no entanto, deveriam, com suas famílias participar dos festejos. Há registros que os documentos dos trabalhadores eram apreendidos e devolvidos somente no final do dia, trata-se de um mecanismo que obrigava a participação nas atividades programadas pela *Lumber* naquele dia; c) *A Farmácia, o Hospital e o Armazém*, a farmácia e o hospital foram estruturas construídas, sobretudo para atender os funcionários e diretores da empresa vindos dos EUA, porém os demais trabalhadores e suas famílias, por vezes, recorriam ao atendimento médico ou a compra de medicamentos. Contudo, a existência do hospital e da farmácia custava aos trabalhadores meio dia de trabalho. No armazém, os trabalhadores retiravam os produtos que eram anotados na caderneta e descontados no salário do mês seguinte; d) *O Cinema da Lumber*, tratava-se de outro mecanismo de cooptação dos trabalhadores, por meio da diversão, distração e emoção que o cinema pode provocar. Para o autor, o cinema “poderia substituir hábitos não adequados aos interesses da companhia, como beber ou brigar e, ao invés disso, entreter os espectadores, incutindo normas de conduta ajustadas aos interesses da *Lumber* (TOMPOROSKI, 2006, p. 84).

Outro mecanismo de controle da *Lumber*, este nada sutil, fora o Corpo de Segurança da empresa, que tinha função primordial ao manter a “ordem”. Teve papel decisivo na desagregação/desestruturação do modo de vida caboclo, seja, pela atuação, já mencionada, ao expulsar/matar os caboclos posseiros e as caboclas posseiras das terras concedidas à exploração

madeireira, mas, também, por outras atribuições como “na proteção do patrimônio e das instalações da empresa, na manutenção da disciplina, repressão aos protestos dos operários” (TOMPOROSKI, 2013, p. 179).

Durante os quatro anos da Guerra do Contestado, o Corpo de Segurança da *Lumber* também tinha a incumbência de “proteger” a sede da empresa dos ataques dos caboclos, evitando o que aconteceu em Calmon, que fora incendiada e destruída, conforme apontamos anteriormente. Sobre o objetivo desses agrupamentos armados, Peixoto (1995, p. 28-29), diz que se pretendia “acautelar interesses, para que fazendeiros diversos consigam permanecer, deste modo, uns, incólumes das arremetidas dos jagunços, e outros, arrogantes e até despóticos.” Contudo, a presença desse regimento permaneceu em Três Barras mesmo após a expulsão dos caboclos e das caboclas das terras e findados os combates da guerra.

Após o encerramento dos conflitos, a empresa continuou sua expansão predatória sobre a região e, para tanto, continuou empregando sua milícia na execução de seus interesses. A guarda da empresa, responsável pela manutenção da “ordem”, também desempenhou papel expressivo durante as greves deflagradas pelos trabalhadores da companhia, quando foi eficientemente empregada na repressão, principalmente, aos movimentos de 1919, vigiando, perseguindo e prendendo os operários grevistas, aos quais, um dos membros do grupo declarou “O senhor não ande de noite. Recolha-se cedo, porque a ordem é rigorosa. Temos ordem de matar”. (TOMPOROSKI, 2013, p. 181).

Contudo, a ocorrência de movimentos grevistas, em 1917 e 1919, é um indicativo importante quanto ao efetivo potencial dos mecanismos de controle social e de captura da subjetividade operária, ou seja, o alcance dessas estratégias foi limitado. Além da deflagração das greves, que se apresentam enquanto o estopim da reivindicação dos trabalhadores, é possível constatar outros elementos de resistência, que representaram a não conformação aos objetivos da empresa, a negação à imposição de um modelo de trabalho e de conduta.

Além da organização dos trabalhadores em âmbito nacional que resultou em greves em outros lugares do Brasil, outro motivador, no deflagrar das greves dos trabalhadores da *Lumber* girava em torno das condições de trabalho e ainda as ações de alguns políticos locais e lideranças da empresa, por exemplo, a insatisfação dos trabalhadores com a atuação do médico da *Lumber* e intendente distrital de Três Barras, Oswaldo de Oliveira.

Sobre as condições de trabalho, destacamos anteriormente, a ocorrência de acidentes nos mais diversos processos produtivos, da serraria à mata, os trabalhadores corriam riscos de sofrerem lesões/mutilações que poderiam descartá-los para a exigência do trabalho na empresa.

Além disso, era considerável o registro de acidentes que resultavam na morte dos trabalhadores. Tomporoski (2013, p. 190-191), ainda enfatiza que “os trabalhadores da *Lumber* eram – contínua e gradativamente – pressionados pela longa jornada de trabalho – que poderia atingir dez horas diárias”.

Outro elemento gerador do movimento grevista de 1917, refere-se ao desdobramento, em Três Barras, do ato oficial do término da Guerra do Contestado, ou seja, o Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina. Até então Três Barras era território paranaense e tinha como prefeito, Dídio Augusto, que apresentava postura de apoio aos trabalhadores e questionava os excessos cometidos pela *Lumber*. Ao se tornar território catarinense, passa a ser distrito de Canoinhas, e, Oswaldo de Oliveira, médico da empresa, é nomeado intendente distrital, condição que fortalece a empresa, inclusive, porque o mesmo passa a ter direito em nomear autoridades locais (TOMPOROSKI, 2013).

A ação do Dídio Augusto não se limitou ao tempo em que respondia como prefeito de Três Barras. Quando do Acordo de Limites e de sua destituição do cargo de autoridade municipal, continua a se pronunciar em favor dos trabalhadores. Assim disse, na ocasião da deflagração da greve dos trabalhadores da *Lumber*, em 1917.

Os trabalhadores da *Lumber* vinham, havia muito, lutando, desesperançados, com uma tremenda crise, oriunda da exiguidade dos salários – 3\$000 e 3\$500 diários, situação essa tornada mais grave com o desconto de 2\$000 mensais para serviço sanitário e como o pagamento de medicamentos. Era o regime pleno da miséria em flagrante contraposição com a vida luxuosa dos feitores e técnicos norte-americanos, cujos ordenados lembram os subsídios e dos vencimentos dos mais altos funcionários públicos da Federação Brasileira. Explodiu o movimento grevista que se generalizou depressa por quase todo o sul do país. Os operários da *Lumber*, acordando da sua emperrada e quase criminosa catalepsia, ergueram-se também; os punhos cerrados, mirando sôfregos – novos israelitas – através do seu deserto de penas, a coluna de luz do seu direito. (FAFIUV, 1994, p. 46).

Nessa experiência de resistência os trabalhadores da *Lumber* organizam a Liga Operária, que, justamente pelo alinhamento político das autoridades de Três Barras, passam a ser reprimidos e perseguidos. Condição que se agrava a ponto de ser o principal motivador da deflagração da greve de 1919, que “consistia no combate à atuação do chefe do serviço sanitário da empresa e intendente distrital, Dr. Oswaldo de Oliveira. Ele fora acusado de perseguição política contra os trabalhadores, que exigiram sua retirada do cargo de intendente” (TOMPOROSKI, 2013, p. 194), além de sua participação quando das disputas judiciais em torno dos processos trabalhistas movidos por trabalhadores que haviam sofrido acidentes de

trabalho, “fornecendo à empresa “provas” necessárias para a redução do valor das indenizações ou, inclusive, a ausência de quaisquer pagamentos às vítimas” (TOMPOROSKI, 2013, p. 195).

Para Tomporoki (2013), a resistência foi mais efetiva nos acampamentos de trabalhadores embrenhados na mata para a derrubada das árvores, avançar do trilhos e transporte da madeira. Os mecanismos de controle social eram presentes em menor intensidade nesses espaços. Condição que facilitava, por exemplo, as festas e bailes realizados aos finais de semana. A diversão, a dança e o consumo de bebidas, que eram costumes da população da região, se tornaram regradados ou mesmo proibidos pela *Lumber*, que os considerava incompatíveis com a racionalidade e disciplina do trabalho.

Entretanto, se as reivindicações se tornavam mais fáceis de serem construídas nos acampamentos, a repressão não demorava a chegar. E isso acontecia, por exemplo, pelo acesso a moradia (Vila Operária) que representava “um poderoso e eficiente elemento de pressão em momentos críticos” (TOMPOROSKI, 2013, p 183).

A propriedade da casa do trabalhador delegava aos diretores da companhia imenso poder de coerção sobre aqueles indivíduos e suas famílias. Ao menor indício de insubordinação – o que já representava uma atitude corajosa do trabalhador nessa situação de dependência – aquele que controlava seu emprego e sua moradia o demitia e expulsava toda a família operária. A pressão exercida sobre os principais responsáveis pela agitação traduzia-se em demissão e deportação, afinal, sem casa para morar, sem dinheiro para hospedagem, com poucas alternativas de trabalho e com o desagrado dos diretores – cuja vontade era sinônimo de lei – o que restava aos “agitadores” e suas famílias era abandonar definitivamente Três Barras. (TOMPOROSKI, 2013, p. 183-184).

Além da perda da moradia, para o autor, era comum o uso da força policial e do Corpo de Segurança da *Lumber*, enquanto forma de repressão à organização dos trabalhadores. Isso ocorria por meio da demissão, uso da violência e da força armada, prisão e ameaças de morte.

Isso demonstra que o embate entre os pobres do planalto contestado e o capital estrangeiro, especificamente a *Lumber Company*, não se restringiu ao período da Guerra do Contestado, mas avançou no tempo e revestiu-se de novas formas e instrumentos, tal como a mobilização de seus trabalhadores contra os excessos praticados pela empresa naquela região. (TOMPOROSKI, 2013, p. 205).

Com a chegada da *Lumber*, era constante o estágio de tensão e conflito, isso parece mais evidente quando se refere ao genocídio da guerra, porém as relações absolutamente desarmônicas, entre população local (trabalhadores da empresa – caboclos, caboclas e

imigrantes acabocladados) e a *Lumber*, eram constantes e se qualificam enquanto produto da expansão do capital e seus rebatimentos, ao modo de vida e à lógica do trabalho imposta pela empresa.

O trabalho abstrato, fundamentado no valor de troca, nas estratégias de controle social, na frequência e gravidade dos acidentes do trabalho, nas longas jornadas, na rotina da fábrica e na disciplina do emprego capitalista não condiziam com os significados do trabalho estabelecido há gerações, enquanto fonte de realização social, condição de existência, associado à diversão/festa, ajuda mútua etc, essa lógica era inconciliável e “com o trabalho na fábrica, onde o trabalhador não poderia mais determinar seu ritmo de trabalho ou sua função, pois consistiria em apenso às máquinas com as quais trabalharia e, para isso, precisaria estar sóbrio. Na fábrica não haveria diversão, apenas trabalho” (TOMPOROSKI, 2013, p. 151).

A atuação das empresas estrangeiras, em especial da *Lumber Company*, fez com que a população pobre da região se tornasse objeto de um processo de implantação de novas concepções pautadas pela lógica do capital e que perpassariam o controle e disciplinamento do tempo e do espaço, não apenas do espaço de trabalho, mas também dos espaços de lazer e diversão. Adicionalmente, mesmo as características de conduta familiar e social, que definiam o modo de vida daquela população, deveriam agora adaptar-se às novas expectativas de uma sociedade em processo de transformação. Neste sentido, as novas práticas instituídas pelas companhias são sintomáticas de sua participação ativa e consciente no processo de inserção de uma nova ética e de uma nova disciplina de trabalho na região. (TOMPOROSKI, 2013, p. 158).

Com o avanço das relações de produção capitalistas o Contestado é engendrado pelo refazer da Geografia do Trabalho, na ruptura, entre o trabalho como fonte de realização e efetivação do ser social, para o trabalho estranhado, precarizado e degradado. Do trabalho fonte de vida, para o trabalho que fere, mutila e mata, o arranjo espacial foi sendo redesenhado, adquirindo novos contornos, configurações e significados, por meio das mediações alienantes do capital em detrimento às mediações necessárias entre a humanidade e a natureza.

Em consonância com os apontamentos de Mészáros (2002), em torno das mediações de segunda ordem, destacadas no terceiro capítulo, pode-se dizer, que o Contestado, com a territorialização da *Lumber*, passa a ser conformado pela alienação dos meios de produção e pelos objetivos da produção capitalista que submetem os trabalhadores e as trabalhadoras à desumanização que é própria do sóciometabolismo do capital, ao separá-los/separá-las da terra/floresta, da decisão no que diz respeito ao processo de trabalho e do controle sobre as formas de trabalho.

O território que sempre lhe deu abrigo e sobrevivência, onde nasceram e foram enterrados seus ancestrais não lhe pertence mais. A terra para o sertanejo, não representava apenas um valor econômico, mas um valor, acima de tudo sentimental. Era a terra de seus ancestrais, que tem uma memória de luta, de conquista, de muito trabalho investido, de permanência, criando profundos vínculo afetivos com o espaço onde plantaram sementes de fé. (TONON, 2002, p. 86).

O trabalho passa a ter outro sentido, quando a terra/território não pertencem mais aos caboclos e às caboclas. As “novas relações de trabalho objetivavam o lucro em detrimento da manutenção de costumes preexistentes, considerados irracionais ou perigosos. Para alcançar seu propósito, a empresa realizou tentativas de transformação e supressão desses costumes” (TOMPOROSKI, 2013, p. 151).

A despossessão cabocla, ao passo que desestruturou os modos de vida e as relações de trabalho estabelecidas no Contestado, engendrou outra lógica à conformação do território, sendo estas, mediadas pela essência da racionalidade capitalista no que se refere aos mecanismos inerentes à expansão geográfica do capital, isto é, a transformação terra e da força de trabalho em mercadorias.

É sob essa realidade territorial que trazemos a leitura da degradação da natureza e do trabalho ao buscar compreender os significados e desdobramentos do monocultivo de pinus em Calmon, conforme abordaremos na sequência.



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2017.

Toras de *Pinus* empilhadas no pátio da empresa *WestRock Brasil* em Calmon/SC.

100 anos depois, o Contestado ainda é guerra, os tambores acabam de rufar, as batalhas seguem, o sofrimento ainda atinge muitos, o sangue dos que deram a vida lutando pelo seu direito à terra e à vida ainda está impregnado pela região da Guerra do Contestado. (FRAGA, 2016, p. 29).

CAPÍTULO V - CALMON É SÓ O PINUS E MAIS NADA, ISSO SÓ PRESTA PRA EMPRESA: SIGNIFICADOS E DESDOBRAMENTOS DO MONOCULTIVO DE PINUS

Neste capítulo sistematizamos as entrevistas realizadas no município de Calmon. A partir das memórias, vozes, compreensões, entendimentos e perspectivas dos caboclos e das caboclas, evidenciamos os significados e desdobramentos do monocultivo de *Pinus* num município que, conforme relata o Trabalhador 1 (2016), “é só o *Pinus* e mais nada”.

Calmon é um município do Contestado catarinense com pouco mais de três mil habitantes. A formação territorial está atrelada aos acontecimentos da Guerra do Contestado. O município teve uma madeireira da *Lumber* instalada na primeira década do século XX que saqueou a madeira nativa, expulsou/matou caboclos e caboclas.

A partir das décadas de 1960-1970, com o exaurimento da floresta nativa, o monocultivo de *Pinus* é introduzido, enquanto base econômica, em muitos municípios do Contestado, inclusive, em Calmon. Assim, a madeira mercadificada continua sendo o elemento de expansão do capitalismo no município e como consequência, com importantes rebatimentos territoriais, no que concerne a relação homem/mulher-natureza em seu devir geográfico.

De tal modo, esse capítulo objetiva perscrutar as expressões territoriais do *Pinus* em Calmon, a partir da natureza (terra e floresta mercadificadas) e do homem/da mulher (trabalhador/trabalhadora) arrancados/expulsos da terra (floresta), enquanto condição de existência e reprodução social.

5.1 Caboclos/as, trabalhadores/as, desempregados/as, sem terra e sem trabalho: a condição de proletariedade e a noção de alargamento da classe trabalhadora

Nesse subcapítulo, objetivamos construir uma leitura da centralidade do trabalho a partir da realidade do município de Calmon e com base na compreensão de Alves (2009), em torno da condição de proletariedade e de Thomaz Junior (2009), quando propõe a noção de alargamento da classe trabalhadora.

A compreensão de quem é a classe trabalhadora passa pela análise de seu desenho societal, ancorada na redefinição geográfica do trabalho. Os limites teórico-analítico, entre camponeses e trabalhadores, precisam ser revisados para que seja possível compreender a complexidade real da totalidade do trabalho.

Para tanto, na sequência do capítulo enfocaremos os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, articulados à dinâmica geográfica do trabalho e aos fenômenos que afetam, em Calmon, o trabalho, os trabalhadores e as trabalhadoras, em seu (re) fazer espaço-temporal sob os desígnios do metabolismo societário do capital.

O conceito de condição de proletariedade é importante para o entendimento do trabalho em Calmon, à medida que revela os processos de despossessão e proletarização de trabalhadores jovens, homens e mulheres do município. Sobre este conceito, Alves (2009) considera que refere-se,

[...] a condição existencial fundamental (e fundante) da modernidade do capital, que implica homens e mulheres despossuídos dos meios de produção de sua vida social, na situação de “classe social” do proletariado. A “classe” (entre aspas¹¹⁰) do proletariado é o conjunto social de homens e mulheres, alienados da propriedade/controlado social dos meios de produção da vida, que estão subsumidos a uma condição existencial histórico-particular – a condição de proletariedade. (ALVES, 2009, p. 61).

Para o autor, a condição de proletariedade “é dada quase como um destino” (ALVES, 2009), e é marcada por “um processo de proletarização social, processo histórico-social que marca o desenvolvimento histórico da modernidade do capital” (ALVES, 2009, p. 69), e que forma o mundo do trabalho na atualidade, sobretudo, quando contingentes de trabalhadores passam a viver nas cidades¹¹¹, numa condição espaço-temporal distante daquela em que viveram seus pais e avós, quando estes, enquanto trabalhadores rurais, posseiros ou proprietários tinham na terra a condição de produção e existência. De acordo com o autor, um ato de despossessão marca esse processo, ao tornar “parte daquela geração familiar despossuída dos meios de produção da vida social” (ALVES, 2009, p. 69).

Alves (2009), sinaliza duas formas de expropriação que estruturam o sistema sociometabólico do capital e que produzem e reproduzem o proletariado, um primeiro denominado de expropriação primordial atrelado à acumulação primitiva, e um segundo (ou poderíamos chamá-lo de constante) vinculado ao trabalho estranhado e explorado designado de expropriação sistêmica.

¹¹⁰ Alves (2009), utiliza “classe” (com aspas) ao referir-se à condição de proletariedade de homens e mulheres que, como sujeitos históricos, não possuem a propriedade e controle das condições de produção da vida social, e classe (sem aspas) por entender que o proletariado, como classe, pressupõe algum grau de consciência dessa condição historicamente determinada. Nessa perspectiva, o autor considera que, “[...] a forma de ser da classe social, na ótica dialético-materialista pressupõe *não* apenas uma posição objetiva na *divisão social do trabalho*, mas uma determinada forma de consciência social, a *consciência de classe* capaz de transformar em si e para si aquela coletividade particular-concreta de trabalhadores proletários em sujeito histórico real – a classe do proletariado – cujo movimento social e político tente a “negar” o estado de coisa atual”. (ALVES, 2009, p. 86-87, *grifos do autor*).

¹¹¹ Deste modo, ainda que o município de Calmon não se caracterize como uma aglomeração urbana considerável, em que pese os preceitos da Geografia Urbana, é inegável o incremento populacional que, a partir dos dados disponibilizados do último censo demográfico, passou a viver no núcleo urbano do município, mesmo, que parte considerável destes, faça, quase que cotidianamente, o caminho para o trabalho no campo, em grande medida, nas plantações de *Pinus*.

No que diz respeito aos trabalhadores de Calmon, os efeitos do metabolismo societário do capital são centrais para o processo de proletarização. A violência contra os povos originários e a Guerra do Contestado representam um primeiro ato de despossessão (expropriação primordial) no sentido de negar a terra enquanto meio de produção de existência e sociabilidade, a opção pela monocultura do *Pinus* e pela agricultura capitalista configuram a retroalimentação da despossessão, quer dizer, “a condição de proletariedade tende a ser reiterada de forma sistêmica, no tempo histórico presente” (ALVES, 2009, p. 69) e “emerge a condição de existência (des)humana da civilização do capital (ALVES, 2009, p. 80).

Ao referir-se ao processo de proletarização, Alves (2009), chama atenção para o fato de ser este um processo histórico inevitável sob o modo de produção capitalista e, que através deste, fundam-se as bases da proletariedade marcada pelo trabalho estranhado, sob a forma histórica do trabalho assalariado.

Contudo, entendemos que associar a condição de proletariedade à ocorrência do trabalho assalariado não seja suficiente para a compreensão da classe trabalhadora na atualidade. De igual modo, asseveramos, que em Calmon, o conjunto dos trabalhadores assalariados não representa por si a realidade da classe trabalhadora do município. Se fosse assim, como entenderíamos, os trabalhadores informais, os jovens em busca de emprego, as mulheres que realizam o trabalho doméstico enquanto seus maridos trabalham no *Pinus*, os camponeses assentados ou não que combinam suas jornadas de trabalho na terra com o trabalho assalariado ou com a realização de “bicos”?

Tal condição nos põe a pensar quem é a classe trabalhadora em Calmon? O que a configura? Quem são os trabalhadores e trabalhadoras? Quais os limites entre campo e cidade, entre trabalho assalariado e campesinato?

Segundo Thomaz Junior (2009), é preciso compreender quem é a classe trabalhadora no que tange a complexa trama de relações que atinge o mundo do trabalho no século XXI, para tanto, é preciso superar os limites teóricos e analíticos entre campo e cidade, camponês e operário. Nessa perspectiva, o autor enfatiza que as pré-definições, considerações e eventuais fronteiras entre esta ou aquela classe,

[...] não mais nos permitem compreender as complexas tramas sociais do universo do trabalho e seus mundos, fragmentados nas diferentes situações laborais, contextos de dominação, subordinação, sujeição e identificados também enquanto fragmentados no âmbito da práxis teórico-política. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 202).

Nesse cenário e atento às contradições intrínsecas ao metabolismo societário do capitalismo, o autor, sinaliza a necessidade de compreender “as diferentes formas de existência do trabalho: assalariados/operários/proletários, camponeses, por conta própria e os que se somam em parcela cada vez mais expressiva do contingente que trabalha, os informais” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 202).

De igual modo, Thomaz Junior (2009), enfatiza que é sob o movimento contraditório da sociedade e do capitalismo, enquanto modo de produção, que é preciso entender o processo de reprodução/recriação do campesinato, aceito/negado pelo capitalismo, de modo que, ao mesmo tempo, que trata-se de uma realidade de dentro do capitalismo, estes, garantem as possibilidades de existência pela luta e pelo enfrentamento à ordem hegemônica, “se o capital fecha as portas do futuro, os camponeses as abrem, por meio das lutas de resistência (e daí as ocupações e as demais formas de manifestação), como condição para a sua reprodução social, cultural e econômica (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 202).

Ainda no contexto da complexa trama de relações é fundamental desvelar a materialização no espaço geográfico da pluralidade do trabalho frente “as idas e vindas, remanejamentos e mudanças de habilitações laborativas [...] essa plasticidade constantemente refeita, tem influenciado diretamente a materialização das diferentes expressões do trabalho, no tempo e no espaço” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 205).

A plasticidade do trabalho se apresenta enquanto um fenômeno para o entendimento do refazer do trabalho, atrelado à dinâmica técnica, social e territorial. As ocupações são ressignificadas, a relação campo-cidade assume novos significados, conteúdos e formas, homens e mulheres, como atesta Thomaz Junior (2006), ora são camponeses, ora operários, imersos nos mais diferentes universos laborais, seja, no transcorrer de um mesmo ano fiscal, ou ao longo das trajetórias de vida e trabalho.

Portanto, é sob o metabolismo societário do trabalho, suas manifestações territoriais e repercussões no que tange à degradação da natureza e do trabalho que buscamos analisar a condição de proletariedade na perspectiva do alargamento da classe trabalhadora.

Na sequência do capítulo abordaremos as territorialidades dos caboclos, operários, camponeses, assentados, sem terras e sem trabalho. São homens, mulheres, jovens do campo e da cidade, que no município de Calmon representam o “retrato da diversificação geográfica do trabalho, [...] às formas degradadas da vida dentro e fora do trabalho” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 217), que “se materializam rompendo as fronteira cidade↔campo, nesses estágios diferenciados de existência do trabalho: camponês↔operário/ proletário/informal↔camponês,

ou operário/proletário/informal↔camponês↔operário/ proletário/informal”. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 227).

Pouco ou quase nada conseguimos entender e explicar desse intricado quadro societário, se apenas considerarmos que existem proletário e subproletários (a legião de informalizados), e o *lumpen* que habita a franja desse processo e vivencia situações extremadas de desemprego e desposseção. [...]. Daí ser necessário que compreendamos as dimensões do trabalho, nos campos e nas cidades, e suas diferentes formas de explicitação laboral, conteúdos sociais e dinâmicas geográficas. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 227).

Para tanto, o autor coloca como inquietação o intuito de apreender a composição da classe trabalhadora no Brasil, na perspectiva de desnudar quem são os sujeitos quem estão à frente dos conflitos e que apresentam, em suas práticas, potenciais emancipadores. Isso significa, que não se trata de defender/afirmar o fim do campesinato, e/ou de diluir o proletário no interior do campesinato, mas de desvelar as redefinições que atingem a dinâmica geográfica do trabalho na perspectiva do,

[...] esgarçamento das fronteiras do assalariado típico, da fundamentação do proletário puro, como parâmetro teórico-empírico para definir conceitualmente o que cabe na classe trabalhadora, com vistas a *alargar* o seu conceito. [...]. Assim é no interior das contradições da ordem metabólica do capital, que regem os mecanismos centrais da produção, o processo mais geral de sua reprodução ampliada e os impactos para o universo do trabalho, que podemos entender as parcelas crescentes de trabalhadores informais, desempregados, camponeses, como *parte da classe trabalhadora*. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 231, *grifos do autor*).

Sem a incorporação da teoria do alargamento da classe trabalhadora de Thomaz Junior (2009), defendemos que seria incompleta qualquer tentativa de análise em torno dos significados do monocultivo do *Pinus* no que concerne à organização e dinâmica geográfica do trabalho no Contestado de modo geral, e especificamente em Calmon. Defendemos, que a monocultura do *Pinus* afeta a vida e restringe as possibilidades de trabalho e existência digna para a grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras calmonenses, seja, para aqueles que se empregam em alguma atividade que envolve diretamente o *Pinus*, para aqueles que justamente pela dinâmica desta monocultura não encontram emprego, na falta de perspectiva para jovens e mulheres e ainda, nos desdobramentos para aqueles que vivem no campo, camponeses assentados ou não que veem suas terras cercadas pelo *Pinus*.

Em um município com pouco mais de três mil habitantes, dos quais dois terços vivem num núcleo urbano que apresenta raras oportunidades de emprego, condição que força

trabalhadores e trabalhadoras a submeterem-se cotidianamente à mobilidade territorial para trabalharem no campo ou nas cidades próximas, sob os desígnios da paisagem artificializada e da terra concentrada, nos é elementar o entendimento de que caboclos, operários, desempregados, camponeses, assentados, sem terras e sem trabalho estão imersos num mesmo processo de degradação de suas condições de existência, enquanto imperativo para o processo expansivo do capital, em que pese a busca contínua pela reprodução ampliada. Isso porque, conforme já sinalizamos anteriormente a degradação da natureza e do trabalho é a marca do chão Contestado, que na atualidade adquire novos contornos sob os preceitos da monocultura, da terra e do trabalho como valor de troca.

Contudo, como parte desse mesmo processo gestam-se as resistências, lutas e alternativas que negam a barbárie posta e que mostram a necessidade de construir outro modelo de sociedade, de organização do espaço geográfico, do trabalho e da vida regido pelo valor de uso, e, portanto, pelo trabalho que realiza e humaniza. A contestação permanece sendo a marca do Contestado, a violência da guerra não foi suficiente para eliminar os processos de lutas e resistência, mesmo que, por vezes, estes pareçam tênues.

5.2 Quem são os trabalhadores do *Pinus* e as trabalhadoras negadas pelo *Pinus* em Calmon?

Os trabalhadores entrevistados em Calmon são homens que trabalharam ou trabalham (alguns já aposentados) no monocultivo de *Pinus* e desenvolveram ou desenvolvem funções como; plantio, limpeza/roçada, desbaste, corte raso e transporte. Contudo, percebemos que suas trajetórias de trabalho não se limitaram/limitam ao trabalho no plantio, manejo e corte do *Pinus*. São trabalhadores que vivenciaram o período que antecede a territorialização das florestas artificiais, que segundo os entrevistados, ocorreu em Calmon com mais intensidade no final da década de 1980 e início de 1990. Até então, a retirada de madeira nativa, sobretudo, araucária e imbuia, predominava na região, e todos os entrevistados, com exceção do Trabalhador 13, atravessaram esse processo. Deste modo, são trabalhadores que em suas trajetórias têm na indústria da madeira a condição central de venda da força de trabalho e de sociabilidade.

As mulheres de Calmon também têm suas trajetórias de vida ligadas à indústria da madeira, não diretamente como trabalhadoras desse setor, mas, enquanto netas, filhas e mães de homens que trabalharam e trabalham na madeira nativa e/ou nas florestas artificiais. Mas, a principal marca, sobretudo, do monocultivo de *Pinus* para estas trabalhadoras é a negação ao

emprego, as empresas de plantio e corte de *Pinus* não contratam mulheres, de modo que para estas se impõe o trabalho sazonal, temporário e migrante.

Outro elemento que marca as trajetórias dos entrevistados e entrevistadas é a ligação com o Contestado. Apenas um dos entrevistados nasceu no Paraná em terras não contestadas, os demais, têm suas histórias de vida ligadas à formação do Território Contestado e se identificam como caboclos e caboclas, por assim reconhecerem seus antepassados e por apontarem elementos como simplicidade, humildade, fé e trabalho, que segundo eles, os caracteriza.

Viveram, com suas famílias, processos de desterritorialização no que se refere a separação homem/mulher x natureza, a busca de trabalho “no mato” (é como se referem ao processo de retirada da madeira nativa), a chegada do *Pinus*, o trabalho com carteira assinada e direitos trabalhistas (isso porque, durante a retirada da madeira da Floresta Ombrófila Mista, o trabalho era por empreita, ou seja, os trabalhadores recebiam por área cortada), os acidentes e mortes e as expectativas e condições de vida num dos municípios mais pobres de Santa Catarina.

Nesse sentido, identificam que as condições de trabalho melhoraram com a chegada do *Pinus*, em relação ao trabalho na retirada da araucária, imbuia e cedro. Isso porque, segundo os entrevistados, além do contrato de trabalho, na época, ser por empreita, também era mais cansativo e penoso pelas dificuldades de retirar a madeira, cortando árvores de tamanhos diversos em uma floresta não homogênea. Além disso, relatam que era frequente “acampar” nas áreas de extração de madeira, sobretudo, pelas longas distâncias em que se encontravam as reservas. Nesse caso, faziam barracos com lona para dormir, improvisavam lugares para cozinhar e para ir ao banheiro e geralmente, utilizavam dos rios, para tomar banho. Era muito comum, passarem semanas longe de casa e da família.

Wachowicz (2001), apresenta esses elementos apontados pelos trabalhadores entrevistados em Calmon ao referir-se à extração da madeira nativa durante o ciclo do pinho na região.

Sendo a serraria uma atividade nômade, não se integra na região em que está estabelecida. Esgotada a floresta, a serraria é transferida para outro lugar e forma, em torno de si, um núcleo populacional característico, com dezenas de casas para operários, mercado, farmácia etc, tudo pertencendo à companhia exploradora. Caracterizam-se os seus trabalhadores pelo baixo nível de vida, fruto deste sistema. Por se encontrarem, na maioria, as serrarias na *boca do sertão*, 20 ou 50 km distantes de um centro populacional regularmente desenvolvido, os salários, a segurança do trabalho, as horas extras etc. estavam longe da fiscalização do Ministério do Trabalho, ocorrendo frequentemente a exploração desumana da mão-de-obra. A serraria, deixa por onde passa, uma

região devastada, sem ter contribuído para a fixação duradoura da população. (WACHOWICZ, 2001, p. 209).

Deste modo, para aqueles que atravessaram os dois processos da madeira mercadificada, nativa e plantada, que trabalharam e viveram sob as duas formas de degradação da natureza e do trabalho, identificam certo avanço nas condições de trabalho com a territorialização da monocultura de árvores, sobretudo, por mais recentemente vir acompanhada de direitos trabalhistas, como carteira de trabalho e proteção social, férias e décimo terceiro salário. Mesmo sem saber até quando essas conquistas históricas estarão asseguradas aos trabalhadores, sobretudo, diante dos propósitos e ataques de um governo golpista, refiro-me ao ilegítimo governo de Michel Temer, e absolutamente alinhado com os interesses do mercado, sob a alegação de uma suposta necessidade de ajustes perante a crise econômica.

Enfim, o que se projeta, para municípios em que quase metade da população vive em condição de pobreza, como Calmon, é o agravamento das condições básicas de existência e a deterioração de tudo aquilo que se avançou na última década, sobretudo nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), quando os trabalhadores e as trabalhadoras que entrevistamos em Calmon conseguiram adquirir a moradia própria.

A partir das entrevistas realizadas com trabalhadores e trabalhadoras em Calmon identificamos histórias e sentimentos de aflição, tormento e dor, o entendimento e leitura da realidade vivida, que marca individualmente, mas também todos aqueles afetados por essa sociedade cruel, perversa e desigual, as trajetórias de vida e trabalho. As dificuldades, as lutas e os sonhos dos trabalhadores e das trabalhadoras são discutidos na sequência. Antes, porém, apresentamos um quadro com a sistematização de algumas informações dos entrevistados e das entrevistadas em Calmon.

Quadro 3: Informações gerais dos trabalhadores e das trabalhadoras entrevistados/as em Calmon

	Município de nascimento	Idade	Escolaridade	Estado civil	Nº de membros na família	Renda familiar	Situação de moradia
Trabalhador 1	Calmon/SC ¹¹²	54	5ª série	Separado	Dois: o entrevistado e o filho de 19 anos, que há oito meses trabalha no <i>Pinus</i>	Aproximadamente 3 mil reais	Há sete meses comprou uma casa. Pagou nove mil reais, lembra que o terreno não tem escritura. Antes da aquisição da casa morava de aluguel, pagava R\$ 250,00
Trabalhador 2	Timbó Grande/SC	60	4ª série	Casado	Dois: o entrevistado e a esposa	O trabalhador é aposentado e recebe um salário mínimo	Casa própria – pagou 7 mil reais
Trabalhador 3	Itapejara D'Oeste/PR	68	4ª série	Casado	Três: o entrevistado, a esposa e o filho	Não informada	Em 1998, comprou a casa por quatro mil reais. Vendeu a casa que tinha no Paraná e comprou em Calmon.
Trabalhador 4 ¹¹³	Matos Costa/SC	40	8ª série	Solteiro	Quatro: o entrevistado, a mãe, o pai e o tio	3 salários que correspondem a três aposentadorias	Há doze anos, quando a família se mudou para Calmon, compraram um terreno e construíram a casa
Trabalhador 5	General Carneiro/PR	68		Casado	Quatro: o entrevistado, a	Idem Trabalhador 4	Idem Trabalhador 4.

¹¹² Quando este ainda era distrito de Matos Costa.

¹¹³ O Trabalhador 4 é filho do Trabalhador 5.

					esposa, o filho e o cunhado		
Trabalhador 6	Calmon/SC ¹¹⁴	46	3ª série	Casado	Nove: o entrevistado, a esposa, 4 filhos e 3 netos	Aproximadamente R\$ 2.500,00, incluindo a renda do Bolsa Família dos filhos e netos	Casa própria. Construiu uma casa no terreno deixado de herança pela mãe.
Trabalhador 7	Caçador/SC	64	Não soube dizer até qual série cursou, apenas disse que estudou por pouco tempo	Casado	Quatro: o entrevistado, a esposa e dois filhos da esposa	Um salário mínimo, mais a renda esporádica que consegue retirar com as atividades da roça, como venda de lenha, feijão, ovo, etc.	Mora em uma casa pertencente a vila de ferroviários na antiga estação de Presidente Pena, em Calmon
Trabalhador 8	Curitibanos	83	Nunca estudou	Viúvo	Mora sozinho	O trabalhador é aposentado e recebe um salário mínimo.	Comprou a casa há aproximadamente dez anos, relatou que na época pagou dez mil reais.
Trabalhador 9	Palmas/PR	71	Nunca estudou	Viúvo	Dois: o entrevistado e a filha	O trabalhador é aposentado e recebe um salário mínimo e outro salário referente a pensão da falecida esposa.	Mora na casa da filha.
Trabalhadora 10	Caçador/SC	22	Ensino Médio incompleto	Casada	Quatro: a entrevistada, o marido e dois filhos.	O salário da trabalhadora é de R\$ 1.100, a renda do esposo não foi informada.	Mora em casa própria localizada no sítio do sogro.

¹¹⁴ Quando este ainda era distrito de Matos Costa.

Trabalhadora 11	Mangueirinha/PR	49	4ª série	Separada	Dois: a entrevistada e o pai	A trabalhadora cuida do pai que tem problemas de saúde, a renda provem da aposentaria do pai.	Comprou há 10 anos a casa em mora, relatou que pagou dez mil reais.
Trabalhadora 12	Caçador/SC	52	Nunca estudou	Casada	Dois: a entrevistada e o marido que trabalha como empreiteiro no desgalhe de <i>Pinus</i>	A trabalhadora está desempregada, relatou que a renda do marido é muito variável.	Há 22 anos mora em casa própria, a trabalhadora relatou que o terreno foi doado pela prefeitura e depois aos poucos, ela e o marido, foram construindo a casa.
Trabalhador 13	Matos Costa/PR	27	Ensino fundamental	Casado	Três: o entrevistado, a esposa e a filha de dois anos de idade	O entrevistado e a esposa estão desempregados, relataram que atualmente vivem de trabalhos esporádicos e do valor do Bolsa Família que a filha recebe.	Divide a casa com a avó.

Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2016; 2017.

Todos os entrevistados residem em moradias simples, algumas em condições bastante precárias, o espaço, em alguns casos, é insuficiente para toda família, o saneamento básico inexistente, as ruas não possuem pavimentação, os terrenos não são regularizados. Porém, todos possuem casa própria, via de regra, adquirida, no decorrer dos últimos 10-12 anos, depois de muito tempo pagando aluguel, por um valor baixo (diante dos preços de mercado), porém representativo para trabalhadores com salários rebaixados – ou ainda, recebida de herança de família. As imagens da sequência contribuem para elucidar como moram alguns dos trabalhadores entrevistados em Calmon.

Figura 11: Local de moradia de alguns dos trabalhadores entrevistados em Calmon



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2016.

Para evitar a identificação dos trabalhadores e das trabalhadoras, optamos por não fotografar diretamente as casas dos entrevistados. Assim, apresentamos algumas imagens da rua e dos bairros em que moram. Contudo, ressaltamos que as imagens não transmitem a precariedade das condições de vida que constatamos durante os trabalhos de campo, como, casas sem água encanada, de chão batido, com paredes com placas de compensado, sem janelas etc.

De todo modo, essa representação é o retrato da maior parte das moradias urbanas e da infraestrutura da cidade, condição resultante, em nossa leitura, da degradação da natureza e do trabalho expressas na negação à terra e na imposição do trabalho abstrato.

Em Calmon a monocultura de *Pinus* provocou e tem provocado constantemente a negação à diversidade da paisagem, do território, das atividades econômicas e das condições de trabalho e vida. De modo, que para aqueles e aquelas que possuem apenas a força de trabalho como condição de existência, significa que, ao fim e ao cabo, não há alternativa, os homens trabalham na indústria da madeira territorializada no campo, já para as mulheres existem poucos empregos no município, condição que as obriga a deslocarem-se cotidianamente para trabalhar nos municípios vizinhos.

Nesse cenário, foram e são construídas as trajetórias de vida e trabalho dos entrevistados e das entrevistadas em Calmon, bem como, é sob esse enredo que se projeta o futuro de seus filhos e netos. Antes, porém, de trabalharem na retirada da madeira nativa e depois no monocultivo de *Pinus*, apresentaram caminhos muito próximos, em geral, marcados pelo trabalho no campo, ainda com os pais, seja como proprietários de terra ou trabalhadores agregados.

Relataram as dificuldades para manterem-se na terra, sobretudo, pelas mudanças de base técnica, ocorridas no bojo do que se denominou de Revolução Verde, iniciativa revestida de um projeto de desenvolvimento econômico para a consolidação da agricultura capitalista no Brasil, na qual, o monocultivo de florestas artificiais é uma de suas mais importantes expressões no Contestado.

Deste modo, as histórias desses trabalhadores foram tecidas e alinhavadas no âmago da conformação do Território Contestado.

O Trabalhador 1, hoje com 54 anos, nascido em Calmon, quando era distrito do município de Matos Costa, relata que até 12 anos de idade morou no campo, os pais trabalhavam como agregados, retirando a mata, limpando a roça, preparando a terra para o plantio e colheita. Ao ser indagado sobre o que se recorda daquela época, o trabalhador narra, “*eu lembro de muitas coisas, muitas coisas boas. Que nem dava pra criar galinha, porco, criação podia ter à vontade e sempre o patrão quando ele carnava, dava pros empregados, repartia com a família que trabalhava* (TRABALHADOR 1, 2016).

Com a idade avançada da avó e devido ao agravamento das condições de saúde da mãe do trabalhador entrevistado, saem do campo e passam a morar no distrito de Calmon. Relata, que ao mudaram-se para a vila, “*estudava meio período e trabalhava no intervalo [contra*

turno], tinha que trabalhar, porque era só eu, a vó e a mãe, aí tinha que cada um ajudar um pouco. Desde os 10 anos, 11 anos, eu comecei a trabalhar. [...] Trabalhava por dia, tinha muito as pessoas antigas aí, sempre tinha um servicinho, uma lenha pra cortar, lavoura pra carpir, eu sempre ia ajudar, daí estudava um pouco e daí trabalhava um pouco (TRABALHADOR 1, 2016).

Para garantir o sustento da família após casar e ter filhos, o Trabalhador 1 morou por quatro anos, entre em 1994 e 1998, em Lebon Régis, de onde partia com a esposa todos os dias para trabalhar na colheita de maçã em Fraiburgo. Ao separar-se da esposa, retorna a Calmon com os filhos, e passam a morar junto com a avó e a mãe do trabalhador entrevistado.

Antes disso, ainda aos 18 anos, começa a trabalhar com a madeira. Na época, 1980, para a empresa Madecal, na retirada da mata nativa.

O Trabalhador 2 também teve seu primeiro emprego ligado à indústria madeireira. Na entrevista, contou-nos que com 14 anos de idade começou a trabalhar em Timbó Grande, desempenhava a função de amarrador de cabo e ajudante de trator, se recorda que na época trabalhava sem registro em carteira de trabalho e proteção social.

O Trabalhador 2 nasceu em Timbó Grande, na localidade de Santa Maria, último reduto caboclo da Guerra do Contestado. Mudou-se para Calmon em 1980, quando o município ainda pertencia à Matos Costa. Conta que a família – ele, cinco irmãos e os pais – saíram da terra em que moravam em Timbó Grande devido as dificuldades provocadas pela tecnificação da agricultura, *“tava muito ruim a crise na época. Foi dando uns problemas na plantação, a gente não tinha como, já digo, uma técnica pra gente plantar, é que nem hoje, sem uma técnica a plantação não vem e nós não tinha. Digo vou procurar uma empresa”* (TRABALHADOR 2, 2016).

Com isso, o trabalhador deixa a vida e o trabalho no campo, para trabalhar como assalariado em Calmon, *“eu vim pra trabalhar na empresa, que daí na empresa o salário da gente, a gente tem todo final de mês, tem um salário pra sobreviver. E eu vim ganhando mais ou menos, na época eu vim ganhando dois salários [...]. Eu vim ali pra [trabalhar] antiga São Roque Madeireira, que é a Madecal, que é a mesma que ainda tem em Calmon, só que hoje essa empresa, o nome dela não é mais Madecal, é Agroflorestal Aliança. Daí eu fui trabalhando, fui trabalhando sempre no carregamento, carregamento de tora, carregamento de pinheiro, araucária na época. Daí quando eles pararam de cortar o mato nativo, foi proibido, não pode, daí eu fui [trabalhar] pro carregamento de Pinus, trabalhei no transporte. Mas sempre um serviço sofrido”* (TRABALHADOR 2, 2016).

O entrevistado relata que trabalhou por 15 anos no carregamento da madeira nativa, antes de trabalhar no *Pinus*, lembra que, primeiramente trabalhou no carregamento de toras, depois passou para o enleiramento¹¹⁵, também trabalhou no destoque do terreno para fazer o plantio, inclusive com a abertura de novas áreas, por meio da retirada da mata nativa, na sequência retornou ao carregamento.

O Trabalhador 7 nasceu em Caçador, contou-nos que ainda criança migrou com seus pais e oito irmãos para o município de Mangueirinha, no Paraná, relatou que a terra pertencente aos avós era insuficiente para prover o sustento da numerosa família, assim, mudam-se para o Paraná em busca de melhores condições de trabalho, quando seu pai trabalhou como assalariado em empresas de pavimentação asfáltica e conseguem adquirir um pedaço de terra. Em 1979 o entrevistado retorna a Caçador e começa a trabalhar em uma empresa madeireira que, na época, estava no processo de transição entre a exploração da madeira nativa e o plantio de *Pinus*. Pouco tempo depois migra novamente para Mangueirinha, a terra da família é vendida e o trabalhador compra outro pedaço de terra para fazer roça. Com muitas dificuldades retorna para Calmon, volta a trabalhar na empresa madeireira e passa a morar numa casa da antiga vila ferroviária da estação Presidente Pena.

Relatou que seu avô paterno trabalhou na estrada de ferro até se aposentar, e que por conta disso, o entrevistado mora há vinte anos na casa ao lado da antiga estação ferroviária¹¹⁶, *“me deram ordem de eu entrar aqui, quando parou a ferrovia daí ficou uns cuidando, daí veio um cara lá de Curitiba [o entrevistado falou que se tratava de um funcionário da rede ferroviária], eu até morava do outro lado [casa que fica ao lado da estação], nem aqui não morava. Daí chegou ali, ficou conversando, [...] daí disse assim, você se mude ali, era aqui né [casa em que mora atualmente e onde foi realizada a entrevista], se mude ali, se é pra ficar pra outro então que fique pra você, pros teus parentes, porque meus parentes teve uma porção que trabalhou na estrada de ferro, teve primo, teve tio. [...] Daí disse, tá sujeito até um dia sai até documento pra vocês desse terreno, assim que ele me disse, daí então eu fiquei”* (TRABALHADOR, 7, 2017).

Logo que se mudou para a casa da vila ferroviária passou a trabalhar numa empresa madeireira que segundo o entrevistado possui grande extensão de terras, inclusive, que cercam

¹¹⁵ Etapa realizada após o corte das árvores, quando as toras são colocadas em pinhas ou leiras para serem carregadas.

¹¹⁶ Além da estação construída em 1909, e da casa em que mora o entrevistado existe outra casa na localidade na qual mora o irmão do trabalhador entrevistado. No prédio da antiga estação há dois meses mora a filha do entrevistado de 25 anos, com o marido e três filhos pequenos, vieram de General Carneiro com a perspectiva de conseguir emprego no plantio e na colheita de tomate no município de Caçador.

a área da antiga estação ferroviária, onde se planta *Pinus*. Além disso, o trabalhador trabalhou fazendo carvão, atividade que ainda é muito comum no Contestado.

Hoje, já aposentado devido a um problema de saúde ocasionado após sofrer um acidente de trânsito, vive da aposentadoria e do trabalho em aproximadamente 3 alqueires de terra, sendo parte pertencente a linha férrea e outro pequeno pedaço de terra que comprou recentemente. Perguntei qual uso ele dá a terra e ele respondeu-nos “*eu tenho Pinus, eucalipto que eu plantei já, erva, tem uma porção de pé de erva, roça. Pro gasto eu sempre tiro. [...] Planto de tudo, planto milho, feijão, até arroz eu plantava, agora faz uns dois anos que eu parei de plantar arroz, daí não tinha moinho pra descascar. [...] Galinha essas coisaradas nós temos. [...] Às vezes quando sobra a gente vende, mas sempre nós temos, pelo menos pro gasto nós tiramos*”. (TRABALHADOR, 7, 2017).

Indaguei porque plantava *Pinus* e eucalipto, falou-nos que o eucalipto vende para lenha destinada ao consumo doméstico, o que lhe garante certa renda, sobretudo, no inverno que por ser rigoroso no Contestado faz com que o fogão a lenha seja um item quase indispensável. Já o *Pinus*, relatou que vende para a mesma empresa que começou a trabalhar em 1979 e que planta *Pinus* nas terras em torno de onde vive, segundo o entrevistado, da madeira de *Pinus* é feita a serragem, ainda contou que tem pouco *Pinus* plantado e que plantou apenas nos lugares em que o terreno dificulta outras formas de produção.

O Trabalhador 9 nasceu em Palmas/PR e em 1981 muda-se para Calmon, a esposa dele, hoje já falecida, passou a trabalhar no viveiro de mudas de *Pinus* de uma empresa e ele começou a trabalhar com a madeira, tanto a nativa, quanto o *Pinus*, era o momento que ainda se retirava a Floresta das Araucárias para expandir o plantio de florestas artificiais, ele nos diz “*rolei tora alguma, serramos tora com serra americana [...]. Desde 1981 pra cá. [...]. Eu trabalhei, plantei Pinus, ajudei cortar Pinus, fui chefe da Dissenha [madeira que existia no município e que hoje possui terras com plantadas com Pinus e eucalipto] há 30 anos atrás [perguntei como era o trabalho no Pinus] no Pinus tem vários tipos, tem o desgálhe, tem o plantio, tem a replanta, tem o corte depois quando ele tá bom de cortar e tem vários tipos [perguntei se ele gostava de trabalhar no Pinus] tinha que gostar, porque outro serviço não tinha*”. (TRABALHADOR 9, 2017).

O Trabalhador 4 nasceu em Matos Costa e morou por muito tempo com o pai (Trabalhador 5), a mãe e as cinco irmãs em terreno pertencente, na época, à empresa Faquibras¹¹⁷, localizado na antiga Fazenda São Roque, próximo ao núcleo urbano de Calmon.

¹¹⁷ Atualmente a empresa não atua mais em Calmon.

Tratava-se de uma pequena vila de trabalhadores junto às instalações da empresa. Por conta disso, ainda menino começou a trabalhar no viveiro de mudas de *Pinus*. Com o passar do tempo, trabalhou plantando *Pinus* para a mesma empresa, função que desempenhou por cinco anos, antes de trabalhar, por mais um ano, aproximadamente, no corte raso.

Relatou-nos sua primeira experiência de trabalho no *Pinus*, “*não é fácil de trabalhar no Pinus. A vez que eu fui trabalhar com meu cunhado, que a gente foi a primeira vez trabalhar. Trabalhei um mês no Pinus, eu disse por meu cunhado, ‘ó, seu eu aguentar esse mês trabalhar no Pinus, tudo bem, se não, eu não volto mais trabalhar’*. Porque dói tudo o corpo, dói os braços, dói as pernas, dói tudo. A pessoa faz força. Tem de erguer as toras. Tem de empilhar. [...] Depois de acostumar trabalhar, vai embora” (TRABALHADOR 4, 2016).

Diante da configuração da divisão territorial do trabalho em Calmon, centrada na indústria da madeira, é recorrente que o sustento de muitas famílias decorra do trabalho de pais e filhos, em atividades vinculadas aos processos de produção da madeira plantada. Porém, o caso dos trabalhadores 4 (filho) e 5 (pai) é emblemático por representar as estratégias de algumas empresas, ao transferir riscos e responsabilidades à terceiros, omitindo-se, inclusive, de direitos trabalhistas quando, por exemplo, da ocorrência de acidentes de trabalho, da constituição de um contingente de trabalhadores mutilados e descartados para o trabalho, bem como, do registro de mortes provocadas pelo processo de trabalho.

O Trabalhador 5 nasceu em General Carneiro, começou a trabalhar desde muito jovem na retirada de madeira nativa, no município de Matos Costa e depois, no que hoje é o distrito de Calmon. Conta que quando tinha 10 anos de idade, sua família mudou-se pra Calmon, para trabalhar na retirada da madeira nativa, na área, que hoje pertence aos assentamentos do município e que, na época, era área explorada pela Madecal.

Assim como outros trabalhadores, também atravessou o processo de substituição da madeira nativa pela monocultura de árvores. Relata que com a intensificação do plantio de *Pinus*, no final da década de 1980 e início de 1990 e com a necessidade de retirada das florestas artificiais plantadas no decorrer da década de 1970, seus empregadores (empresa Faquibras) lhe fizeram uma proposta.

Alegando que não teriam mais condições de garantir o seu emprego, sugeriram que registrasse uma firma, que seria contratada como terceirizada para realizar todas as etapas vinculadas ao processo de produção da madeira plantada. Lembra que, na época, a empresa lhe “presentou”, contribuindo com a burocracia que envolve a criação de uma empresa. Seria uma espécie de retribuição pelo trabalho desempenhado ao longo de anos.

Sem muitas alternativas, a empresa é constituída e contratada como terceira. Havia em torno de cinco/seis trabalhadores contratados que trabalhavam nas áreas de plantio e corte de *Pinus* da Faquibras. Um desses trabalhadores era seu filho (Trabalhador 4), na época, um jovem com menos de vinte anos. Hoje um homem de quarenta anos, que passou os últimos dezoito anos em uma cadeira de rodas, em decorrência de um acidente de trabalho quando trabalhava no corte de *Pinus* como trabalhador terceirizado da Faquibras, porém, contratado pela empresa de seu pai.

O Trabalhador 4, em uma longa narrativa, contou o que aconteceu naquela tarde de inverno quando trabalhava no corte raso do *Pinus*. A narrativa é longa, mas é válida e necessária por elucidar o perigo, descaso e a tragédia que o *Pinus* representa para muitos trabalhadores. *“Eu estava trabalhando no mato, cortando Pinus, corte raso. Daí um dia, o vento, assim um vento de inverno sabe [...] um vento muito forte [...]. Eu cortava no mato, derrubava e desgalhava o pinheiro [Pinus] e os outros [trabalhadores] levavam a madeira e cortavam no estaleiro. E aquele dia estava muito ruim, estava com muito vento. Daí o pinheiro não obedecia para cair no limpo, ele voltava pra cima dos outros. Daí eu disse pros meus companheiros. Já era quatro horas da tarde, trabalhamos o dia inteiro daquele tipo, mas daí, depois das quatro horas não deu mais trabalhar. Daí eu disse pra eles, vamos mudar para o outro lado, daí favorece, daí derruba e o vento já empurra pro lugar certo. Fomos lá, eu e outro rapaz que trabalhava comigo, daí estava com muito vento, daí falei, vamos parar, é perigoso isso, fica pendurado aí [as árvores de Pinus umas sobre as outras], esses vendaval aí, de repente cai. Daí eu fui lá pra derrubar aquele [Pinus] que estava segurando os outros e aquilo deu trabalho, e a pi lazada gritaram pra mim. Eu tinha 23 anos, tudo pi lazada de 23 [anos], 25[anos], que trabalhavam comigo, nós trabalhávamos em seis. Naquilo deu uma tramoia de pau, veio um pau, uma copada, não deu tempo de eu me escapar e deu em mim, e me jogou pra trás com motor [motosserra] e tudo. E naquilo não vi mais nada. Depois eles me contam, meu pai não estava lá, mas daí as pi lazada que trabalhavam comigo, foram lá e me pegaram, mas eu não vi nada, me deixaram sentado. A madeira tinha me pegado na cabeça e jogado pra trás, estava voando sangue na minha cabeça, [...] pegaram uma caminhonete e me levaram pro hospital. Eu não acordei mais, fiquei cinco dias na UTI. Como meu pai também era pobre, não tinha dinheiro para fazer a cirurgia, o médico me segurou por cinco dias na UTI [...] até que a firma [Faquibras] adiantou um dinheiro pra ele [pai do trabalhador], daí o médico fez a cirurgia pra mim. [...] Eles fizeram a cirurgia, quando eu voltei pro quarto, eu já estava acordado, eu olhei pra cima, eu disse ‘que lugar que eu tô?’, pois eu estava trabalhando, eu me lembro que*

eu estava trabalhando. Meu pai estava sentado do meu lado, [...] eu dizia pra ele ‘o senhor sai daí, que eu já levanto e já caminho’. E sem poder caminhar, não podia nem caminhar mais. [...] Eu fiquei um mês e 10 dias no hospital, quando eu voltei pra casa, quando eu cheguei na casa, eu pensei comigo ‘daqui um ano eu já volto a caminhar. Já vou me divertir com meus amigos, caminhar, jogar bola’. E passou um ano, passou dois anos e aquilo começou a me desesperar assim, digo ‘não vou poder mais caminhar’.[...] Aquilo começou a me dar uma agonia, de não poder mais caminhar, não poder mais andar. Até uma vez eu pensei em tirar minha vida, sabia? Por causa de não poder mais caminhar na minha vida. [...] Eu pensei, vou tirar minha vida de uma vez, porque é melhor morrer do que ficar numa cadeira de rodas e não poder mais andar” (TRABALHADOR, 4, 2016).

Dois anos depois de sofrer o acidente e ficar impossibilitado de andar, o trabalhador conseguiu aposentar-se por invalidez, após passar por diversas perícias médicas. O trabalho na monocultura do *Pinus* havia o descartado, era considerado um inválido.

Antes da aposentadoria, seu pai, precisou devolver o dinheiro, emprestado pela empresa, para pagar a cirurgia realizada após o acidente. A perversidade, além do drama do trabalhador, que desde então perdeu os movimentos das pernas, é que, ele era registrado em uma empresa de seu pai, porém, trabalhava cortando *Pinus* para a empresa que emprestou o dinheiro para o tratamento médico e depois requereu o dinheiro. Era um trabalhador terceirizado e, na prática, o patrão era seu pai. Por essa condição nunca acionou a justiça do trabalho com o intuito de receber alguma indenização.

O trabalhador 4 conta que tem outros dois colegas, também trabalhadores do *Pinus*, que sofreram acidentes de trabalho e que, como ele, não puderam mais andar.

O Trabalhador 2, ao ser indagado se já havia sofrido algum acidente de trabalho, relata que, em 35 anos trabalhados na mata nativa e com *Pinus*, nunca sofreu acidente algum. Porém, salienta que conhece vários trabalhadores que já sofreram acidentes. Contou-nos três desses casos. Um na derrubada da mata nativa e outros dois no *Pinus*. O primeiro caso, faz, de acordo com o entrevistado, aproximadamente 20 anos. Conforme as palavras do trabalhador “*eu me lembro de uma história, tinha um rapaz que tava fazendo uma estrada, e tinha uma árvore, o terreno era dobrado e ele foi fazer o corte da estrada. [...] Ele, de certo, sei lá, falta de atenção, não sei, a árvore tinha raiz e ele foi fazendo aquele corte, e o corte dava um metro e meio mais ou menos no barranco. Ele cortou a raiz, e se descuidou, a árvore veio de lá, a sorte que não matou, mas deixou ele tempo [machucado], caiu em cima da máquina e a máquina não tinha proteção” (TRABALHADOR 2, 2016).*

Os outros casos são mais recentes, um, há aproximadamente 10 anos e outro, há 7 anos, sendo que num desses acidentes o trabalhador faleceu. *“Ali na São Roque um rapaz faleceu de baixou de uma árvore [a árvore de Pinus caiu sobre o trabalhador]. E daí um outro ali que se acidentou, caiu também um galho da árvore do Pinus nele, quebrou a perna dele e o braço. O pessoal tiraram ele, trouxeram ele e levaram pra Caçador. Esse aí, ele ficou um pouco sem trabalhar, daí sarou e voltou a trabalhar de novo, está trabalhando na empresa ainda”* (TRABALHADOR 2, 2016).

Infelizmente não se tratam de casos isolados, e ainda que fosse, seria trágico, mas, trata-se da realidade cruel e degradada do trabalho. *“Tem quantidade de gente que se machuca”* (TRABALHADOR 5, 2016). *“Quantos de quebrar braço, perna, de ficar na cadeira de rodas”* (TRABALHADOR 3, 2016).

Outro caso de acidente ocorreu com o Trabalhador 6. Hoje, com 46 anos, relata que com 8 anos de idade começou a trabalhar, ajudando os pais, devido à necessidade em contribuir coma renda da família estudou apenas até a 3ª série. Na época, seus pais trabalhavam para um senhor chamado Japonês. Conta que por 5 anos (dos 8 aos 13 anos), trabalhou plantando alho. Ainda muito jovem, aos 13 anos, começou a trabalhar na indústria da madeira, numa serraria da empresa Dissenha¹¹⁸. E foi nesse emprego, aos 14 anos, que sofreu um acidente de trabalho, não tão grave quanto o ocorrido com o Trabalhador 4, mas suficiente para carregar ao longo de sua vida as marcas daquele dia, quando perdeu parte de um dedo e outro ficou com os movimentos comprometidos. *“Foi numa destopadeira, tinha um pedido de madeira. De 30 [centímetros] de largura e quando fui virar a tábua pegou na destopadeira. Quando a madeira pegou na faca, veio e eu estava com a mão por baixo, virando a tábua pra ver não se não tinha geral [chave]. E naquilo não tempo de tirar a mão, não tempo de tirar a mão. Só vi assim que estava caído [dedo]. Esse aqui [dedo] ficou duro [sem movimento] depois do acidente”* (TRABALHADOR 2, 2016).

Ao indagarmos sobre o recebimento de algum tipo de ressarcimento/indenização pelo acidente ocorrido e pela seqüela deixada, o trabalhador, conta, que na época do acidente, o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social pagou o equivalente a quinze dias de trabalho e a empresa se responsabilizou por outros quinze dias. Contudo, ressalta que parte da indenização, só chegou, vinte e quatro anos após o acidente, porém, salienta que nem “valeu a pena”, isso porque, o pagamento foi realizado por meio de uma série de cheques pré-datados, ainda, relata

¹¹⁸ Atualmente a empresa já não atua mais em Calmon, porém, ainda mantém grande quantidade de terras, em geral com *Pinus* e eucalipto, em municípios como Calmon, Matos Costa, Porto União e União da Vitória.

que, aguarda o pagamento do restante da indenização, ou seja, passados trinta e dois anos do acidente e da mutilação, o trabalhador permanece aguardando o ressarcimento.

Enquanto isso, construiu família, já é avô e por mais de três décadas tem trabalhado com a madeira. Primeiramente na extração e beneficiamento da madeira nativa e a partir de 1998 somente com o *Pinus*. Nesse período, trabalhou no município de General Carneiro/PR no corte de araucária e imbuia, quando os órgãos ambientais autuaram a empresa, já que legislação não permitia mais a extração dessas árvores. Assim, perde o emprego e retorna a Calmon, empregou-se em várias empresas, trabalhou em empreita, e há onze meses trabalha na Madevali. É responsável pela limpeza no local em que o *Pinus* será cortado, marca as árvores a serem cortadas, quando da necessidade de fazer o raleamento¹¹⁹ e ainda trabalha no plantio.

O Trabalhador 13 nasceu em Matos Costa, relatou que as condições de trabalho no corte de *Pinus* ocasionaram um problema na coluna que inviabiliza-o de realizar diversas formas de trabalho, fato, que somado a fraca dinâmica do mercado de trabalho no município faz com que esteja desempregado, de modo que realiza trabalhos esporádicos, como capinas de quintais, para conseguir renda para o sustento da família.

Além das vidas marcadas pelo trabalho na madeira, os entrevistados¹²⁰ e as entrevistadas¹²¹, relataram uma vida de sofrimento, primeiramente, enfrentada por seus antepassados durante a guerra e que hoje caracteriza o cotidiano dos trabalhadores e das trabalhadoras em Calmon. O sofrimento, que entendemos como resultado do processo de degradação da natureza e do trabalho será destacado nos itens da sequência.

5.3 Era um sofrimento, tinha que tá se escondendo: memórias da Guerra e do Pós-Guerra do Contestado em Calmon

No documentário Terra Cabocla o professor Paulo Pinheiro Machado fala dos efeitos à memória individual e/ou coletiva e do silenciamento característico de traumas impactantes deixados por episódios marcados pela extrema violência, para o professor há determinadas experiências de guerra que as pessoas preferem não falar, de modo que, por vezes, a população remanescente destes conflitos toma a decisão de esquecer.

¹¹⁹ Consiste na retirada das árvores menores para que as mais vigorosas consigam se desenvolver.

¹²⁰ A trajetória do Trabalhador 8 não foi apresentada neste subcapítulo por ter sido inserida em outros momentos no decorrer do texto.

¹²¹ As trajetórias das trabalhadoras serão apontadas na sequência das discussões.

Percebemos isso em determinadas das entrevistas realizadas em Calmon, ao perguntarmos aos trabalhadores se já haviam ouvido falar da Guerra do Contestado alguns nos falaram que não e ficaram em silêncio, outros disseram que até sabiam de algumas histórias envolvendo o conflito, porém, mencionaram que não as recordavam. Entendemos que a violência do conflito foi tamanha, que muitos dos descendentes de caboclos e caboclas que lutaram e morreram na guerra preferem não falar e fazem isso enquanto uma estratégia para esquecer o horror e sofrimento vivido por seus antepassados. Na mesma perspectiva, o esquecimento ou silenciamento deve-se também à culpabilização da população cabocla pelo ocorrido, de modo, que para muitos, ser chamado de caboclo associado ao termo jagunço é motivo para envergonhar-se.

Compreendemos que o silenciamento e o esquecimento são marcas do pós-guerra e foram responsáveis por apagar muitas das memórias do conflito, isso porque, como mencionado anteriormente, a Guerra do Contestado foi assunto proibido nos mais diversos lugares, seja nas casas da população da região e ainda nas escolas e universidades, de modo, que muito do material escrito e documentado, sobretudo, até a primeira metade do século XX é resultado de publicações de militares que apresentam a leitura de uma história tida como oficial. Assim, não há dúvida que muito do que realmente aconteceu já se perdeu, deste modo, entendemos que a história oral se constitui, mesmo com todo silenciamento, uma ferramenta indispensável para a análise da Guerra e de seus efeitos no Território Contestado.

Deste modo, alguns dos entrevistados lembram de histórias contadas, sobretudo pelos avós, falam do Monge e identificam as causas do massacre ocorrido, relataram fatos guardados na memória, ocorridos há mais de cem anos e que foram/são repassados pela história oral por familiares, amigos e vizinhos. Falaram-nos da perseguição aos caboclos e caboclas, a tomada das terras por fazendeiros, a matança, o assassinato - inclusive de crianças, pobreza e a fome. É possível identificar a clareza diante do processo de apropriação de terras que aconteceu no Contestado, ao remeter-se aos fazendeiros e a invasão das terra como elemento deflagrador da guerra.

Um dos entrevistados ao ser perguntado o porquê aconteceu a Guerra do Contestado nos diz, *“ah, a guerra teve por causa de posse, começou por causa de posse, porque tinha gente boa, mas tinha gente ruim naquele tempo também [...] e daí eles queriam acabar com os jagunços [definidos pelo entrevistado como sendo o pessoal pobre]”* (TRABALHADOR 8, 2017). Indaguei se alguém da família havia contado algo da guerra, *“Meu pai no tempo da guerra eles sofreram, meu pai teve na guerra. [...] Foi pro mato, andavam correndo prum lado,*

pra outro. Tinha meu avô, meu bisavô, aquele teve dez anos escondido no mato” (TRABALHADOR 8, 2017).

O Trabalhador 1 nos fala da trajetória de seus avós que após casarem, no município da Lapa, no Paraná, migram para Santa Catarina, em território da guerra. Recorda que sua avó, contava com certa frequência o horror e sofrimento em terras contestadas, remete-se a necessidade de se esconder, trata-se de um mecanismo para escapar da morte, “*é, a minha falecida vó, quando ela veio pra cá [vindo da Lapa-PR], ela sempre contava. Quando ela veio morar aqui, eles tiveram que se esconder. Ela contava para nós, ela sempre contava, eles tiveram que se esconder. Se esconder porque o que eles achassem, eles matavam, e os fazendeiros, que tinha aqui eles chegavam e invadiam o terreno[...]. Daí quando ela [vó] veio pra cá, ela era casada de novo [há pouco tempo], daí ela disse que eles chegaram aqui, não tinha nada aí. Daí foi que deu essa guerra e eles tiveram que se esconder, pois estavam vindo pra cá”* (TRABALHADOR 1, 2016).

A necessidade em se esconder para não morrer parece ter marcado a vida dos familiares dos entrevistados, “*sempre eles [pais] falavam, sempre eles comentavam, ó meu filho o troço foi sofrido, a gente tinha que tá se escondendo, o povo queria massacra a gente [...] é diz que foi muito sofrido essa época”* (TRABALHADOR 2, 2016).

O Trabalhador 2 ainda apresenta outros fatos do que chama de sofrimento, se reporta a fome que assolou a população cabocla do planalto catarinense após serem expulsos de suas terras. “*Eu ouvi falar alguma coisa. Até esses tempos, tinha uns homens que tiveram aqui em casa, eles tão numa média duns noventa anos, noventa e cinco, eles moram lá no Rio Bonito [município de Lebon Régis], estavam falando. Diz que em Matos Costa, acho que foi o começo, não sei. Estavam falando, o pessoal matava, o pessoal matava crianças. Era um sofrimento diz ele. Não tinha o que comer. Como é que o homem disse? Eles comiam, parece, raiz de taquara, uma coisa assim, pra sobreviver. Mas isso não é da minha época né, mas o pessoal comenta aí. E tem uns antigos ainda aí, bem daquele tempo lá, eles se lembram bem disso aí, volta e meia chegam aí tão falando pra mim, ó foi sofrido aqui uma época”* (TRABALHADOR 2, 2016).

Outro trabalhador nos fala das histórias contadas por seus avós e relata a falta de comida no período final da guerra, “*tinha uma época eles ficaram pro final faltava comida, naquele tempo eles usavam cinta de couro, comiam de tudo, torravam, comiam, a comida deles era assim, quem não tivesse comida, que era brado”*. (TRABALHADOR 7, 2017).

No reduto de Santa Maria, na fase final da guerra, Vinhas de Queiroz (1996) escreve sobre a fome. Segundo o autor o cerco ao reduto pelas colunas do exército, juntamente com a grande concentração de caboclos e caboclas no Vale da Morte fez com que faltasse comida, produzindo um cenário de fome sem precedentes. Ainda diz, que o sal faltou por completo, o que fez com que as pessoas no intento de saciarem-se lambessem o suor umas das outras. As sementes da imbuia, o mel das abelhas do mato e a alguma caça permitiram que muitos não morressem de fome, porém era insuficiente para tantos caboclos e caboclas. Como aborda o Trabalhador 7, ao referir-se a um cinto de couro que havia sido ingerido, o autor diz, “aí veio a miséria [...] Comiam couro cru, correia, capa de cangalha, bruaca. [...] Há quem relate determinados casos como aquele em que dois homens chegaram a duelar a facão porque um havia embuchado o cinto do outro” (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 254)

Nas entrevistas ainda foi possível observar elementos que caracterizam a degradação da natureza e do trabalho no Contestado e, mais especificamente, em Calmon, como por exemplo, a expulsão das terras por ação dos fazendeiros/coronéis/latifundiários, o genocídio caboclo, de modo que era preciso se esconder para não morrer e a transformação de caboclos posseiros em sem terras e sem trabalho. Com isso, em nome da riqueza do capital a fome afligiu, desolou e matou, porém não foi fato isolado, ao longo do século pós-guerra a penúria e miséria da vida humana instalou-se e permaneceu.

Como nos quatro anos de guerra, o Contestado ainda é sofrimento, e isso é muito perceptível nas falas dos entrevistados em Calmon. O Trabalhador 8 já começa a entrevista falando “*eu tenho 83 anos, [...], mas desde pequeno eu sofri, eu sofri. Meu pai era pobrezinho não tinha nada. Morreu e o que nós tinha ainda nós perdemos tudo, que era terreno. Perdemos tudo, que daí meus primos e tios venderam, daí venderam o deles e venderam o nosso também. [...]. Nós trabalhava na roça, de empreitada, o pai fazia empreitada grande. Então nós trabalhava, era o jeito que nós vivia, trabalhava bem cedo pra comer de tarde. Casa boa ninguém tinha, nós não tinha. [...]*”. (TRABALHADOR, 8, 2017).

Durante a entrevista o trabalhador relatou a trajetória da família acompanhada por uma série de mudanças do local de moradia e de realização do trabalho, destaca ele, que em Curitiba, na Liberata (Fraiburgo), na Cachoeira (Timbó Grande), em Santa Maria (Timbó Grande), no Anhanguera, no Pena, no Dobrado, em São João de Cima, estes últimos em Calmon, “*a gente se criou trabalhando, como diz o caso, sofrendo também, porque aquele tempo era sofrido. Os serviços era tudo a braçada, ninguém podia comprar uma máquina, não podia comprar um nada, tinha que enfrentar o pior dos serviços pra poder viver. [...]. O meu*

pai vivia só trabalhando pra fora, ele empreitava serviço, alqueire de roça, dois alqueire, seis alqueire e daí nós fazia aquele [...] trabalhava pros outros pra nós ganhar o pão de todo dia. [...] A mãe trabalhava na lavoura, ela trabalhava de cedo a noite, sol como dá agora a velhinha tava na lavoura e fazia farinha pra fora, ela tinha um monjolo d'água. [...]. Então ela tinha um monjolo, ela fazia farinha, vendia. Que tinha ano que nós colhia muito pouco milho, nós tinha bastante porco, que a única coisa que nós criava era porco, e então ali nós sofremos, fomos sofrendo. [...] Pra durmi, dormia em roda do fogo, a coberta era a cobertura da casa e o céu. [...]. Tinha dia que passava frio, passava fome, tudo na vida eu passei [...]". (TRABALHADOR, 8, 2017).

Ao perguntar ao trabalhador onde morava quando passou fome e segundo ele, comia apenas feijão sem sal e sem banha, ele diz-nos que morava em Santa Maria no município de Timbó Grande, coincidência ou não, trata-se do local do último reduto caboclo durante a Guerra, e, como citado anteriormente, foi em Santa Maria que a fome assolou, adoeceu e matou muitos dos caboclos e das caboclas.

Ao indagar se o entrevistado frequentou a escola, mais uma vez ele se remete a necessidade de trabalhar desde criança, *“a nossa escola era o cabo da enxada, o cabo do machado e o cabo da foice, nós moramos só em lugar longe da escola, nunca deu uma oportunidade. [...] Eu não pude aprender ler, aprender escrever”* (TRABALHADOR, 8, 2017).

A trabalhadora 11 mora em Calmon desde 1987, do mesmo modo fala do sofrimento e da condição de estar constantemente desempregada, *“foi sofrido nessa cidade aí, e sempre desempregada, não tem emprego, né, não tem, não tem, não tem”* (TRABALHADORA 11, 2017).

No item da sequência abordamos a condição de pobreza da população trabalhadora no município de Calmon, bem como as apreensões dos trabalhadores sobre os motivos que fazem do município um dos mais pobres do estado de Santa Catarina. Temos a compreensão que há um salto temporal considerável entre os relatos da guerra até o entendimento da condição de pobreza nos dias atuais, contudo, a intenção é demonstrar como a negação ao trabalho e à terra tem provocado no Contestado e em Calmon o sofrimento e a pobreza de seu povo.

5.4 O município nosso é pobre, é só sofrimento, é só Pinus, olha aí ó: o Pinus e a pobreza em Calmon

Na tese de doutorado de Vanessa Maria Ludka a autora dedicou-se ao estudo e análise da pobreza e da fome no Contestado. Ao trazer alguns dados de Calmon é possível ter a dimensão das condições de vida da população. Com 3.386 habitantes, havia, em novembro de 2015, 984 famílias inscritas no Cadastro Único, que atende vinte programas sociais do governo federal e que corresponde às famílias que têm até meio salário mínimo, por pessoa, de renda mensal.

Conforme Ludka (2016, p. 145), os dados do cadastro correspondem a, “270 famílias com renda *per capita* familiar de até R\$77,00, 208 famílias com renda *per capita* familiar de até R\$ 154,00, 284 famílias com renda *per capita* até meio salário mínimo e 222 famílias com renda *per capita* acima de meio salário mínimo”. Ainda de acordo com a autora, em janeiro de 2016, 328 famílias foram beneficiadas pelo PBF – Programa Bolsa Família, sendo que a renda média das famílias atendidas era de R\$149,00.

Ao perguntarmos aos trabalhadores os motivos da pobreza em Calmon, os entrevistados apresentam elementos que se somam a nossa tese de que a degradação da natureza e do trabalho é estruturante na conformação do Território Contestado.

O Trabalhador 5, ao ser indagado sobre as causas que fazem de Calmon, um dos municípios mais pobres de Santa Catarina, enfatiza a retirada da madeira nativa, sobretudo, a araucária, que foi levada de Calmon para ser beneficiada em outros municípios, e lembra, que hoje não existe mais araucária para ser extraída, haja vista que as imensas reservas nativas foram exauridas, “*eu acho que as firmas [madeireiras], por exemplo, eles pegaram a madeirama que tinha. Que nós conhecemos isso aqui coberto de material [madeira nativa] e levaram tudo pra Caçador, Porto União e União da Vitória, foi tudo para lá a madeira. Imbuial e pinheiro [araucária]. Bom, eu já conheci as firmas cerrando pinheiro. Naquele tempo, ninguém dava bola para a imbuia e essas outras madeiras, ninguém ligava, era só pinheiro. E terminô o pinheiro, terminô o pinheiro também, né*”. (TRABALHADOR 5, 2016).

O Trabalhador 2 também salienta que a madeira é retirada de Calmon e beneficiada em outros municípios. Porém, refere-se a madeira (*Pinus*) extraída do município na atualidade e não à floresta nativa, como apontou o Trabalhador 5. Destacamos que não existe nenhuma empresa de beneficiamento de madeira no município, fato, que além de não gerar emprego para

a população local, também não se recolhem impostos para Calmon, sendo estes, pagos nos municípios em que a madeira é destinada.

Em entrevista realizada com Marcos Zaias, secretário da agricultura do município, o mesmo demonstra preocupação com a arrecadação de impostos no município diante da monocultura de *Pinus*, segundo ele, é comum as empresas emitirem apenas uma nota fiscal para várias cargas de madeira, condição que interfere diretamente na baixa arrecadação do município. Ao indagá-lo sobre as causas da pobreza no município ele nos diz, “as firmas vem aqui e levam tudo pra Caçador, lá estão todas as indústrias de madeira, aqui não temos nenhuma indústria, aqui só estão as fazendas [de *Pinus*] e a mão de obra” (ZAIAS, 2017).

A retirada das riquezas naturais e das florestas artificiais de Calmon para a constante reprodução do capital, gerando empregos, em grande medida em outros municípios é outro elemento, que ao longo do século, marca a conformação da pobreza. O esbulho territorial é a marca indelével de Calmon, do Contestado, de suas terras e de suas gentes.

A respeito das empresas que atuam na monocultura de *Pinus*, o Trabalhador 2 pontua, “aqui tem a empresa Madevali, Agroflorestal Aliança, e tem a Adami que tem bastante floresta [monocultivo de *Pinus*] aqui, só que o consumo delas, eles levam pra Caçador. Tem a Remasa que tem bastante plantio também, o consumo deles vai pra Caçador. E é só essas empresas que tem.” (TRABALHADOR 2, 2016).

O Trabalhador 2, do mesmo modo, nos falou a respeito das causas da pobreza no município, “não posso disse porquê. Não sei se é por causa que não tem emprego, não tem empresa quase, e a maioria das empresas tiram o material [madeira – florestas artificiais] do município e levam para outro lugar. Eles tinham que fazer, já digo um troço, pra montar, fazer as coisas dentro da cidade. Agora eles tiram a floresta daqui pra Caçador, tiram daqui pro Porto [Porto União], tiram daqui pra Santa Cecília, tiram daqui pra Lebon Régis. Aqui não fica nada. [...]. O município nosso é pobre, é verdade [...]. Não tem emprego, o pessoal se batendo [dificuldade para conseguir emprego.]” (TRABALHADOR 2, 2016).

A falta de emprego para aqueles que possuem apenas a força de trabalho como forma de existência e reprodução social e biológica é um dos traços intrínsecos ao modelo civilizatório do capital. Não há emprego para todos, ao passo, que é necessário que exista um exército de trabalhadores disponíveis às condições mais degradantes e precarizadas de trabalho.

O Trabalhador 6 também relata a falta de empresas que gerem emprego no município. Além disso, aponta a existência de terras improdutivas e daquelas tomadas pelo *Pinus*, “pois falta indústria aí dentro desse Calmon, de prefeito trazer indústria e se virar, precisa trazer

emprego, por isso que é pobre [...]. E precisa indústria, daí o Calmon véio se virá né. Ó, que nem os fazendeiros, tem uns pedaços de terra de varde [sem uso], porque não ajeita pra fazer uma fábrica, um troço, são tudo mão fechada. Quem nem lá perto do cemitério, olha lá [aponta em direção ao cemitério de Calmon], podiam fazer alguma coisa, plantaram o Pinus pra não dar o braço a torcer. Então não vai para frente o Calmon [...] é só Pinus, olha aí ó.” (TRABALHADOR 6, 2016).

Quando o Trabalhador 6 remete a monocultura do *Pinus* como um dos elementos da pobreza no município evidenciamos a contradição, que é outra idiossincrasia do modo de produção capitalista. Ao passo que parte considerável dos trabalhadores de Calmon empregam-se nas atividades decorrentes do *Pinus* e, portanto, garantem a reprodução de si e de suas famílias, identificam a uniformização da paisagem e das condições de trabalho, como dispositivo para o nivelamento por baixo das condições de vida, de trabalho e de distribuição de renda.

Para o Trabalhador 1 a concentração de terras é causadora da pobreza. Terras, segundo ele, de fazendeiros, que não produzem nada, nem *Pinus*, ou seja, se já não bastasse a degradação provocada pela monocultura, a concentração fundiária agrava as condições de existência social ao impedir o acesso dos trabalhadores à terra, como meio de produção e ao trabalho, primeiramente como valor de uso e posteriormente como valor de troca. Isto é, desterram-se e desterritorializam-se homens e mulheres para, inclusive, não lhes proporcionarem condições de venderem a força de trabalho.

Sobre o porquê de tanta pobreza, o entrevistado nos diz, “*eu acho, porque tem muita fazenda aí, muito fazendeiro, daí eles não querem, já digo, arrendar os terrenos para o plantio do Pinus, não fazem lavoura, nem nada. Muitos, não é tudo eles. E muitos, já arrendaram os terrenos para fazer lavoura. Daí é isso aí que não vai para a frente, não cresce, não aumenta a cidade [...] Aqui perto tem bastante terreno sem plantar.*” (TRABALHADOR 1, 2016).

Outro elemento que corrobora para a pobreza no município é o salário pago aos trabalhadores nas empresas ligadas ao monocultivo de *Pinus*.

O Trabalhador 2, ao ser indagado a respeito do salário nas atividades que envolvem o *Pinus*, conta, que em algumas funções, como tratorista, paga-se em torno de dois salários mínimos, já para funções ligadas ao plantio e corte, os trabalhadores recebem aproximadamente um salário mínimo e meio. Também lembra que para que o salário seja melhor é comum que os trabalhadores realizem horas extras. O entrevistado, que é aposentado desde 2009, trabalhou até o começo de 2016 no carregamento de toras de *Pinus* e conta que, “*nós ganháva [refere-se*

também a outros trabalhadores] bem mais, por causa que nós fazia muita hora extra. Nosso horário mesmo, era das sete [da manhã] as cinco [da tarde], mas tinha dia que nós fazia três, quatro horas extras por dia [...] Durante esse tempo que eu trabalhei só pra Madecal, eu acho que uns 60% eu trabalhei fazendo uma média de 13 – 14 horas por dia”. (TRABALHADOR, 2, 2016).

Ao ser questionado sobre o salário pago aos trabalhadores, o Trabalhador 4 para justificar o valor, enfatiza que o trabalho no *Pinus* é árduo, por isso, segundo ele, os trabalhadores recebem em torno de mil a mil e quinhentos reais, ou seja, num município com tantas carências, parece, por um momento, que estão numa condição melhor àqueles que recebem tal salário. Questionamos se o valor seria suficiente para garantir as necessidades de uma família, “*eu acho que é pouco ainda né. Tem pessoas que têm família, têm crianças, precisa pagar aluguel, se torna pouco. Se a pessoa tem a casinha própria, ainda vai. Tem pessoa que tem criança pequena, duas, três crianças, daí complica. É pouco sim.*” (TRABALHADOR 4, 2016).

Os baixos salários de parte considerável dos trabalhadores dos municípios, certamente é um dos indicativos de carência, sendo parte da degradação do trabalho que compreendemos enquanto um elemento histórico no Contestado, impulsionado pelo desterroamento de caboclos e caboclas, e que na atualidade se revela no trabalho no monocultivo de *Pinus* e/ou nas ramificações das indústrias da madeira.

Ao perguntar para a Trabalhadora 12 qual a importância do *Pinus* para Calmon, ela também se refere a existência de emprego para os trabalhadores homens, “*numa parte sim [é importante] pros homens, que já pra nós [mulheres] não tem, que nem pra eles tem que ter pra eles trabalhar, né, pra poder sobreviver, eles precisam de trabalhar, precisam de trabalhar no Pinus pra poder sobreviver. Tem muitos aí que são pior de que eu, mais pobrezinho, né. A gente vê criança as vezes que não tem as coisas, pagando aluguel, tem uma porção que eu conheço pagando aluguel, sofrendo, as vezes as crianças chorando porque não tem o que por na panela, aqui eu conheço uma porção assim. Quem nem diz pros homens, numa parte, esse pinho é bom, é bom porque daí tem serviço pra eles. Tá certo eles saem seis horas da manhã, cinco e meia eles tão voltando, seis horas eles tão tudo em casa. É difícil pra eles, mas é bom. Se não tivesse esse serviço o que seria de nós aqui, porque daí não tinha, né. Porque teve muitos que já foram embora daqui, já vendeu casa, já saiu fora, [...] vão lá pra Itajaí, vão lá pra Gaspar, tem bastante gente aqui do município que mora fora daqui, pra trabalhar, porque não tem [emprego em Calmon].* (TRABALHADORA 12, 2017).

Ao indagar a Trabalhadora 11 se existe alguma relação entre o *Pinus* e a condição de pobreza no município, ela fala, “*que nem pra nós [gera emprego] só lá pra aqueles mês [ao plantar] até ele crescer, depois já parou, até vim o corte. Até ter o corte vai dar dinheiro pra empresa quando vendem, né, nós já não*”. (TRABALHADORA 11, 2017.)

Novamente, reportamo-nos a contradição que permeia as entrevistas. Se os trabalhadores remetem a condição estrutural da pobreza no município à; concentração de terras, presença de terras improdutivas, inexistência de empresas e ao plantio do *Pinus* que emprega somente homens, também fazem alusão ao monocultivo de *Pinus*, como algo fundamental no município, sobretudo, pelos trabalhadores empregados. Trata-se da dialética da existência sob o sociometabolismo do capital, reconhece-se o quão degradante é, porém, diante da inexistência de condições que assegurem a reprodução social é preciso vender a força de trabalho.

Assim relata o Trabalhador 2, “*eu acho que é [importante], porque dá muito emprego esse Pinus aí, se não essas florestas de Pinus não sei o que ia ser feito desse pessoal, e assim mesmo, tem bastante gente sem trabalho*” (TRABALHADOR 2, 2016).

Nessa perspectiva, o Trabalhador 3 diz, “*essa região, se não fosse o Pinus não sei o que era feito dessa gente*” (TRABALHADOR 3, 2016).

Em outra entrevista o trabalhador relata, “*o pinho [Pinus] ele é bão, porque é o serviço que tem hoje, se não é esse abençoado o pessoal ia morrer de fome, ninguém tinha serviço*”. (TRABALHADOR 8, 2017).

O Trabalhador 2 ao mesmo tempo que fala da importância das empresas madeireiras em Calmon, também remete a dependência dos trabalhadores do município em termos de emprego na indústria da madeira. “*Essa Aliança ela dá serviço pra uns 200 funcionários só no plantio de Pinus, e daí tem mais uns 60-70 [trabalhadores] que é do corte e carregamento. E daí esses dias estavam meio falando que iam parar, eu estava pensando, falando com as meninas [filhas], ó, se essa empresa parar, quero ver onde vai esse povo aí. [...] Quero ver onde que eles vão, porque aqui não tem, aqui é ruim de emprego [...] mas se acontecer isso, quero ver onde vão esse povo aí, eles não tem onde ir.*” (TRABALHADOR 2, 2016).

A Trabalhadora 11 também se refere a importância do *Pinus* para os trabalhadores em Calmon diante da ausência de outras possibilidades para empregarem-se, “*que nem pra minha família que trabalha no Pinus, pra nós é bom, porque o único [emprego] pra eles [trabalhadores homens] trabalhar é esse, não tem outro serviço é o Pinus. Saiu do tomate tem que ir plantar Pinus ou cortar Pinus, desgalhar Pinus, tem que ir, não tem outro serviço. Eu acho que é importante porque a gente já se criou nisso aí, nós já se criamos no Pinus e meus*

filhos tão trabalhando no Pinus ainda, vem do tomate vão pro Pinus, não tem outra empresa aqui, não tem, não, tem que ir pro Pinus mesmo. Tá meu nenê [filho mais novo] eles ficam a semana inteira no Pinus, tão lá pro Jangada [na empresa Sincol], vem sexta-feira, sexta eles tão de volta, faz oito meses que eles tão lá. Tá ele, tá meu irmão, é tudo no Pinus, não tem outro [emprego].” (TRABALHADORA 11, 2017).

A Trabalhadora 12 corrobora com o entendimento da Trabalhadora 11. Ao indagá-la se Calmon teria muito *Pinus*, ela diz, *“tem, bastante, é só esse serviço que tem pra eles [homens], quase todos trabalham no mato, nenhum trabalha aqui, só fora, só serviço de mato, serviço de pinho [Pinus], tudo, tudo, tudo. É difícil dizer que um homem trabalha aqui em serviço levianinho, não tem, é só na prefeitura mesmo, outros serviços aí, pra homem não tem, só no pinho [...]. É só no pinho, uns trabalham no corte, outros trabalham no desgalhe, outros trabalham noutro serviço e é por aí, é empreiteiro, é peão de empreiteiro, é de tudo um pouco.” (TRABALHADORA 12, 2017).*

Há 40 anos a Trabalhadora 12 mora em Calmon, questionei se ela lembra do início do plantio de *Pinus* no município, ela relata, *“pois olha, eu tinha uns dezessete, dezoito anos. [pergunto se ela lembra como era naquela época] era negócio de planta de Pinus, era roçada bastante, desmatá mato, tinha bastante [serviço] sabia, aquela época né, mas tinha serviço, não é que nem agora que não tem, tinha pra quase todo mundo. Antigamente, mais pra trás, tinha serviço pra quase todo mundo. [...] Daí era que nem tô explicando, era descampação, planta de pinho, assim foi crescendo, foi se formando e foi se terminando, né”.* (TRABALHADORA 12, 2017).

O depoimento da trabalhadora vem ao encontro à construção de um cenário de falta de alternativas, conforme discutimos anteriormente a partir das contribuições de Shiva (2003, p.15) quando atesta que “o desaparecimento da diversidade corresponde ao desaparecimento das alternativas – e leva à síndrome FALAL (falta de alternativas)”.

Com a territorialização das monoculturas pela monopolização do território, o desaparecimento da diversidade ocorre em diferentes esferas; epistemológica, econômica, cultural, ambiental e biológica, como podemos identificar na entrevista com Trabalhador 7, ao perguntarmos se ele considerava o *Pinus* importante para Calmon, *“eu não acho importante isso aí, eu plantei mas pra mim não acho nada de vantagem. [...] Porque tirou muitos lugares pra turma morar, diminuiu bastante gente, do tempo que eu conheci aqui, minha nossa, aqui nessa redondeza eu não tenho bem certeza, mas olha algum morador saiu do lugar, hoje tem só árvore, só esses pinho [Pinus], isso só presta pra empresa, né, outra coisa não tem,*

servicinho pra gente não tem nada, na colônia [campo] não tem nada, e além disso aí estraga as água ainda, né. É ruim. [indaguei qual o tempo médio que o Pinus fica plantado] agora a média dele é vinte anos, parece que é o máximo dele ficar agora, né, daí tem que cortar corte raso, mas eles cortam e já plantam outro em cima, isso vem ligeiro que nossa. Que nem as firmas que tem aqui, na mão deles nunca mais vai sair, né, então eu cálculo que nunca mais vai voltar ao normal como era preciso voltar. [Pergunto o que o entrevistado acha que precisa mudar]. Ah, tinha que mudar de diminuí. Daqui eu conheço, nasci aí né, daqui, arrodeia aqui, vai lá no 30 [localidade em Caçador], lá perto do 48 [outra localidade em Caçador], de lá faz a volta vai pelo Jangada [rio] e vem e vem, vai sair em Calmon e Matos Costa, Jangada abaixo aqui é quase tudo só pinho [ver Figura 12], é pouca reserva, muito pouca reserva. Aonde que tinha uma imensidade de gente um sozinho cuida duma imensidade de terreno, só um sozinho depois que ele se formar, e agora tá vindo essas máquinas daí os empregos tirou os empregos também, né, já cortam, já carregam. Essa firma dos Rotta [empresa que ocupa as terras em torno da ferrovia na localidade de Presidente Pena] aí já tirou os empregos de muita gente aí, eles têm terreno em tudo que é canto, né”. (TRABALHADOR 7, 2017).

Para exemplificar aquilo que o trabalhador entrevistado chama de imensidade de terreno, apresentamos duas imagens de áreas de plantio e corte de *Pinus* na Fazenda Jangada, localizada em Calmon e pertencentes a empresa Primo Tedesco.

Figura 12: Plantio e corte de *Pinus* na Fazenda Jangada em Calmon



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2017.

Mesmo diante da condição de pobreza estrutural do município e da população, da falta de empregos, ou dos poucos empregos gerados, alguns trabalhadores se mostram esperançosos para o futuro.

Nesse sentido, o Trabalhador 4 comenta, “só que agora esse outro ano né [refere-se ao ano de 2017], eles querem fazer uma empresa, pôr as empresas aqui né. Por causa que daí eles querem fazer uma empresa da Madecal¹²² aqui, né. Que daí favorece, por causa que está perto aqui, já deixa aqui as madeiras, não precisa levar em Caçador. Assim, vai gerando emprego, vai gerando mais dinheiro, daí pode ser que o município cresça mais”. (TRABALHADOR 4, 2016).

No ano de 2017 não ocorreu a instalação da empresa como esperava o Trabalhador 4. A única alteração no que se refere à dinâmica do mercado de trabalho no município foi a estabelecimento de uma pequena facção que costura pantufas e pijamas (ver Figura 13) vinculada a empresa Harmonize Malhas, com sede em Videira. Em entrevista realizada com a responsável pela facção em Calmon, foi-nos informado que a empresa se instalou em junho, a prefeitura tem subsidiado com o aluguel de três barracões (local de funcionamento da facção, escritório e depósito), com a isenção de pagamento no fornecimento de água e energia e com o compra de algumas máquinas de costura. Atualmente a facção emprega 14 funcionários, sendo 10 mulheres e 4 homens, com projeção em ampliar esse quadro para 50 trabalhadores.

Figura 13: Facção de costura em Calmon



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2017.

O cenário de falta de alternativas provocado pela monocultura do *Pinus* também alimenta em muitos trabalhadores a falta de perspectiva de mudanças e melhoria. Isso ficou perceptível, sobretudo, quando perguntamos o que os trabalhadores e as trabalhadoras esperam do futuro dos filhos e netos em Calmon. Nesse caso, refiro-me a filha do Trabalhador 13, uma

¹²² Empresa com sede em Caçador que atua há décadas no município de Calmon. Nos últimos anos a empresa passou a se chamar AFA – Agro Florestal Aliança. Contudo, é comum a população local, referir-se a AFA, como Madecal.

menina de dois anos de idade, aos netos de cinco e oito anos da Trabalhadora 11 e ao neto de seis anos da Trabalhadora 12.

“Só Deus mesmo pra saber porque tá difícil. O futuro eu não sei, só que eu queria um futuro melhor pra ela, o que eu não tive e minha mulher não teve [...]. Quero que ela tenha um futuro melhor, eu pra mim é isso, um futuro melhor pra ela. [Pergunto o que seria um futuro melhor em Calmon] Futuro melhor é empresa, é serviço [...]. Aqui em Calmon só depende da prefeitura, sabe. [...] Se tivesse uma fábrica aí melhorava muito, muito em Calmon, e não tem.” (TRABALHADOR 13, 2017).

“Pois a gente que mora aqui a gente pensa de dá estudo pra eles. Que nem eu tô com um netinho, tô criando ele, crio ele desde os três dias, ele tá com seis aninhos, o estudo que eu dei pro casal de filho, que eles tem estudo os dois [ensino médio], o estudo que eu dei pra eles eu quero dar pra ele [...] que nem eu digo, quero que ele se forme, eu quero que ele saia trabalhar fora, porque aqui ele não vai fazer nada na vida dele. Porque os jovens daqui para eles fazerem a vida eles saem fora, né, porque é difícil aqui.” (TRABALHADORA 12, 2017).

“Meu Deus, coisa boa eu não espero, já tamô nessa pobreza, né, nessa dificuldade, né. Nós tava falando cedo com o pai já, o que que vai ser dos nossos netos mais tarde, nos tava falando com o pai cedo já. É só sofrimento. Esses que tem cinco anos, oito anos, tava falando com o pai já hoje, quando eles casarem, meu Deus do céu, o que que vai ser da família deles, meu Deus do céu, não vai ser coisa boa. Que nem o que tamô passando agora, mais tarde vai ser pior.” (TRABALHADORA 11, 2017).

Nas entrevistas também identificamos outro motivo para a pobreza no município, qual seja, a falta de emprego para as mulheres trabalhadoras, situação abordada no item da sequência.

5.5 Tem tanta mulher desempregada: a condição das mulheres trabalhadoras em Calmon

Nas primeiras entrevistas realizadas com trabalhadores do *Pinus* em Calmon eles nos apontaram outro elemento para a condição de pobreza da população local, referindo-se a falta de empregos para as mulheres trabalhadoras. Como dito, o *Pinus* é predominante no município, de modo que a dinâmica do mercado de trabalho é regulada pela necessidade de plantio, roçada, desbaste e corte do *Pinus*. Funções que não empregam mulheres, conforme indicaram os entrevistados e entrevistadas.

O Trabalhador 3 relatou que suas duas filhas trabalham em Videira, cidade distante 75 km de Calmon. Lembra que parte das mulheres trabalhadoras do município de Calmon, vão diariamente para Matos Costa, que fica a 19 km de distância, e Videira, onde trabalham respectivamente, numa fábrica de costura e na *BRF – Brasil Foods*.

Em outubro de 2017 realizamos uma entrevista com o gerente responsável pela empresa Mundo do Sono, fábrica de costura¹²³ que há setes anos instalou-se em Matos Costa¹²⁴. Ele nos informou que atualmente 17 trabalhadoras e 1 trabalhador do município de Calmon trabalham na empresa, todos trabalham no primeiro turno que se inicia as 5 horas da manhã e termina às 14:48 horas. Indaguei se a empresa é responsável pelo transporte destes trabalhadores, ele nos destacou que existe uma parceria com a prefeitura do município vizinho, na qual a empresa paga 450 litros de combustível (diesel) por mês e o poder público de Calmon é responsável por disponibilizar o veículo (van) e um motorista. As trabalhadoras e o trabalhador de Calmon chegam no trabalho em Matos Costa ainda antes do sol nascer e só retornam no meio da tarde, a empresa não fornece alimentação (café, lanche e almoço), apenas disponibiliza um refeitório que pode ser utilizado para os trabalhadores realizarem as refeições que são trazidas de casa.

A Trabalhadora 10 trabalhou por dois anos na empresa Mundo do Sono em Matos Costa, relatou que o salário era inferior a mil reais, por uma jornada que começava às 3:30 da madrugada, quando saía de casa e estendia-se até as 16:00 horas quando retornava.

A filha do Trabalhador 5 também mora em Calmon e há nove anos vai trabalhar diariamente em Videira, na *BRF*. Sai de casa às 11 horas da manhã e retorna às 02 horas da madrugada. Ainda nos contou que outra filha também trabalhou na mesma empresa por muito tempo, porém, parou de trabalhar para cuidar dos filhos.

O trabalhador 2 tem três filhas. Uma trabalha na prefeitura de Calmon, outra está desempregada e a terceira desloca-se diariamente para trabalhar em Caçador, cidade a aproximadamente 30 km de Calmon. Ao ser indagado a respeito da ausência de emprego para as mulheres no município e onde estas trabalham, o entrevistado nos diz, “*umas trabalham na prefeitura, umas trabalham em Caçador. Ainda bem que tem o transporte, eles levam e vão*

¹²³ De acordo com o gerente, na empresa são costuradas roupas comercializadas por cinco redes de loja, sendo: Riachuelo, Pernambucanas, C&A, Lupo e Marisa.

¹²⁴ Na entrevista o gerente relatou que inicialmente a empresa havia se instalado em Calmon, contudo, a prefeitura municipal não forneceu qualquer incentivo que possibilitasse o funcionamento da mesma, condição está oferecida pelo poder público de Matos Costa, o que fez com que a empresa mudasse para município vizinho. Ainda de acordo com o gerente, o incentivo da prefeitura perdura até hoje, sendo, a concessão de uso por dez anos do barracão onde funciona a empresa, passado esse período o prédio passa a ser da empresa, combustível e veículos que fazem o transporte das trabalhadoras que moram nos assentamentos do município e que trabalham na empresa, além de parcerias para a realização de cursos de qualificação profissional de corte e costura, com o objetivo de formar mão-de-obra para o trabalho na fábrica.

buscar. Mas precisava ter umas empresas para dar serviço para as mulheres aqui dentro da cidade, para elas não estarem saindo. Tem mulher que sai as quatro horas da manhã, para ir trabalhar em Caçador” (TRABALHADOR 2, 2016).

O Trabalhador 6 comenta que a empresa AFA emprega duas mulheres que trabalham no viveiro de mudas e ratifica que as mulheres trabalhadoras têm poucas possibilidades de emprego em Calmon, que, via de regra, se restringem ao serviço público, as demais precisam buscar emprego em Caçador, Videira e Matos Costa.

O Trabalhador 1 lembra que, além das trabalhadoras mulheres, também os homens trabalhadores, sobretudo os jovens, deslocam-se diariamente para trabalhar em Caçador. Comenta que uma das empresas empregadoras é responsável pelo transporte diário dos trabalhadores, outras estabelecem parcerias com a prefeitura de Calmon que se responsabiliza por essa atividade, há também trabalhadores e trabalhadoras que se deslocam por conta própria para trabalhar. Nas palavras do entrevistado, *“uma parte dos mais novos, estão trabalhando em Caçador. Tem ônibus que passa aqui e leva eles para lá para trabalhar, leva e traz. Trabalham na Corfil [fábrica de fios e cabos elétricos], na Maxiplast [empresa que fábrica embalagens], não me lembro qual é a outra que eles trabalham, são três empresas [...] Porque aqui não tem empresa, é só o Pinus e mais nada”* (TRABALHADOR 1, 2016).

A Trabalhadora 10 também aborda a falta de emprego para as mulheres como uma das causas da pobreza no município, *“são tantas coisas [que causam pobreza], né. Tem pouco emprego na verdade. É pouco emprego, tem a madeireira mas é mais homem que trabalha, pra mulher tem pouca coisa é complicado.”* (TRABALHADORA 10, 2017).

A Trabalhadora 10, hoje com vinte e dois anos, relatou que com doze anos começou a trabalhar como diarista realizando serviços domésticos em Calmon, ao completar dezoito anos passou a trabalhar no açougue de um mercado, onde trabalhou por um ano. Logo após, começou a trabalhar numa fábrica de costura em Matos Costa, onde trabalhou até o final do ano de 2016. No início de 2017 foi contratada pela Prefeitura Municipal de Calmon e trabalhou por três meses na cozinha de uma creche. Em junho, instalou-se em Calmon uma facção de chinelos de pano e pijamas, como a trabalhadora tinha experiência de dois anos como costureira foi contratada e atualmente trabalha de segunda a sexta-feira das 7:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:18 horas. Relatou que devido a demanda de costura, por vezes, faz duas horas extras por dia, além de trabalhar em alguns sábados.

A Trabalhadora 11, hoje com quarenta e nove anos, há trinta vive em Calmon. Mora com o pai em uma casa simples, construída com madeira, por dentro, cortinas separam a sala e

a cozinha dos quartos. Para entrevistá-la sentamos na cozinha de chão de batido, em volta do fogão a lenha para aquecer do frio que entrava pela janela sem vidros. Mesmo com a evidente precariedade a trabalhadora relata que teve sorte, pois com o salário recebido de quando trabalhou na *BRF* em Videira e na colheita da maçã em Lebon Régis conseguiu comprar dois lotes, conta que há sete anos pagou cinco mil reais em cada lote, onde hoje mora sua família, aos poucos conseguiu construir a casa em que mora, e mais duas casas, uma onde reside sua filha com três netos e outra na qual mora seu filho.

Contou-nos que quando estudava morava em Mangueirinha/PR, porém somente concluiu os estudos antes de começar a trabalhar na *BRF*, segundo ela, a empresa não contratava trabalhadores sem terem concluído a 4ª série, foi quando estudou por aproximadamente oito meses em Calmon, para adquirir a escolaridade exigida pela empresa.

Ao indagar sobre as causas da pobreza no município a trabalhadora diz, “*meu Deus do céu olha, pobre, pobre. É uma pobreza né, meu Deus do céu. [Pergunto o que deveria mudar em Calmon para mudar tal situação] eu acho que tinha que trazer mais serviço, mais emprego pra nós, que se nós mulher trabalhasse, né, já não fica mais tão difícil. Olha tem casa aí que tão o marido e a mulher desempregado, os dois desempregados, se tivesse mais emprego aqui que empregasse. Que tivesse mais emprego pras mulher, tem tanta mulher desempregada né, meu Deus do céu.*” (TRABALHADORA 11, 2017).

A trabalhadora comenta que por cinco anos seguidos trabalhou no período da safra da maçã, depois começou a trabalhar em Videira no setor de embalagens de mortadela da *BRF*, onde trabalhou por três anos, há cinco anos parou de deslocar-se diariamente de Calmon para Videira, foi quando trabalhou na serraria e na colheita de batata. Ao perguntar em que ela já trabalhou, nos diz, “*olha eu trabalhei muito nessa serraria do Maninho aqui, eu tô parada porque agora tô cuidando do pai, mas eu sofri muito nessa serraria do Maninho aqui, [trabalhava] naquelas toronas, no pé de fita. Os homens chegavam ali e ficam me olhando, eu tenho prática de mexer com aquelas toronas, desses eucaliptos aí. Daí quando a tora é muito grossa o Maninho mandava outros ajudantes pra passar as bem grossas pra depois eu ir na mais fina. Agora faz um ano que eu não trabalho mais ali. [Pergunto se essa serraria ainda existe] tem ali a serraria que serra Pinus e eucalipto, serra pra fazer tábuas. E daí eu parei de trabalhar aí por causa do pai [a trabalhadora cuida do pai dela tem problemas de saúde], porque eu gosto de serviço pesado, toda vida. [Pergunto quantas pessoas a serraria emprega] não sei agora quantos tem ali, mas acho que uns três, quatro, é pouca madeira. [Pergunto se o salário era bom na serraria] ah, eu trabalhava por dia ali, por cinquenta pila. Não era*

registrado, cinquenta pila. Daí sai dali, fui lá pro carvão do Lile, ah lá eu parei daí porque me atacou uma gripe muito forte do pó, né. Mas assim mesmo eu trabalhei bastante, cinquenta pila por dia também. [...] Eu só fichei minha carteira na [colheita] maçã, lá bem longe perto de Lebon Régis [empresa Fischer] e em Videira [BRF], em Videira eu trabalhei três anos. [Pergunto se no tempo que trabalhou na colheita da maçã continuou morando em Calmon ou mudou-se] não, tudo daqui, nós saía quatro horas da manhã pra ir na maçã e chegava lá pelas oito e pouco da noite. [Pergunto se muitas mulheres de Calmon iam para trabalhar na colheita maçã] cheio o ônibus, cheio. Agora não vieram mais pra gente ir [trabalhar]. [Pergunto se o trabalho lá era contínuo ou por safra] por safra, seis meses. Três meses a gente ia fazer os arcos, a gente ia cortar os cavalinhos que é a brotação, a gente ia fazer limpeza, daí ela vem bastante fruta tem que tirar uns poucos das miúdas e deixar as graúdas e daí já dezembro, janeiro vinha a colheita, daí nós ficava na colheita até o final. [...] Eu gostava de trabalhar, mas daí não vieram mais pra pegar nós pra trabalhar.” (TRABALHADORA 11, 2017).

Sobre o trabalho na BRF em Videira a trabalhadora relata, “era dois turnos um de noite e um de dia. Eu saía daqui [casa] onze horas e chegava as duas horas lá, até meia noite trabalhando, [pergunto que horas chegava em casa] duas da madrugada. A gente só dormia um pouquinho, daí só chegava, já tomava um banho, tomava um cafezinho pra ir dormir né, dez e pouco [da manhã] já tinha que levantar fazer os serviços, tomar banho de volta, pra ir voltar de novo. A gente ficava só mais lá do que na casa. [...] Ainda bem que eu tinha já meus filhos todos casados, tinha só o nenê [filhos mais novo], mas tava com quinze anos já, daí ele já se virava né.” (TRABALHADORA 11, 2017).

A trabalhadora também nos conta que trabalhou na colheita de batata na localidade de São João de Cima, em Calmon, “agora é bom quando chega as batatinhas, daí sim, a gente sai cedo. Eu tiro 150 [reais] por dia na batatinha. [...] Começa em janeiro, fevereiro, março, abril, por aí, maio termina já. [Pergunto se trabalha com registro em carteira] esse ano [2017] ele não registrou, recebe as fichinhas, cada bag [saco] que você faz você pega a fichinha, 20 pila. Mil quilo de batatinha tem que colocar no bag por 20 pila. É eu tirava 150. [Pergunto como é o trabalho na colheita da batata] é pesado, tem que encher as caixas, sabe essas caixas de compra que vem, você enche de batatinha. [...] Muito pesado, a batatinha é pesada, uns com caixa, outros com bolsa, outros com balde, é mil quilo cada bag por 20 pila, a [batatinha] da semente é 23 [reais], a mais miudinha. [Pergunto se vai bastante gente pra trabalhar na batata] Ia bastante, ia dois ônibus, nossa, Deus o livre, é gentarada. [Pergunto quem era o responsável pelo plantio de batata] Olha eu não sei, acho que vem de longe esse plantador de

batata, não é daí, é lá de Contenda [município da Região Metropolitana de Curitiba], é longe, eles arrendam. Vem os caminhão de fora, tem dia que tem dez caminhão, sem encher os caminhão você não sai de lá, tem que encher os dez caminhão, cinco caminhão, oito caminhão. [Pergunto o horário que saía de casa para trabalhar] Nós saía daqui seis horas, sete e pouco nós já tava lá, tomava o café tudo. [Pergunto se a empresa servia o café] Nós levamô da casa [e o almoço?] nós levamô também. [Pergunto se depois do almoço tinha o horário de descanso] Ah para, nós pegava só uma e meia por aí, tem gente que não, tem gente que nem almoça, já toma o café lá pelas onze horas e continua, porque quanto mais você cata, mais você ganha. Daí você encheu o bag já passa um lá com o caderninho lá, marca teu nome ali e já dá a fichinha, você já guarda na sacola. [...] Você chega na casa os primeiros você não caminha, dói tudo. Deus o livre do céu, dois dias você não caminha, você caminha quando chega no serviço que daí você tem que caminhar. Daí passa três dias já passa e daí o remédio, nós compramos aqueles Dorflex, tomamos Dorflex, daí não tem dor. Meu Deus do céu. A piazzada, quem toma gole diz que não tem dor sabe, só que a gente não tomava, daí eles levam um litrinho de pinga, toma uns goles lá, toma o dia inteiro. [...] Daí já dão batatinha pra trazer, um balde de batatinha. É bom, a turmada tá ansiada pra ir pras batatinhas, eles tão plantando já. [Pergunto se para plantar precisa de menos trabalhador] Ah, daí vai só os homens né, pra plantar tem plantadeira, porque é cento e poucos alqueires. [Pergunto se na colheita bastante mulher vai trabalhar] Mais é mulher, é pouco homem, mais é mulher, vai bastante”. (TRABALHADORA 11, 2017).

As poucas possibilidades de trabalho para as mulheres em Calmon revelam-se enquanto uma marca do desemprego estrutural no município, ocasionado em grande medida, pela uniformização do monocultivo do *Pinus*. Durante a realização dos trabalhos de campo e das entrevistas era muito comum os trabalhadores e as trabalhadoras relatarem a condição de desemprego de suas filhas, noras e vizinhas, como destacado pela Trabalhadora 11 ao falar da filha, “a minha filha foi hoje pra Caçador fazer ficha lá na Maxiplast, foi hoje, pediu carona ali no posto e foi hoje fazer ficha. Ela tem cinco filhos, ela mora aqui do ladinho, separada, não tem emprego o marido não deu pensão e tá na justiça. Daí dois filhos tão lá em General Carneiro com a vó, um tem dezessete anos e outro tem acho que quinze. Diz que eles quiseram ficar lá com a outra vó, daí ela tem três aqui, tem a menina com doze anos, que agora eu arrumei pra ir pra aula e os dois pequenos, e ela foi procurar emprego pra lá”.

(TRABALHADORA 11, 2017).

A Trabalhadora 12 também se refere a ausência de emprego e a realização de trabalhos temporários, “*esse lugar é a mesma coisa, nunca mudou, não tem serviço pra mulher, não tem serviço pra ninguém [...]. Aqui nesse lugar não tem serviço, pra essa meninada não tem serviço em lugar nenhum. [...] O povo tá sofrendo aqui, né. [...]. A gente corre atrás de serviço não tem, nem nas firmas as meninas [refere-se a filha e a nora] não pega que tem estudo [ensino médio], eu não tenho, não sei ler, nem escrever. Eu fui lá atrás esses dias [refere-se a prefeitura], eu quero serviço porque eu tô precisando, que nem diz, meu véio [marido], ele trabalha em serviço de pinho [Pinus], desgálhe de pinho, e é pesado, né. Eu, faz quarenta anos que moro aqui, só saio na época dos tomate, assim que nem agora nós tamô querendo ir plantar tomate, só saio, só que minha mudança, minha casa é aqui, sempre a morada foi aqui, porque saiu fora só para, né, não mora. Que nem nos tomate, fica seis meses, seis meses volta, né. [Perguntei onde é o trabalho no tomate] na Castelli [localidade], fica em Caçador”*. (TRABALHADORA 12, 2017).

Perguntei à Trabalhadora 12 quais as possibilidades de trabalho para as mulheres no município, “*nada, só a única coisa que tem é aquelas costura ali na frente [em Matos Costa], firma, não tem firma nenhuma aqui, aquela fábrica de pantufa que abriu agora e já foram lá, diz que não tem serviço é só pra quem tem experiência. As meninas [filha e nora] elas são casadas, tem a casa delas, elas já andaram por tudo aí, fizeram ficha nas firmas em Caçador, foram na secretaria lá, que diz que era pra ir lá pra dá o nome pra pegarem serviço, também nada. [...] Diz que é pra abrir uma fábrica de sacolinha, num barracão que tem aí, daí elas tão tentando pra ver se pegam emprego ali”*. (TRABALHADORA 12, 2017).

Por fim, a trabalhadora faz uma relação entre o trabalho e as condições mais elementares à vida humana, como o acesso a alimentação, “*se a pessoa quer sobreviver tem que lutar, tem que lutar, porque se não, não tem, não tem como sobreviver aqui. Que nem aqui trabalha só meu véio [marido], se ele não lutar pra trazer as coisas pra dentro de casa eu não posso ajudar [...] Sabe o que é passar com uma cesta básica e ir terminado tudo, chega o final do mês, eu tô lavando roupa porque eu emprestei um pouquinho de sabão, se não, não tinha como sobreviver. Tá lá, ali dentro do meu guarda-louça, se quiser olhar o jeito que eu tô. Não tem [comida], não posso dizer que eu tenho minha filha. Tem essa casa aqui porque nós lutamos, graças a Deus e fizemos, para morar e não pagar aluguel, que nem minha filha tá pagando. [...] Serviço aqui nesse lugar não tem, tem que trabalhar fora se a gente quer sobreviver, se quer ter alguma coisa, se não fica travado”*. (TRABALHADORA 12, 2017).

As dificuldades em prover a alimentação escancaram a pobreza em Calmon e nos colocam diante da estrutura espacial do município, em que a degradação da natureza e do trabalho é sua marca central, manifesta na terra concentrada, no trabalho escasso e precário, na inexistência de perspectivas de emprego, sobretudo, para mulheres e jovens, decorrentes em grande medida, da opção mercadológica pela madeira e pela monocultura de *Pinus*, ou seja, as monoculturas provocam o agravamento das condições socioeconômicas das populações e também a “erosão da biodiversidade” (SHIVA, 2003), que dialeticamente se entrelaçam, já que a “diversidade é a base da estabilidade ecológica e social” (SHIVA, 2003, p. 94). A relação entre água, alimentação e o plantio de *Pinus* é abordada na sequência.

5.6 *Aqui era de muita água, hoje tem muito lugar sofrido, é só tirar o Pinus e plantá outro de novo, aquela coisa dá, mas mantimento não dá: relatos das implicações do Pinus em Calmon*

Vinhas de Queiroz (1966, p. 7), ao se referir às características do Contestado, observa, “ninguém padece de sede, nada morre pela falta d’água: nem as gentes, nem as plantas, nem o gado”. Esse cenário, parece não ser mais tão certo, isso porque, a expansão da monocultura de árvores tem provocado a degradação do solo, escassez de água e da biodiversidade, conforme relatam os trabalhadores entrevistados.

“Aqui era de muita água, hoje tem muito lugar sofrido [...] Ele [Pinus] vai pro fundo da terra, ele se some [...]. Estraga bastante. O Pinus, pra começar, tem área que em tempo de seca era tudo alagado, hoje secou tudo”. (TRABALHADOR 3, 2016).

O Trabalhador 7 conta a respeito da diminuição da água na localidade de Presidente Pena, em Calmon, *“Minha nossa, esse lugar aqui é de água, daqui pra cima eu conheci, tempo que era mato, aonde que tinha água véia de fazer barulho, hoje, anda aí não é fácil de vê uma água, é difícil vê uma aguinha meia boa correndo, antigamente não, antigamente onde que tinha água a vontade. Teve uma época aqui que deu tipo duma seca que nem agora, já faz anos, o pinho [Pinus] tava alto já. Daqui, a pé, quase no fazer a volta lá em cima, sai noutra estrada lá em cima, mas daqui é longe pra sair lá na estrada, eu ia daqui até lá, pra tomar água tinha que levar daqui, porque água aí não encontrava, não tinha lugar nenhum de água”.* (TRABALHADOR 7, 2017).

Outro trabalhador fala dos impactos provocados pela monocultura de *Pinus*. *“A terra fica seca, a terra fica ruim. Cheia de raizeira, pra plantio é só na tecnologia [pra recuperar a*

terra], não tem jeito. E o Pinus, pode plantar ali no mesmo lugar ele vem. Outra coisa não adianta plantar, não dá nada, nada, nada, nada. Ele seca a terra, daí faz aquela raizama sabe!. E onde tem água, cabeceira d'água, se você plantar cinco árvores de Pinus, dali três anos, ela tá seca. [...] Foi feito plantio em [próximo] córregozinho que tem aquelas fontinha de água, dali três anos, a gente passava lá tava tudo sequinho. O Pinus acaba com tudo. Eu sei lugar aí, que era bastante riacho, córregozinho, hoje tá seco que nem essa rua aí [aponta para a rua sem pavimentação de frente a casa em que fazíamos a entrevista]. Não tem mais nada". (TRABALHADOR 2, 2016).

Em outra entrevista o Trabalhador 8 fala da diminuição da água em outras localidades de Calmon, chamadas de Pigatto e Sincol, a primeira refere-se à uma antiga serraria que há aproximadamente 30 anos está desativada e Sincol é uma empresa madeireira de Caçador que possui, de acordo com relatos de trabalhadores, cerca de 600 alqueires de terras plantados com *Pinus* em Calmon. O trabalhador entrevistado ao ser perguntado sobre os impactos do *Pinus* em Calmon, diz, “*as cabeceiras de água plantaram tudo, daqui uns vinte, trinta anos não tem água, as águas vão secar, porque esse pinho [Pinus] ele chupa a água. O Pinus, o eucalipto são duas coisas que estragam a água. [...]. Eu conheço lugar que tinha água à beça, em qualquer lugar que a gente ia tinha uma grotinha tava escorrendo água, hoje tem lugar que a senhora pode viajar meio dia, naquelas coxilha de serra, não acha uma gota de água. [Pergunto se conhece algum lugar em Calmon que isso tenha acontecido]. Ih, mas aí, aqui no Pigatto, na Sincol, ali é só olhar o arroio que secou. Tem o arroio do Dobrado, era um arroio forte, olha, tá um fio d'água escorrendo. Tem dia, conforme o tempo que faz, que nem deu essas diarada de sol, dava de passar calçado”.* (TRABALHADOR 8, 2017).

Pergunto ao trabalhador se ele acha que o *Pinus*, de alguma maneira, é responsável pela diminuição da água, e ele, com a sabedoria de quem já viu e viveu muita coisa nessa vida nos fala, “*olha, um tanto é, e outro tanto isso aí eu já digo, que um tanto é castigo. Porque o Pinus não é que nem a madeira nativa, que a madeira nativa o xaxim, a imbuia, o cedro, tirou as madeiras nativas todas ela puxa água, todas elas têm água e esse pinho [Pinus] não, nem a serragem desse pinho não dá da senhora fazer um canteiro de planta, não presta, é seco”.* (TRABALHADOR 8, 2017). Indago porque ele acredita que a diminuição da água tenha ocorrido também por castigo, e ele relaciona o problema da água com a falta de comida, “*Olha, isso é castigo porque eu digo, quem quiser me acreditar me acredite, e quem não quiser pode duvidar, isso aí é os tempo que tá chegando. Olha, uma coisa que se Deus não revogar vai terminar é o mantimento, milho, feijão, por enquanto ainda nalgum lugar tá dando, mas por*

aqui por perto já tem vez que planta e não da nada. Antigamente, pra eu lhe conta, o meu pai plantava um prato de feijão, desses prato [de refeição], plantava um prato de feijão, colhia quatorze alqueire de feijão, e hoje tem que plantar bastante pra colher um pouquinho” (TRABALHADOR 8, 2017).

Ao falar que o mantimento vai terminar, pergunto, se o *Pinus* teria ocupado o lugar das roças de milho e feijão, de forma precisa, ele fala, *“mas claro, onde que planta o Pinus não dá mais nada, nem capim não vem as vezes. Não presta, não dá. É só tirar o Pinus e plantá outro de novo, aquela coisa dá, mas mantimento não dá”*. (TRABALHADOR 8, 2017).

Em Calmon, o *Pinus* tem ocupado o lugar da roça cabocla e da floresta nativa, diminuído a quantidade de alimentos que são produzidos para a alimentação humana e para o sustento de animais, isso porque, a monocultura leva a erosão da biodiversidade que por consequência “dá início a uma reação em cadeia. O desaparecimento de uma espécie está relacionado à extinção de inúmeras outras. [...] A crise da biodiversidade ameaça os sistemas de sustentação da vida e o sustento de milhões de pessoas” (SHIVA, 2003, p. 88-89).

Os projetos de desenvolvimento florestal introduzem monoculturas de espécies industriais como o eucalipto e levam à extinção da biodiversidade de espécies locais. Os projetos de modernização agrícola introduzem safras novas e uniformes no campo e destroem a biodiversidade das variedades locais. (SHIVA, 2003, p. 92).

Perguntamos ao Trabalhador 2 sobre a existência de animais nas áreas de plantio de *Pinus*, o entrevistado relata, *“não tem, no Pinus não se cria nada. Tem esses tico-ticozinho, esses passarinhos aí, mas outros bichos não têm, não se cria né. Não tem nada, alimentação não tem nada”* (TRABALHADOR 2, 2016).

Nesse sentido, pergunto à trabalhadora 11 o que ela acredita que aconteceria se por acaso diminuísse a quantidade de terra plantada com *Pinus* e se aumentasse o plantio de alimentos, *“Ah melhorava, né, melhorava, já que tá fraca a terra, mas com um pouco de adubo da bem, né. O Pinus deixa a terra bem fraca, né. O Pinus resseca a terra. O Pinus chupa toda a água da terra. Ah, se fosse fazer plantação da turmada, dava mais emprego, daí tudo ia plantar, né. Lá já ia criar uma vaca de leite, lá já ia criar um porco, uma galinha, alguma coisa, né. É sofrido o primeiro ano, mas no segundo ano já tá [melhor]”*. (TRABALHADORA 11, 2017).

A população cabocla identifica os significados e desdobramentos do *Pinus* em Calmon, à medida que tais sistemas monoculturais provocam, conforme Shiva (2003), a desintegração das comunidades, ao passo que desalojam as pessoas de outras tantas ocupações permitidas pela

diversidade, condição que “gera vulnerabilidade e instabilidade política e econômica, porque a base da produção é ecologicamente instável e os mercados de bens são economicamente instáveis” (SHIVA, 2003, p. 99).

A mudança qualitativa nas condições de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras somente pode ocorrer quando a madeira e o *Pinus* deixarem de ser o elemento fulcral de organização do trabalho, da natureza e da vida. Essa ressignificação, de acordo com os entrevistados e entrevistadas começaria com o acesso à terra, é o mesmo desejo e luta de seus antepassados. Para a construção de outro modelo civilizatório no Contestado, em Calmon, para os caboclos e caboclas é preciso que se tenha apenas um pedaço de terra. Querem tão pouco e, paradoxalmente, sob o metabolismo societário do capital, querem muito.

5.7 *Eu gostaria de ter um pedaço de terra: a população cabocla e o desejo da terra para a vida, para o trabalho e para a felicidade*

A degradação da natureza e do trabalho no Contestado é responsável pela pobreza, carências e negação à diversidade que se expressam nas condições de trabalho e vida em Calmon. Condição que nos respalda a defender que somente com o rompimento desta lógica e permitindo a reunificação orgânica entre homens/mulheres e natureza, será possível construir um mundo capaz de trazer, aos trabalhadores e trabalhadoras, sentido, dignidade e soberania. Para tanto, terra e trabalho, homem/mulher e natureza não podem fragmentar-se, não podem estar a serviço da acumulação e do poder. É preciso romper com a mercadificação da terra, do trabalho, da comida, dos sonhos e da vida.

Nessa acepção, o espírito do mundo caboclo, de um mundo livre permeia os anseios dos entrevistados, no desejo em ter terra para plantar e para viver.

O Trabalhador 2 ainda recorda do período de dificuldades vivido em Timbó Grande, na década de 1970. Porém, ressalta, que gostaria de ter terra para plantar e cuidar da lavoura, “*eu gostaria de ter um pedaço terra pra fazer uma lavoura, pra plantar que eu gosto [...]. Mas voltar a trabalhar que nem eu trabalhava lá [Em Timbó Grande], não [...]. Mas de ter a terra eu gostaria [...]. Que nem agora aposentado, a gente vai lá e faz uma lavoura, tem tempo de estar cuidando*” (TRABALHADOR 2, 2016).

O Trabalhador 6 fala da terra com muito apreço, também a relaciona com o gosto em plantar e enfatiza que se tivesse um pedaço de chão, viveria somente na terra. Para o entrevistado há um vínculo entre terra, trabalho e amor, assim nos diz, “*gostaria de ter um*

pedaço de terra [...]. Se eu tivesse um pedaço de terra para mim mesmo, meu Deus do céu. Vivia só na terra, porque eu gosto de plantar. Eu gosto de lidar. [...] Então se a gente tivesse um pedacinho de terra, nossa, a gente trabalhava como amor nas coisas, se já no que não é da gente a gente trabalha com amor, imagina no que é da gente” (TRABALHADOR 6, 2016).

A Trabalhadora 11 também menciona o desejo em ter terra, *“eu se tivesse um terreno ficava no mato, [...] se eu tivesse um alqueire de terra, uma quarta, meu Deus do céu eu tava enfiada nos mato, lá dá pra criar galinha, porco, quer fazer alguma coisa né, não precisa pagar água, a luz tem que pagar a mesma coisa né, mas aqui [na cidade] é tudo comprado, meu senhor do céu”*. (TRABALHADORA 11, 2017).

Outro trabalhador também fala da vontade em ter terra, *“quem que não gostaria. É uma coisa que da tua produção das tuas mãos você tira o teu sustento. Uma época era assim, né, [...] o sustento era da mão da pessoa, então a gente plantava, semeava e vendia, tirava uns troquinhos, né. [...] Eu me criei no campo, plantando cenoura, batatinha, pimentão, tomate”*. (TRABALHADOR, 14, 2017).

A Trabalhadora 12 ao ser indagada se gostaria de ter terra para morar e trabalhar, nos diz, *“sim, eu sempre falo pra ele [marido], sempre tô falando, porque daí a gente consegue fazer as coisas né. [...] Por causa que lá a gente pode fazer uma coisa né, pode plantar um milho, pode plantar uma mandioca, pode plantar uma batata doce, pode ir plantando o que a gente quiser, pode ter galinha, quem nem eu tenho aí [no fundo do lote], minhas galinhas tão tudo fechada aí. Pode ter uma galinha, porque daí a gente tem ovo, tem um monte de coisa. Que nem eu tenho um porquinho fechado ali, tinha quatro, tive que matar, porque aqui [na cidade] não pode ter. [...] Tenho um galinheiro de franguinho aqui, outro de galinha ali, outro lá e meu porquinho fechado [no fundo do lote]. Tem, a gente tem as coisas aí, porque eu gosto, sabe quando a gente gosta de ter as coisas. Pensa que tá faltando alguma coisa eu vô ali pego uma galinha dá pra fazer um molho. E se não tem vai fazer o que”*. (TRABALHADORA, 12, 2017).

Além dos frangos, das galinhas e do porco a trabalhadora 12 tem uma horta, destacou que gosta de cuidar das plantas e dos animais e relatou os significados quanto a alimentação da família, sobretudo, neste momento em que ela não está trabalhando e o sustento da família é garantido pelo marido que trabalha na limpeza e corte de *Pinus*. Na sequência apresentamos algumas imagens dos animais e da horta da trabalhadora.

Figura 14: Animais e horta de uma trabalhadora em Calmon



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2017.

Nos quintais das casas dos entrevistados na cidade de Calmon é recorrente que os trabalhadores e trabalhadoras criem pequenos animais, cultivem a horta e algumas árvores frutíferas, condição que foi também encontrada ao chegar à casa do Trabalhador 8, numa terça-feira, por volta das 15 horas. Chamamos-o e vagarosamente ele veio caminhado do terreno que fica aos fundos da pequena casa, na mão carregava uma enxada, disse-nos que estava preparando a terra para começar o plantio da horta, era outubro e a época mais propícia para o

plântio se aproximava. Recebeu-nos de forma muita atenciosa, foi quando perguntei se ele gostava de trabalhar na terra, de cultivar a horta, prontamente nos diz, “*me criei nessa luta e parei de trabalhar porque me deu um problema no meu braço. [...]. Me dói dia e noite, mas eu não posso ficar quieto. [...]. Eu planto meio de tudo no verão, agora [ver imagens da sequência] eu tenho alface ali que eu semeei, tenho cebola, tenho alho daquele alho burro [denominação utilizada no interior de Santa Catarina], tenho pessegueiro, tenho limão, tenho capim cidro [capim-limão ou capim cidreira] que diz que é o tal do remédio bom e pra mim foi bom. [Perguntei por que ele havia tomado esse remédio], Olha, eu vou lhe contar, eu tomei por causa da bexiga [...] Eu fiz exame de sangue, fiz exame de urina, fiz exame de tudo o que foi coisa, fui em Caçador, paguei exame pra fazer e nunca me disseram nada, daí eu digo, pois eu não vô mais no posto [Unidade Básica de Saúde]. [...]. Comecei a tomar remédio de casa e a senhora sabe que, pois olha, tô bem bõo. Eu tomava capim, aqui eu tinha dois tipos de capim cidro, até três, um de folha e tem dois que é capim e eu misturava outras coisas, aquele tanchagem e a taquarinha e a senhora sabe que melhorei. Digo, Deus que me olhe, que não seja preciso eu ir pro médico. [Perguntei se ele gostaria de ter um pedaço de terra maior, no campo para plantar mais coisas] Ah eu gostaria, porque a gente come as coisas pura e come as coisas mais fácil, que lá não carece a gente compra, só plantar que Deus ajuda e dá”.* (TRABALHADOR 8, 2017).

Na sequência apresentamos algumas imagens daquilo que o trabalhador tem cultivado em sua horta, de todo modo, ele tomou cuidado em dizer no momento da entrevista que estava preparando a terra para plantar no verão que se iniciava.

Figura 15: Horta de um trabalhador em Calmon



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2017.

Na primeira imagem vê-se o pé de limão e um dos pessegueiros que cultiva na horta, ao mostrar o que tinha plantado nos diz, “*esse é o pessegueiro de natal*”, pois, o fruto amadurece para ser consumido nessa época do ano, embaixo do pé de pessegueiro estão quatro pés de tanchagem, chá, que com a taquarinha (imagem 2) e o capim cidreira, o entrevistado utilizou para curar-se de um problema de bexiga. O pé de malva e de arruda estão na imagem 3. Na imagem 4 notam-se alguns pés de alho burro e manjerona. Na imagem 5 estão os pés de cebola,

e na última imagem alguns pés de almeirão, ao lado, o local onde o entrevistado havia semeado alface.

O Trabalhador 7 é o único dos entrevistados que tem seu pedaço de terra, são aproximadamente 3 alqueires. Ao ser indagado sobre qual a importância em ter acesso à terra, o trabalhador nos diz, *“pra mim a importância é que dá pra gente viver bem sossegado, dá pra criar uns bichinhos, pra saúde da gente é outra coisa que não tem muita coisa que faz mal pra saúde, mais conservado, a gente conserva as fonte d’água, mais limpinho, e é importante pra tirar o que vem da roça”*. (TRABALHADOR 7, 2017).

A seguir algumas imagens da antiga estação Presidente Pena onde mora e trabalha o Trabalhador 7 com sua família.

Figura 16: Local da antiga estação Presidente Pena



Fonte: Trabalho de campo, Gemelli, 2017.

A imagem 1 mostra o prédio da antiga estação Presidente Pena, onde hoje mora a filha, o genro e três netos do entrevistado, aos fundos o *Pinus* que pertence à empresa Narciso Rotta Madeiras, em contraposição, na imagem 2, ao lado dos trilhos da ferrovia, vê-se alguns pés de araucária que o entrevistado plantou há 18 anos. No segundo plano da terceira imagem há um pequeno tanque de peixes e um peru, alguns dos animais utilizados para a alimentação da família. Enquanto fazíamos a entrevista uma galinha chocadeira caminha com alguns franguinhos pelo quintal da casa, o entrevistado ainda relatou que está engordando um porco

para abater no Natal. Na última imagem aparece o roçado em que recentemente plantaram mandioca e batata doce.

Nas entrevistas percebemos como o trabalho é ressignificado a partir da possibilidade do acesso à terra para os caboclos trabalhadores e caboclas trabalhadoras de Calmon. A referência à terra, quando da menção à lavoura e ao plantio, é um claro sinal de resistência às monoculturas. De igual modo, a alusão ao cuidado e ao amor exprimem a negação ao modelo civilizatório do capital.

Por fim, apontamos que o município de Calmon é expressão do desenvolvimento desigual e combinado. Ao ter como base da organização econômica e social a madeira mercadificada, e portanto a degradação da natureza e do trabalho, identifica-se os interesses acumulativos dos industriais madeireiros, dos coronéis e latifundiários locais, em contrapartida, permanece a rebeldia, a (re)existência, a coragem e a solidariedade de homens e mulheres que acreditam na construção de outra sociedade possível, em que a terra possibilite a realização/continuidade do modo de vida, do trabalho, da cultura e da existência enquanto sujeitos sociais e políticos.



Fonte: <<http://antigo.mst.org.br/content/mulheres-do-mst-fecham-port%C3%B5es-da-empresa-rigesam-santa-catarina>>

Imagem de 08 de março de 2013, em Calmon/SC. Ato da Jornada de Lutas das Mulheres da Via Campesina, cuja lema foi, “Mulheres Sem Terra na luta contra o capital e pela soberania dos povos”.

A guerra não acabou com o Contestado, há resistência de todo tipo e de toda ordem, há esperança, pois, os caboclos e as caboclas do Contestado deixaram essa chama de justiça e de luta pela felicidade. (FRAGA, 2016, p. 26).

“Quem tem, mói, quem não tem, mói também, e no fim todos ficarão iguais”. (Monge José Maria)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CONTESTADO PERMANECE, A NEGAÇÃO AO *PINUS*

A imagem que abre este texto final simboliza a recusa à degradação da natureza e do trabalho frente a não aceitação da uniformização do espaço, do território e da vida. Mulheres sem-terra, que em luta contra o capital e em defesa da soberania dos povos, mostram que o *Pinus* é expressão, em Calmon, do modo de produção capitalista e do projeto de desenvolvimento econômico que se alimenta da mercadificação da natureza e do constante nivelamento ao trabalho abstrato.

A resistência cabocla é a marca do Contestado em rebeldia frente à construção hegemônica da sociedade capitalista fundamentada na degradação da natureza e do trabalho. As ações de rebeldia e resistência e, portanto, o enfrentamento à racionalidade capitalista não se restringe aos quatro anos “oficiais” de guerra. Se, como dito, a guerra continua, a negação por tudo aquilo que à provoca também permanece.

Contudo, a realidade posta a partir das monoculturas e expressa na madeira mercadificada, na natureza e no trabalho degradados e apropriados pelo movimento sociometabólico do capital e, paradoxalmente, o desejo e sonho em ter terra, de trabalhadores e trabalhadoras descendentes dos caboclos e das caboclas que há cem anos tiveram a terra, a floresta, a existência, o território, o trabalho e o modo de vida negados e desagregados, nos sustentam a defender, que somente a reunificação homem/mulher-natureza, através da terra, para o trabalho, para o plantio, cuidado e amor, e por conseguinte, para a vida, podem nos salvar da perversidade sistêmica que configura o Território Contestado e, particularmente, Calmon.

Deste modo, defendemos que não há alternativa por dentro do modo de produção capitalista, portanto é preciso apostar e construir outra forma de sociabilidade e de existência em que o motor seja a vida e não o capital.

Nessa perspectiva, mesmo com tamanho horror e genocídio provocados pela guerra, o Contestado mais uma vez nos ensina uma lição de rebeldia. Para tanto, ao explicar a luta do povo caboclo podemos emprestar os versos da música Latinoamérica na epígrafe desta tese, “Soy América Latina, un pueblo sin piernas, pero que camina”, um povo que mesmo sem a terra, caminhou/caminha, lutou/luta para a ela retornar.

As palavras de Fraga (2016), na abertura destas considerações afirmam que a guerra não acabou com a luta de um mundo livre no Contestado, portanto, em vista disso, há esperança, de modo que os caboclos e as caboclas de outrora deixaram por gerações a chama de justiça e de luta pela felicidade, que, como nos disseram os caboclos e as caboclas de Calmon, se expressa no sonho por um “pedaço de terra”, afinal, como pronunciou o Monge, “a terra é nossa mãe”,

porém, isso só se aplica em uma sociedade não regulada pela acumulação de capital, pois o modo de produção capitalista ao buscar constantemente a reprodução ampliada provoca a separação dos trabalhadores e das trabalhadoras em relação aos meios de produção, ou seja, os aparta da mãe terra.

Nesse contexto, concordamos com Mészáros (2007), quando assegura que é preciso superar o sistema do capital e não somente o capitalismo, pois tal sistema ao ser orientado à expansão e dirigido pela acumulação não se designa à satisfação das necessidades humanas, tendo como premissa, “a expansão do capital como um fim em si mesma servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem afirmar constantemente seu poder como um modo ampliado de reprodução” (MÉSZÁROS, 2007, p. 58).

Mészáros (2007), ainda considera que no sistema do capital devido à subordinação hierárquica do trabalho ao capital, predomina um antagonismo estrutural em todos os lugares, que faz com que tal sistema permaneça irreformável e incontrolável. Condição que torna impossível a introdução de mudanças substanciais sem superar a divisão hierárquica do trabalho, isto é, não há como “remediar a situação sem superar o antagonismo estrutural destrutivo tanto nos “microcosmos” reprodutivos como no “macrocosmo” do sistema do capital como um modelo de controle sociometabólico oniabrangente” (MÉSZÁROS, 2007, p. 59).

Com este entendimento e por meio das contribuições dos entrevistados e das entrevistadas, constatamos que a degradação da natureza e do trabalho marcou/marca suas vidas e inserções laborais, ao passo que também configurou/configura a estrutura socioeconômica e a conformação territorial de Calmon. A pobreza, o trabalho no *Pinus*, a inexistência de emprego para as mulheres, a terra concentrada e a diminuição da população que vive no campo indicam que é urgente apostar em outro modelo de desenvolvimento civilizatório, que preze pela reunificação homem/mulher-natureza. É preciso romper com a lógica sociometabólica da degradação da natureza e do trabalho, para tanto, é urgente a superação do modo de produção.

Compreendemos que a luta por condições de trabalho não degradantes e precarizadas, passa impreterivelmente, pelo retorno de homens e mulheres à terra da qual seus antepassados foram arrancados para dar lugar ao projeto de desenvolvimento capitalista, sustentado por mecanismos de controle social e materializado nos trilhos do trem, na indústria da madeira nativa, na venda de lotes aos colonos imigrantes, processos estes, precedidos pela concentração de terras e territorialização das monoculturas de florestas artificiais.

Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2012), afirma que é preciso buscar alternativas *ao* e não *de* desenvolvimento. Deste modo, defendemos que os caboclos e as caboclas de Calmon,

ao passo que negam o *Pinus*, nos mostram que o Contestado continua a nos ensinar, e a geografia, tem muito a aprender com esse povo simples, que segue em luta para que natureza e trabalho não se fragmentem, a fim de que a vida não se despedace.

Portanto, com esta tese buscamos deixar algumas contribuições.

a) Sobre o Contestado: a Geografia brasileira tem uma dívida com o Contestado e seu povo. Os trabalhos desenvolvidos são recentes e ainda há muito a ser descortinado e conhecido pelos mais diversos campos de investigação da ciência geográfica. Entendemos que é urgente a necessidade de se fazer uma Geografia do Contestado, e isso é obrigação, primeiramente, dos profissionais que estão nas instituições daquele território, portanto, é, também minha responsabilidade.

Por isso, esperamos que esta tese contribua com as leituras e análises da Geografia do Contestado, deixando claro, que não se trata de mais uma fragmentação da ciência geográfica, tampouco busca-se apenas revisar o que aconteceu há 100 anos. A preocupação é compreender a geografia do presente por meio da vinculação da espacialidade contemporânea com outras temporalidades, ou seja, como a geografia de outros tempos é importante para o entendimento não daquilo que ficou restrito entre 1912-1916, ou seja, a guerra como conflito armado entre Exército, Corpo de Segurança da *Lumber* e a população cabocla, mas a Guerra do Contestado que permanece, que tem desdobramentos espaciais e que se manifesta: na luta pela terra, pela comida, por trabalho digno, pela manutenção do modo vida caboclo, pela manifestação da fé em São João Maria, pela cultura, enfim, nestas e em tantas outras expressões que revelam a formação territorial do Contestado.

Portanto, a Geografia do Contestado é inadiável, até porque, o Contestado em sua essência e complexidade é geográfico, é dialético. O Contestado, é morte e é vida, é guerra e é sonho, é pobreza e é simplicidade, é negação e é fé. O Contestado é Geografia. É território, terra, gentes, homens, mulheres e crianças. É bravura, valentia e destemor. É perseverança, é o esperar na luta, e há um século se luta sem esmorecer.

b) Sobre a degradação da natureza e do trabalho: enquanto abordagens na ciência geográfica, natureza e trabalho também merecem anotações. Fomos, em grande medida impregnados pela concepção de separação/dicotomia sociedade x natureza, homem¹²⁵ x meio, em que uma forma se opõe a outra ao passo que busca dominá-la. Na mesma perspectiva, o trabalho na geografia foi (ainda é), por muitos, entendido como sinônimo de emprego. As

¹²⁵ Aqui a justificativa de homem enquanto espécie negou à metade da humanidade a produção do espaço.

abordagens, por vezes, limitam-se a dados que expressam taxas e índices, de modo que o trabalho é apenas apresentado de forma estatística.

A Geografia do Trabalho no Brasil é tão recente quanto às abordagens do Contestado na Geografia. Nesse momento é impossível não recordar das minhas primeiras pesquisas de Iniciação Científica ainda na graduação, na UNIOESTE, quando ao falar das minhas preocupações com alguns de meus professores ouvia, de modo recorrente, qual era a relação do trabalho com a geografia, qual era o objeto de pesquisa ou se aquilo poderia ser geográfico.

Pois bem, a Geografia do Trabalho através da ontologia do trabalho materializada na relação homem/mulher-natureza e homem/mulher-homem/mulher propõe desvelar a construção socioterritorial, sendo os trabalhadores e as trabalhadoras, sujeitos e objetos desta prática. Deste modo, tem como preocupação compreender o metabolismo da relação capital-trabalho que se expressa na tessitura da organização socioterritorial, através do dinamismo que redefine constantemente sociedade e território no (re) fazer permanente do capital enquanto ato hegemônico.

Nessa perspectiva, é importante frisar, que ao propormos uma abordagem em torno da degradação da natureza e do trabalho, estamos entendendo que não se trata de uma natureza intocada, tampouco nos referimos a natureza em contraposição à sociedade ou vice-versa, ou seja, defendemos que a natureza é expressão das diferentes formas sociais e que, portanto, é a própria sociedade ao passo que a sociedade é, dialeticamente, natureza, e que deste modo, a relação sociedade-natureza é mediada em primeira instância pelo trabalho.

Logo, nesta pesquisa a degradação da natureza e do trabalho representa um elemento/fenômeno do movimento sociometabólico de expansão geográfica do capital no Território Contestado, que se expressa na separação trabalhadores-trabalhadoras x meios de produção, isto é, na transformação dos caboclas e caboclas em força de trabalho e da terra em bem vendável, portanto, permitida apenas a alguns.

Trabalho e natureza tornam-se mercadorias sob o metabolismo societário do capital, não é uma exclusividade do Contestado, mas, neste caso há algumas particularidades que precisam ser consideradas, seja pela representatividade dos elementos que levaram a formação territorial do Contestado e/ou pela continuidade do processo de expansão geográfica do capital e, nesse caso, da degradação da natureza e do trabalho, pela monocultura do *Pinus* e seus significados e desdobramentos territoriais.

c) **Sobre Calmon:** o município de Calmon tem a degradação da natureza e do trabalho como marca de sua formação territorial. Foi sede da *Lumber*, a floresta nativa foi

usurpada por tal empresa, a terra transformou-se em negócio, o povo caboclo foi massacrado e deste então o sofrimento explica o mundo vivido pelos antepassados e por seus descendentes.

Mas o que significa sofrer em Calmon? Em nossa pesquisa compreendemos que o sofrimento passado e vivido pelos caboclos e pelas caboclas em Calmon é produto da degradação da natureza e do trabalho. Sofre-se porque a terra não lhes pertence mais, o território de vida e trabalho de seus antepassados fora apropriado pela Lumber, por imigrantes europeus e hoje encontra-se, em grande medida, tomado pelo *Pinus*. Sofre-se, porque o *Pinus* é expressão da degradação da natureza e do trabalho e, portanto, nega aos caboclos e as caboclas a terra e o trabalho, mesmo aquele sinônimo de emprego, ou seja, o *Pinus* enquanto monocultura arrasa o território e a vida. Sofre-se, porque ao não ter terra e trabalho, falta comida, falta moradia digna, falta água encanada, falta educação, falta saúde, falta lazer, enfim, faltam condições dignas de existência. Sofre-se tanto, que por vezes, durante a pesquisa me parecia que não havia perspectivas de mudança substancial em Calmon. E não há, por isso essa tese defende que sem que ocorra a mudança qualitativa no modelo civilizatório, os caboclos e as caboclas em Calmon continuarão sofrendo.

d) Sobre as resistências construídas pelos caboclos e pelas caboclas: que resistências podem existir num cenário de sofrimento e falta de perspectivas? Como os caboclos e as caboclas resistem em Calmon?

Se a terra e o trabalho foram/são negados aos caboclos e as caboclas, estes homens e estas mulheres também negam tudo aquilo que os desconsidera. Deste modo, dialeticamente, negam o trabalho no *Pinus*, por este representar a contraposição ao mundo caboclo e, na negação, há resistência. O *Pinus* impossibilita a diversidade da floresta e da roça cabocla, o *Pinus* impõe um modelo de trabalho que desefetiva e desrealiza o trabalhador e a trabalhadora e que, portanto, opõe-se ao *pixirum*, ao trabalho combinado com a festa, com a dança, com a religiosidade, com a solidariedade. Por fim, o *Pinus* é fonte de acumulação e o mundo caboclo rejeita, não somente o trabalho precarizado que a sustenta, mas também qualquer representação do capital, pois, há o entendimento que o capital é a causa do sofrimento e da desagregação do modo de vida.

O auto reconhecimento também é um elemento da resistência. Como dito, a história oficial associou os caboclos e as caboclas àquilo que existe de pior, facínoras, assassinos, fanáticos e ignorantes, de modo, que na atualidade, identificarem-se como caboclos e caboclas, em nossa análise, significa que há discernimento quanto ao lugar social que hoje ocupam e que

outrora fora ocupado por seus antepassados, ou seja, seguem na trincheira das lutas e resistências.

Contudo, as resistências construídas por caboclos e caboclas em Calmon, decorrem da negação à degradação da natureza e do trabalho, ao mesmo tempo que notamos a permanência do fundamento do mundo caboclo, ou seja, o sonho em ter um “pedaço de terra” equivale ao desejo de seus antepassados em não serem arrancados da terra que a eles pertencia. Portanto, a terra representa a autonomia para o trabalho, a alimentação, a felicidade, a esperança em se viver sem sofrimento. A terra é o sustentáculo do sonho igualitário do mundo caboclo, onde “Quem tem, mói, quem não tem, mói também, e no fim todos ficarão iguais” (Monge José Maria).

Palavras Finais

Com o desejo da irmandade cabocla de que na busca da justiça e da felicidade todos fiquem iguais, objetivamos, com esta tese, construir uma leitura de que o Contestado, desde a guerra, nos mostra que a construção de um outro mundo passa pela reunificação entre sociedade e natureza, por meio da terra e do trabalho cheios de sentido.

No Contestado e em Calmon a guerra continua. Permanecem as lutas, os conflitos e as resistências. Há esperança e desta maneira seguimos com fé no Monge e nos fortalecendo com a coragem e determinação dos caboclos e das caboclas daquele chão, pois mesmo com tamanho horror os versos de Chico César nos alertam “Vocês não destruíram o horizonte... Ainda”! Sigamos.

União da Vitória, 23 de janeiro de 2018, o Contestado está em silêncio, mas já é possível ouvir os caboclos e as caboclas se levantando. “Vamos caminhando, aquí se respira lucha”.
(Calle 13).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. **A condição de proletariado**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Praxis; Bauru; Canal 6, 2009.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. – São Paulo: Boitempo, 2005.
- ATLAS BRASIL. **Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 15 de julho de 2015.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da Irmandade Cabocla. 4ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- AURAS, Marli. **Poder oligárquico catarinense**: da Guerra dos “Fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”. (Tese de Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.
- AVÉ-LALLEMANT. **1858, Viagem pelo Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.
- BRANDT, Marlon. Memórias e oralidade no acesso e uso da terra em comum no Planalto de Santa Catarina. In: **Anais IV Encontro Regional Sul de História Oral: Culturas, Memórias e Identidades**, 2007, Florianópolis, 2007.
- BRANDT, Marlon; CAMPOS, Nazareno José de. Costumes e usos da terra pela população cabocla do planalto de Santa Catarina. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 13, p. 193-208, 2014.
- BRUMATTI CARVALHAL, Terezinha. **Dinâmica territorial do trabalho domiciliar das mulheres em Terra Roxa/PR**. (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A história de Santa Catarina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1970.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta**: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). (Tese de Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- CDL. CÂMARA DE DIRIGENTES LOJSTAS DE UNIÃO DA VITÓRIA E COMUNIDADE. **Projeto Renda Crescente – Pinus**: Poupança Verde, Aposentadoria Tranquila, Estudo para os Filhos, Responsabilidade Social. União da Vitória, fevereiro, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. 2ª. Edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica de entrevista na pesquisa social. In. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. **Guerra no Contestado**. Florianópolis: Insular, 2000.

FAFIUV. FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE UNIÃO DA VITÓRIA. **Dídio Augusto In Memoriam**. Coleção Vale do Iguazu n. 67. União da Vitória: FAFIUV, 1994.

FÖETSCH, Alcimara Aparecida. **Faxinais e caívas: identidades territoriais na região do Contestado (PR/SC)**. (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná, 2014.

FRAGA, Nilson Cesar. A guerra do contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo. In. FÖETSCH, Alcimara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; Buch, Helena Edilamar Ribeiro (org.). **Geografia do Contestado: 50 anos de fazer Geográfico**. Curitiba: Íthala, 2016.

FRAGA, Nilson Cesar. Matos Costa, desde a São João dos Pobres, um brilhante Município Planaltino no Contestado Catarinense. **Desacato**, Florianópolis, SC, p. 1-4, outubro, 2013.

FRAGA, Nilson Cesar. Um território de invisibilidade e miséria: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul. In. WEHLING, Arno (org). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis, MPSC, 2013.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: Uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil**. (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

FRAGA, Nilson Cesar. Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira. In: REZENDE, C. J.; TRICHES, I. **Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005.

FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. In: **Anais do XII GeoCrítica**. Barcelona, Espanha: Editora da UB, v. 1. p. 1-22, 2012.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre: L&M, 2014.

GALLO, Ivone Cecília D'Avila. **O Contestado: o sonho do milênio igualitário**. Campinas: Editoria da Unicamp, 1999.

GEMELLI, Diane Daniela. Dinâmica Geográfica do Trabalho e a Expansão do Capital: o monocultivo de *Pinus* e seus desdobramentos no Sudeste do Paraná e Norte Catarinense. In. **Anais da XVI Jornada do Trabalho**, 2015.

GEMELLI, Diane Daniela. **Mobilidade territorial do trabalho como expressão da formação do trabalhador para o capital:** frigorífico de aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2011.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: *Artmed*, 2009.

HALL, Michael. História Oral: os riscos da inocência. In: Prefeitura Municipal De São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 3ª ed. São Paulo, Editora: Loyola, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura** – 2014. Disponível em:<
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2014>>. Acesso em 30 de agosto de 2015.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Arranjo produtivo local da madeira de Porto União da Vitória: nota técnica**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. – Curitiba: IPARDES, 2006.

ITCG. INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Mapa do Estado do Paraná**. Disponível em:
<http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/mapa15.jpg>. Acesso em 16 de agosto de 2015.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1975.

KAISER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 93-104, 2006.

KASBURG, Alexandre. João Maria de Agostini: o monge da monarquia brasileira e das repúblicas americanas. In. WEHLING, Arno (org). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis, MPSC, 2013.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a Fome e a Pobreza como Permanência da Guerra: cenários paradoxais no sul do Brasil.** (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná, 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; Anticrítica, Volume 2.** Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica, Volume 1.** Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 3ª Edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan-jun. p. 178-186, 2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916).** Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.

MALINAS, Léa Lameirinhas. **A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia.** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo 2013.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

MARÉS, Carlos Frederico. Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural. **Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais**, v. 1, p. 57-71, 2015.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** – Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I, volume 1/Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna.** 29ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I, volume 2/Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna.** – 29ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Editora Abril, 1982.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral.** 4a. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano.** (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em

Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2002.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural.** (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um outro geográfico. In. **Revista Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Crítica: a Valorização do Espaço.** 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas.** – São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, Ruy. **O Pensamento Geográfico Brasileiro - volume 2.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia? (nova versão reescrita e atualizada).** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MOREIRA, Ruy. **Para Onde Vai o Pensamento Geográfico.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MOURA, Aureliano Pinto de. **Contestado: a guerra cabocla.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

MOURA, Margaria Maria. Campesinato, Magia, Religião e Movimento Social. In. WEHLING, Arno (org). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio.** Florianópolis, MPSC, 2013. P. 369-392

MTE/CAGED. Ministério do Trabalho e Emprego/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Perfil do Município.** Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em 10 de abril de 2016.

NOSSA, Leoncio, JUNIOR, Celso. Esquecida, região vive em clima de miséria. In. **Meninos do Contestado**, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em:

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esquecida-regiao-ainda-vive-em-clima-de-miseria,834527>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

NUNES, Jair Piloto. 11/09/2015. União da Vitória recebe autorização para instalação de Usina Termelétrica. **Vvale**. Disponível em: <<http://www.vvale.com.br/economia/uniao-da-vitoria-recebe-autorizacao-para-instalacao-de-usina-termeletrica/>>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

NUNES, Jair Piloto. 20/06/2015. Discutida proposta alternativa de geração de energia elétrica. **Vvale**. Disponível em: <<http://www.vvale.com.br/economia/discutida-proposta-alternativa-de-geracao-de-energia-eletrica/>>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

O MONGE DO CONTESTADO. **Mandamentos da Natureza**. Disponível em: <<https://mongedocontestado.wordpress.com/2011/02/14/mandamentos-das-leis-da-natureza/>>. Acesso em 30 de janeiro de 2016.

OLIVEIRA, Beneval de. **Planaltos de frio e lama: os fanáticos do Contestado, o meio, o homem a guerra, ensaio de história**. Florianópolis: FFC, 1985.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Contestado em Guerra - Prefácio**. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). *Contestado em guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil*. 1ª ed. Florianópolis: Insular, 2012.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado I, raízes da rebeldia**. Vol 3. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

PERPETUA, Guilherme Marini; THOMAZ JUNIOR, Antonio. Monocultivo de árvores e produção de celulose no sul global e seus desdobramentos para o trabalho e o(s) território(s): aproximações teórico-empíricas sobre o caso brasileiro. In. **Acta Geográfica** (UFRR), v. Ed. Esp, p. 133-152, 2013.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1983.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PONTE, Karina Furini da. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho: um estudo a partir da fábrica de preservativos masculinos de Xapuri (AC)**. (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RÁDIO DIFUSORA COLMÉIA DE PORTO UNIÃO. 22/06/2015. **Reunião Discute a Instalação de Termoeletricas em União da Vitória.** Disponível em: <<http://colmeia.am.br/reuniao-discute-a-instalacao-de-termoeletricas-em-uniao-da-vitoria/>>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

REPÓRTER BRASIL (Org.). **“Deserto Verde”** – Os impactos do cultivo de eucalipto e *Pinus* no Brasil. 2011.

REVISTA DA MADEIRA. Abril/2004. **Projeto Defende Praticidade e Rentabilidade do Pinus.** Disponível em: <http://remade.net.br/br/revistadamadeira_materia.php?num=532&subject=E%20mais&title=Projeto%20defende%20praticidade%20e%20rentabilidade%20do%20Pinus>. Acesso em 05 de dezembro de 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª edição. 7ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2012.

SCHÜLER, Donaldo. **Império Caboclo.** 2ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gala, 2003.

SILVA, Rosângela Cavalazzi. **Terras públicas e particulares - o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo da "Brazil Railway Company" no Meio Oeste Catarinense).** (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, 1983.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, novembro, 2007.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo; Editora Cortez. 2010.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: Limites explicativos, Autocrítica e Desafios teóricos.** (Tese de Livre Docência em Geografia do Trabalho). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho! (reflexões preliminares). **Revista Tamoios** (Impresso), v. 1, p. 33-51, 2005.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Se camponês, se operário! limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora. In: Antonio Thomaz Junior; Marcelo Dornelis Carvalhal;

Terezinha Brumatti Carvalhal. (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. 1ª edição. Presidente Prudente: Editorial Centelha, v. 2, 2006.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Pegada (UNESP)**, v. 7, p. 103-122, 2006.

THOMÉ, Nilson. **O Ciclo da madeira no Contestado**: um retrato do século XX. Curitiba: MTé Gestão em Comunicação, 2010.

THOMÉ, Nilson. **Sangue, suor e lágrimas no chão contestado**. Caçador: INCON Edições UnC, 1992.

THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro**: a ferrovia no Contestado. 1ª edição. Caçados: 1980.

THOMPSON, Paul. Entrevista. In. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. “**O Pessoal da Lumber**”! Um estudo acerca dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910 – 1929. (Dissertação de Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos**: A *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. (Tese de Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

TONON, Eloy. **Ecoss do Contestado**: Rebeldia Sertaneja. Palmas: Kaygangue, 2002.

TONON, Eloy. **Os monges do Contestado**: permanências, predições e rituais no imaginário. Palmas: Kayguangue, 2010.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil**: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado 1906 -1916. (Tese de Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2009.

VALENTINI, Delmir José. **Da Cidade Santa à Corte Celeste**: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. 3ª edição. Caçador: Universidade do Contestado, 2003.

VALVERDE, Orlando. **Planalto Meridional do Brasil**. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1957.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

VVALE. 23/01/2013. **Empresários de União da Vitória e Porto União apresentam seus produtos na Feicon 2013**. Disponível em: <<http://www.vvale.com.br/geral/empresarios-de-uniao-da-vitoria-e-porto-uniao-apresentam-seus-produtos-na-feicon-2013>>. Acesso em 10 de novembro de 2014.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 9ª edição. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

FONTES ORAIS

- Trabalhador 1. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016. Calmon, 2016.
- Trabalhador 2. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016. Calmon, 2016.
- Trabalhador 3. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016. Calmon, 2016.
- Trabalhador 4. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016. Calmon, 2016.
- Trabalhador 5. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016. Calmon, 2016.
- Trabalhador 6. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016. Calmon, 2016.
- Trabalhador 7. Entrevista realizada no dia 01 de outubro de 2017. Calmon, 2017.
- Trabalhador 8. Entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2017. Calmon, 2017.
- Trabalhador 9. Entrevista realizada no dia 03 de outubro de 2017. Calmon, 2017.
- Trabalhadora 10. Entrevista realizada no dia 24 de outubro de 2017. Calmon, 2017.
- Trabalhadora 11. Entrevista realizada no dia 03 de outubro de 2017. Calmon, 2017.
- Trabalhadora 12. Entrevista realizada no dia 03 de outubro de 2017. Calmon, 2017.
- Trabalhador 13. Entrevista realizada no dia 03 de outubro de 2017. Calmon, 2017.